

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Vanessa Yamaguti do Nascimento

**A EFETIVAÇÃO DOS QUADRINHOS NO PNBE (2006-2014):
DA CAIXA AO LEITOR**

Guarulhos
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Vanessa Yamaguti do Nascimento

**A EFETIVAÇÃO DOS QUADRINHOS NO PNBE (2006-2014):
DA CAIXA AO LEITOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de mestre

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Ramos

Guarulhos
2018

NASCIMENTO, Vanessa Yamaguti do

A efetivação dos quadrinhos no PNBE (2006-2014): da caixa ao leitor /
Vanessa Yamaguti do Nascimento – Guarulhos, 2018.

213f.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de
São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Ramos

The effectiveness of comics in PNBE (2006-2014): from the box to the
reader

1. PNBE 2. Quadrinhos 3. Medição de leitura 4. Biblioteca escolar 1. A
efetivação dos quadrinhos no PNBE (2006-2014)

Vanessa Yamaguti do Nascimento

**A EFETIVAÇÃO DOS QUADRINHOS DO PNBE (2006-2014):
DA CAIXA AO LEITOR**

Aprovado em: Guarulhos, 15 de março de 2018.

Prof. Dr. Clecio Bunzen Júnior
UFPE

Prof. Dr. Sandro Luís da Silva
UNIFESP

Prof. Dr. Paulo Eduardo Ramos
UNIFESP

Prof. Dr. Nobuyoshi Chinen
USJT

Ao meu avô, Sigueki Yamaguti

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e minhas irmãs por todo apoio ao longo desses anos de estudos.

A todos os familiares e amigos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretização desse estudo e compreenderam os momentos de ausência.

Ao meu orientador prof. Dr. Paulo Ramos, que, desde a graduação, auxilia-me e ensina-me com muita paciência e compreensão.

Aos professores Dr. Clecio Bunzen Júnior, Dr. Sandro Luís da Silva e Dr. Nobuyoshi Chinen por aceitarem a participar da banca e por todas as contribuições dadas.

E aos professores e gestores da rede municipal de Barueri que aceitaram participar da pesquisa.

Yo siempre me había imaginado el Paraíso bajo la especie de una biblioteca. Otras personas piensan en un jardín , otras pueden pensar en un palacio. Ahí estaba yo. BORGES (1980, p. 53)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo de impossibilidade de leitura em qualquer lugar	30
Figura 2 – Exemplo do que seria o códex	31
Figura 3 – Ilustração de momentos de leituras mediadas	32
Figura 4 – Possibilidade de ler apenas com uma das mãos	34
Figura 5 – A mudança do formato possibilitou novos locais e posições de leitura	35
Figura 6 – Imagem do site do Banco Itaú sobre a campanha: Leia para uma criança	44
Figura 7 – Exemplo de quadrinho sem balão de fala	82
Figura 8 – Exemplo de uso de texto verbo-visual	83
Figura 9 – Exemplo de inferência textual	84
Figura 10 – Exemplo de leitura visual	85
Figura 11 – Exemplo de leitura verbo-visual	86
Figura 12 – Divulgação da obra <i>A Odisseia</i> na lista do PNBE 2010	95

Figura 13 – Capa com o selo SM, sem as informações do PNBE	96
Figura 14 – Capa do livro destinado ao PNBE	96
Figura 15 – Primeira página do capítulo Velho do Restelo	116
Figura 16 – Página da adaptação que ilustra as adequações	119
Figura 17 – A personagem adulta explica como surgiu o Menino Maluquinho	120
Figura 18 – Ideal adulto, não o mundo infantil	121
Figura 19 – Estante com livros didáticos e paradidáticos da escola A	130
Figura 20 – Visão geral da biblioteca da escola A	130
Figura 21 – Armário com os livros da Escola B	133
Figura 22 – Imagens que mostram o local como um depósito	135
Figura 23 – Local com alguns gibis da biblioteca	135
Figura 24 – Visão geral da biblioteca a partir da porta e as prateleiras com livros	137

Figura 25 – Sala de leitura	138
Figura 26 – Mesa com livros da sala de leitura	138
Figura 27 – Mesas com os livros a serem guardados	140
Figura 28 – Prateleiras em alguns lados da sala	141
Figura 29 – Canto da sala com os livros do PNLD	141
Figura 30 – Um dos lados com obras apenas para o EF I	144
Figura 31 – Lado destinado ao EF II	145
Figura 32 – Cantinho da leitura que fica no pátio	145
Figura 33 – Ficha para os alunos preencherem	147
Figura 34 – Caixa do Li, curti e indico	147
Figura 35 – Cantinho com os destaques e exposição dos trabalhos	147
Figura 36 – Espaço dedicado aos gibis.....	148

Figura 37 – Projeto Biblioteca Móvel.....	148
Figura 38 – Armário que fica trancado com os “lançamentos”	149
Figura 39 – Prateleira com os quadrinhos	149
Figura 40 – Espaço literário no final do corredor	151
Figura 41 – Visão do acervo	152
Figura 42 – Visão geral da biblioteca e organização das prateleiras	153
Figura 43 – Fantoques separados em caixas e as fantasias	154
Figura 44 – Espaço dedicado aos livros da sala de leitura	155
Figura 45 – Visão das prateleiras junto às mesas do reforço e materiais do PNAIC.....	155
Figura 46 – Caixa com os gibis usados no intervalo	156
Figura 47 – Depósito de materiais, não uma biblioteca – Escola C	171
Figura 48 – Prateleiras com as capas dos livros voltadas ao leitor – Escola F	172
Figura 49 – Prateleira dos livros para o EF II – Escola F	172

Figura 50 – Escala de utilização da biblioteca – Escola G	174
Figura 51 – Divulgação dos empréstimos – Escola G	174
Figura 52 – Trecho do livro 1Real	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gêneros de HQs comprados de 2006 a 2014	89
Gráfico 2 – Porcentagem da distribuição por nível educacional	90
Gráfico 3 – Porcentagem de adaptações literárias por nível	92
Gráfico 4 – Você conhece o PNBE?	159
Gráfico 5 – Tem informação sobre a presença e uso na escola?	159
Gráfico 6 – Você recebeu alguma formação para trabalhar com as obras do PNBE?	160
Gráfico 7 – Você lê quadrinhos?	161
Gráfico 8 – Com que frequência você lê quadrinhos?	161
Gráfico 9 – Onde e como você lê quadrinhos?	162
Gráfico 10 – Qual gênero/suporte você lê?	163

Gráfico 11 – Participa de algum projeto de leitura com outros professores?.....	164
Gráfico 12 – Você já trabalhou com quadrinhos no formato livro em sala de aula?	164
Gráfico 13 – Você já indicou algum quadrinho como leitura?	166
Gráfico 14 – Sua escola recebeu acervo do PNBE a partir de 2006?	169

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Divisão do município entre os 16 bairros	126
Mapa 2 – Distribuição de bibliotecas nas escolas brasileiras	175

LISTA DE SIGLAS

ALB – Associação de Leitura no Brasil

CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita

CGU – Controladoria Geral da União

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

EF – Ensino Fundamental

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EM – Ensino Médio

FAE – Fundação de Assistência aos Estudantes

FENAME – Fundação Nacional de Material Escolar

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNLIJ – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil

HATPC – Hora Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo

HQs – Histórias em Quadrinhos

INAE – Instituto Nacional de Material Escolar

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAIC – Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNBP – Programa Nacional Biblioteca do Professor

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNSE – Programa Nacional Saúde Escolar

PNSL – Programa Nacional Salas de Leitura

PNTE – Programa Nacional Transporte Escolar

PSECD – Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIDIME – União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de livros distribuídos pelo PNSL

Tabela 2 – Informações sobre as categorias de cada nível do PNBE 2010	60
Tabela 3 – Divisão dos textos em categorias do PNBE 2012	61
Tabela 4 – Dados dos editais	62
Tabela 5 – Números referentes à aquisição de obras entre 2006 e 2012	66
Tabela 6 – Quantidade de títulos comprados pelo PNBE	67
Tabela 7 – Distribuição de periódicos	72
Tabela 8 – Critérios de distribuição e compra	73
Tabela 9 – Dados completos do PNBE	76
Tabela 10 – Dados sobre os periódicos	77
Tabela 11 – Total de quadrinhos comprados entre 2006 e 2014	89
Tabela 12 – Distribuição por nível educacional	90
Tabela 13 – Divisão das adaptações literárias por nível	91

Tabela 14 – Porcentagem de títulos de quadrinhos	92
Tabela 15 – Dados identificados por Vergueiro e Ramos (2009)	93
Tabela 16 – Dados identificados por Yamaguti (2014)	93
Tabela 17 – Dados identificados por Buffon (2014)	94
Tabela 18 – Dados identificados por Borges (2016)	94
Tabela 19 – Lista completa dos quadrinhos de 2006	97
Tabela 20 – Lista completa dos quadrinhos de 2008	99
Tabela 21 – Lista completa dos quadrinhos de 2009	100
Tabela 22 – Lista completa dos quadrinhos de 2010	102
Tabela 23 – Lista completa dos quadrinhos de 2011	104
Tabela 24 – Lista completa dos quadrinhos de 2012	107
Tabela 25 – Lista completa dos quadrinhos de 2013	108

Tabela 26 – Lista completa dos quadrinhos de 2014	111
Tabela 27 – Lista das editoras	112
Tabela 28 – Participação das editoras por edital	114
Tabela 29 – Número de escolas visitas	127
Tabela 30 – Acesso à biblioteca nas escolas brasileiras	175
Tabela 31 – Quadrinhos nas escolas	176
Tabela 32 – Acervos recebidos do PNBE 2006	178
Tabela 33 – Acervos recebidos do PNBE 2008	178
Tabela 34 – Acervos recebidos do PNBE 2009	178
Tabela 35 – Acervos recebidos do PNBE 2010	179
Tabela 36 – Acervos recebidos do PNBE 2011	179
Tabela 37 – Acervos recebidos do PNBE 2012	180

Tabela 38 – Acervos recebidos do PNBE 2013	180
Tabela 39 – Acervos recebidos do PNBE 2014	181

RESUMO

A leitura é considerada um direito, mas, na sociedade brasileira, essa garantia nem sempre foi ou até mesmo é respeitada. É nessa prerrogativa que governos tentam incentivar a leitura e garantir o acesso ao livro por meio de políticas públicas. Em instância federal, foi criado, em 1997 (FERNANDES, 2007; PAIVA, 2012), o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, passando por algumas transformações desde seu início. Dentre elas, a inserção dos quadrinhos em 2006 (VERGUEIRO; RAMOS, 2009). Passada uma década com HQs (Histórias em Quadrinhos) nas escolas, buscamos evidenciar se houve ou não a efetivação dos quadrinhos do PNBE, ou seja, tentamos examinar o uso efetivo do material no ambiente escolar. Para isso, o recorte para esse estudo foi o ano de implantação dos quadrinhos no programa, 2006, e o último ano de distribuição, 2014. A investigação de campo foi realizada em 2016, no município de Barueri – localizado na região metropolitana de São Paulo - em unidades escolares em que havia ao menos uma obra em quadrinhos enviada pelo PNBE e destinada ao Ensino Fundamental II Estabelecida a parceria, para a apuração dos dados foi feito um relatório sobre o espaço dedicado à leitura, com registros fotográficos, seguido de entrevista com os responsáveis pela biblioteca escolar e os educadores de Língua Portuguesa. Tais ações visavam contribuir com o objetivo geral da pesquisa, aferir o uso, no entanto, também atendiam aos objetivos específicos: a) a catalogação das HQs compradas; b) a identificação dos quadrinhos nas escolas; c) a investigação sobre o conhecimento do PNBE dos servidores que, em tese, lidam com o acervo; d) a verificação da instrução dos professores de Língua Portuguesa sobre o programa e sobre os quadrinhos. Nossa hipótese é a de que, quando os livros chegam à escola, não são aproveitados, pois falta formação sobre o PNBE e

os quadrinhos aos profissionais que têm a função de mediar a leitura. O presente estudo tem por características ser interdisciplinar. A fim de traçar um breve histórico sobre o acesso à leitura, buscaram-se as definições da Educação, da História e da Sociologia, com Chartier (2011; 1999), Barbier (2008), Mészáros (2005) e Kalman (2004); sobre políticas públicas de leitura, focando o PNBE, apoia-se na Linguística e na Educação com Cirino (2012), Paiva (2012), Montuani (2012) e Fernandes (2007), além dos próprios documentos oficiais; e sobre quadrinhos e sua constituição multimodal, fundamenta-se a partir de Vergueiro (2010), Vergueiro e Ramos (2009), Ramos (2007; 2009), Rojo (2012) e Dionisio (2014) pertencentes à Comunicação e às Linguística Textual e Aplicada.

Palavras-chave: PNBE; quadrinhos; leitura; biblioteca escolar; formação de leitor.

ABSTRACT

Reading is considered a human right, however, in Brazilian society, that right has not always been respected and it might not even be respected nowadays. On this basis, the Brazilian governments try to encourage and guarantee access to books through public policies. The Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) was created in 1997 (FERNANDES, 2007; PAIVA, 2012) with ongoing changes since its creation. One of the changes made was the insertion of comic books into school libraries in 2006 (VERGUEIRO; RAMOS, 2009). A decade after this introduction, we have tried to prove whether or not this has been effective for the PNBE by examining the use of the material in the school environment. This study examined the year of implementation of comic books in PNBE (2006) and the final year of the distribution of comic books in PNBE (2014). However this programme has not been officially closed by the governments. The field research was carried out in 2016, in the city of Barueri – located in the metropolitan region of São Paulo - in school districts that had at least one comic book sent to them by the PNBE and destined for Secondary Schools. A partnership was established between us and the schools and a report was made on the area dedicated to reading which included photographic records, interviews with those responsible for the school library and the Portuguese language teachers. These procedures aimed to contribute to the primary objective of this research, that is verifying whether the comic books were being utilised. We also aimed to complete the following objectives: a) the cataloging of purchased comics; b) the investigation into whether schools held them or not; c) the investigation of whether the PNBE is aware of the workers who deal with the library's collection; d) verification about the instruction of Portuguese Language teachers about the programme and about the comic books. Our hypothesis is that when the comic books arrive at school they are

not used because of the lack of training about the PNBE and comic books by professionals who have the function to implement the programme. The present study has interdisciplinary characteristics. In order to write a brief history about access to reading, the definitions of Education, History and Sociology were made using Chartier (2011; 1999), Barbier (2008), Mészáros (2005) and Kalman (2004); On public reading policies, we focused on PNBE, relied on Linguistics and Education with Cirino (2015, Paiva (2012), Montuani (2012) and Fernandes (2007), alongside the official documents themselves; and finally, comics and their multimodality was supported on Vergueiro (2010), Vergueiro and Ramos (2009), Ramos (2007; 2009), Rojo (2012) and Dionisio (2014) belonging to Communication and Textual and Applied Linguistics.

Keywords: PNBE; comic books; reading; school library; reader formation.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
1. CAPÍTULO 1 – DO LIVRO AO LEITOR: O ACESSO À LEITURA NA ESCOLA.....	28
1.1. Da escrita ao livro	29
1.2. Acesso à educação	35
1.3. Leitura no Brasil	38
1.4. Acesso e prática da leitura	40
1.5. Leitura na escola	45

1.6. Leitura dos quadrinhos no ambiente escolar	49
2. CAPÍTULO 2 – PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA: SURGIMENTO, CONCEPÇÕES E FUNCIONAMENTO	52
2.1. Trajetória das políticas públicas de leitura	52
2.2. Histórico do PNBE	55
2.2.1. Editais	57
2.2.2. Processo de aquisição: seleção, distribuição e compra	66
2.3. Números do período de compra	75
3. CAPÍTULO 3 – OFICILIAZAÇÃO DAS HQs NA ESCOLA: O ACERVO DO PNBE ..	79
3.1. Por que ter os quadrinhos na escola	80
3.2. Quadrinhos no PNBE	87
3.3. Lista das obras de HQs de 2006 a 2014	92
3.4. Problemas nas seleções dos quadrinhos	114
4. CAPÍTULO 4 – BIBLIOTECA ESCOLAR: FORMAÇÃO DO ACERVO DE HQ E DESENVOLVIMENTO DA LEITURA	124
4.1. Identificação dos espaços	125

4.2. Conhecendo as unidades escolares	
129	
Escola A	
129	
Escola B	
132	
Escola C	
134	
Escola D	
137	
Escola E	
140	
Escola F	143
Escola G	
146	
Escola H	
152	
Escola I	154
5. CAPÍTULO 5 – TRABALHANDO COM OS QUADRINHOS NA ESCOLA: ESPAÇO, ACERVO E USO	
158	
5.1. Dados da entrevista dos professores	
158	
5.2. Quem cuida biblioteca?	
167	
5.3. Constituição do acervo bibliotecário de HQ	
175	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	187

BIBLIOGRAFIA	195
APÊNDICE A – Autorização do secretário da educação	201
APÊNDICE B – Relatório sobre a escola	202
APÊNDICE C – Questionário para os bibliotecários	203
APÊNDICE D – Questionário para os professores	204
APÊNDICE E – Autorização para as escolas	206
APÊNDICE F – Autorização para os professores	208
ANEXO – Lista das escolas de Barueri em 2015	210

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nossa pesquisa de mestrado, realizada entre 2016 e 2018, buscou averiguar a efetivação dos quadrinhos no ambiente escolar a partir do PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola. Para isso, realizamos um estudo de campo para constatar se os quadrinhos adquiridos pelo governo federal eram utilizados pelos educadores e de conhecimento deles, pois são os profissionais que, em geral, possibilitam a circulação do acervo bibliotecário.

Há diferentes pesquisas, em diferentes áreas, que têm como objeto os quadrinhos, todavia este estudo mostra-se inovador ao buscar trabalhar uma linguagem específica em uma política pública de leitura. O diferencial apresenta-se ao buscar catalogar todos os livros de HQs (Histórias em Quadrinhos) obtidos entre 2006 e 2014 e que foram enviados à escola, assim como mostrar o funcionamento do projeto no ambiente escolar, apontando todas as questões que podem estar aí imbricadas.

O PNBE foi criado em 1997, segundo Fernandes (2007) e Paiva (2012), com o objetivo de garantir o acesso ao livro e incentivar a leitura por meio da composição de acervos em escolas públicas brasileiras. O ano de 1998 foi o primeiro a ter aquisições efetivadas e 2013, o último, com a distribuição feita em 2014.

Gerido por três governos presidenciais distintos, passou por algumas mudanças, como o processo de escolha e a instituição de universidades parceiras para a seleção dos livros. Outra dessas transformações aconteceu no PNBE 2006, que passou a selecionar HQs, que, segundo representantes do governo, podem levar a outras leituras. Elas estiveram presentes, desde então, em todos os anos de compra. No entanto, ficam nossos questionamentos: qual o uso desses livros? E o que justifica a obtenção das HQs?

Nosso objetivo geral é verificar se as obras em quadrinhos adquiridas pelo PNBE entre 2006 e 2014 são de fato usadas. E, especificamente, pretendemos identificar o conhecimento dos profissionais que atuam na biblioteca e dos educadores de Língua Portuguesa sobre o programa, e, no caso dos professores, também sobre os quadrinhos. Intentamos sondar tais fatos, trabalhando com a hipótese de que esses livros não chegam aos leitores, pois faltam o acesso e a formação sobre o PNBE e os quadrinhos, o que inibe sua circulação no ambiente escolar.

Apesar da relevância do assunto, que dialoga diretamente com a realidade do ensino no país, se observarmos os dados relativos ao tema no banco de teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), não identificamos estudos que tenham esse mesmo enfoque. Análises sobre os quadrinhos há em diferentes campos, e os números são cada vez mais crescentes. Ao verificar, porém, sobre os quadrinhos no PNBE, os dados não são os mesmos.

Ao inserirmos a palavra-chave “PNBE” no banco de teses da Capes, encontram-se 134 trabalhos, sendo 25 de doutorado, 103 de mestrado e 6 de mestrado profissional. No entanto, apenas o doutorado de Bitazi (2015) aborda a questão dos quadrinhos no programa, todavia

focada nas produções de adaptações literárias. Já nas produções de mestrado há três, a de Lima (2011), sobre o trabalho dos professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio com os quadrinhos, de Buffon (2014), que buscou analisar um dos livros selecionados em 2012, e a de Vinter (2017), um estudo também de uma obra específica de adaptação. Não identificado nesta lista, sabemos do doutorado de Borges (2016), que também fala sobre as adaptações literárias no PNBE, embora não seja seu foco central.

O resultado mostra a necessidade de estudos sobre os quadrinhos no PNBE, além de evidenciar que o programa federal é uma política pública importante e influente no ambiente escolar e mercadológico de quadrinhos, necessitando constatar sua eficácia, que pode ser apontada como relevante, mas de forma prática, e não apenas com o senso comum de que os brasileiros não leem.

Tendo esses apontamentos como norte, este estudo percorrerá uma trajetória dupla: uma teórica e outra prática. Longe de ser uma bifurcação, são apenas dois caminhos que levam a um mesmo ponto, o de verificar a efetiva função do programa federal voltado à composição de bibliotecas escolares. Buscando estabelecer um diálogo teórico com obras referendadas nos temas abordados, tentaremos compreender melhor o papel da leitura, a relação dela com o ensino e a intervenção exercida pelo poder público nesse processo. A ação irá revelar quais as obras em quadrinhos que compuseram o PNBE e como o acervo é, de fato, posto na realidade do ensino.

A parte prática de nossa pesquisa teve início com a leitura detalhada dos editais a partir do ano de 2006 e com a (árdua) tarefa de mapear quantos quadrinhos foram incluídos em cada um dos acervos comprados pelo governo. Paralelamente a isso, de junho a dezembro de 2016, começamos o trabalho de campo, na tentativa de estabelecer parceira com dez escolas de Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) no município de Barueri, cidade localizada na grande São Paulo.

A escolha do município se deu por entendermos que, proporcionalmente ao número de habitantes, os resultados possam ser bastante representativos – a aplicação do mesmo estudo em um município maior, como São Paulo, demandaria um volume bem mais amplo de escolas, pois é a maior rede municipal de ensino no país. A exemplo, em Barueri o número total de escolas municipais é de 101; em São Paulo, 3.554 unidades. A pesquisa foi realizada em nove escolas, que, em Barueri, representam 8,9%. Se a mesma quantidade de escolas fosse visitada em São Paulo, seria o equivalente a 0,25%.

Como critério para escolher as escolas, ficaram estabelecidos dois bairros para o trabalho, de um total de 16, o que representa 12,5%. Algumas não autorizaram a pesquisa ou não atendiam ao segundo critério, o de ter ao menos uma obra em quadrinhos comprada pelo PNBE destinada ao Ensino Fundamental II, que era o nosso foco por ter sido o nível que mais recebeu obras do programa. Ao final, foram analisadas nove escolas.

Identificadas as obras em cada escola, o segundo passo foi verificar o conhecimento daqueles profissionais que ficam de fato no local ou alguém da gestão sobre a constituição do acervo bibliotecário. Neste quesito, já identificamos alguns problemas sobre o desenvolvimento do PNBE, porque nem todas as bibliotecas tinham um responsável direto, e, mesmo quando havia, nem todos sabiam como catalogar os arquivos ou conheciam o próprio programa.

Posteriormente, para constatar o trabalho com essas obras, entrevistamos os professores de Língua Portuguesa. Ao todo, foram 22 profissionais. Não buscamos questionar ou indicar a necessidade de formação dos professores sobre a linguagem dos quadrinhos, mas, sim, o de averiguar quais são as preparações fornecidas para o trabalho com os livros. Embora abordássemos os quadrinhos, o viés das perguntas visava aferir a noção que os docentes têm sobre o formato livro, o trabalho com as obras selecionadas pelo PNBE e se seriam leitores de HQs, tendo em vista a nossa hipótese de que as obras chegam às escolas, mas não há qualquer desenvolvimento de leitura com elas, já que falta formação sobre o programa em si e, no caso dos quadrinhos, sobre suas várias formas de produção e leitura.

Para apresentar esses dados, tivemos os aspectos relacionados à linguagem nesse novo contexto educacional como vigas-mestras para a construção do estudo. No entanto, dada a natureza do que está sendo investigado, houve a necessidade de estabelecer diálogos com estudos de diferentes áreas, atribuindo à pesquisa um caráter interdisciplinar. Por isso, nós nos ancoramos em estudos da Educação, da História e da Sociologia para traçar um histórico do acesso ao livro, à leitura e à educação; na Linguística Textual, para trabalhar o conceito de leitura, também associado à Cognição e à Pragmática, e em premissas da Análise do Discurso e dos escritos bahktinianos para a definição dos quadrinhos como hipergênero, além de considerar os seus elementos extratextuais; também ligado à Linguística Aplicada, e estudos da área dos quadrinhos, porque a presente apuração visa verificar como se dá o uso da linguagem em ambiente escolar.

Posto que as políticas públicas são desenvolvidas na tentativa de sanar questões históricas de negação à educação, à leitura e ao livro, é diante disso que está estruturado nosso

primeiro capítulo, intitulado Do livro ao leitor: o acesso à leitura na escola. Debateremos as questões ligadas ao acesso ao livro na sociedade e especificamente na sociedade brasileira, evidenciando como programas de educação interferiram e interferem no processo de leitura, fortemente ligada à realidade socioeconômica.

De acordo com Lyons (1999), Chartier (2011; 1999) e Barbier (2008), antes do acesso à escola de forma igualitária, a leitura era realizada em grupo, sendo que os que de fato poderiam ser considerados leitores eram aqueles que tinham acesso à educação, por isso muitos eram leitores por ouvirem e estarem nas rodas de leitura. Outros conseguiam decorar determinado texto, assim, se lhe dessem um novo livro, não saberiam ler, pois não tinham essa desenvoltura. Essa realidade seria comum em vários países, embora os pesquisadores enfoquem na Europa nos séculos XVII e XVIII.

No Brasil, esse dado é comum no século XX e passa a mudar com a abertura das escolas a todas as classes sociais. Mas, se analisadas as condições socioeconômicas, a prática ainda é identificada em pleno século XXI, como evidenciado pelo Instituto Pró-Livro em 2016, Retratos da Leitura no Brasil. Uma das perguntas era se a pessoa havia comprado livro nos últimos três meses. A resposta foi positiva para 50% das pessoas com curso superior e 10% para as não alfabetizadas. Essa mesma disparidade é aparente se comparada às classes sociais e à renda, corroborando a ideia de que o acesso ao livro está diretamente relacionado ao acesso à educação e à situação econômica familiar.

Outra questão, que é atual, é o fato de muitos poderem ser classificados como analfabetos funcionais, que, de acordo com Chartier (2011), são os que dominam a leitura, mas que não têm um aprofundamento daquilo que lê.

No segundo capítulo, *O Programa Nacional Biblioteca da Escola: surgimento, concepções e funcionamento*, traçamos na primeira parte um histórico das políticas públicas de leitura no Brasil, seguido da trajetória do programa, apontando dados bem explícitos sobre os lotes adquiridos pelo governo federal no período de 1998 a 2014, respectivamente os anos da primeira e da última distribuição. Criado ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), em 1997, o PNBE sofreu algumas alterações, buscando adequar e deixar mais transparente o processo de escolha. Diante disso, a partir de 2005, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi instituído um grupo responsável pela seleção dos títulos, inicialmente liderado pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro - (2005) e depois pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais -, com o CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (2006-2013).

Em 2007, também mudou a nomeação do programa, que até em então fazia referência ao ano de compra, passando para o ano de distribuição – por isso não há dados sobre a aquisição referente ao PNBE 2007. O edital referente a 2014 foi a última edição desenvolvida, já no governo de Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Foram lançados editais para o PNBE 2015 e PNBE 2016 Periódicos, contudo não foram efetivados.

Apontamos, ao final desse capítulo, os números relativos à obtenção dos livros de 1998 a 2014 e de 2010 a 2014 dos periódicos. Foram gastos R\$ 959.861.997,37, com aproximadamente 243 milhões de livros. Embora a quantidade seja alta, Fernandes (2007) cita que, entre 1984 a 1996, para o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), o governo comprou, em média, 429.9 milhões de exemplares de livros didáticos, número acima do PNBE, mesmo que com tempo de execução menor.

No terceiro capítulo, *Oficialização das HQs na escola: o acervo do PNBE*, projetamos o histórico deles no programa e atualizamos a lista de títulos adquiridos ao longo dos anos, pois, ainda que, de 2009 a 2016, tenham sido publicadas listas dessas obras, conforme visto em Vergueiro e Ramos (2009), Yamaguti (2013 e 2014), Buffon (2014) e Borges (2016), ao realizar a pesquisa de campo encontramos quadrinhos que não apareciam em nenhuma delas.

Os dados foram separados por anos, identificando os títulos e também o nível para o qual foram destinadas as HQs e o gênero. Também frisamos as contradições encontradas nessas seleções. A divulgação dos títulos, por exemplo, faz com que sejam imprecisas as publicações dessas listas, pois muitos quadrinhos adquiridos são adaptações de clássicos literários, e, ao divulgá-los, é apresentado apenas o nome da obra original. Também nesse quesito, indagamos o fato de haver autores selecionados todos os anos, até, inclusive, com a mesma obra sendo adquirida em anos diferentes. E ainda a existência de adaptações, em que não há de fato a modificação do texto-fonte.

A quantidade de obras adquiridas no programa, a forma como os quadrinhos são inseridos nos editais e as demais problemáticas apontadas nos fazem questionar a compra desses títulos, visto que demonstram que o programa tendeu a funcionar apenas como distribuidor de livros para as escolas. E, para as editoras, como um grande mercado – algumas, que até então nunca tinham publicado obras em quadrinhos, passaram a fazê-lo; ao pararem os editais, suspenderam as novas publicações.

No quarto e quinto capítulos, junto à abordagem dos dados, é descrito o trabalho de campo, seguido da análise dos dados. No quarto capítulo, *Biblioteca Escolar: formação do*

acervo de HQ e desenvolvimento da leitura, é feita a descrição das bibliotecas escolares, nomeadas de A a I, para evitar a identificação delas, e trabalhadas as informações sobre os espaços fornecidas pelos responsáveis, bibliotecários e/ou gestores, e a respeito dos professores de Língua Portuguesa. Os dados dos responsáveis pela biblioteca foram tão importantes para nossa pesquisa que poderíamos até focar nessas informações e desconsiderar os dados dos questionários aplicados aos professores de Língua Portuguesa, pois já revelam a realidade do problema em não valorizar a leitura no ambiente escolar.

Ao todo, foram 21 escolas visitadas, na tentativa de chegarmos ao número de dez escolas em dois bairros, contudo fechamos com nove escolas, pois: em quatro, não fomos autorizadas a aplicar o questionário; a negativa foi justificada com a alegação de não terem o acervo necessário; em dois casos, mesmo autorizados, não identificamos obras em quadrinhos obtidas pelo PNBE e destinadas ao Ensino Fundamental II. E, como grande problema, identificamos seis escolas que não contam com nenhum espaço destinado à leitura.

Essa realidade, porém, não é exclusiva das escolas pesquisadas, muito menos do município de Barueri. Pesquisas como as de Cirino (2015), Montuani (2012), e até realizadas pelo próprio MEC (BRASIL, 2006; 2008a), já apontaram a falta de espaços para este trabalho. Há até sugestões de trabalhos para as escolas que, assim como as apontadas, não possuem bibliotecas escolares ou os chamados cantinhos de leitura (cf. BRASIL, 2008a).

O mesmo problema é apresentado em relação à formação dos educadores em fomentar a leitura. As mesmas pesquisas e Paiva (2012) vêm discutindo muito a formação dos mediadores em relação ao PNBE, assim como há outros estudiosos, como Cosson (2014a) e Soares (2008; 2015), debatendo o ensino da leitura, articulando com o conceito de letramento literário.

É nesse sentido que apresentamos os dados dos questionários aplicados aos professores de Língua Portuguesa, no quinto capítulo, *Trabalhando com os quadrinhos na escola: espaço, acervo e uso*, que compilamos os dados de todas as escolas. As perguntas arrematam, a partir de um objetivo específico, o nosso objetivo inicial e geral, o de evidenciar se houve a efetivação do uso dos quadrinhos nas escolas. Concluímos tal objetivo, pois os professores demonstraram não saber que havia quadrinhos no programa, quando o conheciam, muito menos que havia nas escolas.

CAPÍTULO 1

DO LIVRO AO LEITOR: O ACESSO À LEITURA NA ESCOLA

Buscamos neste primeiro capítulo discutir, brevemente, o desenvolvimento da leitura, desde o formato do livro ao objeto na escola, para que possamos falar sobre a inserção dos quadrinhos no ambiente escolar como incentivador de leitura. Para chegarmos ao debate da efetivação dos quadrinhos no PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola), é preciso discutir a questão de acesso à leitura e, como consequência, ao livro e à educação para entendermos o porquê da criação de políticas públicas de leitura no Brasil. Antes de irmos à análise dos processos dessas garantias ou tentativas de garantias, precisamos contextualizar quem é esse leitor, e o quão importante os elementos de seu entorno interferem em sua construção como sujeito-leitor.

A intenção, embora possa parecer incoerente, é mostrar como a oralidade foi/é importante para o desenvolvimento da leitura entre os que não dominam a escrita, e apontar como as histórias em quadrinhos podem desempenhar papel essencial nesse processo, agora não só com a oralidade, mas também através da linguagem visual, pois, no contexto escolar, caso haja algum aluno que esteja em processo de alfabetização, ele conseguirá fazer a leitura dos quadrinhos (dos que não tiverem linguagem verbal).

A inserção dos livros de imagens, como classificado nos editais do PNBE, os quadrinhos e a literatura infantil no programa indicam esse poder da imagem nessa construção de sentido. Já que o programa do governo federal foi desenvolvido para escolas públicas brasileiras com o objetivo de incentivar a leitura, partindo de uma ideia antiga de que os brasileiros não leem, como apontado por El Far (2006) a partir de uma afirmação de Olavo Bilac¹ publicada na “Gazeta do Povo” em 1904, refutando João do Rio², ao declarar, em 1903,

¹ Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) é um dos grandes nomes da literatura brasileira. Era jornalista com publicações de crônicas e poesia, ligadas ao Parnasianismo, conhecido, além de suas produções literárias, por sua ligação com a literatura infantil e também por ter escrito o Hino à Bandeira.

² Um dos pseudônimos de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921), escritor brasileiro e também jornalista, publicou crônicas e teatros, albbém de também ter realizado trabalhos de tradução. Suas crônicas são críticas, e é considerado pela Academia Brasileira de Letras como o criador da crônica social moderna.

que o brasileiro estava lendo cada vez mais. Bilac discordava veementemente por considerar que o brasileiro não era leitor por não estar alfabetizado.

Esse leitor do começo do século XX não tinha acesso amplo à educação e, por consequência, não teria contato com o livro e a leitura. Leitor é entendido, nesse momento, como aquele que domina a escrita e, por isso, consegue decodificar as letras. De acordo com Jouve (2002), a concepção de leitura muda com o tempo, alinhada aos estudos linguísticos, mudando mutuamente a concepção do século anterior. Atualmente, entende-se que leitura é um processo pragmático, logo deve ser vista na interação autor-material-leitor, gerando o entendimento do leitor, a partir do material, do que quis dizer com aquelas palavras o autor.

Segundo Bourdieu e Chartier (2011), a leitura é uma prática cultural e, para ser leitor, o indivíduo deve estar inserido nessa prática. Assim, mesmo que uma pessoa do século XXI tenha acesso à educação e às condições socioeconômicas para adquirir livro, não quer dizer que será leitora, pois a prática da leitura também precisa estar presente em seu cotidiano.

A exemplo dessas situações, podemos citar Cosson (2014a), ao mencionar, em seu artigo, o caso de uma de suas alunas de pós-graduação, professora de uma escola particular, que apontava que, mesmo com condições financeiras, seus alunos não eram leitores, evidenciando a falta dessa prática.

Os alunos atendidos pelo PNBE são, por sua vez, em geral, os estudantes que não têm acesso à leitura ou quando há, é pouco, seja por falta de condições econômicas para poder comprar livro ou devido à falta de exemplos de leitores em seus lares, reproduzindo o ciclo de não formação leitora em nosso país. Buscando, então, sanar essas questões é que são criadas políticas públicas para incentivar a prática leitora. Por isso, traçaremos um breve percurso histórico do livro, da educação e da leitura, aspectos que levaram à criação de ações governamentais, no Brasil, possibilitando/esperando uma relação com o livro um gosto por ele nos estudantes brasileiros de escolas públicas afim de evidenciar a importância do desenvolvimento do programa e, no caso específico desta pesquisa, das possibilidades de contribuição dos quadrinhos no desenvolvimento da leitura na escola.

1.1. Da escrita ao livro

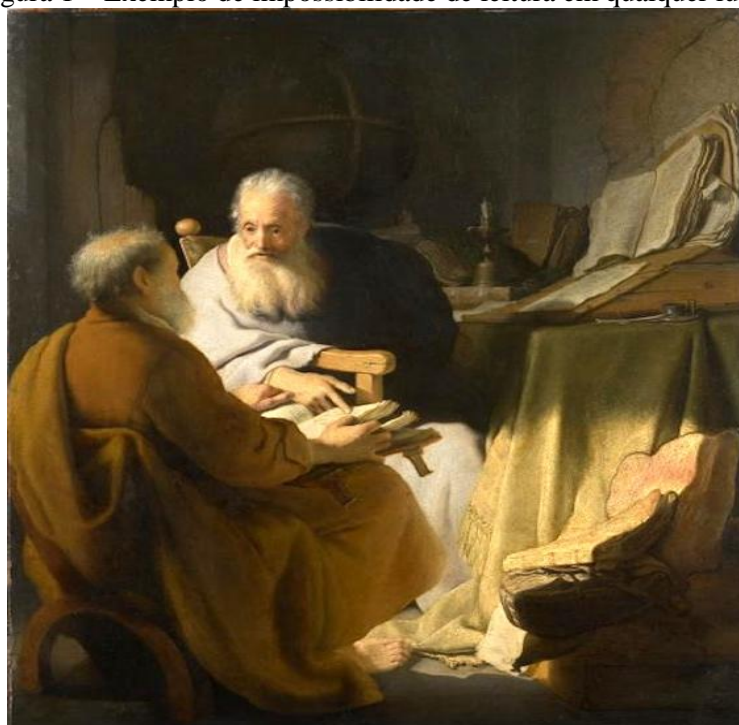
De acordo com Barbier (2008), o desenvolvimento da escrita é um marco para a organização de sociedades mais complexas, pois se passou a fazer registros importantes para a época. Com isso foi possível a constituição de livros. No entanto, não no formato que

conhecemos: “o livro propriamente dito é, na Antiguidade clássica, um *volumen* (ou *rotulus*), ou seja, um rolo” (id., p. 33). Tal configuração do livro exigia uma prática de leitura, nas palavras do pesquisador, complexa, pois era necessário desenrolar e enrolar ao mesmo tempo o *volumen*.

Eram rolos e rolos para poder realizar a leitura, jamais poderiam e conseguiriam sair com o livro de um lugar a outro. Chatier (1999), em sua obra *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, vai ao longo dos seus capítulos ilustrando essas mudanças do formato do livro com obras de arte; Baseando-nos no pesquisador, fazemos o mesmo e introduzimos algumas obras de arte que ilustram essas transformações.

A primeira obra, *Two old men disputing* – de Rembrandt, 1628, ilustra o formato do livro que impossibilitaria a leitura em qualquer lugar, constatado a partir dos escritos sobre a mesa, e sobre o homem quem está sentado, pois também há um livro em seu colo. Esse formato é grande, precisando de apoio para leitura.

Figura 1 – Exemplo de impossibilidade de leitura em qualquer lugar



Fonte: ngv.vic. Acesso em: 06/06/17.

Além dessa característica, o *volumen* não permitia anotações, escrever no verso ou uma simples consulta; De acordo com Barbier (2008, p. 36), devido ao tamanho dos rolos, que eram em metros, gerava dificuldades de manipulação e até situações perigosas de leitura, citando o caso de um senhor de 83 anos que não aguentou o peso do *volumen* e acabou morrendo.

Um dos primeiros passos para o formato livro que conhecemos começa com o desenvolvimento do códex, livro dobrado e encadernado. Tal criação também foi fundamental para todas as produções humanas que envolviam escrita, o que, segundo o historiador, permitiu que fossem realizadas a escrita e a leitura ao mesmo tempo, assim como possibilitou a leitura individual e silenciosa. Outro fator foi a separação de palavras e a pontuação, o que, anteriormente, segundo Barbier (2008), exigia que fosse oralizada e em grupo, pois diminuiriam os problemas de interpretação e de identificação das palavras.

Figura 2 – Exemplo do que seria o códex



Fonte: thorntonsbooks. Acesso em: 06/06/17.

Na figura 2, podemos observar um exemplo de códex - Códex Sinaiticus no Mosteiro de Santa Catarina -, datado por volta do século IV. A imagem não permite ter dimensão do tamanho real do livro, mas evidencia a impossibilidade de carregar o material de um canto a outro.

As transformações no formato passaram a modificar as práticas de leitura e consequentemente o leitor, que, de acordo com Gui, passou a distinguir os que dominavam a escrita, porque

tinham comumente os Evangelhos e as Epístolas em língua vulgar e até mesmo em latim, pois alguns o entendem. Alguns também sabem ler e leem em um livro aquilo que eles anunciam e pregam. [Outros pregadores, ao contrário] não fazem uso de nenhum livro, sobretudo aqueles que não sabem ler, mas aprenderam seu discurso de cor... (GUI apud BARBIER, 2008, p. 69)

De acordo com Gui, os que não dominavam a escrita apenas decoravam aquela obra, em sua maioria eram leituras religiosas, o que nos faz, a partir desse momento, questionar e refletir sobre o que é acesso ao livro e à leitura. A definição do que é leitura, assim como a de

analfabetismo, também se transformou como o próprio formato do livro. Antes a leitura estava mais ligada a decifrar o texto, mas, como afirma Jouve (2002), a pragmática faz mudar tal concepção, considerando o leitor no processo. Desta forma, ler passa a ser um processo que agora envolve entender/interpretar o texto com mais profundidade.

Apesar de recorrermos aos conceitos da história do livro e da leitura, assim como de letramento literário, nossa perspectiva teórica para definição de leitura está ancorada na Linguística Textual, que define a leitura como um processo interativo entre autor, texto e leitor na construção de sentido e os desdobramentos com a Linguística Aplicada na definição de texto multimodal, pois, segundo Rojo (2014),

na era do impresso, reservou-se a palavra texto principalmente para referir os textos escritos, impressos ou não; na vida contemporânea, em que os escritos e falas se misturam com imagens estáticas (fotos, ilustrações, gráficos, infográficos) e em movimento (vídeos) e com sons (sonoplastias, músicas), a palavra texto se estendeu a esses enunciados híbridos de “novo” tipo, de tal modo que hoje falamos também em textos orais e em textos multimodais, como as notícias televisivas e os vídeos de fãs no YouTube. (Disponível em: ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/textos-multimodais. Acesso em: 28/03/18)

Desta forma, pode-se considerar que há a ampliação não só de textos, mas de leitura, considerando outras linguagens. E situações como as de leitura oralizada em grupo, descritas do século XVII e XVIII, podem ser exploradas e auxiliar a desenvolver a prática leitura, mas que pudesse ser ampliada no ambiente escolar.

Figura 3 – Ilustração de momentos de leituras mediadas



Fonte: [voltairefoundation](http://voltairefoundation.org). Acesso em: 06/06/17.

O quadro de Jean François de Troy, “Uma leitura de Molière”, de 1728, ilustra o que pode ser entendido como mediação, já que apenas uma pessoa detém o objeto em mãos, com

a ressalva de não demonstrar a realidade da maioria da população do período (os que não tinham condições financeiras).

Os dados apontados por Gui são comuns nos séculos subsequentes e, de acordo com Lyons (1999), estariam relacionados às questões socioeconômicas, pois o acesso ao livro no começo do século XX foi negado às classes sociais mais baixas, já que era um objeto caro, em alguns casos na Europa chegam a constar em testamentos e inventários. Afirmção rediscutida e defendida por Darton (2011), ao apresentar dados de Walter Wittmann e Daniel Roche:

o estudo alemão mais completo é provavelmente a pesquisa realizada por Walter Wittmann nos inventários a partir do final do século XVIII em Frankfurt am Main. Indicou que os livros pertenciam a 100% dos funcionários graduados, 51% dos comerciantes, 35% dos mestres e artesãos e 26% dos artífices. Daniel Roche encontrou um padrão similar entre as pessoas comuns de Paris; apenas 35% dos trabalhadores assalariados e empregados domésticos que aparecem nos arquivos notariais, por volta de 1780, possuíam livros. (DARTON, 2011, p. 213)

Para essas pessoas, ler era uma atividade social. Segundo Darton (2011), grupos se reuniam nos locais de trabalho, em celeiros ou tabernas para realizar a leitura, por isso, muitos que não detinham o livro passam a ser ouvintes/leitores, e não podem ser desconsiderados. O pesquisador afirma que algumas primeiras impressões em brochura até começavam o texto com: *O que você vai ouvir...* evidenciando essa leitura mediada, e que pode ser comparada ao que é feito hoje em telejornais, por exemplo, quando um telespectador fica sabendo de uma notícia, que é lida pelo apresentador.

O acesso ao livro, embora constantemente seja discutido em relação às condições socioeconômicas, sofreu diversas influências a partir da transformação do próprio formato do objeto. De acordo com Darton (1990), um dos momentos que fez aumentar o número de leitores foi “a transformação do desenvolvimento do papel feito a máquina, os prelos movidos a vapor, o linotipo e a alfabetização universal”(p. 155). Lyons (1999), no entanto, defende que a alteração que de fato revolucionou o livro, o modo de leitura e o material aconteceu apenas com o computador, o que faz com que o pesquisador questione a transformação que creditam a Gutemberg.

O que foi mesmo que Gutemberg realmente mudou? Muitas discussões têm sido conduzidas acerca da natureza supostamente revolucionária da invenção da imprensa. Mas essas discussões se aplicam principalmente à transformação da vida do intelectual. A imprensa não modificou a vida dos cidadãos comuns, que continuaram a elaborar uma rica cultura oral à parte do universo impresso, por vários séculos após Gutemberg. A imprensa não foi necessariamente revolucionária para o campesiano europeu, exceto no sentido de que a palavra impressa oferecia novos modos de dominação dos governos, aristocratas, religiosos, advogados e coletores de impostos que oprimiam os camponeses. (LYONS, 1999, p. 13)

Para essas pessoas, a leitura era feita em grupo, já que eram poucos os que dominavam a prática individual (entendida como aquela realizada no papel e a partir da escrita). De acordo com Chartier (2011), em pesquisa feita com dados do século XVII, em geral, aprender a ler ocorria antes dos sete anos e fora do ambiente escolar, normalmente acompanhado de um pastor. Aos oito, começavam a frequentar a escola para aprender a escrever, idade em que muitos garotos pobres precisavam trabalhar. Desta forma, nesses grupos poderia haver leitores de bom domínio da escrita, e queconsequentemente saberiam ler qualquer obra (ficando subentendido que tiveram acesso à educação), e outros que conseguiam decodificar apenas uma determinada obra, principalmente textos religiosos, mas não outras, pois não havia domínio do que estava escrito, apenas decoravam um livro específico.

Além de defender que não foi a imprensa a revolucionária na história do livro e sim o computador, Lyons (1999) acrescenta dois fatos que foram transformadores. O primeiro é o desenvolvimento do códex, pois não havia a necessidade de utilizar as duas mãos para ler, possibilitando a realização de outras atividades ao mesmo tempo. A segunda transformação foi a passagem da leitura oral (feita em grupo) para a leitura silenciosa (individual). Tais processos foram fundamentais, no entender do pesquisador, para o desenvolvimento da literatura erótica, já que não precisaria ser em grupo e ao menos uma das mãos estaria livre.

Figura 4 –Possibilidade de ler apenas com uma das mãos



Fonte: masp.art.br. Acesso em: 06/06/17.

Diferente dos primeiros formatos, a obra de arte - “Retrato do cardeal Don Luis Maria de Borbon y Vallabriga”, de Francisco Goya y Lucientes, de 1798, também mostra a transformação do livro, agora não é mais necessário apoio e pode ser feita apenas com uma das mãos. E em qualquer posição ou local.

Figura 5 –A mudança do formato possibilitou novos locais e posições de leitura



Fonte:masp.art.br Acesso em: 06/06/17.

A figura cinco, com o quadro “Moça com livro”, de José Ferraz de Almeida Júnior, sem data, mostra bem as possibilidades de novas leituras, já que se encontra debruçada sobre um livro em um gramado. Essas transformações teriam começado no século VII, quando passou a ser desenvolvida a separação das palavras. Outra contribuição seria a exigência de silêncio nas bibliotecas universitárias. Ocorre que esse novo modo de ler passou a ser excludente, agora só teria acesso ao livro aquele que, além de condições socioeconômicas, fosse alfabetizado, já que não havia mais mediadores.

1.2. Acesso à educação

De acordo com Barbier (2008), em todos os lugares o ensino está atrelado direta ou indiretamente ao desenvolvimento do mercado editorial. Primeiro por trabalhar com títulos específicos - no começo até mudando de temas religiosos para outros, como coloca Chartier (1999), laicizadas – e por possibilitar o aumento do número de leitores, ou seja, neste momento, aquele que domina a escrita.

O desenvolvimento da escrita e as transformações do formato do livro começaram a distinguir os leitores, pois alguns apenas decoravam um texto e não outros, desta forma não

poderiam ler toda e qualquer obra. O acesso à educação é fundamental para permitir a todos que leiam de forma ampla, entendendo que a leitura se dá a partir de um suporte físico, contudo nem todos tinham essas condições, além de não ser permitido socialmente.

Se os príncipes encontram seu interesse em um certo desenvolvimento da educação e do ensino, as hierarquias sociais e políticas não devem igualmente ser postas em questão: cada um receberá a educação conforme seu estado, de modo que o nível de ensino se torna mais fraco, conforme se desce na escala social, e as escolas rurais ficam fora do movimento de renovação pedagógica – mas sua ação não é menos real. (BARBIER, 2008, p. 260)

Comumente a educação está atrelada a algo bom e libertador, mas os alunos, em tese, não podem sair da escola sem saber ler e escrever. Para Cook-Gumperz (2008), há a ideia de que a alfabetização melhora a qualidade de vida das pessoas, grupos e sociedade como um todo. Contudo, para o pesquisador, tais afirmações não podem ser simples, embora para Williams seja uma verdade, pois seria a partir disso que passaria a haver grandes revoluções, uma delas é a concepção de controle e influência do próprio destino social.

Essa concepção muda com o fim do feudalismo. No entanto, fica arraigada, como apontado por Chartier (1999), que a leitura e a escrita deveriam ser restritas, pois, se garantidas a todos, faria com que a população de renda mais baixa largasse as terras e buscasse ofícios da pena.

Diferente de Williams, Akinnaso considera um equívoco supervalorizar a alfabetização, porque ela é um “bem cultural ocidental e que desvaloriza culturas não-ocidentais, principalmente as orais” (p. 30) e:

[essa] visão simplista dá vazão a um grande engano, que a educação em sociedades não-alfabetizadas não existe em termos de formação organizada ou [não afeta] a transferência sistemática de conhecimento [...] essas noções sobre educação em sociedades não-alfabetizadas deriva aparentemente e em parte, de uma visão etnocêntrica limitada da escolarização, que interpreta de forma incorreta a verdadeira natureza da educação (AKINNASO apud COOK-GUMPERZ, 2008, p. 30)

Gnerre (1998) também trabalha com a concepção de que a valoração da escrita exclui culturas orais, apontando que há um mito em torno da alfabetização, pois ela “seria o passo decisivo para que grandes massas mergulhadas nas culturas orais abandonassem valores e formas de comportamento “pré-industrial”, se tornassem mais disponíveis para processos de industrialização e cooperassem de forma ativa no processo de expansão do poder do Estado” (id, 1998, p. 44-45).

Como há a ideia de que a educação pode fazer com que as pessoas ascendam socialmente, a escrita, assim como a leitura, é vista como um desenvolvimento social e como algo positivo, como exemplifica Gnerre (1998) ao citar que

muitas vezes descobrimos em culturas que não dispõem de uma tradição escrita, ou em classes subalternas das nossas sociedades, uma polaridade de atitudes: ou a rejeição total, ou a aceitação total e acrítica do que está escrito e, ainda mais, impresso, acompanhada, esta última atitude, por declarações tautológicas, **do tipo tudo que está escrito é importante, porque foi escrito.** (BEDUSCHI, apud GNERRE, 1998, 53 – grifos do autor)

E aquilo que não está escrito precisa ser, caso contrário será perdido ou esquecido. Com o desenvolvimento industrial, a exigência da escrita e da leitura passa a ser cada vez maior, buscando acabar com o analfabetismo, interesse comum a diversos países, inclusive com apoios não governamentais, o que garantiu a abertura da escola pública para todos. No entanto, tal abertura faz com que surjam problemas educacionais.

Segundo Arendt (2005), esses problemas são considerados modernos e passaram a ser um jogo de interesse político controlando diversos aspectos educacionais.

A intenção consciente não era a de ensinar conhecimentos, mas sim de inculcar uma habilidade, e o resultado foi uma espécie de transformação de instituições de ensino em instituições vocacionais que tiveram tanto êxito em ensinar a dirigir um automóvel ou a utilizar uma máquina de escrever, ou, o que é mais importante para a “arte” de viver, como ter êxito com outras pessoas e ser popular, quanto foram incapazes de fazer com que a criança adquirisse os pré-requisitos normais de um currículo padrão. (Op. cit., p. 232)

Não à toa, a educação é um dos principais itens de debates em campanhas políticas. Uma das problemáticas levantadas é que o aprendizado foi substituído pelo fazer, que, de acordo com Mészáros (2005), não visa a produzir cidadãos críticos, pois seria uma necessidade capitalista e foi a principal causa da abertura da educação pública a todas as classes sociais, não havendo o interesse em formar cidadãos críticos, mas sim mão de obra barata e qualificada; Nessa lógica o ensino técnico ganha espaço. Mesmo posicionamento apresentado por Cook-Gumperz (2008, p. 40):

o grande objetivo da escolarização em massa foi controlar a alfabetização, e não promovê-la, controlar ambas as formas de expressão e o comportamento que acompanhava o avanço rumo a alfabetização. O desenvolvimento da escolarização pública baseou-se na necessidade de alcançar uma nova forma de treinamento social, que transformou os trabalhadores domésticos ou rurais em uma força de trabalho industrial. Assim, embora a alfabetização tenha precedido o desenvolvimento industrial, foram as necessidades da nova economia industrial e capitalista que moldaram a escolarização e a sua institucionalização.

Ainda que voltada aos interesses mercadológicos, a prática de ensino de leitura e escrita mudou, pois, como aponta Darton (1990), no século XVII e no início do XVIII, ao ir à escola, o aluno já sabia decifrar alguns textos, todos religiosos. Na Inglaterra, as crianças

aprendiam a ler antes de escrever; a mesma estratégia ocorria na França. A mudança começa com alteração da temática dos livros nas escolas, que deixaram de ser religiosos, pois o modo de impressão e formatos permitiram que houvesse uma troca de títulos e surgissem novos gêneros.

Outra relação direta foi a transformação de uma leitura oralizada e em grupo para silenciosa e individual, pois assim não há mais mediação, excluindo, dessa forma, aqueles que só tinham contato com o livro a partir de outro leitor, exigindo que, para ter acesso à leitura, deva dominar a escrita.

1.3. Leitura no Brasil

No Brasil, essa questão é fundamental para entender a situação em pleno século XXI, pois está atrelada aos estudos a condição socioeconômica, e faz com que muitos não possam ter o hábito da leitura por não poderem adquirir livros. Dado evidenciado por Fernandes (2007) ao publicar os números da Câmara Brasileira do Livro.

As estatísticas indicam que o mercado comprador de livros representa 20% da população brasileira alfabetizada com 14 anos ou mais (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, 2001, p. 20). Dessa pequena parcela de compradores, 60% têm mais de 30 anos, 53% são moradores da Região Sudeste e mais da metade são de cidades grandes e metrópoles (Ibid., p. 26). Os maiores índices de leitura e compra de livros encontram-se nos estados de renda mais elevada: classe A e com instrução superior. Ou seja, 1% da população possui 22% dos livros, revelando que a posse de livros "apresenta dinâmica idêntica à distribuição de renda no país, onde poucos têm muito e muitos têm pouco" (Ibid., p. 36). (FERNANDES, 2007, p. 18-19)

A dificuldade em desenvolver a leitura em nosso país é histórica. De acordo com Lajolo e Zilberman (1996), só por volta de 1840 é que o Brasil começa a apresentar traços para a formação do leitor, com mecanismos de produção e escolarização, ainda que precárias. A mudança no cenário aparece com o Romantismo, fomentando o mercado. Todavia, a principal questão não era a disponibilidade dos livros, mas sim de acesso, já que, até o final do século XIX, mais de 70% da população era analfabeta.

A publicação da quarta edição do estudo do Instituto Pró-Livro, *Retratos da Leitura no Brasil* (2016) –, também apresentava índices similares. A pesquisa considerava comprador e leitor os casos de pessoas que tiveram contato com o objeto nos três últimos meses. Em 2015, 87% dos entrevistados das classes D e E foram considerados não compradores de livro. Tais números são históricos, não só no Brasil, e estão estritamente ligados ao acesso escolar, como também demonstrado na pesquisa, em que o número de compradores aumenta conforme a instrução educacional. Para se ter uma ideia, o índice referente ao nível de escolaridade dos

compradores de livros era de 10% quando não alfabetizados; com ensino superior, esse número sobe para 50%.

Visando à diminuição dos problemas de leitura, são criados programas que possibilitem reverter tal condição. O primeiro passo do governo é alfabetizar a todos, com apoio, desde 2012, do PNAIC (Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa). O programa visa alfabetizar as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental. O segundo é garantir que tenham o livro. Para isso, foram criadas políticas públicas que distribuíssem livros em escolas públicas brasileiras, em nível nacional, estadual e municipal. O último programa federal desenvolvido é o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola).

Embora haja o desenvolvimento de programas alfabetizadores e incentivadores de leitura, surge outra problemática, os analfabetos funcionais. O analfabetismo funcional é um dos principais problemas enfrentados na educação, pois os alunos são considerados alfabetizados, leem e escrevem, porém não conseguem fazer uma leitura mais aprofundada e compreender o texto.

Para Chartier (2004, p. 173-174),

hoje em dia, os analfabetos funcionais são aqueles que, apesar de seus anos de escolaridade, enfrentam problemas com a escrita, ao ponto de sofrer dificuldades em sua vida cotidiana (...). O número de iletrados vem aumentando, e o analfabetismo funcional está se convertendo na “nova epidemia”, “flagelo dos tempos modernos”, “enfermidade vergonhosa”, que acedia os bairros periféricos das grandes cidades, se relaciona com a miséria, a decadência social e a violência urbana.³

Por isso, a escola não trabalha mais com a dificuldade em alfabetizar. A prioridade da alfabetização é cada vez mais cedo ensinar a criança dominar a escrita. Passada essa fase, o embate é ensinar a ler. Para Barthes e Compagnon (1987), ler não é apenas decifrar um texto de forma mecânica, e, sim, desenvolver a criticidade; o leitor deve ir além do texto, tanto em interpretação quanto em visão de mundo.

No ambiente escolar, no entanto, o que se prioriza, a partir do que é possível constatar no editais do PNBE, é o desenvolvimento de uma leitura literária, com os clássicos literários, mas, segundo Geraldi (2013), não é o professor quem ensina a ler, e, sim, o aluno que aprende a descobrir a magia da literatura, ele apenas dará ferramentas para que se torne um leitor.

³ hoy en día, los analfabetos funcionales son aquellos que, a pesar de sus años de escolaridade, enfrentan problemas con lo escrito, al grado de sufrir dificultades en su vida cotidiana (...). El número de iletrados iba en aumento, y el analfabetismo funcional se estaba convirtiendo en la “nueva epidemia”, “flagelo de los tempos modernos”, “enfermedad vergonzosa”, que asediaba los barrios periféricos de las grandes ciudades, se relacionaba con la miséria, la decadência social y la violencia urbana. (p. 173-174)

É necessário entender, assim como apontado por Jouve (2002), que há transformações no entendimento sobre o que é leitura. Baseamo-nos no pesquisador, pois defende que leitura é um processo pragmático, assim além do que é defendido por Borges (1999) – que um livro fechado é só mais um objeto –, é preciso considerar a interação do aluno com o objeto e com o autor para que então possa ser o leitor que Geraldi (2013), Barthes e Compagnon (1987) defendem, o leitor crítico, o que sabe compreender o texto.

Todavia, a compreensão textual nos remete ao problema inicial deste subtítulo: o acesso à educação. Quem são os leitores de que estamos falando? Eles tiveram todo o direito de acesso à educação? E a escola quer incentivar o acesso à leitura ou apenas que o aluno saiba decifrar o que é considerado como clássico literário? Ideia defendida por Bourdieu em um debate com Chartier:

(...) penso que o sistema escolar desencoraja essa expectativa e, de uma vez, destrói uma certa forma de leitura. Penso que um dos efeitos do contato médio com a literatura erudita é o de destruir a experiência popular, para deixar as pessoas enormemente despojadas, isto é, entre duas culturas, uma cultura originária abolida e outra erudita que se frequentou o suficiente para não mais poder falar da chuva e do bom tempo, para saber tudo o que não se deve dizer, sem ter mais nada para dizer. (BOURDIEU, CHARTIER, 2011, p. 241)

Na visão do estudioso, a escola, ao invés de incentivar, desencoraja, pois desconsidera todas as suas práticas anteriores e tentar impor novas, consideradas clássicas, como uma obrigação para o aluno. Frustra-o com livros, que pode não entender ou ver motivo para ler. O que, ao fim da escolarização, não terá formado nenhum leitor.

1.4. Acesso e prática da leitura

Quem tem direito à leitura em nosso país? Magalhães (2013) se apoia em Derrida para falar sobre o direito à literatura. A pesquisadora pede para substituir filosofia por literatura para constituir o sentido que deseja, que, embora ela não feito em seu artigo, fazemos na citação.

Quem tem direito hoje à **literatura** em nossa sociedade? A qual **literatura**? Sob quais condições? Em qual espaço privado ou público? Quais lugares de ensino, de pesquisa, de publicação, de leitura, de discussão? Através de quais instâncias e quais filtragem midiáticas? Ter direito à **literatura** é ter acesso legítimo ou legal a algo que a singularidade, a identidade e a generalidade continuam tão problemáticas quanto o que chamamos por esse nome: a **Literatura**. (MAGALHÃES, 2013, p. 50 – grifos nossos)⁴

⁴Quem tem direito hoje à filosofia em nossa sociedade? A qual filosofia? Sob quais condições? Em qual espaço privado ou público? Quais lugares de ensino, de pesquisa, de publicação, de leitura, de discussão? Através de quais instâncias e quais filtragem midiáticas? Ter direito à filosofia é ter acesso legítimo ou legal a algo que a

E como garantir esse direito, em uma sociedade considerada não leitora? Os problemas de acesso à leitura em nosso país estão associados aos problemas⁵ de acesso à educação e ao próprio livro. Foram criadas políticas públicas com o objetivo de democratizar e garantir o acesso ao livro. No entanto, discutir a questão do acesso à leitura pode apontar falhas de como ocorre esse processo. Para alguns, falar em acesso quer dizer que o livro está na escola. O aluno pode ler a qualquer momento. Então, estaria resolvido o problema de incentivá-lo a ler. Contudo, haverá, de fato, leitura por haver o livro no ambiente escolar ou até mesmo em casa?

Primeiro para que o aluno possa ser leitor é preciso ter disponibilizado o objeto. Assim temos de diferenciar o que é acesso e disponibilidade. Kalman (2004) diferencia a questão da seguinte forma em relação à leitura: ter fisicamente o objeto e ao alcance é disponibilidade (não faria sentido ter, por exemplo, um livro destinado à Educação Infantil nas prateleiras mais altas em uma biblioteca); garantir as condições para que o aluno possa de fato pegar e ler o livro é acesso. Ele teria que estar inserido numa prática em que haja o trabalho que envolva leitura e escrita para habituar-se e partir para o físico sozinho.

Vejamos, uma criança tem em sua casa uma sala repleta de livros, mas nunca vê alguém com eles em mãos; recebe o objeto como presente, mas nunca o abrem junto a ela para fazer uma leitura. Ela não será leitora dentro dessas condições, como afirma Borges (1999) ao considerar um livro fechado um objeto de decoração. Na visão de Kalman (2004), essa criança tem a disponibilidade do livro, mas não o acesso.

É por isso que Magalhães (2013) faz duras críticas aos programas de incentivo à leitura desenvolvidos nas escolas públicas brasileiras, pois considera serem necessários projetos de qualificações para alunos e professores, estabelecendo um diálogo entre a academia e a escola, visto que o direito à leitura se dará quando houver condições de leitura e isso está, na concepção da pesquisadora, intrinsecamente ligado a este diálogo que precisa ser construído entre as duas instituições.

Essa relação com o livro também precisa ser criada no lar desse novo leitor, desde criança, considerando e finalizando seu texto afirmando:

singularidade, a identidade e a generalidade continuam tão problemáticas quanto o que chamamos por esse nome: a Filosofia. (DERRIDA apud MAGALHÃES, 2013, p. 50)

⁵ Embora exploremos os problemas de acesso à leitura apresentados em nossa sociedade, deixamos claro que há práticas de sucesso, mas buscamos traçar uma linha que evidencie as causas que justificaram a criação de políticas públicas incentivadoras de leitura, como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), objeto de nosso estudo.

(...) essa é minha política de leitura *materna*. De mãe. Ler **As aventuras do Pinóquio** todas as noites antes que o filho durma. E ir até ao fim das páginas extensas de **Alice no país das maravilhas**. Colocar **Isto é um livro!** Displícientemente perto dos brinquedos. Espalhar pela casa livros que, ao abrirem, formam castelos, bichos, flores. E fazer da leitura a mais aprazível possível: imitações, caretas, dublagens, assombros, arregalar de olhos. E parece funcionar: o filho de dois anos e meio, sonolento, levanta da cama, vai até a pilha de livros, agarra um e diz com uma voz de quem não aceita recusa – um imperativo: “Leia”. Entretanto está é só uma história de mãe. Não pode sustentar toda uma formação literária. Da universidade e da escola é preciso querer mais. (MAGALHÃES, 2013, p. 70, grifos da autora)

É necessário, porém, considerar, fundamentalmente, a última frase do excerto: “Da universidade e da escola é preciso querer mais” -, visto que a realidade retratada pela pesquisadora, como podemos imaginar, não é a mesma da maioria de muitos jovens brasileiros e, para isso, além da preparação e o diálogo entre escola e universidade, é essencial o trabalho de políticas públicas, são elas que, minimamente, tentam garantir que o aluno tenha o livro disponível, ao menos, no ambiente escolar.

Como apontado no início deste capítulo, mesmo que o aluno seja alfabetizado e tenha condições socioeconômicas, não é regra para ser considerado leitor, pois lhe falta a prática. O desenvolvimento pelo gosto da leitura é, atualmente, um dos principais embates a ser trabalhado em sala de aula, cada vez mais são discutidas questões sobre a formação do mediador, a formação do leitor e o que deve estar em sala de aula para de fato haver a efetivação de programas que se propõem a democratizar o acesso ao livro e a incentivar à leitura, principalmente associados à pesquisa sobre letramento literário (COSSON2014a; SOARES2008; 2015).

No Glossário CEALE on-line criado pelo CEALE (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita) da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG -, Cosson (2014b) define que letramento literário “é o processo de apropriação da literatura enquanto linguagem”. Neste processo de apropriação, entende-se que seja algo adquirido de modo contínuo e que aconteça quando o indivíduo o toma para si. Dentre essas apropriações, há a linguagem literária, contudo,

neste caso, não se trata simplesmente de um conjunto de obras consideradas relevantes, nem o conhecimento de uma área específica, mas sim de um modo muito singular de construir sentidos que é a linguagem literária. Essa singularidade da linguagem literária, diferentemente de outros usos da linguagem humana, vem da intensidade da interação com a palavra que é só palavra e da experiência libertária de ser e viver que proporciona. (Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg>. Acesso em: 13 jul. 2017)

Assim, para que haja letramento literário, é preciso seguir quatro características:

Em primeiro lugar, não há letramento literário sem o contato direto do leitor com a obra, ou seja, é preciso dar ao aluno a oportunidade de interagir ele mesmo com as obras literárias. Depois, o processo do letramento literário passa necessariamente pela construção de uma comunidade de leitores, isto é, um espaço de compartilhamento de leituras no qual há circulação de textos e respeito pelo interesse e pelo grau de dificuldade que o aluno possa ter em relação à leitura das obras. Também precisa ter como objetivo a ampliação do repertório literário, cabendo ao professor acolher no espaço escolar as mais diversas manifestações culturais, reconhecendo que a literatura se faz presente não apenas nos textos escritos, mas também em outros tantos suportes e meios. Finalmente, tal objetivo é atingido quando se oferecem atividades sistematizadas e contínuas direcionadas para o desenvolvimento da competência literária, cumprindo-se, assim, o papel da escola de formar o leitor literário. (Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg>. Acesso em: 13 jul. 2017)

Como apontado por Cosson (2014b) nos trechos acima, a prática da leitura envolve tal letramento, sendo necessário o contato com o objeto, no caso do letramento literário exposto pelo pesquisador, no ambiente escolar. Defendemos, no entanto, que o aluno desenvolva a prática leitora, independentemente de ser literária, pois, como afirmam Koch e Elias (2010),

a leitura é uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo. (p. 11)

Nessa perspectiva, o leitor é considerado em todas as situações cotidianas que envolvam essa prática, não sendo, portanto, excludente. Já a leitura literária tem valor social e distinção de poder, como defendido por Bourdieu, em debate com Chartier (2011). Para o pesquisador a leitura literária é um consumo cultural e sua prática neste sentido ganha valor social, pois haveria a necessidade intelectual de criar novos leitores, para que então seja fomentada a produção escrita, e aquele que mais domina a escrita, logo também a leitura, é quem detém maior prestígio.

E esta questão de prática cultural relacionada à leitura direciona-se à educação:

(...) quando o sistema escolar representa o papel que representa em nossas sociedades, isto é, quando se torna a via principal ou exclusiva de acesso à leitura, e a leitura torna-se acessível praticamente a todo mundo, penso que ele produz um efeito inesperado. O que me surpreendeu nos testemunhos de autodidatas que nos foram relatados é que testemunham uma espécie de necessidade de leitura, que, de uma certa maneira, a escola destrói para criar outra, de uma outra forma. (BOURDIEU; CHARTIER, 2011, p. 241)

O que é apontado pelos pesquisadores é importante para pensarmos nas práticas de leitura dos brasileiros, que, como mostrado anteriormente, não há ou há pouco, dado destacado por Fernandes (2007) e pelo Instituto Pró-Livro em todas as suas edições. Associado a esses índices, a definição de acesso e disponibilidade de Kalman (2004) salienta que muitas vezes o que há nesses programas de incentivo à leitura, sejam eles governamentais

ou não, é que não basta ter o livro. A exemplo, podemos citar as campanhas do Banco Itaú. A empresa doa livros infantis, só é necessário fazer um cadastro, e em todas as campanhas televisionadas a respeito há o slogan: “leia para uma criança, isso muda o mundo”.

Figura 6 - Imagem do site do Banco Itaú sobre a campanha: Leia para uma criança



Fonte: itau.com.br/crianca/ Acesso em: 14/06/16.

O banco tenta inserir a prática de leitura no lar através de doação de livros infantis, na tentativa de fomentar a leitura nos lares brasileiros. Essa ação é vista como positiva, pensando na definição de Hébrard (2011, p. 27), de que “a leitura é uma arte de fazer que se herda mais do que se aprende”. Por isso, na escola não se adquire leitura, mas as maneiras de ler.

Nessa mesma busca, o governo federal, estadual de São Paulo e alguns municípios também já realizaram a distribuição dos livros aos alunos. Em 2008, por exemplo, o governo paulista distribuiu aos alunos 9,9 milhões de livros, totalizando o valor de 67 milhões de reais, destinados aos alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio – estes receberam obras que são cobradas nos vestibulares nacionais (dado observado pela própria Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), disponível em: saopaulo.sp.gov.br.

Desde 2005, o governo federal não distribui mais livros diretamente aos alunos, como aconteceu de 2001 a 2004 com o PNBE, Literatura em Minha Casa. No estado de São Paulo, por exemplo, o projeto “Apoio ao saber” que distribuía um kit com três livros para cada estudante teve sua última distribuição em 2013. Dentre essas ações, pode ser que haja algum programa municipal, contudo não é de nosso conhecimento.

Diferente de culturas orais, em que há um provérbio que diz que quando um velho morre, morre também uma biblioteca, em nossa cultura, constituir uma biblioteca pessoal é

transmiti-la como bem material a outras gerações. Como apontou Lyons (1999) ao afirmar que os livros constavam até em testamentos, associado, é claro, nesse período, ao alto valor do objeto, o que em nossa sociedade ainda não é uma prática comum, já que o hábito de leitura não tem sido passado de geração a geração.

Fica evidente, a partir das políticas governamentais, exemplo do governo estadual paulista, e não governamentais, como o caso do Banco Itaú, assim como a partir das definições de letramento literário de Cosson (2014a; 2014b), de prática cultural de Bourdieu e Chartier (2011) e da distinção de acesso e disponibilidade de Kalman (2004), que desenvolver a prática de leitura ainda não é o ideal que se objetiva, pois em muitos lares a prática de leitura não acontece, e, ao chegar à escola, há um choque no que tenta ser praticado e até mesmo imposto (ler porque haverá uma avaliação), desconsiderando todas as outras práticas sociais do educando.

Até porque, como ressalva Hébrard (2011), a prática cultural da leitura depende de diferentes fatores e não tem relação com apenas ler, pois essa capacidade não cria um hábito. Associado a isso, relembremos o caso da aluna de Cosson (2014a), que esperava que seus alunos já tivessem o gosto da leitura desenvolvido por terem condições socioeconômicas e por serem letrados.

Obviamente, como apontou Magalhães (2013), para que haja a prática é necessário, antes de estudo, garantir uma estrutura para que isso ocorra, assim os problemas não são só relacionados à educação, mas também às condições socioeconômicas das famílias brasileira, de prática social e que levará anos para se institucionalizar, pois só haverá de fato tal incentivo quando o mediador de leitura for também leitor.

1.5. A leitura na escola

A partir do que fora exposto neste capítulo, devemos questionar as ações e as considerações do que é leitura e do acesso a ela, tendo em vista que cada vez mais se tenta atrair adolescentes no ambiente escolar para lerem, mas muitos já são leitores, principalmente dos best-sellers, em sua maioria séries de vampiros ou zumbis, ou ligados à ação e games. E a escola muitas vezes desconsidera esses títulos, pois quer desenvolver o gosto pela leituras clássicos literários, e fazer com os alunos entendam e sabiam diferenciar o que a escola considera como boa literatura.

Todavia o que questionamos e queremos demonstrar aqui é que não é preciso desenvolver o gosto por essa boa literatura, e sim formar um novo possível leitor. O primeiro passo é fazer com o aluno tenha contato com o objeto; Muitos brasileiros não têm o hábito de frequentar uma biblioteca, quanto mais pegar um livro emprestado. Destarte, o professor pode promover idas à biblioteca escolar ou até mesmo uma pública, indicar obras que possam interessar os alunos (uma estratégia é fazer uma espécie de sinopse) e até utilizar em aula adaptações para quem sabe fazer com que se interessem pela obra original.

Nos artigos da Lei Federal no 12.244 (2010), é considerado biblioteca escolar “a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”. E, a partir da publicação da lei, tornou-se obrigatório que no acervo deva haver no mínimo um título para cada aluno matriculado, respeitando o prazo de dez anos para a implementação em todas as escolas públicas e a profissão de bibliotecário.

A lei foi implementada devido aos dados identificados no Censo Escolar 2009, que apontavam que das 152.251 escolas de Ensino Fundamental, apenas 52.355 contavam com o espaço e 17.948 com sala de leitura. A realidade das instituições com Ensino Médio era melhor, das 25.923 escolas, 18.751 tinham biblioteca e 6.321, sala de leitura.

A biblioteca escolar é vista como o local responsável por atrair os alunos para a leitura. De acordo com Moraes, Valadares e Amorim (2014), essa visão começou no século XX. Silva (2011) afirma que no meio deste período, a composição do acervo buscava integrar alunos e pais, mas é só no final do desse século que começam, de fato, ações para constituir o acervo bibliotecário escolar. Considerar os pais e a comunidade para formar a biblioteca da escola é importante, porque, segundo Moraes, Valadares e Amorim (2014, p. 5-38), se transforma num espaço de aprendizagem, de busca de fontes e de uso de informações.

De acordo com Zilberman (2016), as alterações no sistema educacional brasileiro na década de 1970 é que possibilitaram uma nova abertura para a leitura na escola e estimularam o mercado editorial, principalmente em relação às produções infantojuvenis.

A década de 1970 testemunhou uma ampla reforma de ensino que tornou obrigatório o ensino fundamental, com a duração de oito anos. O analfabetismo, elevado ainda nessa época, comprometia o projeto modernizador do Estado, que autoritário, pôde impô-lo em todas as regiões do país. A indústria do livro, também ela em processo crescente de desnacionalização, foi mobilizada a responder à nova demanda, o que favoreceu sobretudo o segmento do livro escolar. (op. cit., p.234)

Segundo a autora, os governos tiveram uma grande influência no mercado editorial brasileiro no final do século XIX e XX, principalmente a partir da metade do século XX com a implementação de políticas públicas de aquisição de livros, o que torna o governo federal o principal comprador de livros no país. No entanto, Zilberman (2016) afirma que tais ações possuem dois lados. Um lado perverso, porque induz produções a seguir temas e faixas etárias, por exemplo; o outro positivo, por fortalecer a indústria editorial, a profissionalização de escritores e ilustradores.

Em relação à biblioteca escolar, Roca (2012) considera que o espaço é um recurso facilitador de ensino e aprendizagem, que deve ser explorada, no entanto os professores, que são os principais personagens a fomentar a aprendizagem, devem ser orientados sobre como utilizar a biblioteca e seus materiais. Desta forma, projetos, que partem da sala de aula, poderão ser colocados em prática, estabelecendo uma relação entre biblioteca e sala de aula.

Os educadores devem oportunizar aos alunos atividades com tempo e de forma planejada, assim como em ambientes apropriados, mas principalmente estabelecendo uma programação de atividades.

As oportunidades leitoras não apenas requerem espaços materiais, mas também, necessariamente, se desenvolvem graças a intervenções didáticas com conteúdos específicos e tempos marcados. Quando falamos no tempo de leitura nas escolas, estamos nos referindo ao tempo prescrito para esta tarefa – um tempo de leitura centrado na área de língua e literatura e um tempo de leitura centrado no restante das disciplinas. Todos esses elementos deverão ser integrados em um programa sistemático. (ROCA, 2012, p. 102)

Em relação ao desenvolvimento pelo gosto da leitura é que, muitas vezes, está atrelada à avaliação, assim lê-se para conquistar uma nota, isso quando não apenas recorrem a resumos on-line. E, para complicar a situação nesse sentido, a avaliação é apenas de localização no texto, deixando de lado questões mais interpretativas (sendo essa a principal característica que define os atuais analfabetos funcionais (CHARTIER, 2004), e dê sentido aos resultados obtidos por nosso país nessas provas internacionais como o PISA – Programme for International Student Assessment⁶). No PISA 2015, a nota do Brasil, na prova de Leitura, foi 407 (responderam ao questionário 23.141 alunos).

Se se entende que ler é interpretar, então podemos associar a leitura a outros níveis, já que interpretamos uma letra de música, um filme, uma obra de arte. O que é preciso definir

⁶Iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e compara o nível de desenvolvimento educacional em diferentes países, fazendo um ranqueamento.

nos documentos oficiais educacionais é o tipo de leitura que se quer trabalhar e o que desenvolver com os alunos, pois alguns documentos incluem o trabalho com a linguagem dos quadrinhos, caso dos PCN (1998) – Parâmetros Curriculares Nacionais, mas nos editais do PNBE, por exemplo, as HQs são vistas como literárias. Entendendo qual a definição de leitura que se deseja trabalhar na escola, talvez oriente melhor sobre como a desenvolver com textos multimodais.

E as adaptações em quadrinhos são vistas como uma estratégia para gerar o interesse pelo original. No entanto, não é obrigatório nem se pode exigir que isso ocorra. Entendemos, com base em Hattnher (2010), que, ao adaptar uma obra, seja em qual gênero for, a nova produção pode fazer com que se procure o original, visto que o texto que é tomado como base para uma adaptação é transformado em outros, que não podem ser considerados nem melhores nem piores, mas diferentes, desta forma, deixa-se de se ter um texto e passa-se a ter muitos textos.

Em relação a transformações dos gêneros, tem sido muito debatido sobre os quadrinhos (será mais bem explorada tal questão no próximo capítulo), porém não vemos nada a respeito dos filmes. Dificilmente se vê alguém assistir a um filme e depois ser questionado ou obrigado a ler a obra. E, no PNBE, o número de obras de adaptações em HQs compradas representa quase 45% dentre as adquiridas pelo governo, o que evidencia o entendimento governamental de que o material serve como apoio a outras leituras, e não como independente.

A grande questão para os quadrinhos, que, embora estejam no currículo de Língua Portuguesa, é a forma como são explorados, pois muitas vezes são usados apenas para atividades gramaticais como apontado por Silva (2016), desconsiderando a estrutura dos quadrinhos e interpretação textual. Essa confusão pode estar atrelada à formação dos educadores, já que o ensino de gêneros é essencial no desenvolvimentoda leituraem sala de aula, como apontado por Mendonça (2013).

Contudo, esse trabalho tem sido questionado. Rodrigues (2014), por exemplo, contesta o uso dos gêneros nas aulas de Língua Portuguesa, considerando que eles sempre estiveram presentes no ensino, mas o uso sempre esteve atrelado à estrutura textual e localização de definições gramaticais.

Em relação a esse questionamento, Mendonça (2013) crê

que o ensino que visa apenas à correção gramatical e à mera observância da estabilidade relativa, que caracteriza a estrutura dos gêneros, seja desaconselhável por estar sempre ancorado numa concepção de língua que não garante a leitura crítica e ativa dos textos pelos alunos.

Visto dessa forma, o conhecimento por parte dos docentes de língua das questões relativas à funcionalidade dos gêneros, bem como sobre a intertextualidade intergêneros e heterogeneidade tipológica, entre outros tópicos, poderá servir para afiançar a nossa tese de que, para trabalhar com a mediação de leitura de textos, devem os docentes renovar seus conhecimentos. (p. 209)

Ramos e Silva (2016) apontam que os quadrinhos entram nessa problemática. Estão na escola seguindo as orientações dos PCN (1998), mas ainda ligados à gramática, e não um trabalho em que possa também se voltar às normas gramaticas e à interpretação textual.

Em relação ao trabalho com os gêneros e o desenvolvimento da leitura em sala de aula, consideramos ser necessário trabalhar o conceito de multimodalidade em relação às HQs, pois, segundo Rojo (2012), nessa linha de pesquisa estão os gêneros que em sua constituição têm mais de uma linguagem e por isso o leitor precisa ser letrado em pelo menos duas linguagens para gerar compreensão.

De acordo com Ramos (2009), os quadrinhos têm muitas particularidades e produções que ao mesmo tempo são próximas e distintas, fazendo com que sejam definidos diferentes gêneros, por exemplo tira cômica, quadrinho infantil, autobiografia, super-herói etc., e todos são considerados quadrinhos, por essa razão o pesquisador utiliza o termo, baseado em Maingueneau (2009), hipergênero (será debatido no capítulo 3).

Com isso, os quadrinhos são um bom exemplo de leitura, que pode ser considerada mais atrativa aos alunos, por conter imagens, contudo sem esquecer que é preciso trabalhar sua linguagem, pois são uma leitura mais complexa. O leitor de quadrinhos precisa acionar uma série de elementos para gerar compreensão, principalmente tratando-se produções híbridas.

É por este motivo que Vergueiro (2010b) defende que os quadrinhos estejam no ambiente escolar e que os educadores se alfabetizem na linguagem dos quadrinhos. Destemodo, poderão desenvolver um melhor trabalho em sala de aula, já que o hipergênero é cada vez mais presente na educação.

Dentro dessa concepção de gêneros multimodais, as HQs possibilitam o desenvolvimento de atividades de leitura com todos os níveis educacionais, adequando o vocabulário e temática para cada idade, assim como atividades para alunos que precisem de alguma adaptação curricular de nível linguístico.

1.6. Leitura dos quadrinhos no ambiente escolar

Os quadrinhos estão cada vez mais presentes no ambiente escolar. A Turma da Mônica, de Mauricio de Sousa, é um dos grandes exemplos, pois está nos livros didáticos, nos livros adquiridos pelo PNBE, muitas vezes em gibis comprados por gestores ou através de doações da comunidade escolar. A exemplo, em 2015, o MEC (Ministério da Educação), CGU (Controladoria Geral da União) e o Instituto Mauricio de Sousa lançaram, para trabalhar com alunos do Ensino Fundamental I, o programa *Um por todos e Todos por um! Pela Ética e Cidadania*⁷, com o objetivo de distribuir material pedagógico para 250 mil alunos.

Essa realidade nem sempre foi assim. D'Ávilla (1969) apresenta dados sobre a proibição dos quadrinhos ao citar um documento de 1956 da Secretária da Cultura e Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo, em que foi feito um parecer e recomendações sobre os quadrinhos, definindo um dos pontos:

que a generalização das revistas de “histórias em quadrinhos” vem redundando em grave e perigoso ônus para o rebaixamento do nível de ensino, tanto primário como ginásial, cada vez mais afasta os nossos jovens dos princípios fundamentais da educação cívica, moral e espiritual da família brasileira. (op. cit., p. 88)

E por isso uma das recomendações seria que fosse “**severamente proibido** o ingresso de revistas desenhadas “em quadrinhos”, em virtude de seu caráter marcadamente antipedagógico, nos Parques Infantis e Bibliotecas do Município” (D'ÁVILLA, 1969, p. 88 – grifos nossos). E segue:

as revistas infantis devem tratar exclusivamente de educação, de ensino e de divertimento da criança, ministrando-lhe ensinamentos morais e cívicos, lições de coisas, jogos de inteligência, vultos, feitos de nossa História, cantos nacionais, músicas escolares e folclóricas, etc., de forma a desenvolver nela os princípios tradicionais da família brasileira. **O desenho sugestivo, compreensível e simples, deverá cumprir a dupla função de atrair o leitor e tornar atraente a leitura.** (op. cit., p. 89 – grifos nossos)

Vemos assim como as HQs eram tratadas em nosso país, e mal vistas como uma forma de leitura própria. Quando imagens estivessem presentes, eles deveriam apenas funcionar como apoio, incentivando a leitura, que estaria restrita ao texto verbal, pois nos demais casos poderia gerar baixo rendimento escolar.

Na tentativa de mostrar que os quadrinhos poderiam ir além desses temas e que ajudariam na leitura, segundo Gonçalo Júnior (2004), Aizen, editor russo radicado no Brasil, começou a publicar obras clássicas da literatura adaptadas aos quadrinhos, assim seguiria uma forma didatizante e incentivadora de leitura, mas não eram permitidas nas escolas.

⁷ Informação disponível no site do MEC: <http://portal.mec.gov>

Esse cenário escolar começa a mudar com a inserção de quadrinhos em livros didáticos, isso na década de 1980, mas, afirmam Vergueiro e Ramos (2009), que a transformação ocorreu mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996. O documento apontava que deveriam ser trabalhadas outras linguagens e incluir as contemporâneas, contudo o termo quadrinhos não é aludido. Ainda assim, indicaria uma abertura para inserir linguagens que não estariam até então dentro dos padrões que se esperaria no ensino, principalmente ao ligado à Língua Portuguesa, à escrita.

A inserção efetiva nos documentos oficiais ocorre nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN –, segundo os pesquisadores, nos de Língua Portuguesa e Arte nos anos finais do Ensino Fundamental II e no volume de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias no Ensino Médio. E, a partir de tais orientações, passa-se a exigir a leitura e compreensão textual dos quadrinhos no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Posteriormente, além de presente nos PCN, os quadrinhos integram também editais de programas federais voltados à educação, como o PNBE, o PNLD e PNAIC. Com a oficialização na escola, o governo passa a ser o grande responsável por movimentar boa parte do mercado editorial de quadrinhos brasileiros, já que os títulos eram comprados em grande escala a partir do PNBE, visto que não são mais apenas exemplos nos livros didáticos ou em avaliações internas e externas, mas livros destinados ao trabalho de leitura na escola.

É de extrema importância que os alunos tenham não só os livros disponibilizados em suas casas como na escola, mas que estejam inseridos numa prática leitora nos dois casos, tendo como exemplo seus responsáveis e professores, e que tenham condições leitoras para que isso ocorra. A criação do PNBE visa mudar o cenário escolar, e os quadrinhos reforçariam essa ideia, mas o que justifica sua inserção nessa política pública?

CAPÍTULO 2

O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA: SURGIMENTO, CONCEPÇÕES E FUNCIONAMENTO

No primeiro capítulo, buscamos traçar um breve histórico do livro e da leitura para apontar o porquê da criação de políticas públicas incentivadoras de leitura. Assim, discutimos a transformação do formato do livro, as formas de ler e, conseqüentemente, os métodos de aprendizagem e prática. Tais questões são fundamentais para discutir a problemática do acesso ao livro e à leitura no Brasil, pois, como apontamos a partir de Fernandes (2007) e com dados Instituto Pró-livro (2016), são poucos os brasileiros leitores, e menos ainda, dependendo do nível educacional e socioeconômico.

Esses dados são essenciais para justificar a criação de programas de incentivo à leitura, como é o caso do PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola –, foco desta pesquisa. Contudo, antes de descrevermos o desenvolvimento do programa até o último ano de desenvolvimento (2014), precisamos falar dos anteriores para melhor compreender o último (ou mais recente), objeto dessa análise.

2.1. Trajetória das políticas públicas de leitura

De acordo com Cirino (2015), desde a criação do MEC – Ministério da Educação e Cultura –, em 1930, há como pauta a leitura, no entanto só teria entrado como política pública a partir de 1980. A pesquisadora credits essa mudança ao modo de ver a educação como prioridade política e, baseando-se em Ruas (1998), defende que até 1980 a leitura era uma demanda reprimida, logo não era prioridade. Nessa década passou a ser nova e, na de 1990, a ser recorrente, ganhando destaque nas políticas públicas.

A partir dessa realidade, é mais fácil entender o porquê de tão poucas políticas públicas voltadas à leitura. Assim, temos o Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL), de 1984 a 1996, e o Programa Nacional Biblioteca da Escola, instituído em 1997. Entre esses dois programas, há o PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura - e o PRÓ-LEITURA, associado ao primeiro, implantados em 1992 (que foram realizados a partir de parcerias), mas que são projetos realizados em parceria e em função disso não se constituem como políticas públicas.

Outra questão recorrente, embora tenham sido desenvolvidos projetos para criar as bibliotecas, é a falta do espaço para alocar os livros, sejam dentro ou fora das escolas. Soares (2008) divulgou que, até aquele ano, dos 5.506 municípios brasileiros, 20% não tinham biblioteca pública, 92% não contavam com cinema, 83% eram sem museus e 85%, sem teatro, salas ou espaços para apresentações teatrais ou musicais. Esse ponto foi um dos fatores que contribuiu para a implantação do PNSL, que visava formar as bibliotecas escolares.

De acordo com Fernandes (2007), o PNSL foi criado e desenvolvido pela Fundação de Assistências aos Estudantes, FAE. Tal fundação era responsável por administrar o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto – PSECD, parte do III Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. E o PND (1980-1985) visava a construção de uma sociedade desenvolvida e com benefícios a todos os brasileiros. Nesse sentido a educação era (é) uma das bases para essa transformação e, por isso, de acordo com a pesquisadora, em 18 de abril de 1983, pela Lei nº 7.091, foi criada a FAE.

A fundação reuniu outros dois órgãos já existentes: a Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME – e o Instituto Nacional de Material Escolar – INAE.

Era da competência da FENAME desenvolver o Programa Nacional do Livro Didático e o Programa Módulos Escolares, enquanto ficava a cargo do INAE o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o de Bolsas de Estudos de 1º e 2º Graus, o de Bolsa de Trabalho de 2º Grau Profissionalizante (PRO-BT), o de Residências Estudantis (PRO-RE) e o de Bolsas de Manutenção (PRO-BM). (FERNANDES, 2007, p. 43)

Fernandes (op. cit) afirma que a FAE deu continuidade aos programas existentes e aos poucos inseriu outros: Salas de Leitura (PNSL); Saúde Escolar (PNSE); Transporte Escolar (PNTE); Biblioteca do Professor (PNBP). Em 26 de julho de 1984, ainda sob o Regime Militar, com a liderança de João Figueiredo, a partir da Resolução nº 14, é instituído o PNSL, que tinha como princípio a garantia de acesso à leitura da literatura infantojuvenil, de jornais e revistas aos alunos do 1º Grau, e, a partir 1986, do 2º Grau, atuais Ensino Fundamental e Médio, respectivamente.

Segundo a pesquisadora, de 1984 a 1986, o PNSL atendeu 33.664 escolas de todo o país. Os recursos eram investidos na obtenção de livros, revistas e jornais e na ambientação das salas. Em 1987, passou a atender os municípios sem a intermediação das Secretarias Estaduais de Educação, aumentando o número de escolas, mas reduzindo o poder de compra. Em 1988, houve uma alteração no nome do programa para Sala de Leitura/Bibliotecas Escolares, ainda em parceria com escolas municipais para criar e equipar os espaços para leitura.

Uma das principais metas do PNSL era a universalização do atendimento à rede pública de ensino (FERNANDES, 2007, p. 47), contudo não era atingida por limitações de recursos e era feito um revezamento na distribuição, por isso, a partir de 1991, foram adotados critérios de distribuição. As escolas deveriam ter: 1) mais de 100 estudantes (1991); 2) entre 45 e 99 alunos (1993); 3) menos de 40 alunos (1994); 4) de 15 a 45 estudantes (1995); 5) mais de 250 alunos (1996).

Durante o desenvolvimento do programa, segundo a pesquisadora foram adquiridos quase 25 milhões livros, como podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 1 – Total de livros distribuídos pelo PNSL

Ano	Livros Distribuídos
1984	856.771
1985	1.529.471
1986	1.744.807
1987	----- ⁸
1988	3.023.416
1989	1.017.350
1990	1.769.340
1991	1.695.328
1992	----- ⁹
1993	1.351.341
1994	3.990.000
1995	4.600.000
1996	3.417.000
Total	24.994.824

Fonte: FERNANDES (2007, p. 48)

No mesmo período em que era desenvolvido o PNSL, foram criados o PROLER e o PRÓ-LEITURA em 1992. O Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER – foi implantado a partir do Decreto nº 519 de 13 de maio de 1992, ainda durante o governo de

⁸ Em 1987, não houve distribuição de livros, apenas revistas e periódicos.

⁹ Não houve compra nesse ano.

Fernando Collor, e é vigente até o momento. Atuando por meio de comitês estabelecendo parcerias com instituições públicas e privadas, seu foco é a formação de leitores e profissionais que lidam com leitura, e não aquisição e a distribuição de livros, como o PNSL e o PNBE.

Assim como o PROLER, o PRÓ-LEITURA, também criado em 1992, não é uma política pública, já que sua administração é feita com parceiras privadas. Esse programa tem o objetivo de trabalhar a formação de educadores. Ambos os projetos não são desenvolvidos apenas pelo governo federal, por esse motivo, e como não são voltados à constituição de acervo bibliotecário escolar, teríamos apenas o PNSL e o PNBE como políticas públicas de administração federal, portanto, não aprofundamos em nosso estudo o histórico de desenvolvimento do PROLER e o PRÓ-LEITURA.

O mais recente programa desenvolvido é o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), com o objetivo de formar um acervo bibliotecário e, com isso, incentivar a leitura no ambiente escolar, foco deste trabalho. Destarte, além de constituirmos seu histórico, tentaremos trazer dados expostos sobre a aquisição, distribuição e desenvolvimento com base nos documentos oficiais, em Brasil (2006; 2008a), Paiva (2012) e Fernandes (2007) e em exemplos de aplicação de pesquisa sobre o PNBE a partir de Cirino (2015) e Montuani (2012).

2.2. Histórico do PNBE

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi criado em 28 de abril de 1997, pela Portaria Ministerial nº 584. Criado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), teve continuidade com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), sofrendo alguns ajustes, e tendo a última distribuição em 2014, durante o governo de Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Segundo Fernandes (2007) e Paiva (2012), o PNBE foi instituído com o objetivo de democratizar e garantir o acesso ao livro e, desta forma, incentivar a leitura.

A última distribuição foi em 2014, e compra, em 2013. Essa diferença de anos acontece porque em 2007 mudou a nomenclatura do programa, pois até então o ano era referente à obtenção e passou a aludir ao ano de distribuição, por isso não há dados sobre o PNBE 2007. Mesmo não tendo sido realizadas novas aquisições ou emissões, foram lançados novos editais. Dois em 2014 – PNBE 2015 e o PNBE Indígenas 2015 – e, em 2015, o edital para seleção de periódicos, mas sem a realização da compra, deixando em aberto o fim.

A partir de 1998, ano da primeira aquisição, o governo federal passou a adquirir livros para distribuir a todas as escolas públicas do país a partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O FNDE é responsável por todo o processo de desenvolvimento do PNBE, desde o processo de seleção ao de distribuição.

De acordo com Fernandes (2007), no primeiro ano do programa não foram estabelecidos os critérios de seleção. A pesquisadora entrou em contato com o FNDE e foi informada que eram os mesmos seguidos pela FAE, responsável pelo PNSL, e que teriam tido autonomia na escolha dos títulos, mas, com o tempo, tais critérios foram sendo alterados.

Inicialmente os livros eram direcionados aos alunos do Ensino Fundamental com aquisição de produções infantojuvenis¹⁰, constituindo o acervo das bibliotecas escolares. De 2001 a 2004, o foco passou a ser a formação de leitores nos lares, quando o programa se voltou à distribuição de livros diretamente aos alunos, fomentando o projeto Literatura em Minha Casa. Atendendo alunos da 4ª série em 2001, 2002 e 2003, 5ª série em 2001, 8ª série em 2003 e alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da EJA.

Em 2004, não houve compra, apenas foi dada continuidade no desenvolvimento do PNBE 2003. Com a mudança de governo, são instituídas algumas modificações nos editais. A primeira, em 2005, foi em relação à seleção, divulgando os critérios das escolas atendidas, assim como a das obras, sob orientação da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 2006¹¹, além de modificar a supervisão de seleção, que passa a ser de responsabilidade da UFMG, especificamente com o CEALE¹², os quadrinhos passam a ser inseridos. Em 2008, as escolas também passaram a receber livros destinados à Educação Infantil e ao Ensino Médio. A cada ano, a partir de 2008, eram trocados os níveis que seriam destinados: em um eram atendidos Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), Educação Infantil e EJA (sem distinção de nível); noutro, Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio.

¹⁰ Entendemos que há uma diferença entre produções infantis e juvenis, contudo, dentre as produções em quadrinhos selecionadas pelo governo há obras que mesclam esses formatos, por isso utilizamos o termo infantojuvenil.

¹¹ Em 2006, também houve uma alteração na Educação Básica. Em janeiro desse ano, foi aprovado pelo senado o projeto de lei nº 144/2005, tornando obrigatória a matrícula a partir dos seis anos. O projeto foi sancionado, em fevereiro. Por isso, a partir da lei nº 11.274, o Ensino Fundamental passou a ter nove anos e ser obrigatório, e desde então sua referência ao ano de estudo passou de série para ano, por isso, ao descrever os critérios houve uma modificação na nomenclatura das turmas direcionadas as obras.

¹² O CEALE foi criado em 1990 e volta-se às pesquisas sobre leitura e alfabetização, sendo responsável pela coordenação de seleção, pois não era a única universidade, é, sobre o PNBE, um dos principais centros de pesquisa.

Em 2010, há uma exceção. É estabelecido um edital especial, possibilitando obras¹³ que já haviam sido adquiridas a participar de novo edital. Neste ano, também é lançado novo edital, criado para a obtenção exclusiva de periódicos, assim além do PNBE Professor, estabelece-se o PNBE Periódicos, que diferente do primeiro, em que não há uma periodicidade de aquisição, há editais, desde então, em todos os anos.

E, em 2013, foi publicado um edital temático, buscando valorizar a diversidade humana e representar as especificidades da nossa sociedade. Nesse mesmo sentido foi anunciado outro edital temático em 2015, todavia não foi efetivado.

Afim de melhor evidenciar e tentar detalhar as informações ano a ano, dividimos o subtítulo em itens, analisando os editais, o processo editorial da seleção e os critérios de distribuição e compra de cada ano. E, ao fim do capítulo, a síntese dos números do programa com um novo subtítulo.

2.2.1.Editais

A cada ano de desenvolvimento, o FNDE lançou editais novos, em alguns casos com certa especificidade, o caso dos PNBEs temáticos, PNBE Periódicos e PNBE do Professor, assim como foram feitas algumas alterações. Para demonstrar tais modificações, buscamos analisar os editais de todos os anos, focando principalmente o modo como os quadrinhos são vistos e entendimentos, já que é o objeto de nossa pesquisa. Não nos depreenderemos nos estudos dos editais específicos, os chamados editais temáticos, entendendo que é abrangente por demais e não contempla o interesse central de nosso estudo.

Nossa fonte de pesquisa para esta análise são os dados divulgados no site do FNDE, na página sobre o PNBE. E logo de início, em tal análise, nos deparamos com o problema de não termos disponíveis os editais anteriores a 2003, e não há qualquer menção sobre o fato, o que causa estranhamento, já que os dados estatísticos de aquisição foram divulgados. Por esse motivo, só serão detalhados os editais a partir de 2003.

Esse ano é voltado à compra de obras de ficção divididas em prosa e poesia e não ficção, presentes na Resolução nº 49 do Conselho Deliberativo do FNDE, de 20 de novembro de 2003, com o total de 145 títulos, sendo 77 de prosa, 24 de poesia e 44 de não ficção. As produções de ficção entraram na ação Biblioteca Escolar, e os de não ficção na Biblioteca do

¹³ Nos editais de anos anteriores era proibido que obras que já haviam sido selecionadas participassem de novo processo.

Professor. Em 2004, não foi lançado edital. A explicação que consta no site é que foi dada continuidade no trabalho de entregas do edital de 2003.

Em 2005, o edital passou a ser mais exigente. De cinco itens no edital de 2003, passou a nove neste ano, impossibilitando a inscrição de algumas obras, as que já haviam sido selecionadas nas edições do programa em 2001, 2002 e 2003, e que fossem de domínio público, como consta no item 3.3. Também restringiu o número de obras que cada editor poderia submeter, com no máximo 25 livros. Essas ações, segundo Fernandes (2007), começaram a ser tomadas, a fim de tornar o processo mais democrático.

Em 2006, a impossibilidade de inscrição de algumas obras continuou:

3.3. Não poderão ser inscritas obras:

3.3.1. selecionadas e adquiridas nas edições de 2001, 2002, 2003 – Literatura em minha Casa e Palavra da Gente – e 2005, do Programa Nacional Biblioteca da Escola.

3.3.2. em domínio público.

3.3.3. traduções de obras em domínio público, originalmente escritas em língua estrangeira. (BRASIL, 2006, p. 2)

A restrição do número de obras para cada editor também continuou a valer, agora com o máximo de 20 títulos. A partir do edital de 2006, de acordo Vergueiro e Ramos (2009), foram incluídas as produções de quadrinhos e livros de imagens, como disposto no quinto item:

4.1. Serão formados 03 (três) acervos distintos, compostos por obras que demandem diferentes competências de leitura por parte dos alunos.

4.1.1. Cada acervo será composto por 75 (setenta e cinco) títulos, contemplando textos de:

1 - poesia;

2 - conto, crônica, teatro, texto da tradição popular;

3 - romance;

4 - memória, diário, biografia;

5 - livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal artisticamente adaptadas ao público jovem.

(BRASIL, 2006, p. 2)

Essa inserção não deixava claro os gêneros de HQs (Histórias em Quadrinhos) que seriam selecionados, mas demonstrava uma tendência a compras de adaptações literárias, o que seria contraditório aos itens expostos no artigo 3.3. No entanto, no item 4.2, foi permitida a inclusão de produções de adaptações e traduções que seguissem as normas de seleção do programa, o que nos chamou a atenção, pois foram selecionadas obras em quadrinhos com tais características e que são de domínio público.

Evidenciando a tendência apresentada no quesito cinco do item 4.1, neste ano, por exemplo, foram selecionadas as adaptações: *A metamorfose*, de Peter Kuper, da editora Conrad, *Dom Quixote em Quadrinhos*, de Caco Galhardo, da editora Peirópolis, e de *Contos*

em *Quadros*, organizado por Djalma Cavalcante, adaptado por Célia Lima e ilustrado por José Rodrigues, da editora Musa, com escritos de Machado de Assis, João do Rio e António de Alcântara Machado.

O problema apresentado no edital do ano anterior é mais bem resolvido no edital de 2008.

3.1.1. Cada obra poderá ser inscrita no PNBE 2008 para apenas uma das etapas de ensino referidas no subitem 3.1, ficando automaticamente excluída do processo quando identificada sua dupla inscrição.

3.2. Não poderão ser inscritas obras de literatura:

3.2.1. selecionadas e adquiridas nas edições de 2001, 2002, 2003 – “Literatura em minha Casa” e “Palavra da Gente”, e nas edições 2005 e 2006 do Programa Nacional Biblioteca da Escola;

3.2.2. em domínio público, originalmente escritas em língua portuguesa, ou traduzidas;

3.2.3. preponderantemente didáticas, informativas, doutrinárias, religiosas ou de referências.

3.3. Serão aceitas traduções de obras literárias, salvo o exposto no subitem 3.2.2 deste edital.

3.4. Serão aceitas adaptações de obras literárias entendendo-se por adaptação, neste caso, o endereçamento textual e editorial de determinada obra ao público infantil, ou seja, às crianças da educação infantil e das séries/anos iniciais do ensino fundamental. (BRASIL, 2007, p. 2)

Ainda para sanar tal questão, ponderam-se no item 4.3 as características do que pode ser incluído aos livros de imagens e de histórias em quadrinhos, “obras clássicas da literatura universal artisticamente adaptadas ao público da educação infantil e das séries/anos iniciais do ensino fundamental” (BRASIL, 2007, p. 3).

Nesse processo, os editores poderiam inscrever até 20 obras, porém até 12 em uma etapa, já que este ano foram atendidos o Ensino Fundamental I e a Educação Infantil.

Em 2009, obras que já tivessem sido selecionadas nos editais do PNBE 2006 e 2008 não poderiam participar. E, no novo processo, eram destinadas aos dois níveis atendidos no ano (Ensino Médio e Ensino Fundamental II), por isso cada editor poderia submeter ao todo no máximo 20 livros, contudo não poderiam ultrapassar 15 em uma das etapas. As obras de domínio público também continuavam restritas, exceto os casos de tradução para o português, entendendo que quem traduz é o detentor dos direitos.

Assim, as obras que compuseram o acervo deveriam contemplar:

4.2.1. poema;

4.2.2. conto, crônica, teatro, texto da tradição popular;

4.2.3. romance;

4.2.4. memória, diário, biografia, ensaio;

4.2.5. obras clássicas;

4.2.6. histórias em quadrinhos. (BRASIL, 2008b, p. 2)

Vale ressaltar que, diferente dos editais de 2006 e 2008, o edital de 2009 não menciona a indicação de adaptações de literatura em relação às histórias em quadrinhos. Mas foi o ano que mais se comprou, até então, quadrinhos para o programa, em 2006 foram 11, 2008, sete e, em 2009, 21. O mesmo caso acontece com as adaptações, de três títulos em 2006, três em 2008, passando para seis em 2009.

Em 2010, as obras foram divididas em categorias para atender os diferentes níveis educacionais trabalhados naquele ano. Categoria 1 voltada à Educação Infantil que lidava com crianças de 0 a 3 anos; Categoria 2 também destinada à Educação Infantil, mas para crianças de 4 e 5 anos; na Categoria 3, eram atendidos os alunos do Ensino Fundamental I; na Categoria 4, os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (tanto do Ensino Fundamental quanto EJA).

Cada editor poderia inscrever até 15 obras no total, sendo que o máximo de livros nas categorias 1, 2 e 4 era de cinco títulos, e, para a categoria 3, dez, com a ressalva de que um título só poderia participar de uma etapa. Embora a indicação de obras com imagens fosse para todos os níveis, as histórias em quadrinhos não entraram como sugestão à Educação Infantil. Também não poderiam ser inscritas obras já selecionadas no PNBE de 2006 e 2008 e no PNBE Especial 2008, assim como as produções de domínio público originalmente escritas em português.

Além dessas restrições, cada categoria receberia títulos de gêneros variados. Como discriminado na tabela a seguir.

Tabela 2 - Informações sobre as categorias de cada nível do PNBE 2010

Categoria 1	<ul style="list-style-type: none"> • Textos em versos – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema; • Textos em prosa – clássicos da literatura infantil, pequenas histórias, folclore; • Livros com narrativa de palavras-chave – livros que vinculem imagens com palavras; • Livros de narrativas por imagens – com cores e técnicas diferenciadas como: desenho, aquarela, pintura, entre outras.
Categoria 2	<ul style="list-style-type: none"> • Textos em versos – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema, adivinha; • Textos em prosa – clássicos da literatura infantil, pequenas histórias, folclore, teatro; • Livros de narrativas por imagens – com cores e técnicas diferenciadas como: desenho, aquarela, pintura, entre outras.
Categoria 3	<ul style="list-style-type: none"> • Textos em versos – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema; • Textos em prosa – clássicos da literatura infantil, pequenas histórias, teatro, crônica, conto, novela; • Livros de imagens e livros em histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Categoria 4	<ul style="list-style-type: none"> • Textos em versos – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema, adivinha, canção, cordel; • Textos em prosa – teatro, crônica, conto, novela, romance, fábula, biografia, diário, relato de experiência, texto de tradição popular (causos, lendas, provérbios, ditos populares); • Livros de imagens e livros em histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental e Médio).
-------------	---

Fonte: Brasil (2009)

O edital do PNBE 2011 impossibilitava a inscrição de obras já selecionadas em 2006 e 2009 que fossem de domínio público escritas originalmente em língua portuguesa, e com conteúdo preponderantemente didático, informativo, doutrinário, religioso ou de referência e que apresentasse lacunas que possibilitasse aos alunos realizarem atividades no próprio livro. Cada editor poderia submeter até 12 obras, respeitando o limite de oito para cada nível (Ensino Fundamental II e Ensino Médio), não duplicando a inscrição de mesmo título.

Chama-nos a atenção o fato de o edital deixar explícita a inscrição de gêneros literários nos requisitos, logo subentende-se que os quadrinhos são vistos como pertencentes à literatura e como um gênero único. Como podemos conferir no excerto do edital referente ao PNBE 2011:

As obras poderão ser pré-inscritas nos seguintes gêneros literários:

3.5.1. poema;

3.5.2. conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular;

3.5.3. romance;

3.5.4. memória, diário, biografia, relatos de experiências;

3.5.5. obras clássicas da literatura universal;

3.5.6. livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos. (BRASIL, 2010, p. 2)

Em 2012, o edital seguiu as mesmas regras do edital de 2010, pois ambos atendiam os mesmos níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos), entretanto não poderiam participar obras já compradas nas edições de 2008 e 2010. As restrições em relação aos demais itens continuavam as mesmas. Assim como a divisão dos níveis em quatro categorias. Todavia, em relação aos itens de indicação de seleção, houve algumas pequenas mudanças, subtraindo alguns gêneros, por isso, elencamos na tabela 3 a divisão sugerida no edital, destacando as mudanças, em negrito os acréscimos e riscados os subtraídos.

Tabela 3 - Divisão dos textos em categorias do PNBE 2012

Categoria 1	<ul style="list-style-type: none"> • Textos em versos – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema; • Textos em prosa – clássicos da literatura infantil, pequenas histórias, folclore, textos de tradição popular; • Livros com narrativa de palavras-chave – livros que vinculem imagens
-------------	---

	com palavras; <ul style="list-style-type: none"> • Livros de narrativas por imagens – com cores e técnicas diferenciadas como: desenho, aquarela, pintura, entre outras.
Categoria 2	<ul style="list-style-type: none"> • Textos em verso – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema, adivinha; • Textos em prosa – clássicos da literatura infantil, pequenas histórias, folclore, teatro, textos de tradição popular; • Livros de narrativas por imagens —com cores e técnicas diferenciadas como: desenho, aquarela, pintura, entre outras.
Categoria 3	<ul style="list-style-type: none"> • Textos em versos – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema, adivinha; • Textos em prosa – clássicos da literatura infantil, pequenas histórias, teatro, crônica, conto, novela; • Livros de imagens e livros em histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público dos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Categoria 4	<ul style="list-style-type: none"> • Textos em versos – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema, adivinha, canção, cordel, provérbios, ditos populares; • Textos em prosa –teatro, crônica, conto, novela, romance, fábula, biografia, diário, relato de experiência, texto de tradição popular (causos, lendas, provérbios, ditos populares); • Livros de imagens e livros em histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental e Médio).

Fonte: Brasil (2011)

A mesma situação ocorre com a edição de 2013, que seguiu as mesmas orientações do PNBE2011, ambos direcionados ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A restrição das obras foi a mesma, com a única diferença que não poderiam ser inscritos títulos que foram selecionados nos editais do PNBE a partir de 2008. O entendimento de que os quadrinhos são um único gênero e pertencente à literatura continua, pois foram poucas as alterações entre esses dois editais.

O último edital em que foram comprados livros foi o PNBE 2014. Assim como os editais de 2010 e 2012, foi dividido em quatro categorias, destinadas à Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos, restringindo as obras já adquiridas a partir do edital de 2010 e nos editais do PNLD Obras Complementares de 2010 e 2013.

O PNLD Obras Complementares foi criado como apoio ao desenvolvimento dos editais do PNLD Alfabetização na Idade Certa e ao programa PNAIC – Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa, por isso só atende os alunos do Ensino Fundamental I, dos 1º, 2º e 3º anos, a fim de, nas palavras de Rafael Torino, diretor de Ações Educacionais do FNDE, “atrair livros com abordagens lúcidas, recursos gráficos e linguagem interessantes para motivar as crianças e auxiliar no processo de alfabetização e no aprendizado”, entrevista

à Assessoria de Comunicação Social do FNDE em 2011. Só foram lançados dois editais, em 2010, com a aquisição de aproximadamente 6,6 milhões de livros, e, em 2013, com o total 17.347.560 exemplares.

Em síntese dos dados apresentados nesse subtítulo, Os editais, estruturamos as informações na tabela a seguir, com destaque em negrito quando mencionado as histórias em quadrinhos.

Tabela 4 - Dados dos editais

Ano	Restrições de inscrição	Requisitos de seleção
1998 ¹⁴	****	****
1999	****	****
2000	****	****
2001	****	****
2002	****	****
2003	Não há qualquer restrição.	Foram adquiridas obras nas categorias prosa (77 títulos), poesia (24 títulos) e não ficção (44 títulos).
2004 ¹⁵	****	****
2005	Não poderiam ser inscritas obras selecionadas nos editais de 2001, 2002 e 2003 e de domínio público. Cada editor poderia submeter no máximo 25 livros.	Foram selecionadas obras que fossem de gêneros ou de tipos de textos como: <ul style="list-style-type: none"> • poesias, quadras, parlendas e cantigas; • contos, crônicas, teatro, textos de tradição popular, mitologia, lendas, fábulas, apólogos, contos de fadas e adivinhas; • novelas; • livros de imagens.
2006	Não poderiam ser inscritas obras selecionadas nos editais de 2001 a 2005 e de domínio público, e o editor poderia submeter até 20 livros.	Seriam selecionados textos de: <ul style="list-style-type: none"> • poesia; • conto, crônica, teatro, texto da tradição popular; • romance; • memória, diário, biografia; • livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos.
2007 ¹⁶	****	****
2008	Não poderiam ser inscritas obras selecionadas nos editais de 2001 a 2006, de cunho didático e de domínio público, e o editor poderia submeter até 20 livros, com o máximo de 12 em cada nível.	O acervo foi composto por obras produzidas em: <ul style="list-style-type: none"> • verso; • prosa; • de imagens e histórias em quadrinhos. <p>Obs. Foram consideradas obras de adaptações literárias que não fossem de domínio público, porém foram aceitas adaptações destinadas ao Ensino Fundamental I, independentemente de serem ou não de domínio público.</p>

¹⁴ No site do PNBE não consta os editais de 1998 a 2003.

¹⁵ Não houve edital nesse ano, pois foram dadas continuidades nas ações do PNBE 2003.

¹⁶ Nesse ano a nomenclatura do programa mudou, fazendo referência ao ano de distribuição e não mais o de compra.

2009	Não poderiam ser inscritas obras selecionadas em 2006 e 2008, e de domínio público escritas em português, cada editor poderia submeter até 20 livros, mas sem ultrapassar o limite de 15 para cada nível, e um título só poderia concorrer em uma categoria.	<p>O acervo foi composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • poema; • conto, crônica, teatro, texto da tradição popular; • romance; • memória, diário, biografia, ensaio; • obras clássicas; • histórias em quadrinhos. <p>Obs. Embora afirmasse que a seleção priorizaria obras clássicas não foram permitidas produções que estão em domínio público escritas originalmente em português, mas poderiam ser adaptadas para o público infantil.</p>
2010	Não poderiam participar do processo, obras já selecionadas nos editais de 2006, 2008 e PNBE Especial 2008, de domínio público escritas originalmente em português, de cunho didático, informativo, doutrinário ou de referência e com lacunas que possibilitassem atividades individuais. Cada editor poderia inscrever no máximo 15 livros, com o limite de 5 para as categorias 1, 2 e 4, e de 10 títulos para a categoria 3, sendo que um título só poderia participar de uma categoria.	<p>Os livros selecionados foram destinados a quatro categorias: 1- Educação Infantil (creche); 2 – Educação Infantil (Pré-escola); 3 – Ensino Fundamental I; 4 – EJA.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Livros com narrativa de palavras-chave – livros que vinculem imagens com palavras; (apenas para os alunos das creches); • Livros de narrativas por imagens – com cores e técnicas diferenciadas como: desenho, aquarela, pintura, entre outras. (apenas para a Educação Infantil); • Textos em versos – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema, adivinha (exceto categoria 1 e 3), canção (apenas categoria 4), cordel (apenas categoria 4); • Livros de imagens e livros em histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público dos anos iniciais do Ensino Fundamental I e EJA (Ensino Fundamental e Médio); • Textos em prosa – clássicos da literatura infantil (exceto para a categoria 4), pequenas histórias (exceto para a categoria 4), folclore (exceto para as categorias 3 e 4), teatro (exceto para a categoria 1), crônica (exceto para as categorias 1 e 2), conto (exceto para as categorias 1 e 2), novela (exceto para as categorias 1 e 2), (as demais, apenas para a categoria 4) romance, fábula, biografia, diário, relato de experiência, texto de tradição popular (causos, lendas, provérbios, ditos populares).
2011	Obras adquiridas em 2006 e 2009 não poderiam participar de nova seleção, obras de domínio público escritas em português, de cunho didático, informativo, doutrinário ou de referência e com lacunas que possibilitassem atividades individuais. Cada editor poderia inscrever no máximo 12 livros, com o	<p>No edital as obras foram categorizadas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • poema; • conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular; • romance; • memória, diário, biografia, relatos de experiências; • obras clássicas da literatura universal; • livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos. <p>Obs. Neste edital, ficou claro que para os responsáveis pela elaboração do edital os quadrinhos pertencem à literatura,</p>

	limite de 8 para cada nível (Ensino Médio e Ensino Fundamental II) e cada título em apenas um nível.	pois mencionava que as obras seriam pré-inscritas de acordo com os gêneros literários, dentre eles listasse o hipergênero HQs.
2012	Não poderiam participar do processo, obras já selecionadas nos editais de 2008, 2010 e PNBE Especial 2008, de domínio público escritas originalmente em português, de cunho didático, informativo, doutrinário ou de referência e com lacunas que possibilitassem atividades individuais. Cada editor poderia inscrever no máximo 15 livros, com o limite de 5 para as categorias 1, 2 e 4, e de 10 títulos para a categoria 3, sendo que um título só poderia participar de uma categoria.	Os livros selecionados foram destinados a quatro categorias: 1- Educação Infantil (creche); 2 – Educação Infantil (Pré-escola); 3 – Ensino Fundamental I; 4 – EJA. <ul style="list-style-type: none"> • Livros com narrativa de palavras-chave – livros que vinculem imagens com palavras; (apenas para os alunos das creches); • Livros de narrativas por imagens – com cores e técnicas diferenciadas como: desenho, aquarela, pintura, entre outras. (apenas para a Educação Infantil); • Textos em versos – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema, adivinha (apenas categoria 1), cordel (apenas categoria 4), provérbios (apenas categoria 4), ditos populares (exceto categorias 1 e 3); • Livros de imagens e livros em histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público dos anos iniciais do Ensino Fundamental I e EJA (Ensino Fundamental e Médio); • Textos em prosa – clássicos da literatura infantil (exceto para a categoria 4), pequenas histórias (exceto para a categoria 4), teatro (exceto para a categoria 1), crônica (exceto para as categorias 1 e 2), conto (exceto para as categorias 1 e 2), novela (exceto para as categorias 1 e 2), (as demais, apenas para a categoria 4) romance, biografia, diário, relato de experiência, texto de tradição popular.
2013	Obras adquiridas a partir do PNBE 2008 não poderiam participar de nova seleção, obras de domínio público escritas em português, de cunho didático, informativo, doutrinário ou de referência e com lacunas que possibilitassem atividades individuais. Cada editor poderia inscrever no máximo 12 livros, com o limite de 8 para cada nível (Ensino Médio e Ensino Fundamental II) e cada título em apenas um nível.	A seleção buscava obras que fossem: <ul style="list-style-type: none"> • poema; • conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular; • romance; • memória, diário, biografia, relatos de experiências; • clássicas da literatura universal; • de imagens e de histórias em quadrinhos.
2014	Não poderiam participar do processo, obras já selecionadas nos editais a partir do PNBE 2010 e as selecionadas nos editais PNLD Obras	Os livros selecionados foram destinados a quatro categorias: 1- Educação Infantil (creche); 2 – Educação Infantil (Pré-escola); 3 – Ensino Fundamental I; 4 – EJA. <ul style="list-style-type: none"> • Livros com narrativa de palavras-chave – livros que vinculem imagens com palavras; (apenas para os alunos das creches);

	Complementares 2010 e 2013. Livros de domínio público escritos originalmente em português, de cunho didático, informativo, doutrinário ou de referência e com lacunas que possibilitassem atividades individuais. Cada editor poderia inscrever no máximo 15 livros, com o limite de 5 para as categorias 1, 2 e 4, e de 10 títulos para a categoria 3, sendo que um título só poderia participar de uma categoria.	<ul style="list-style-type: none"> • Livros de narrativas por imagens – com cores e técnicas diferenciadas como: desenho, aquarela, pintura, entre outras. (apenas para a Educação Infantil); • Textos em versos – quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema, adivinha (exceto categorias 1 e 4), cordel (apenas categoria 4), provérbios (apenas categoria 4), ditos populares (exceto categorias 1 e 3); • Livros de imagens e livros em histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público dos anos iniciais do Ensino Fundamental I e EJA (Ensino Fundamental e Médio); • Textos em prosa – clássicos da literatura infantil (exceto para a categoria 4), pequenas histórias (exceto para a categoria 4), teatro (exceto para a categoria 1), crônica (exceto para as categorias 1 e 2), conto (exceto para as categorias 1 e 2), novela (exceto para as categorias 1 e 2), (as demais, apenas para a categoria 4) romance, biografia, diário, relato de experiência, texto de tradição popular.
--	---	--

Fonte: fnde.gov.br. Acesso em: 18/08/16.

2.2.2. Processo de aquisição: seleção, distribuição e compra

De acordo com Paiva (2012), a partir de 2005 o processo de seleção das obras do PNBE foi descentralizado e passou a ser responsabilidade de universidades públicas selecionadas por editais, no primeiro ano, da UFRJ, e de 2006 a 2013 (último ano de compra até o primeiro semestre de 2017, embora tenham sido divulgados outros editais) centralizado na UFMG¹⁷ com a colaboração de avaliadores de outros estados.

Essa decisão fez com que ampliasse o número de editoras escolhidas, contudo as grandes acabavam sendo priorizadas, pois poderiam submeter vários títulos em um mesmo edital. Um grande problema nesse caso era a possibilidade de as editoras inscreverem suas obras por selos. É o que fazia, por exemplo a Companhia das Letras, com seus selos, Companhia das Letrinhas, Quadrinhos na Cia, Objetiva, Boa Companhia, Paralela, Ponto de leitura, entre outros. A possibilidade de inscrever a partir de selos fez com que a seleção

¹⁷ O CEALE, responsável pela seleção das obras entre 2006 e 2013, é um centro de pesquisa que tem como centro de estudo o letramento e a alfabetização, dentre eles estão o letramento literário. Nessa linha de pesquisa, ressaltamos que os quadrinhos são vistos como literários e não autônomos. A exemplo, é o que fora exposto por Rildo Cosson, que pertence ao grupo, em novembro de 2012, na mesa *Políticas públicas para a leitura*, do *Colóquio Nacional: literatura e ensino em debate*, realizado no Instituto de Estudos Linguísticos – IEL, da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Reforçado pelo resumo da mesa, que teve como mediadora e organizadora Célia Fernandes, que em 2010, 2011 e 2013 foi avaliadora do PNBE.

continuasse desigual, pois o número de títulos inscritos em comparação às pequenas é maior, consequentemente a quantidade selecionada também é desproporcional.

Tal medida era buscada pelas grandes editoras, pois, para tentar colaborar com as nacionais e as pequenas, foi instituído um limite de obras a serem inscritas por selo. Na tabela a seguir, Paiva (2012) divulgou os números de livros inscritos e adquiridos no período em que o CEALE era responsável pela seleção das obras.

Tabela 5 - Números referentes à aquisição de obras entre 2006 e 2012

	Livros Inscritos	Livros comprados
2006	1.718	225
2008	1.753	153
2009	2.085	593
2010	2.514	350
2011	1.612	300
2012	2.303	250
Total	11.967	1.771

Fonte: Paiva (2012)

A informação sobre livros inscritos dos outros anos não foi divulgada por nenhuma pesquisa ou pelo próprio MEC, não sendo possível compartilhar aqui, assim sendo, citaremos, na tabela 6, apenas os números dos títulos obtidos.

Tabela 6 - Quantidade de títulos comprados pelo PNBE

Ano	Títulos comprados
1998	215
1999	109
2001	30
2002	40
2003	234
2005	300
2006	225
2008	153
2009	593

2010	350
2011	300
2012	250
2013	225
2014	100
Total	3.339

Fonte: Fernandes(2007), Paiva (2012) e Dados Estatísticos do PNBE de 2013 e 2014.

A obra de Paiva (2012) não divulga dados referentes às editoras, entretanto acreditamos ser um número baixo devido à quantidade de obras selecionadas e por ter as que podem participar com a inscrição de diferentes selos. Não há nenhuma publicação que liste todas as editoras e obras que foram obtidas ao longo dos anos de desenvolvimento do programa. Em relação às editoras de quadrinhos, há o estudo de Borges (2016) e sobre os títulos selecionados, além da pesquisadora citada, os trabalhos de Vergueiro e Ramos (2009), Yamaguti (2013 e 2014) e Buffon (2014), que serão elencados no próximo capítulo desta dissertação.

Cada parecerista recebia um lote (de 15 a 20 obras), e, nas palavras de Paiva (2012), ao montar os acervos que iam às escolas, a equipe procurava selecionar uma obra de cada categoria, tentando enviar ao menos um gênero de cada uma que havia sido adquirido. A seguir, a pesquisadora descreve os processos de compra.

Uma vez feita a seleção pelos avaliadores, uma listagem com os títulos é enviada ao MEC que, por sua vez, dá início aos procedimentos para aquisição e distribuição das obras. O primeiro passo é dado pelo FNDE que inicia o processo de negociação com as editoras. O passo seguinte, também realizado pelo Fundo, é a assinatura de contrato com as editoras e o estabelecimento do quantitativo de livros que devem ser produzidos, com a supervisão de técnicos do FNDE. Durante esse processo de produção, os livros passam por um controle de qualidade, de acordo com as normas técnicas da ABNT. Por fim, a distribuição dos acervos do Programa é feita por meio de contrato firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Essa etapa do PNBE também conta com o acompanhamento dos técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de Educação. Em se tratando de escolas das zonas rurais os acervos são entregues na sede das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem entregá-las às escolas. (PAIVA, 2012, p. 27)

Um dos problemas discutidos em relação ao PNSL era a falta de critério de distribuição e de seleção, ou no mínimo de divulgação de tais dados. Em relação à distribuição, sempre foi direcionada às escolas que atendessem a determinado número de alunos, mas a cada ano o critério mudava.

Em 1998, receberam acervo escolas que tinham matriculados 500 ou mais alunos da 5^a a 8^a série do Ensino Fundamental e cadastradas no Censo de 1996, contudo, nos municípios em que não havia escola que atendesse ao critério, de acordo com Fernandes (2007), foi destinado um acervo à escola com o maior número de matriculados. Como critério de aquisição, é citado que seguia as mesmas orientações da FAE, mas a pesquisadora informou que, em contato com o FNDE, obteve como resposta que a mesma comissão da FAE foi mantida e que teve autonomia na escolha. O acervo era composto de 215 títulos.

Em 1999, o foco específico do programa eram alunos de 1^a a 4^a série do Ensino Fundamental com 150 alunos ou mais e cadastradas no Censo de 1998. O acervo tinha 109 obras, 105 selecionadas pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), que foi contratada, segundo Fernandes (2007), para selecionar obras do público infantojuvenil, e as outras quatro obras pela Secretaria de Educação Especial. Todavia, para a autora, ainda não são claros os critérios de compra, dando a entender apenas que eram baseados em orientações curriculares.

Em 2000, ao invés de direcionar os livros aos estudantes, foram voltados aos educadores de escolas parceiras do Programa Parâmetros em Ação.

De 2001 a 2004, o programa deixou de constituir o acervo escolar e entregou os livros diretamente aos alunos. No primeiro ano deste ciclo, receberam livros os alunos da 4^a e 5^a série, com base do Censo Escolar de 2001. O acervo era composto de 30 títulos, distribuídos em seis coleções, cada uma com cinco obras. Cada escola recebeu vinte e quatro coleções. É a primeira vez que é instituída uma comissão de seleção, em 30 de agosto de 2001, pela portaria n^o 1958.

Assim, a comissão era composta por um representante: a) do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; b) da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; c) da Associação de Leitura do Brasil – ALB; d) da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ; e) de técnicos especialistas de leitura, literatura e educação, seguindo as orientações quanto à tipologia, à temática, à seleção de títulos e autores, à textualidade e ao projeto gráfico.

Em 2002, os livros foram destinados aos estudantes da 4^a série, cada aluno recebia uma coleção com cinco volumes. Ao todo, foram selecionados 40 títulos. E cada escola recebeu um acervo. Foi instituída uma nova portaria para formar a comissão de seleção, que basicamente não sofreu alterações em relação aos representantes, e também foi formado um

colegiado para a seleção, com um representante do CONSED, UNDIME, técnicos – não definido o número – e de oito representantes do PROLER.

Já os critérios de seleção passaram a privilegiar diferentes autores, mas obras que haviam sido adquiridas em 2001 não poderiam integrar a nova compra. Deixam-se claros os aspectos gráficos e o que se esperava como ilustração.

Em 2003, mesmo com a mudança presidencial, foi dada continuidade na distribuição dos livros, destinados aos alunos da 4^a e 8^a série do Ensino Fundamental e os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da EJA, com base nos mesmos critérios dos anos anteriores. Os alunos da 4^a série receberam uma coleção com cinco títulos, dentre dez coleções. Para os estudantes da 8^a série, eram dez coleções, porém cada uma com quatro obras. Além dos alunos, os professores puderam escolher dois títulos dentre 144, e as escolas receberam um exemplar de todos os 144 livros disponíveis, dentre as que tinham o maior número de alunos entre a 5^a e a 8^a série.

Em 2004, o programa deu continuidade às ações de 2003. Já em 2005, foi retomada a constituição do acervo bibliotecário. Os livros foram enviados para escolas que trabalhassem com Ensino Fundamental I (de 1^a a 4^a série). Escolas com até 150 estudantes receberam 20 e títulos; para aquelas com até 700 estudantes foram enviados três acervos, cada um com 20 títulos; e às com mais de 700 alunos foram destinados cinco acervos, cada um também com 20 títulos.

A partir do edital do PNBE 2005, foram instituídos como critérios de compra três itens avaliativos: 1) qualidade do texto; 2) adequação temática; 3) projeto gráfico. De acordo com Cirino (2015), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi a responsável pela seleção de 300 títulos. Posteriormente, os educadores de cada escola cadastrada no Censo Escolar puderam escolher as obras que receberiam em 2005, para tanto foram disponibilizadas resenhas de cada livro.

Em 2006, os livros foram destinados às escolas de Ensino Fundamental II (5^a a 8^a série), distribuídos da seguinte forma: com até 150 estudantes, 75 títulos; até 300 alunos, 150 títulos; mais 300 alunos, 225 títulos. Os critérios de compra foram mantidos nos anos seguintes, mas a equipe responsável mudou. Foi aberto um edital para escolher universidades responsáveis pela seleção, assim, de 2006 a 2013, o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação (CEALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) escolheu os livros no período, segundo Ramos (apud CIRINO, 2015), com a colaboração de

72 pareceristas de 14 estados brasileiros. Outra mudança, que nos interessa, especificamente nesta pesquisa, foi a inserção dos quadrinhos nos editais.

Antes de verificar a qualidade do texto, adequação temática e projeto gráfico, todos os livros inscritos passaram por uma triagem feita pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para verificar se as obras inscritas se enquadravam nas exigências técnicas e físicas do edital. No próprio CEALE, eram excluídas as produções que não atendiam ao edital: "quanto à estrutura editorial e as especificações técnicas mínimas como formato, capa, miolo, acabamento, além de obras de cunho explicitamente moralizantes e didatizantes - são automaticamente excluídas." (PAIVA, 2012, p. 25).

Em seguida, verifica-se a qualidade da interação com o leitor, consiste em constatar se a obra apresenta questões referentes à diversidade em contextos sociais, culturais e históricos e se amplia a expectativa e perspectiva do leitor, além de possibilitar novas leituras. O terceiro passo é verificar a qualidade textual, se há coesão, coerência e consistência e se há exploração de recursos linguísticos e expressivos. Por fim, analisa-se o projeto gráfico, em relação ao formato, tamanho, capa, contracapa e se há a relação texto-imagem, a qualidade de interação verbo-visual.

Em 2008, a distribuição foi dividida em três grupos: 1) Educação Infantil, sendo que escolas com até 150 alunos receberam um acervo, com até 300, dois acervos, e com mais de 300 estudantes, três acervos, cada um composto por 20 títulos; 2) Ensino Fundamental, escolas com até 250 alunos receberam um acervo, até 500, dois acervos, até 750 estudantes, três acervos, até mil alunos, quatro acervos, e unidades escolares com mais de mil alunos receberam cinco acervos, cada um deles também formado por 20 livros; 3) Ensino Médio – escolas com até 500 alunos receberam um acervo, com até mil, dois acervos, com mais de mil estudantes, três acervos. Neste caso, cada acervo continha 139 obras.

Em 2009, os livros foram enviados às escolas do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e ao Ensino Médio, as que tinham até 250 alunos receberam cem títulos, até 500, 200 livros, e acima de 500 estudantes, 300 obras.

Em 2010, o programa atendeu alunos e professores e passou a distribuir periódicos. O edital regular distribuiu livros para Educação Infantil, escolas com até 50 alunos, um acervo, com mais de 50, dois acervos; Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) com até 50 alunos, um acervo, com até 150 estudantes, dois acervos, até 300, três acervos e com mais de 300 alunos, quatro acervos; Educação de Jovens e Adultos, até 50 alunos, um acervo e com mais de 50, dois acervos. Cada um era formado por 25 livros, em todos os níveis de ensino.

O PNBE do Professor, edital que buscou formar um acervo para os educadores, como incentivo à leitura deleite e a formação complementar, dividiu os títulos em categorias: a) Ensino Fundamental I; b) Ensino Fundamental II; c) Ensino Médio; d) Ensino Fundamental da EJA; e) Ensino Médio da EJA. Os livros foram enviados às escolas da seguinte forma: escolas com até 30 alunos receberam um acervo com os livros das categorias a, b e c, com até 100, as mesmas categorias, mas com dois acervos, mais de 100 estudantes quatro acervos. E as escolas que atendem a EJA receberam as categorias d e e, até 100 alunos, um acervo e mais de cem, dois acervos.

Visando a essa formação continuada os títulos versam sobre temas variados, buscando atender a todas as demandas dos educadores em relação às disciplinas ministradas. Ao todo, foram distribuídos 565.831 exemplares, desses, 40.891 eram da obra *Ensinar e aprender: histórias em quadrinhos e canções*, da editora Base Editorial.

Embora com informações divergentes em relação à obtenção e à distribuição, em 2010, foram distribuídos dicionários aos alunos. No site do FNDE, sobre o PNBE, em Dados Estatísticos, a aquisição desse material entra em 2009, mas no histórico do programa é mencionado que a distribuição aconteceu em 2010, por isso é mencionada a informação aqui. O item a seguir deste capítulo, a compra, será relacionada ao ano de 2009, como aparece no site. Assim, foram distribuídos 204.220 exemplares de dicionário, para 137.968 escolas, 7.360.973 exemplares para 49.516 escolas de Ensino Fundamental e 3.028.298 para 17.419 escola do Ensino Médio (algumas escolas acabam sendo contabilizadas mais de uma vez, por atenderem níveis diferentes).

Houve um edital extra nesse ano, chamado de PNBE Especial, atendendo a escolas da Educação Infantil que tivessem matriculados de 201 a 400 alunos, recebendo um acervo, de 401 a 600, dois acervos, de 601 ou mais, três acervos; em escolas do Ensino Fundamental, com 201 a 700 alunos, um acervo, de 701 a 1220, dois acervos e com mais 1200, três acervos; Ensino Médio, a mesma regra para o Ensino Fundamental. Tal edital visava a adquirir obras de literatura infantil e juvenil em formato acessível aos alunos com necessidades educacionais especiais sensoriais. Embora conste na página do FNDE informações sobre os valores, os critérios de distribuição, não há dados sobre os títulos selecionados nesse edital.

Por fim, nesse ano, foi inserido o edital dos periódicos, tendo continuidade aos anos seguintes. Foi enviado um exemplar de cada periódico escolas com até 250 alunos, dois exemplares de cada, as que tinham até 500 alunos, três exemplares, até 750, quatro exemplares com até mil estudantes, unidades com até 1.250 receberam cinco exemplares, e mais de 1.250, seis exemplares.

Em 2011, os alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio foram atendidos. Ao todo, foram constituídos seis acervos, três para cada nível educacional. A mesma divisão do acervo ocorreu para ambos os níveis atendidos, até 250 alunos, um acervo, até 500 alunos, dois acervos e mais de 500, três acervos. Já a distribuição dos periódicos seguiu a mesma regra do PNBE Periódicos 2010.

Em 2012, o atendimento regular foi direcionado aos alunos da Educação Infantil, escolas com até 50 alunos receberam um acervo e com mais de 50, 2 acervos; as escolas com até 50 estudantes do Ensino Fundamental ganharam um acervo, até 150, dois acervos, até 300, três acervos e mais de 300 alunos, quatro acervos; para a EJA, o mesmo esquema de distribuição da Educação Infantil.

Já os periódicos foram enviados de acordo com as categorias dos níveis educacionais; as categorias 1 e 2 beneficiavam estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Magistério, na categoria 3 enviou o título Presença Pedagógica para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio. As categorias 1 e 2 seguiram a mesma regra de distribuição dos anos anteriores:

Tabela 7 - Distribuição de periódicos

Quantidade de alunos	Quantidade de exemplares
1 a 250	1 exemplar
251 a 500	2 exemplares
501 a 750	3 exemplares
751 a 1.000	4 exemplares
1.001 a 1.250	5 exemplares
1.251 ou mais	6 exemplares

Fonte: Página do PNBE em Dados Estatísticos

A categoria 3 dividiu em: até 500 alunos, um acervo, até 1.000 estudantes, dois exemplares, e mais de 1.000, três exemplares. As regras de envio às escolas seguiram dos anos seguintes.

Em 2013, foram atendidas escolas do Ensino Fundamental II e Médio, distribuindo três acervos, cada um com 60 títulos, até 250 estudantes, um acervo, até 500, dois acervos e mais de 500, três acervos. Nesse ano, também foi lançado o edital do PNBE Temático, foi formado apenas um acervo com 45 títulos, segundo o que consta no edital, pois no site não há divulgação sobre essa informação, enviado às escolas do Ensino Fundamental II, Médio e EJA.

E, no último PNBE, de 2014, os alunos da Educação Infantil divididos em creche, receberam um acervo. Nos casos em que as escolas atendessem até 40 estudantes e na Pré-

escola, com mais de 40 alunos, dois acervos; para o Ensino Fundamental I, escolas com mais de 50 alunos ganharam um acervo, até 150, dois acervos, até 300, três acervos, e mais de 300 estudantes, três acervos; para a EJA, escolas com até 50 alunos ganharam um acervo e com mais de 50, dois acervos.

A partir dos dados coletados, para melhor visualização das informações, distribuimos em tabela um resumo de cada ano sobre quais foram os níveis atendidos e os critérios de distribuição.

Tabela 8 - Critérios de distribuição e compra

Ano	Níveis atendidos	Critérios de Atendimento
1998	Ensino Fundamental II	Escolas com 500 alunos ou mais. ¹⁸
1999	Ensino Fundamental I	Escolas com 150 alunos ou mais.
2000	Professores	Escolas participantes do Programa Parâmetros em Ação.
2001	4ª e 5ª séries	Todas as escolas públicas do país.
2002	4ª série	Todas as escolas públicas do país.
2003	4ª e 8ª série; EJA (anos finais) e Professores	Todas as escolas públicas do país, priorizando o maior número de alunos.
2004	***	***
2005	Ensino Fundamental I	Escolas com até 150 alunos receberam 20 títulos; Escolas com até 700 alunos receberam 60 títulos; Escolas com mais de 700 alunos receberam 100 títulos.
2006	Ensino Fundamental II	Escolas com até 150 alunos receberam 75 títulos; Escolas com até 300 alunos receberam 150 títulos; Escolas com mais de 300 alunos receberam 225 títulos.
2007	***	***
2008	Educação Infantil	Escolas com até 150 alunos receberam 20 títulos; Escolas com até 300 alunos receberam 40 títulos; Escolas com mais de 300 alunos receberam 60 títulos.
	Ensino Fundamental I	Escolas com até 250 alunos receberam 20 títulos; Escolas com até 500 alunos receberam 40 títulos; Escolas com até 750 alunos receberam 60 títulos; Escolas com até 1.000 alunos receberam 80 títulos; Escolas com mais de 1.000 alunos receberam 100 títulos.
	Ensino Médio	Escolas com até 500 alunos receberam 139 títulos; Escolas com até 1.000 alunos receberam 278 títulos; Escolas com mais de 1.000 alunos receberam 417 títulos.
2009	Ensino Fundamental II; Ensino Médio	Escolas com até 250 alunos receberam 100 títulos; Escolas com até 500 alunos receberam 200 títulos; Escolas com mais de 500 alunos receberam 300 títulos.

¹⁸ Nos municípios em que houvesse escola que não atendesse ao número foi enviado para a escola com o maior número de matriculados (Fernandes, 2007).

2010	Educação Infantil		Escolas com até 50 alunos receberam 25 títulos; Escolas com mais 50 alunos receberam 50 títulos.
	Ensino Fundamental I		Escolas com até 50 alunos receberam 25 títulos; Escolas com até 150 alunos receberam 50 títulos; Escolas com até 300 alunos receberam 75 títulos; Escolas com mais de 300 alunos receberam 100 títulos.
	Educação de Jovens e Adultos		Escolas com até 50 alunos receberam 25 títulos; Escolas com mais de 50 alunos receberam 50 títulos.
	PNBE do Professor ¹⁹	Ensino Fundamental	Escolas com até 30 alunos – 1 acervo; Escolas com até 100 alunos – 2 acervos; Escolas com mais de 100 alunos – 4 acervos.
		EJA – Ensino Fundamental	Escolas com até 30 alunos – 1 acervo; Escolas com até 100 alunos – 1 acervos; Escolas com mais de 100 alunos – 2 acervos.
		EJA – Ensino Médio	Escolas com até 30 alunos – 1 acervo; Escolas com até 100 alunos – 2 acervos; Escolas com mais de 100 alunos – 4 acervos.
	Dicionários		Escolas com até 250 alunos receberam 1 exemplar; Escolas com até 750 alunos receberam 2 exemplares; Escolas com mais de 750 alunos receberam 3 exemplares.
	PNBE Especial ²⁰	Educação Infantil	Escolas com 201 a 400 alunos – 1 acervo; Escolas com 401 a 600 alunos – 2 acervos; Escolas 601 ou mais alunos – 3 acervos.
		Ensino Fundamental	Escolas com 201 a 700 alunos – 1 acervo; Escolas com 701 a 1.220 alunos – 2 acervos; Escolas 1.221 ou mais alunos – 3 acervos.
		Ensino Médio	Escolas com 201 a 700 alunos – 1 acervo; Escolas com 701 a 1.220 alunos – 2 acervos; Escolas 1.221 ou mais alunos – 3 acervos.
2011	Ensino Fundamental II; Ensino Médio ²¹		Escolas com até 250 alunos receberam 1 acervo; Escolas com até 500 alunos receberam 2 acervos; Escolas com mais de 500 alunos receberam 3 acervos.
2012	Educação Infantil		Escolas com até 50 alunos receberam 25 títulos; Escolas com mais de 50 alunos receberam 50 títulos.
	Ensino Fundamental I		Escolas com até 50 alunos receberam 25 títulos; Escolas com até 150 alunos receberam 50 títulos; Escolas com até 300 alunos receberam 75 títulos; Escolas com mais de 300 alunos receberam 100 títulos.
	EJA		Escolas com até 50 alunos receberam 25 títulos; Escolas com mais de 50 alunos receberam 50 títulos.

¹⁹ Não foi divulgado o número de títulos para cada acervo.

²⁰ Não há informações sobre a quantidade de livros para cada acervo.

²¹ Dois acervos eram compostos de 50 títulos e um com 49, mas no site não consta a informação do critério de envio para o acervo com o menor número.

2013	Ensino Fundamental II; Ensino Médio ²²	Escolas com até 250 alunos receberam 60 títulos; Escolas com até 500 alunos receberam 120 títulos; Escolas com mais de 500 alunos receberam 180 títulos.
	PNBE Temático	Um acervo com 45 títulos destinado ao EF II, EM e EJA.
2014	Educação Infantil (creche)	Escolas com até 40 alunos receberam 25 títulos.
	Educação Infantil (pré-escola)	Escolas com mais de 40 alunos receberam 50 títulos.
	Ensino Fundamental I	Escolas com até 50 alunos receberam 25 títulos; Escolas com até 150 alunos receberam 50 títulos; Escolas com até 300 alunos receberam 75 títulos; Escolas com mais de 300 alunos receberam 100 títulos.
	EJA	Escolas com até 50 alunos receberam 25 títulos; Escolas com mais de 50 alunos receberam 50 títulos.

Fonte: Página do PNBE em Dados Estatísticos

2.3. Números do período de compra²³

Os dados apresentados a seguir foram extraídos do próprio site do FNDE, página sobre o PNBE, no link sobre os Dados Estatísticos e analisados e comparados aos apresentados em Fernandes (2007), Brasil (2008a) e Paiva (2012). Ressalvamos que há uma divergência entre o site, o livro “Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras” (BRASIL, 2008a) e as outras fontes, por isso, e por apenas no site ter as informações de todos os anos, a tabela a seguir priorizou os números da página do PNBE.

A cada ano, o nível educacional foi mudando, assim como o foco, se era voltado aos alunos, aos professores ou para formar o acervo bibliotecário, e até mesmo a inserção de níveis que não constavam, o caso da EJA, e a compra de periódicos (após a tabela dos livros).

Em resumo aos dados obtidos sobre os valores de aquisição de 1998 a 2014, elaboramos a tabela 8. Os dados ilustram o número de todo o programa, informando os livros distribuídos, a quantidade de alunos atendidos, quais níveis educacionais foram atendidos, o número de escolas que receberam os acervos e o total investido na adesão dos livros.

²² Nesse ano, também houve editais para o PNBE do Professor e o PNBE Temático. O primeiro distribuiu para escolas de todos os níveis, o segundo apenas para o Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA, contudo não há, em nenhum dos casos, informações sobre a constituição dos acervos.

²³ Dados baseados em Fernandes (2007), Brasil (2008a), Paiva (2012) e no próprio site de divulgação de dados sobre o PNBE no portal do FNDE.

Tabela 9 - Dados completos do PNBE

Ano	Livros distribuídos	Alunos atendidos	Nível²⁴	Escolas atendidas	Valores
1998	3.660.000	19.247.358	EF II	20.000	R\$ 29.247.358,00
1999	3.924.000	14.112.285	EF I	36.000	R\$ 24.727.241,00
2000	3.728.000	----- ²⁵	-----	18.718	R\$ 15.179.101,00
2001	60.923.940	8.561.639	EF I	139.119	R\$ 57.638.015,60
2002	21.082.880	3.841.268	EF I	126.692	R\$ 19.633.632,00
2003 ²⁶	49.034.192	6.881.473	EF; EJA	192.844	R\$ 100. 843.633,30
2005	5.918.966	16.990.819	EF I	136.389	R\$ 47.268337,00
2006	7.233.075	13.504.906	EF II	46.700	R\$ 45.509.183,56
2008	8.601.932	29..284.279	EI; EF I; EM	229.889	R\$ 65.283.759,50
2009 ²⁷	10.869.491	55.753.311	EF II; EM	204.903	R\$ 77.498.621,10
2010 ²⁸	18.885.190	24.723.464	EI; EF; EM; EJA	452.407	R\$ 117.655.489,70
2011	5.585.414	20.092.958	EF II; EM	69.003	R\$ 70.812.088,00
2012	10.485.353	22.305.401	EI; EF I; EJA	240.201	R\$ 81.797.946,11
2013 ²⁹	13.470.721	41.220.553	EF II; EM	337.371	R\$ 215.248.360,94
2014	19.394.015	22.193.429	EI; EF I; EJA	159.520	R\$ 92.362.863,86
Total	242.797.169	269.428.864	-----	2.409.756	R\$ 959.861.997,37

Fonte: Página do PNBE em Dados Estatísticos

²⁴ EI – Educação Infantil; EF – Ensino Fundamental; EF I – Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano); EF II – Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano); EM – Ensino Médio; EJA – Educação de Jovens e Adultos.

²⁵ As compras nesse ano foram direcionadas exclusivamente aos professores.

²⁶ Nesse ano, a aquisição foi dividida entre o projeto Literatura em minha Casa, constituição do acervo escolar e livros para os professores. Assim, receberam o acervo alunos da 4ª série, 8ª série e dos anos finais do Ensino Fundamental II da EJA. Os livros que foram enviados às escolas eram os mesmos dos alunos. Os dados acima são a soma de todos os itens adquiridos no ano.

²⁷ Em 2009, houve a compra de dicionários, que também entram nesses números, mas no histórico do programa, no próprio site, é divulgado que a distribuição foi realizada em 2010.

²⁸ Além da obtenção regular do programa, houve uma edição especial direcionada aos professores, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental II, desta forma, nesse ano, todos os níveis educacionais foram atendidos.

²⁹ Em 2013, houve a compra regular, para os professores e um PNBE temático, direcionado ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

A partir de 2010, o PNBE passou a adquirir periódicos para as escolas, com seleções anuais até o último ano de distribuição. Os editais dos periódicos seguiam outras regras de distribuição, que, assim como os livros, dependiam do número de alunos matriculados, variando a quantidade dos exemplares e edições.

Tabela 10 - Dados sobre os periódicos

Ano	Periódicos distribuídos	Escolas atendidas	Valores
2010	11.530.430	143.773	R\$ 29.060.529,34
2011	11.530.430	143.773	R\$ 31.150.900,98
2012	15.149.880	156.445	R\$ 53.295.402,47
2013	14.885.649	153.840	R\$ 57.072.470,94
2014	14.751.055	152.465	R\$ 58.477.152,20
Total	67.847.444	751.496³⁰	R\$ 229.056.455,93

Fonte: Página do PNBE em Dados Estatísticos

Somados os valores dos livros e dos periódicos, o custo é elevado, R\$ 1.188.919.453,30, mas, se compararmos com o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – os valores ainda são baixos – haja vista o investimento em 2017, um total de R\$ 1.295.910.769,73. Em um ano de PNLD foi gasto mais do que 16 anos de PNBE. É claro que deve ser considerado o tempo de desenvolvimento do programa e sua regularidade, mas como bem apontou Fernandes (2007), a obtenção de livros literários para leitura deleite ou até mesmo de produções paradidáticas ainda não é valorizada como livros que possam ser utilizados em grande escala, e que tenham a função de dar suporte na sala de aula.

Para se ter uma ideia, Fernandes (2007) citou dados sobre o PNLD de 1984 a 1996. Nesse período, o programa adquiriu aproximadamente 430 milhões de exemplares, enquanto que no período de execução do PNBE foram adquiridos aproximadamente 243 milhões, deixando clara a disparidade no investimento. Óbvio que o PNLD tem a particularidade em comprar livros para cada estudante, porém o mesmo livro é utilizado por três anos consecutivos, e, mesmo não sendo destinado aos alunos, diretamente, o acervo que constitui o PNBE poderia ser maior, levando em consideração a necessidade de atualização das bibliotecas escolares.

³⁰ Há escolas que podem ter recebido em mais de um ano, entrando, consequentemente, em mais de uma vez na contabilização.

É claro que toda biblioteca de tempos em tempos precisa ser recatalogada e excluir e incluir títulos. Lembrando que estamos falando de uma política pública que visa formar as bibliotecas escolares, e que livros podem e são rasgados, sujos, não devolvidos (infelizmente) e até casos, quando não há um responsável e/ou um controle eficaz, de roubos. Neste sentido é fundamental que o programa leve em consideração esses casos e viabilize mais investimento.

Caso haja novas compras a partir de 2018, já que desde 2013 não são realizadas novas aquisições, pois em 2014 e 2015 foram lançados, mas não concluídos, e pelo fato de em 2016 e 2017 não ter sido lançado, o programa precisa ser revisto. Pontuando a necessidade de formação de todos os educadores que podem vir a trabalhar com os títulos sobre o próprio PNBE, fomentar a informatização dos espaços, de modo a facilitar e melhor controlar o acervo, viabilizar a contratação de um responsável direto pelos espaços, mesmo que seja através de um projeto que contrate professores, como acontece na Prefeitura de São Paulo com a administração de professores de Língua Portuguesa.

No nosso entender, essas ações simples facilitarão o compartilhamento dos livros tanto com alunos quanto educadores, pois uma das principais alegações de professores que entrevistamos, dados do quinto capítulo, foi a falta de informação sobre o acervo, e, desta forma, a não utilização e indicação das obras aos estudantes.

CAPÍTULO 3

OFICIALIZAÇÃO DAS HQs NA ESCOLA: O ACERVO DO PNBE

A inserção dos quadrinhos no PNBE é, nas palavras de Vergueiro e Ramos (2009), a demonstração da oficialização dos quadrinhos nas escolas, pois deixa de ter presença apenas em livros didáticos, em avaliação ou vestibulares, e entram como uma leitura própria, em um formato que é desconhecido por muitos, o livro. Essa trajetória dos quadrinhos nas escolas, seguida do histórico dos quadrinhos no PNBE, é o que nos detemos a fazer neste capítulo.

O governo comprou livros de Histórias em Quadrinhos (HQs) todos os anos a partir de sua inserção até o último ano de desenvolvimento, 2013, embora não oficialmente encerrado. Há outras formas de inclusão de quadrinhos nas escolas além do PNBE. A exemplo, temos a recém-inclusão no PNLD Obras Complementares, compras a partir de programas estaduais e municipais, mas é o PNBE que marca essa transformação no ambiente escolar, já que, até então, os quadrinhos não eram adquiridos em formato livro, nem compunham oficialmente acervos de bibliotecas escolares.

Buscamos apontar os problemas das inserções dos quadrinhos no PNBE refletindo/justificando o porquê da inclusão no programa, de modo a mostrar que os quadrinhos não podem ser vistos como leitura de apoio a clássicos literários ou incentivadores à leitura de obras literárias, e sim como mais uma forma de leitura, como todos os gêneros que são adquiridos.

Baseamos-nos em Ramos (2009) ao definir que as Histórias em Quadrinhos (HQs) possuem características que são próprias. E na definição de multimodalidade, por entender que os gêneros podem ser híbridos e a leitura não é só com base no texto verbal, mas também no visual, assim compreendemos e defendemos a importância para a seleção dos quadrinhos no programa, de forma que possa contribuir na formação de novos leitores, ampliando o conceito de leitura.

3.1. Por que ter os quadrinhos na escola

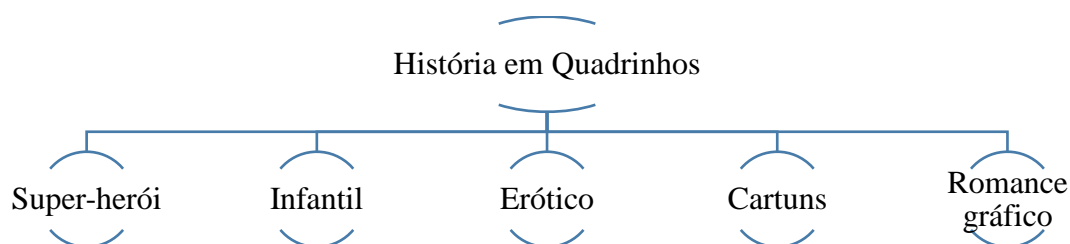
Pensar em quadrinhos é pensar quase automaticamente em uma tira de jornal, mas logo também nos vem à cabeça a imagem dos gibis da Turma da Mônica (para nós brasileiros, para os argentinos provavelmente Mafalda, os franceses Tintim, etc.) e é claro que não poderíamos deixar de citar os clássicos dos super-heróis, como Super-Homem e Batman.

Notem que todos os exemplos citados possuem estruturas diferentes e personagens com estereótipos em que nada se assemelham.

Isso acontece porque há diferentes gêneros nos quadrinhos. De acordo com Ramos (2009), os quadrinhos são gêneros autônomos, independentes da literatura e não estão relacionados, obrigatoriamente, a uma leitura infantil. O pesquisador defende que há uma variação dos gêneros dos quadrinhos, por esse motivo podemos nos deparar com transmutações de tiras e outros gêneros nos quadrinhos. Definir que há vários gêneros de histórias em quadrinhos, traz o pressuposto de que possuem algo em comum e que estão enquadrados em um mesmo rótulo.

Contudo, explicar o que são quadrinhos é algo bem complexo. Ramos (2007, 2009 e 2011) é um dos pesquisadores que tenta definir a linguagem dos quadrinhos, que utilizam os elementos constituintes da narrativa. Assim, o espaço da ação é em um quadrinho, o tempo transcorre em comparação de um quadrinho a outro, o personagem é visual e o discurso direto feito em balões de fala. Esses elementos, aliados às características próprias das HQs (ser feito em quadrinho, ter um espaço entre um quadrinho e outro – hiato –, ter balões etc), apresentam, segundo Ramos (2007), uma regularidade nas produções de quadrinhos.

Essa consistência possibilita considerar que HQ é um grande rótulo que abarca diferentes gêneros, por isso o pesquisador afirma que as HQs são um hipergênero, pois é uma forma de englobar todas as produções que têm características próprias. A seguir temos um esquema de como seria esse enquadramento, obviamente é ilustrativo e não possui todos os gêneros dos quadrinhos.



O termo hipergênero, usado por Ramos (2009), é baseado na definição de Maingueneau (2009) sobre rótulos. Para o autor, o nome dado a um gênero pode ser entendido como um rótulo, pois é a forma como um indivíduo convencionou chamá-lo, seja por ele dominar ou não as características. Pertencente ao gênero autoral, que depende de quem produziu para intitular, os rótulos podem ou não ajudar no processo de compreensão do leitor. Caso seja convencionado socialmente, deixará de ser rótulo e passará a configurar-se como gênero, visto que um rótulo apenas caracteriza uma parte da obra, ou seja, essa classificação

poderá ser feita a partir de um elemento do texto, o que pode gerar conflitos e essa categorização terá uma disparidade com o que o texto realmente quer mostrar. Porque, nesses casos, o sentido da produção não é considerado por completo.

O autor classifica os rótulos em três categorias que remetem às propriedades formais, à sua interpretação ou a ambas. O primeiro, chamado de rótulo formal, é definido a partir da organização textual do texto, também pode ser denominado como hipergênero. Nesta categoria, os rótulos podem englobar outros, são atividades bem-sucedidas que podem variar e receber outra rotulação, desde que englobada na rotulação principal que no caso é o hipergênero.

A segunda classificação baseia-se na interpretação do texto, chamada de enquadramento interpretativo, indicando como quer que a obra seja lida como se fosse um aviso prévio sobre o que será abordado para que o leitor possa pressupor informações. Assim, por exemplo, quando uma obra é classificada como um romance, não quer dizer que ela faça parte de um movimento literário, o Romantismo, mas que tenha como tema central o amor, que tenha uma narrativa longa. Desta forma, o leitor pode realizar uma série de inferências que contribuirão para sua compreensão.

A terceira definição do autor envolve as duas categorias, são os rótulos formais e semânticos. São os casos que a rotulação é feita a partir de sua estrutura textual e semântica, contudo nem sempre os dois rótulos serão “claros”, muitas vezes estarão relacionados indiretamente. Maingueneau (2009) denomina que essa classificação também pode ser chamada de classe genealógica, logo é uma rotulação que tem como parâmetro outras obras, ou se torna parâmetro.

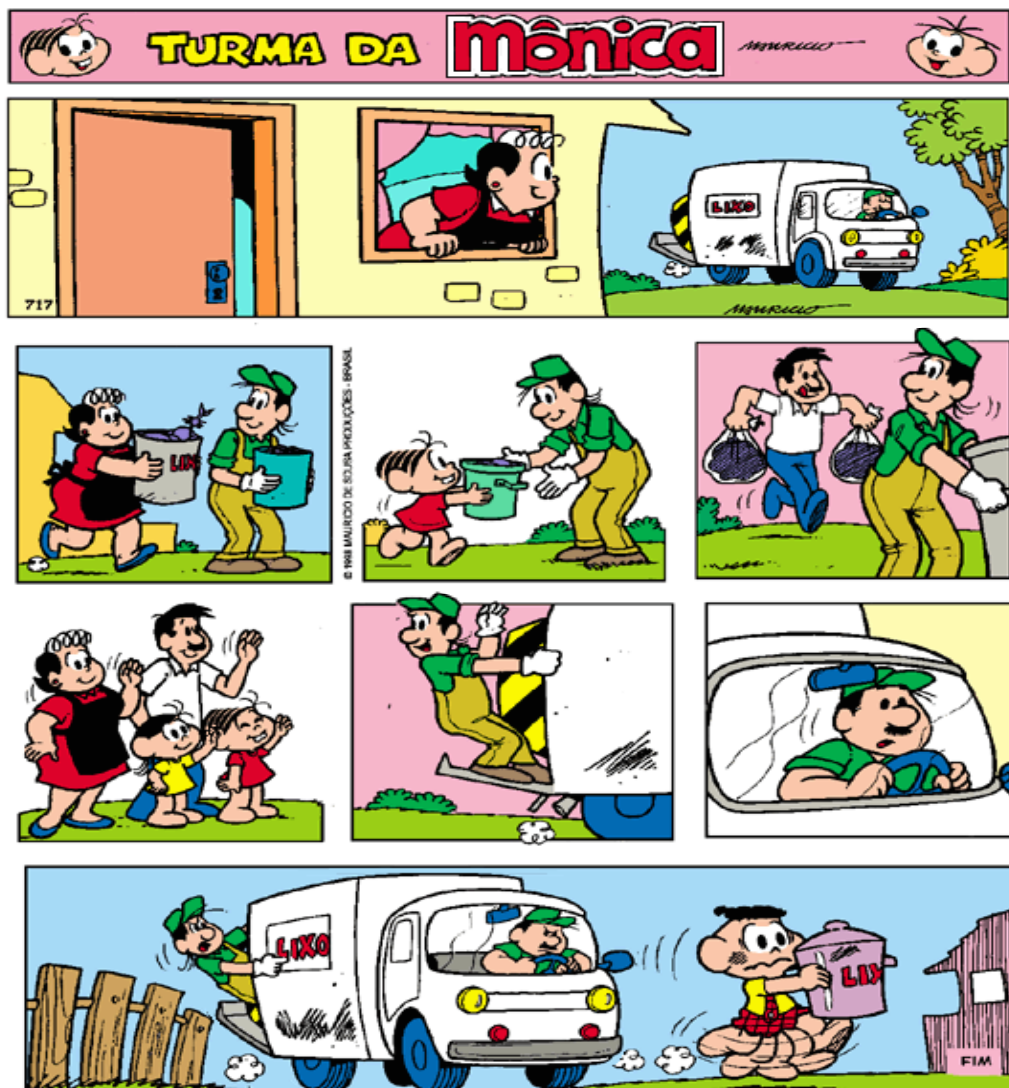
Entretanto, para que possa fazer parte de um hipergênero, os gêneros, ou até mesmo os rótulos, precisam ter características comuns para que possam ser classificados em um mesmo grupo. Ramos (2007, p. 297) identificou algumas tendências que constituem os quadrinhos:

- vários gêneros utilizam a linguagem dos quadrinhos; é o caso da charge, do cartum, dos diferentes gêneros autônomos das histórias em quadrinhos (entendidas aqui como um gênero integrante de um rótulo maior homônimo) e das tiras (entre eles, as tiras cômicas);
- Predomina o tipo textual narrativo, que tem nos diálogos um de seus elementos constituintes;
- Pode haver personagens fixos ou não; alguns se baseiam em personalidades reais, como os políticos;
- A narrativa pode ocorrer em um ou mais quadrinhos e varia conforme o formato do gênero, padronizado pela indústria cultural;

- Em muitos casos, o rótulo, o formato, o suporte e o veículo de publicação constituem elementos que acrescentam informações genéricas ao leitor, de modo a orientar a percepção do gênero em questão;
- A tendência é de uso de imagens desenhadas, mas ocorrem casos de utilização de fotografias para compor as histórias.

Classificar os gêneros é uma tarefa difícil, já que, assim como a fala, estão em constante uso e transmutação. Tal situação não seria diferente entre as produções em quadrinhos, mesmo tendo características marcantes, como a relação texto verbal e visual. Porém levantamos aqui a seguinte dúvida: até que ponto o fato de haver ilustração, ter balão e ser feito em um quadro configura um quadrinho? Obviamente, como bem colocou Mendonça (2010), há elementos que não existirão em um quadrinho, mas ainda sim o configura como tal. Para comprovar, temos dois exemplos:

Figura 7 - Exemplo de quadrinho sem balão de fala



Fonte: <http://www.monica.com.br> Acesso em: 16/12/17

Figura 8 – Exemplo de uso de texto verbo-visual



Fonte: <http://marcelosarava.com.br/>_Acesso em 16/12/17

No primeiro caso, temos uma história, disponível no site da Turma da Mônica, que, embora não tenha falas, vemos a formação de um texto narrativo por apresentar cenas em sequência, que, ao mudar de um quadro a outro, evidenciam a passagem de tempo e cena (RAMOS, 2009). No segundo exemplo, temos uma tira extraída do blog do quadrinista Marcelo Saravá, uma tira cômica que só apresenta balões de fala.

O segundo exemplo é um ótimo caso do que Mendonça (2010) defende como quadrinhos, já que todos os contornos e o uso do balão utilizam imagem, pois considera que há elementos não-verbais que constituem os quadrinhos. As dificuldades de rotulação são embasadas justamente nesses pontos, porque é muito difícil afirmar o que é história em quadrinhos, sendo que há casos que podem usar poucas características da linguagem dos quadrinhos.

As dificuldades também estão associadas à história das HQs, pois na mesma época há produções em diferentes países com diferentes características. Chinen (2011), por exemplo, cita que a história das histórias em quadrinhos é marcada pela publicação de Yellow Kid, em 1895, produzida por Richard Felton Outcault, pois considera que foi um marco no mercado.

No Brasil, comemora-se em 30 de janeiro o Dia do Quadrinho Nacional, homenagem ao quadrinista Angelo Agostini, que em 1869 criou Nhô Quim, sendo este supostamente o primeiro personagem do quadrinho brasileiro. No entanto, a data pode ser questionada, pois, se entendemos que charge e cartum fazem parte do hipergênero histórias em quadrinhos e como mostrou Maringoni (2011), antes da criação deste personagem, Agostini já publicava produções de charge e cartuns nos jornais da época, ou seja, se feita uma análise do gênero, a data é anterior. Há pesquisadores que consideram que, para ser histórias em quadrinhos, é necessário compor uma arte sequencial, termo usado por Eisner (2010), construindo uma narrativa. Nesse sentido, há pesquisadores que consideram as artes rupestres como origem dos quadrinhos.

Esses embates são necessários para compreendermos a seleção das obras pelo PNBE, assim como a forma como ler e trabalhar com elas na escola. Para tanto, primeiro temos que discutir sobre o processo de leitura, que não é apenas o texto verbal, como vimos nos exemplos anteriores, mas a imagem e a relação texto verbal e visual encadeando uma sequência narrativa.

Nas concepções de leitura na Linguística Textual, é trabalhada a definição de que ler é para além do texto verbal, pois há elementos extralinguísticos que devem ser considerados na leitura de todo e qualquer texto. Neste sentido, de acordo com Koch (2009), todo texto é carregado de sentido que está além do texto verbal escrito, seria o caso dos conhecimentos prévios, as inferências e as intencionalidades, que interferem diretamente na construção de sentido.

A exemplo temos um post extraído do Twitter.

Figura 9 - Exemplo de inferência textual



Fonte: <https://twitter.com/> Acesso em: 16/12/2017

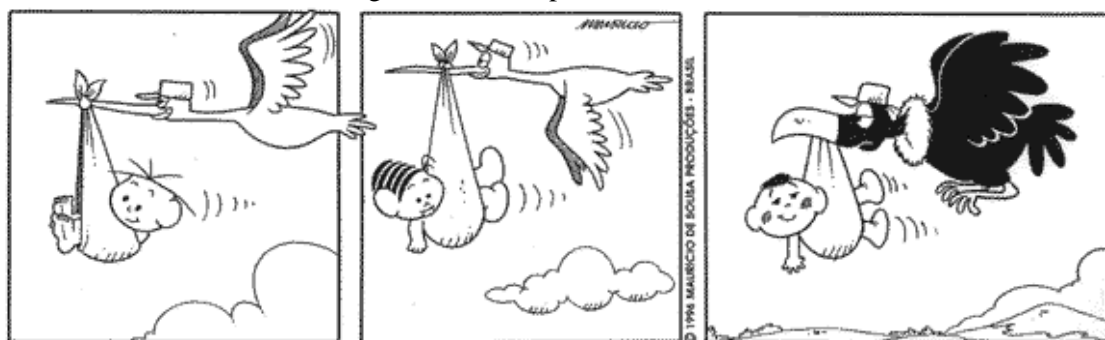
Para o leitor compreender o texto, deverá acionar seu conhecimento prévio, ou seja, revisar todo seu conhecimento anterior à publicação, sobre intervenção militar, sobre Geraldo Vandré, a música mencionada— “Pra não dizer que não falei das flores” —, o dia (no caso, 13 de março de 2016, data de manifestação política contra a então presidente Dilma Rousseff), assim faria uma série de inferências textuais e chega ao riso, que seria a intenção de quem publicou.

Ter tal conhecimento prévio poderia gerar o riso porque nacionalmente a canção de Vandré é contrária à Ditadura Militar, o que seria incoerente ao discurso de quem participou

dessas manifestações. Tais questões não estão marcadas no post, mas são passíveis de serem acionadas caso o leitor detenha o conhecimento prévio.

O mesmoprocesso de leitura vale para um quadrinho sem texto verbal, embora não seja objeto de análise da Linguística Textual.

Figura 10 - Exemplo de leitura visual



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

Fonte: turmadamonica.uol.com.br. Acesso em 17/12/17

Na tira da Turma da Mônica, o leitor precisaria acionar quem são os três bebês - Cebolinha, Mônica e Cascão, respectivamente - e assim estabelecer a relação do porquê no último quadro não ser uma cegonha, e sim um urubu, podendo gerar riso caso saiba que o Cascão não gosta de tomar banho e sempre está ligado ao lixo.

Nos dois exemplos, podemos observar que houve a construção de sentido a partir de elementos além do texto, elementos que o leitor precisa acionar para gerar compreensão e se o leitor não detiver não atingirá a intencionalidade do autor, o riso.

Embora demonstremos aqui tais possibilidades de leitura, a partir dos conceitos de Koch (2009), a LT está mais voltada à produção textual de ordem verbal, sendo necessário recorrer a correntes teóricas que trabalhem tanto a linguagem verbal quanto a visual. E, de acordo com Ramos (2017), as histórias em quadrinhos apresentam em sua constituição uma série de informações que são implícitas, tendo a necessidade do leitor inferir diversos dados para poder gerar compreensão. E, ao considerar que as HQs são texto, é preciso ampliar a concepção de texto, já que envolve duas linguagens, verbal e visual.

Essa combinação de linguagens não é exclusiva dos quadrinhos, e esse tipo de texto vindo sendo estudado como multimodal. Rojo (2012) define que um texto multimodal é aquele que envolve diferentes linguagens, principalmente as digitais, e por isso seria necessário o desenvolvimento de multiletramento, ou seja, que o leitor desenvolva a prática

leitora de tais textos que possuem uma complexidade por tal característica constitutiva e que muitas vezes já é de seu conhecimento.

Dionísio (2014) define multiletramento da seguinte forma:

Trazer para o espaço escolar uma diversidade de gêneros textuais em que ocorra uma combinação de recursos semióticos significa promover o desenvolvimento cognitivo de nossos aprendizes. (Significa também um enorme desafio, quando levamos em consideração a nossa formação docente, a rapidez dos avanços tecnológicos e a familiaridade dos nossos alunos com as mídias digitais em seu cotidiano fora da escola). Multiletrar é, portanto, buscar desenvolver cognitivamente nossos alunos, uma vez que a nossa competência genérica se constrói e se atualiza através das linguagens que permeiam nossas formas de produzir textos. (op. cit., p. 41)

Os textos multimodais, portanto, envolvem diferentes linguagens e que todas as que constituem um gênero devem ser levadas em consideração para produzir sentido. Como no exemplo a seguir:

Figura 11 - Exemplo de leitura verbo-visual



Fonte: <https://www.umsabadoqualquer.com>. Acesso em: 08/09/17

A produção é do quadrinista Carlos Ruas, que publica suas tiras na internet, e, devido ao sucesso, passou a reeditá-las para o formato livro. A série “Um sábado qualquer” conta como é o cotidiano de Deus (personagem nos dois quadros à esquerda) e sua relação com Lucivaldo (Lúcifer), Eva, Adão e outros deuses, neste caso de Zeus (no segundo quadro). Tais informações são importantes para a constituição de sentido, como já demonstrado a partir de conceitos da Linguística Textual.

O que as definições de multiletramento propõem é que, nas produções multimodais (que mesclam diferentes linguagens), devem ser consideradas as linguagens, neste caso, verbal e visual. E, segundo Ramos (2011), a leitura dos quadrinhos não é um ato tão simples, já que há diferentes mecanismos utilizados pelo leitor para a construção de sentido, por isso, cada elemento ajudará o leitor a compreender o texto.

Assim, a fala das personagens indicam que os deuses estariam brincando de batalha naval, pelas orientações e estabelecendo relação com a base azul no último quadro, que seria o oceano, o elemento do navio, e o texto verbal no navio, que indicaria não ser qualquer embarcação, mas o Titanic. E por ser o Titanic diretamente está ligado aos icebergs no entorno.

Espera-se que o leitor habitual de “Um sábado qualquer” ria da história, pois ele conseguiria estabelecer tais relações apontadas acima, assim como qualquer leitor, mas, em seu caso específico, saberia que a graça está no fato de o último quadro não representar um tabuleiro, e sim a Terra, e que o acidente com o navio não foi um acaso, e sim um jogo entre Deus e Zeus.

Por isso, o que se pode considerar sobre a multimodalidade nos quadrinhos é que há uma ampliação não só de texto, mas também de leitura. Voltando aos primórdios do que se entendia por leitura, já que ao se considerar que ler não é apenas o texto verbal, remete à ideia de que um leitor também é aquele ouvinte. Nesse sentido, vemos as HQs como fundamentais para o trabalho em sala de aula como fomentadora de leitura, pois não é uma leitura excludente. Obviamente, respeitando o conteúdo às idades, é possível desenvolver atividade que envolvam quadrinhos com todos os níveis educacionais.

Estratégias de aula e uso real dos títulos comprados pelo governo ainda precisam ser melhor estudados para apontar como os quadrinhos desenvolverão o gosto pela leitura, mas é fundamental entender que a forma de ler foi ampliada.

3.2. Quadrinhos no PNBE

Com a nova visão que os quadrinhos passam a ter no ambiente escolar e oficialmente, sua integração em outras formas e suportes passa a ser concretizada. É com o PNBE que passam a integrar no ensino outro formato que até então não havia configurado, e que muitos ainda desconhecem, o livro. A inserção, segundo Vergueiro e Ramos (2009), aconteceu em 2006, com dez títulos, representando 4,5% do total de 225 livros adquiridos pelo programa.

O número é baixo se comparado às outras linguagens, mas o fato é que há uma restrição para inscrever obras (como já discutido no capítulo anterior). Todavia, há uma ideia social de que as HQs estariam ligadas ao público infantil por ter um conteúdo mais lúdico, reforçado pela fala da então coordenadora substitutiva do departamento de seleção de obras do PNBE, Cecília Correa Sampaio, como citado por Ramos (2012, p. 225):

Os quadrinhos, do ponto de vista do governo, são vistos como uma ferramenta mais atraente para estimular a leitura. “O apelo visual, a figura, é algo que atrai demais a criança, é uma forma de ela se interessar para a leitura por um outro formato” (...) No caso específico dos quadrinhos, ela não adianta ainda quais são os títulos. Mas confirma que estão na lista, em especial as adaptações. “Temos priorizado a seleção de obras [em quadrinhos] literárias. No momento, nós damos essa ênfase à literatura.”

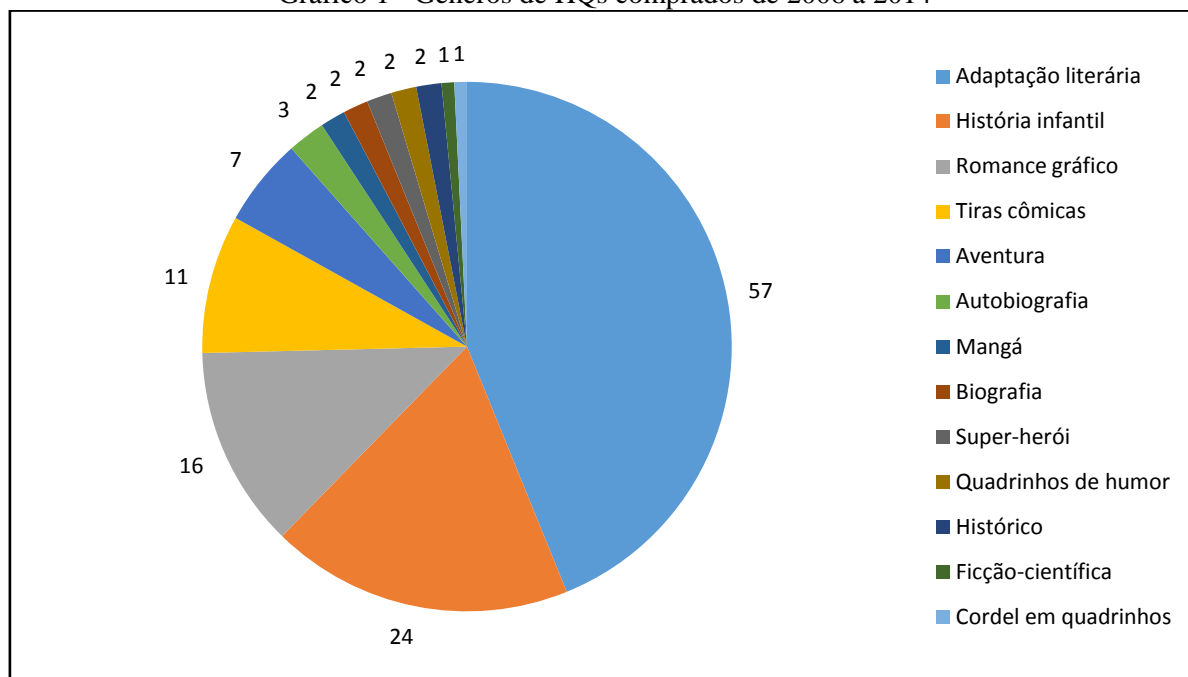
Durante o período de seleção de HQs (2006-2014), houve a preferência por adaptações literárias, como indicava a então coordenadora do departamento de seleção do programa. De 126 obras, 57 são de adaptações, o que representa 44,44%. Ao analisar os gêneros, não há uma grande variedade tendo em vista o número de livros comprados, ao todo são 13:

- Adaptações Literárias – 57;
- História Infantil – 24;
- Romance Gráfico – 16;
- Tiras cômicas – 11;
- Aventura – 7;
- Autobiografia – 3;
- Biografia – 2;
- Mangá – 2;
- Quadrinhos de Humor – 2;
- Super-herói – 2;
- Ficção Científica – 1;
- Histórico – 1;
- Cordel em Quadrinhos – 1.

O número total da categorização por gênero difere do total de livros, pois, em alguns casos, foi necessário vincular a mesma obra a dois gêneros. Caso, por exemplo, da adaptação da *Turma da Mônica: Romeu e Julieta*, selecionada em 2012, que também pode ser definida como história infantil.

Definir esses gêneros foi um tanto complicado, pois não era tão explícita a nomeação devido aos poucos elementos ligados aos quadrinhos ou havia uma grande aproximação com a literatura infantil, por isso recorremos à classificação das editoras, de livrarias e de sites e blogs especializados em quadrinhos, convencionando as nomenclaturas que aqui trabalhamos.

Gráfico 1 - Gêneros de HQs comprados de 2006 a 2014



Fonte: Dados desta pesquisa

Vale ressaltar que gênero não é dado, e sim construído, assim pode haver algum rótulo que venha se firmar no mercado editorial de quadrinhos. Isso porque, na maioria dos casos, tomamos como base a nomenclatura que a própria editora utilizou ou como aparece, normalmente, no mercado.

Ao atualizarmos o número de quadrinhos adquiridos pelo programa, chegamos ao total de 126 obras (cada título está elencado no tópico a seguir). Há, entre um ano e outro, algumas discrepâncias entre a quantidade adquirida, como podemos observar na tabela.

Tabela 11 - Total de quadrinhos comprados entre 2006 e 2014

Ano	Quantidade
2006	11
2008	7
2009	21
2010	11
2011	30

2012	7
2013	31
2014	8
Total	126

Fonte: Dados desta pesquisa

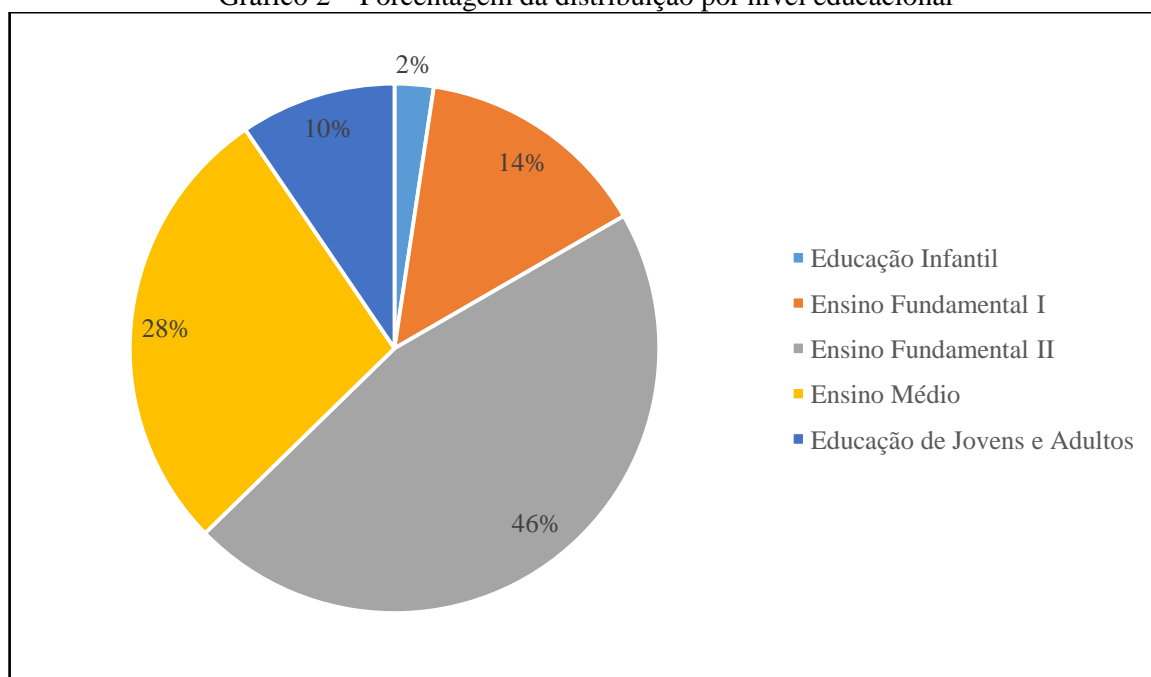
Esses picos, no entender de Borges (2016), representam o foco do programa em atender o público jovem e não o infantil. De fato, como apontado pela pesquisadora, há uma discrepância de compra entre um ano e outro, no entanto os direcionamentos das produções são, na maioria das vezes, para o Fundamental II, já que foi o nível que mais recebeu obra, como pode ser visto a seguir.

Tabela 12 - Distribuição por nível educacional

Nível Educacional	Quantidade
Educação Infantil	3
Ensino Fundamental I	18
Ensino Fundamental II	58
Ensino Médio	35
Educação de Jovens e Adultos	12

Fonte: Dados desta pesquisa

Gráfico 2 – Porcentagem da distribuição por nível educacional



Fonte: Dados desta pesquisa

Para elucidar, mostramos a divisão em cada edital que foi direcionado para o Ensino Fundamental II. Em 2006, as 11 obras eram para o Ensino Fundamental II. Em 2009, a

divisão das 21 obras ficou da seguinte forma: seis para o Ensino Médio, 15 para o Fundamental II. Em 2011, seguindo a mesma ordem, foram 11 livros para um e 19 para o outro nível. Apenas no edital de 2013 é que o direcionamento para o Ensino Médio foi maior. Nesse ano, o governo comprou 31 quadrinhos, 13 para o Fundamental II e 18 para o Ensino Médio. Não há uma justificativa para essa mudança, poderia indicar uma transformação no olhar no direcionamento dos quadrinhos, contudo pode ser uma relação com a inscrição dos títulos que as editoras preferiam submeter.

A fala de Borges (2016) é fundamentada em uma entrevista através de e-mail dada ao blog *Gibizada*, vinculado ao *O Globo*, em 10 de outubro de 2011, por dois representantes do MEC, Jane Cristina da Silva, coordenadora geral de Estudos e Avaliação de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), e por Sérgio Gotti, diretor de Formulação de Conteúdos Pedagógicos do Ministério da Educação (MEC), em que consideram ter mais quadrinhos voltados ao público jovem.

- O número de títulos em quadrinhos diminuiu bastante nesta nova leva do PNBE. Depois de 26 títulos no ano passado (2011), agora (2012) só 7 foram escolhidos. A polêmica com livros como "Dez na área" e com outros como os do autor Will Eisner influenciou?

MEC: Na verdade, o que houve foi uma redução no número de obras inscritas pelas editoras. É preciso considerar que não é possível comparar a edição do ano passado (PNBE 2011) com a deste ano (PNBE 2012), pois a distribuição é alternada, são públicos bastante diferentes. **Naturalmente, há muito mais obras em quadrinhos voltadas para o público jovem** - ensino fundamental 6º ao 9º e ensino médio - do que obras em quadrinhos voltadas para alunos menores ou para o público adulto, como o do EJA. Assim, dentre as obras apresentadas para avaliação, foram selecionadas aquelas que reuniam as qualidades necessárias para constar dos acervos. (rquadrinhos.blogspot.com.br - grifos nossos)

No entanto, fica subentendida uma intencionalidade de destinar a maior parte das adaptações literárias ao Ensino Fundamental II, como se ao chegar no Ensino Médio leriam a obra em texto original, já que a divisão é bem desigual em relação à EJA e ao Ensino Fundamental I. Para evidenciar tal intencionalidade, mostramos a divisão dos títulos de adaptações por nível, seguido de um gráfico para mostrar essa porcentagem.

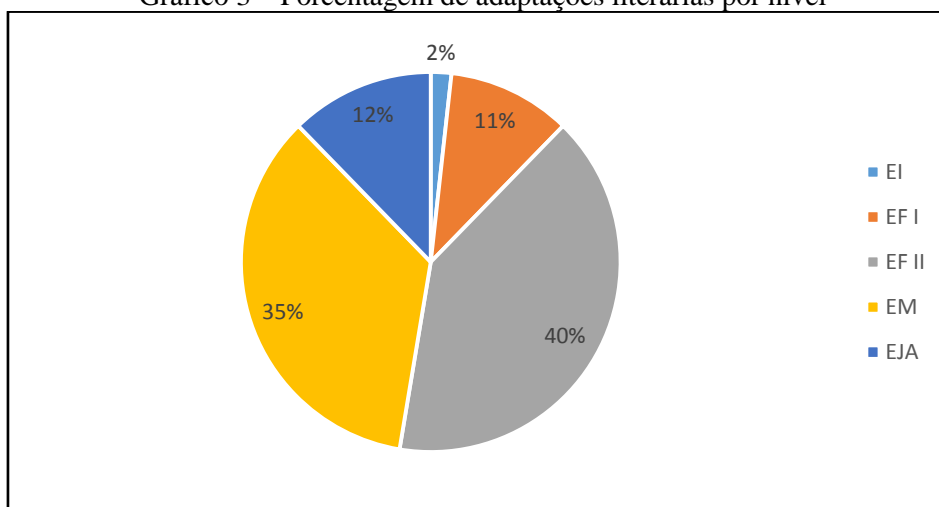
Tabela 13 - Divisão das adaptações literárias por nível

Nível	Quantidade de adaptações
EI	1
EF I	6
EF II	23
EM	20
EJA	7

Total	57
-------	----

Fonte: dados desta pesquisa

Gráfico 3 – Porcentagem de adaptações literárias por nível



Fonte: dados desta pesquisa

Todavia, se analisada a porcentagem de títulos de quadrinhos adquiridos em oposição ao total comprado, podemos observar que os números não mudam muito. Com base na tabela 6 (ver página 58) e na tabela 11 (ver página 75), constituímos os dados da porcentagem de quadrinhos em cada ano.

Tabela 14 - Porcentagem de títulos de quadrinhos

Ano	Títulos comprados	Quantidade de HQs	Representatividade
2006	225	11	4,8%
2008	153	7	4,5%
2009	593	21	3,5%
2010	350	11	3,1%
2011	300	30	10%
2012	250	7	2,8%
2013	225	31	13,7%
2014	100	8	8%
Total	2.196	126	5,7%

Fonte: Paiva (2012), Dados Estatísticos PNBE 2006-2014 e Dados desta pesquisa

No subtítulo seguinte, apresentamos a relação de HQs obtidas em cada edital. As obras foram separadas por editais, e apresentam as seguintes informações: título, editora e nível ao qual foram destinadas, deixando explícito quais são os quadrinhos que compõem o programa.

3.3. Lista das obras de HQs de 2006 a 2014

Conseguir listar todas as obras selecionadas pelo governo é trabalho árduo e até o momento tem se mostrado indefinido, tendo em vista as diferenças de números em Vergueiro

e Ramos (2009), Yamaguti (2013 e 2014), Buffon (2014) e Borges (2016). A última publicação tenderia a mostrar a lista mais precisa sobre o assunto, entretanto, ao pesquisar as obras nas escolas, encontramos livros que não apareceram em nenhuma dessas publicações e em nenhum site consultado.

Constatando tais inconsonâncias e identificando algumas produções que não estavam em nenhuma lista, mas que estão na escola, partimos para uma nova atualização, buscando, a partir dos nomes das obras que constam nas listas divulgadas pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional)³¹, verificar no site de busca Google, nos sites das editoras, de livrarias e em blogs e sites para conferir se de fato se trata de quadrinhos.

Para a definição da lista, partimos da primeira fonte acerca do tema, Vergueiro e Ramos (2009). Os pesquisadores listaram as obras identificadas no período, citando os títulos, as editoras e ilustrando cada uma. Ao todo, foram 38 livros em quadrinhos comprados.

Tabela 15–Dados identificados por Vergueiro e Ramos (2009)

Ano	Obras Adquiridas
2006	10
2008	7
2009	21
Total	38

Fonte: Vergueiro e Ramos (2009)

Yamaguti (2014), utilizando a divulgação da lista das obras em quadrinhos que os pesquisadores fizeram dos anos de 2006, 2008 e 2009, atualizou a relação até 2012, contudo houve, em relação à primeira lista, uma diferença de uma produção nas listas de Yamaguti referente a 2006, porque não constava a obra *Contos em quadros*, da editora Musa. A pesquisadora chegou aos seguintes números:

Tabela 16–Dados identificador por Yamaguti (2014)

Ano	Obras Adquiridas
2006	11
2008	7
2009	21
2010	9
2011	26
2012	7

³¹ O FNDE é o responsável pela compra dos livros.

Total	81
-------	----

Fonte: Yamaguti (2014)

Posteriormente, Buffon (2014) divulga uma lista referente ao período de 2006 a 2014. Totalizando 118 livros.

Tabela 17 - Dados identificados por Buffon (2014)

Ano	Obras Adquiridas
2006	10
2008 ³²	8
2009	21
2010	9
2011	29
2012	7
2013	29
2014	5
Total	118

Fonte: Buffon (2014)

Borges (2016) também divulgou uma lista referente ao período de 2006 a 2014, porém com números divergentes da publicação de Buffon (2014). Borges (2016), por sua vez, chegou ao total de 116 livros. A pesquisadora tomou como base Yamaguti (2014), mas acrescentando uma obra ao ano de 2009 e completando a lista em 2013 e 2014.

Tabela 18 - Dados identificados por Borges (2016)

Ano	Obras Adquiridas
2006	11
2008	7
2009	22
2010	9
2011	26
2012	7
2013	29
2014	5
Total	116

Fonte: Borges (2016)

³² A pesquisadora inclui em sua lista a obra Hans Staden: um aventureiro no novo mundo, editora Conrad, porém não identificamos em nenhuma lista do governo referente ao PNBE 2008.

A dificuldade está na verificação da lista, pois não há a definição de quais são quadrinhos. Dentre as listas divulgadas pelo governo, não há um padrão: há editoras que usam selos ou outros CNPJ para poder participar do processo (ver discussão no capítulo 2) e muitas que não publicavam quadrinhos passaram a publicar, o que dificulta saber se a obra é literatura infantil ou HQ. A mesma situação acontece com as adaptações literárias que consta o nome da obra original e na lista não há qualquer indicação de quem adaptou.

A exemplo, a obra *A Odisseia*, quadrinizada por Federico Villalobos e Jorge Gonzáles, da editora SM, que entrou na lista em 2010. Na lista divulgada pelo governo, ela aparece da seguinte forma:

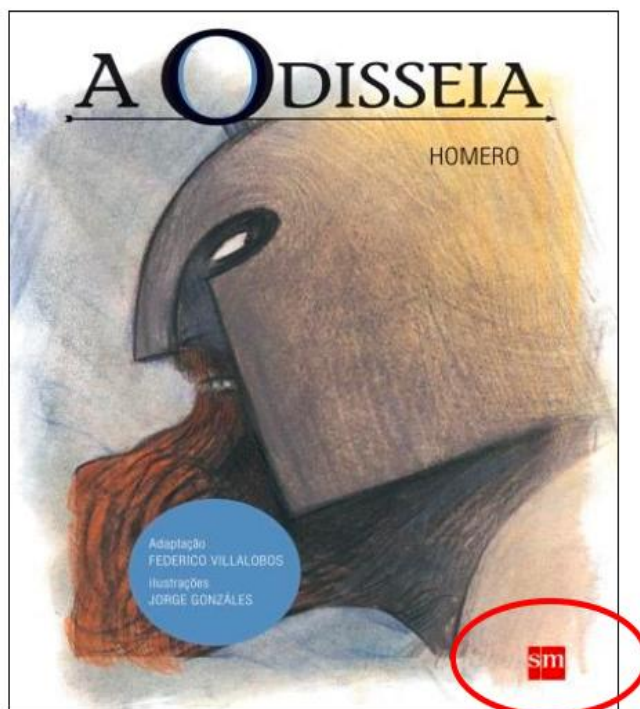
Figura 12 - Divulgação da obra *A Odisseia* na lista do PNBE 2010

	Ensino Fundamental - Anos	23717L0000	GATO VIRIATO O PATO	EDIOURO PUBLICAÇÕES SA	58.574	2,55	149.363,70
239	Iniciais						
239	Educação de Jovens e	22695L0000	A ODISSEIA	EDITORIA UDP LTDA	29.437	3,57	105.090,09
239	Adultos						
	Ensino Fundamental - Anos	23481L0000	DOM QUIXOTE DE LA MANCHA	EDIÇÕES SM LTDA	58.574	2,39	139.991,86
240	Iniciais						

Fonte: Dados Estatísticos do PNBE 2010

Tomamos ciência desta produção, pois a identificamos em uma das escolas visitadas, tendo em vista que não é possível reconhecer se é uma adaptação para os quadrinhos a partir da lista divulgada pelo governo. Seguindo o mesmo exemplo da lista, as imagens a seguir representam a problemática dos selos editoriais. Na primeira, temos a capa do livro estampada com o nome fantasia da editora SM, já na capa do livro que foi destinada às escolas, é estampado o selo Editora UDP, que, se fizemos uma busca on-line, não identificamos nenhuma capa.

Figura 13 - Capa com o selo SM, sem as informações do PNBE



Fonte: site da SM - <http://www.edicoessm.com.br>

Figura 14 - Capa do livro destinado ao PNBE



Fonte: Arquivo pessoal

Pesquisamos, então, no site da SM informações sobre a obra e identificamos um link sobre o PNBE. Nele constam as obras adquiridas em 2011 e 2012. Assim verificamos o

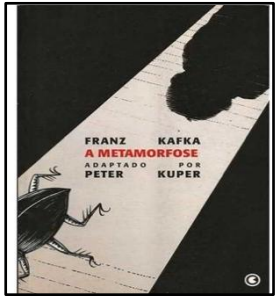
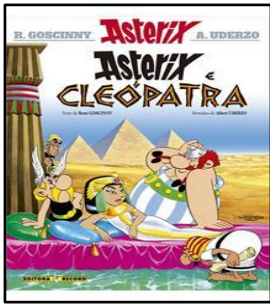
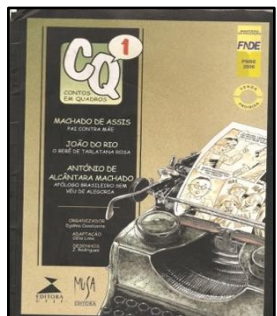
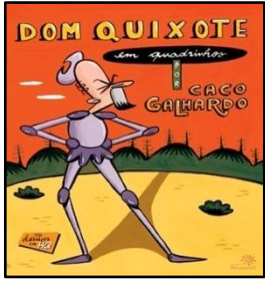
catálogo e a descrição da obra. O resumo, no site da editora, descreve a adaptação da seguinte forma:

adaptação para os quadrinhos de célebres episódios do retorno de Ulisses a Ítaca, após a vitória sobre os troianos. O jovem leitor acompanhará a passagem dos argivos pela ilha dos lotófagos, os embates com o ciclope Polifemo e a feiticeira Circe, o doce repouso de Ulisses nos braços da ninfa Calipso e o reencontro com a fiel esposa Penélope, assediada por inúmeros pretendentes. Uma pequena amostra do clássico homérico, em linguagem acessível ao jovem leitor. (Disponível em: edicoessm.com.br. Acesso em: 14/06/17)

Após verificar as listas entre 2006 e 2014, chegamos ao total de 126 obras. Para não gerar tantos equívocos de quais são quadrinhos, tomamos como base o método de Vergueiro e Ramos (2009) e exibimos as capas dos livros (em alguns casos, pode haver um confronto em relação ao que há no mercado com o que está nas escolas). Listamos, a seguir, a cada ano de compra quais foram os livros adquiridos. Nas tabelas, consta a capa da obra selecionada, o título, a editora ou selo, o gênero e a indicação do nível educacional para qual foi encaminhado.

Em 2006, o governo comprou 11 obras, todas destinadas ao Ensino Fundamental II. Os títulos priorizados foram os de quadrinistas consagrados no mercado, como Ziraldo, Eisner e Quino, e as adaptações literárias.

Tabela 19 – Lista completa dos quadrinhos de 2006

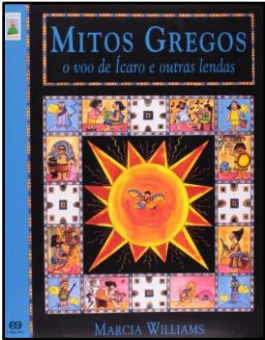
	<p>A Metamorfose Editora: Conrad Gênero: adaptação Nível: EF II</p>		<p>Asterix e Cleópatra Editora: Record Gênero: Aventura Nível: EF II</p>
	<p>Contos em Quadros Editora: Musa Gênero: adaptação Nível: EF II</p>		<p>Dom Quixote em Quadrinhos Editora: Peirópolis Gênero: adaptação Nível: EF II</p>

	<p>Na prisão Editora: Conrad Gênero: autobiográfico/mangá Nível: EF II</p>		<p>Níquel Náusea: nem tudo que balança cai Editora: Devir Gênero: tiras cômicas Nível EF II</p>
	<p>O Nome do Jogo Editora: Devir Gênero: romance gráfico Nível: EF II</p>		<p>Pau pra Toda Obra Editora: Devir Gênero: tiras cômicas Nível: EF II</p>
	<p>Santô e os Pais da Aviação Editora: Cia das Letras Gênero: biografia Nível: EF II</p>		<p>Toda Mafalda: da primeira à última tira Editora: Martins Fontes Gênero: tiras cômicas Nível: EF II</p>
	<p>A Turma do Pererê: gentilezas Editora: Salamandra Gênero: infantil Nível: EF II</p>		

Fonte: Vergueiro e Ramos (2009), Yamaguti (2014) e Dados Estatísticos de 2006

O segundo edital foi direcionado aos alunos do Ensino Fundamental I. Ao todo foram sete livros, priorizando adaptações, como indicava a seleção. Embora orientasse que não seriam aceitas obras de domínio público de língua portuguesa, a adaptação de *Os Lusíadas* acabou sendo selecionada.

Tabela 20 - Lista completa de quadrinhos de 2008

	<p>A Turma do Xaxado (vol. 2) Editora: Cedraz Gênero: tiras cômicas Nível: EF I</p>		<p>25 anos do Menino Maluquinho Editora: Globo Gênero: Infantil Nível EF I</p>
	<p>Courtney Crumrin & as criaturas da noite Editora: Devir Gênero: aventura Nível EF I</p>		<p>Mitos Gregos: o voo de Ícaro e outras lendas Editora: Ática Gênero: adaptação Nível EF I</p>
	<p>O rei Artur e os cavaleiros da Távola Redonda Editora: Ática Gênero: adaptação Nível: EF I</p>		<p>Os Lusíadas em quadrinhos Editora: Peirópolis Gênero: adaptação Nível: EF I</p>
	<p>Pequeno Vampiro vai à escola Editora: Zahar Gênero: Infantil Nível: EF I</p>		

Fonte: Vergueiro e Ramos (2009), Yamaguti (2014) e Dados Estatísticos de 2008

Em 2009, os livros foram enviados para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, 15 e seis respectivamente. A aquisição do ano superou o número de editais anteriores, por causa da inserção do Ensino Médio, mas, como veremos nos outros anos, quando os títulos foram

direcionados a esses níveis, o número acabava sendo mais alto, o que ratifica o discurso do governo ao considerar que as HQs seriam um incentivo aos jovens leitores.

Tabela 21 - Lista completa dos quadrinhos de 2009

	<p>O Alienista Editora: Ediouro Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>A Força da Vida Editora: Devir Gênero: romance gráfico Nível: EM</p>
	<p>Domínio Público: Literatura em quadrinhos Editora: DCL Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>Irmãos Pretos Editora: SM Gênero: adaptação Nível: EM</p>
	<p>Um contrato com Deus Editora: Devir Gênero: romance gráfico Nível: EM</p>		<p>O sonhador Editora: Devir Gênero: romance gráfico</p>
	<p>10 pãezinhos - meu coração não sei por quê Editora: Via Lettera Gênero: romance gráfico Nível: EM</p>		<p>A história do mundo em quadrinhos Editora: Jaboticaba Gênero: histórico Nível: EF II</p>

	<p>Níquel Náusea: tédio no chiqueiro Editora: Devir Gênero: tiras cômicas Nível: EF II</p>		<p>Suriá, a garota do circo! Editora: Devir Gênero: tiras cômicas Nível EF II</p>
	<p>Triste fim de Policarpo Quaresma: em quadrinhos Editora: Companhia Editora Nacional Gênero: adaptação Nível: EF II</p>		

Fonte: Vergueiro e Ramos (2009), Yamaguti (2014) e Dados Estatísticos de 2009

Assim como o Ensino Médio em 2009, 2010 é o primeiro ano em que as compras de HQ também são enviadas ao EJA. O número de livros para este nível, com exceção da Educação Infantil, é um dos menores.

Tabela 22 - Lista completa de quadrinhos de 2010

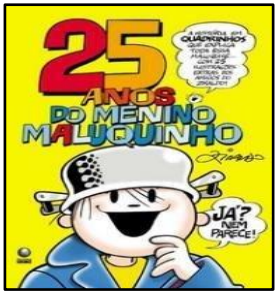
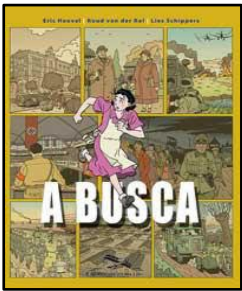
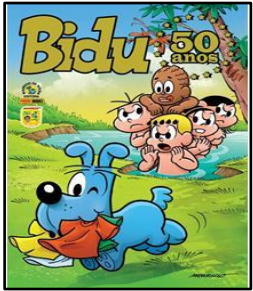
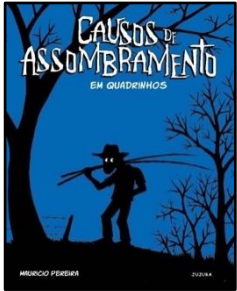
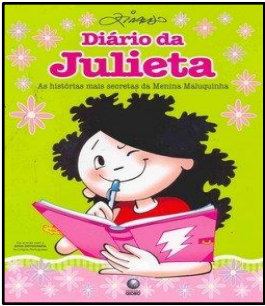
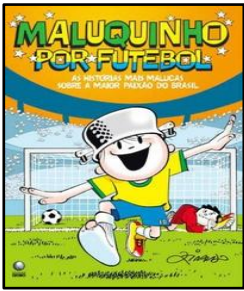
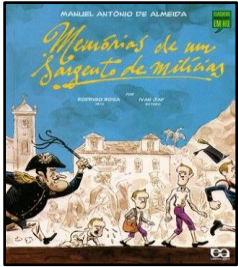
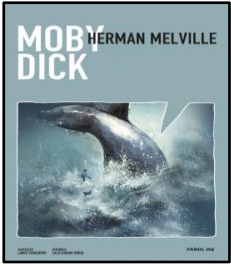
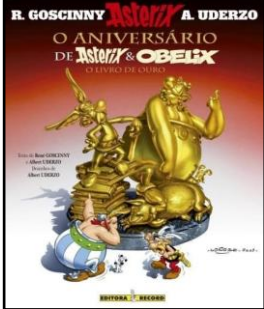
	<p>Usagi Yojimbo – Daisho Editora: Devir Gênero: aventura Nível: EF I</p>		<p>Grande Junin: histórias do maior baixinho da Turma do Menino Maluquinho Editora: Globo Gênero: infantil Nível: EF I</p>
	<p>Mutts: os vira-latas Editora: Devir Gênero: tiras cômicas Nível: EF I</p>		<p>Leonardo Editora: Scipione Gênero: infantil Nível: EF I</p>

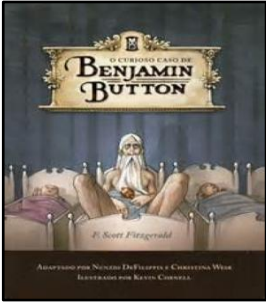

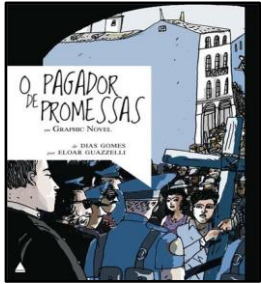

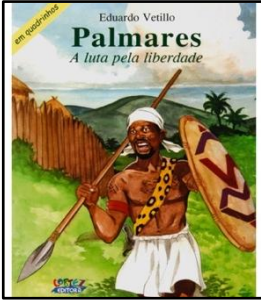
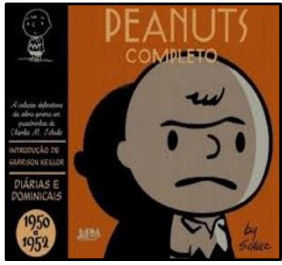
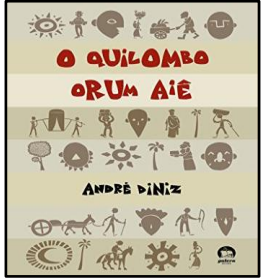
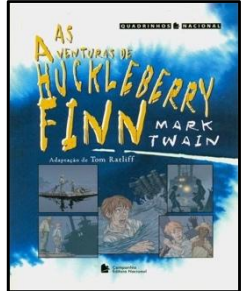
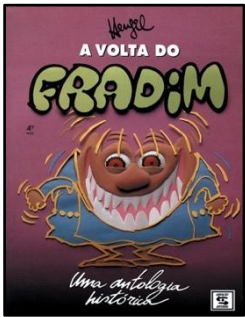
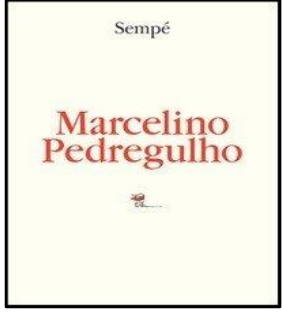
	<p>Os pequenos guardiões: na barriga do monstro Editora: Conrad Gênero: infantil Nível: EF I</p>		<p>O pequeno príncipe: em quadrinhos Editora: Ediouro Gênero: adaptação Nível: EF I</p>
	<p>Pequenos Milagres Editora: Devir Gênero: romance gráfico Nível: EJA</p>		<p>Estórias Gerais Editora: Conrad Gênero: romance gráfico Nível: EJA</p>
	<p>Desista! e outras histórias Franz Kafka Editora: Conrad Gênero: adaptação Nível: EJA</p>		<p>Memórias de um sargento de Milícias: em quadrinhos Editora: Editora Companhia Nacional Gênero: adaptação Nível: EJA</p>
	<p>A Odisseia Editora: SM Gênero: adaptação Nível: EJA</p>		

Fonte: Yamaguti (2014), Buffon (2014) e Dados Estatísticos de 2010

Em 2011, o Ensino Fundamental II recebeu o maior número de livros em todos os editais, ao todo 19 títulos. Para o Ensino Médio, outro nível a receber obras naquele ano, foram 11.

Tabela 23 - Lista completa de quadrinhos de 2011

	<p>25 anos do Menino Maluquinho Editora: Globo Gênero: infantil Nível EF II</p>		<p>A busca Editora: Cia. das Letras Gênero: romance gráfico Nível: EF II</p>
	<p>Bidu: 50 anos Editora: Panini Gênero: infantil Nível: EF II</p>		<p>Causos de assombramento em quadrinhos Editora: Frase & Efeito Gênero: infantil Nível: EF II</p>
	<p>Diário da Julieta: as histórias mais secretas da Menina Maluquinha Editora: Globo Gênero: infantil Nível: EF II</p>		<p>Maluquinho por futebol: as histórias mais malucas sobre a maior paixão do Brasil Editora: Globo Gênero: infantil Nível: EF II</p>
	<p>Memórias de um sargento de milícias Editora: Record Gênero: adaptação Nível: EF II</p>		<p>Moby Dick Editora: DCL Gênero: adaptação Nível: EF II</p>
	<p>MSP 50: Maurício de Sousa por 50 artistas Editora: Panini Gênero: infantil Nível: EF II</p>		<p>O aniversário de Asterix e Obelix: o livro de ouro Editora: Record Gênero: aventura Nível: EF II</p>

	<p>O curioso caso de Benjamin Button Editora: Ediouro Gênero: adaptação Nível: EF II</p>		<p>O Guarani Editora: Ática Gênero: adaptação Nível: EF II</p>
	<p>O pagador de promessas em graphic novel Editora: Ediouro Gênero: adaptação Nível: EF II</p>		<p>O triste fim de Policarpo Quaresma: graphic novel Editora: Ediouro Gênero: adaptação Nível: EF II</p>
	<p>Palmares: a luta pela liberdade Editora: Cortez Gênero: histórico Nível: EF II</p>		<p>Penauts Completo: volume 1 – 1950 a 1952 Editora: L&PM Gênero: tiras cômicas Nível: EF II</p>
	<p>Quilombo Orum Aiê Editora: Record Gênero: romance gráfico Nível: EF II</p>		<p>As aventuras de Huckleberry Finn Editora: Companhia Editora Nacional Gênero: adaptação Nível: EF II</p>
	<p>A volta do Fradim Editora: Geração Editorial Gênero: quadrinhos de humor Nível: EM</p>		<p>Marcelino Pedregulho Editora: Cosac & Naify Gênero: infantil Nível: EM</p>

	<p>Demolidor: o homem sem medo Editora: Panini Gênero: super-herói Nível: EM</p>		<p>Frankenstein Editora: Salamandra Gênero: adaptação Nível: EM</p>
	<p>Necronauta Editora: HQM Gênero: super-herói Nível: EM</p>		<p>O cortiço Editora: Ática Gênero: adaptação Nível: EM</p>
	<p>O Guarani Editora: Cortez Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>Os Brasileiros Editora: Conrad Gênero: romance gráfico Nível: EM</p>
	<p>Persépolis Editora: Cia. das Letras Gênero: autobiografia Nível: EM</p>		<p>Retalhos Editora: Cia. das Letras Gênero: autobiografia Nível: EM</p>
	<p>Robinson Crusoe Editora: Salamandra Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>Zoo Editora: HQM Gênero: aventura Nível: EM</p>

Fonte: Yamaguti (2014), Buffon (2014) e Dados Estatísticos de 2011

A menor aquisição aconteceu no ano de 2012, com apenas sete livros. Pela primeira vez um quadrinho foi enviado à Educação Infantil. E a EJA, neste ano, recebeu mais títulos que o Ensino Fundamental I. Ressaltamos que esses níveis são os que menos receberam obras durante todas as edições.

Tabela 24 - Lista completa de quadrinhos de 2012

	<p>O ratinho se veste Editora: Cia. das Letras Gênero: infantil Nível: EI</p>		<p>Turma da Mônica: Romeu e Julieta Editora: Panini Gênero: adaptação/infantil Nível: EF I</p>
	<p>A Turma do Pererê: 365 dias na mata do Fundão Editora: Globo Gênero: infantil Nível: EF I</p>		<p>Aya de Yopougon Editora: L&PM Gênero: romance gráfico Nível: EJA</p>
	<p>Bando de Dois Editora: Zarabatana Gênero: romance gráfico Nível: EJA</p>		<p>Drácula Editora: Companhia Editora Nacional Gênero: adaptação Nível: EJA</p>
	<p>Frankenstein Editora: Companhia Editora Nacional Gênero: adaptação Nível: EJA</p>		


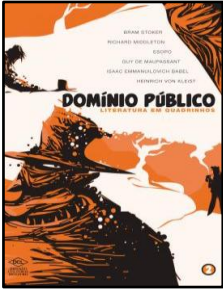
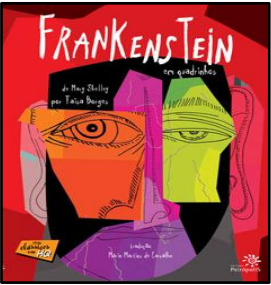


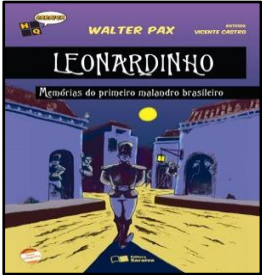
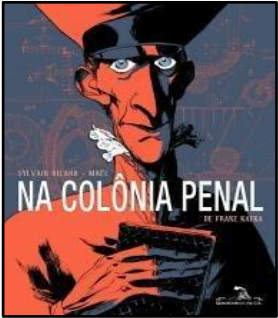



Fonte: Yamaguti (2014), Buffon (2014) e Dados Estatísticos de 2012

Em 2013, houve a maior aquisição de HQs, ao todo 31 produções. Este foi o ano que o Ensino Médio ultrapassou o número de livros em relação ao Ensino Fundamental II, 18 e 13, respectivamente.

Tabela 25 - Lista completa de quadrinhos de 2013

	<p>A escrava Isaura Editora: Ática Gênero: adaptação Nível: EF II</p>		<p>A ilha do tesouro Gênero: adaptação Nível: EF II</p>
	<p>A Turma do Pererê: coisas do coração Editora: Globo Gênero: infantil Nível: EF II</p>		<p>Dom Casmurro Editora: Ática Gênero: adaptação Nível: EF II</p>
	<p>O Fantasma de Canterville Editora: Companhia Editora Nacional Gênero: adaptação Nível: EF II</p>		<p>O Guarani Editora: Scipione Gênero: adaptação Nível: EF II</p>
	<p>O negrinho do pastoreio Editora: Ygarapé Gênero: adaptação Nível: EF II</p>		<p>O quinze Editora: Ática Gênero: adaptação Nível: EF II</p>

	<p>Orixás: do Orum ao Ayê Editora: Marco Zero Gênero: romance gráfico Nível: EF II</p>		<p>Os passarinhos e outros bichos Editora: Balão Editorial Gênero: tiras cômicas Nível: EF II</p>
	<p>Sete histórias de pescaria do seu Vivinho Editora: Abacatte Editorial Gênero: cordel Nível: EF II</p>		<p>Yuka: pescador de ilusões Editora: Barba Negra Gênero: adaptação Nível: EF II</p>
	<p>Médico à força Editora: SM Gênero: adaptação Nível: EF II</p>		<p>10 anos com Mafalda Editora: Martins Fontes Gênero: tiras cômicas Nível: EF II</p>
	<p>A Chegada Editora: SM Gênero: romance gráfico Nível: EM</p>		<p>A ilha do tesouro Editora: Salamandra Gênero: adaptação Nível: EM</p>
	<p>A terceira margem do rio em graphic novel Editora: Ediouro Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>Aventuras de menino Editora: L&PM Gênero: mangá Nível: EM</p>

	<p>Contos de Tchekov Editora: Escala Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>Domínio Público 2: literatura em quadrinhos Editora: DCL Gênero: adaptação Nível: EM</p>
	<p>Frankenstein em quadrinhos Editora: Peirópolis Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>Graphic Chillers - O médico e o monstro Editora: Prumo Gênero: adaptação Nível: EM</p>
	<p>Hamlet Editora: Record Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>Leonardinho: memórias do primeiro malandro Editora: Saraiva Gênero: adaptação Nível: EM</p>
	<p>Na colônia penal Editora: Cia. das Letras Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>Nietzsche em HQ Editora: Singular Gênero: adaptação Nível: EM</p>
	<p>O Ateneu Editora: Ática Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>O Eternauta Editora: Martins Fontes Gênero: ficção científica Nível: EM</p>

	<p>Oteló Editora: Nemo Gênero: adaptação Nível: EM</p>		<p>Três Sombras Editora: Cia. das Letras Gênero: romance gráfico Nível: EM</p>
	<p>Sonho de uma noite de verão Editora: Nemo Gênero: adaptação Nível: EM</p>		

Fonte: Buffon (2014) e Dados Estatísticos PNBE 2013

O PNBE 2014 foi o último realizado. Para identificar os títulos desse edital tomamos como base o Guia 1 e 2, desenvolvidos pelo MEC em parceria com o CEALE. As listadas a seguir, foram classificadas como livros de imagens e histórias em quadrinhos. Ao todo, com essa definição, identificamos 19 obras, porém, ao conferir nos sites das editoras e em imagens disponíveis no Google, não incluímos algumas por não identificar características da linguagem dos quadrinhos e/ou as editoras denominaram ser de outro gênero.

Tabela 26 - Lista completa de quadrinhos de 2014

	<p>A manta: uma história em quadrinhos (tecido) Editora: Alaúde Editorial Gênero: infantil Nível: EI</p>		<p>Rapunzel Editora: Mundo Mirim Gênero: infantil/adaptação Nível: EI</p>
	<p>20.000 Léguas submarinas em quadrinhos Editora: Nemo Gênero: adaptação Nível: EF I</p>		<p>Boule & Bill: semente de Cocker Editora: Nemo Gênero: infantil Nível: EF I</p>

	<p>Histórias da Carolina: a menina sonhadora que quer mudar o mundo Editora: Globo Gênero: infantil Nível: EF I</p>		<p>Os doze trabalhos de Hércules Editora: Globo Gênero: adaptação/infantil Nível: EF I</p>
	<p>Dom Casmurro Editora: Devir Gênero: adaptação Nível: EJA</p>		<p>1 Real Editora: Pulo do gato Gênero: romance gráfico Nível: EJA</p>

Fonte: Buffon (2014) e Dados Estatísticos PNBE 2014

Com base na produção de Borges (2016) sobre as editoras que venderam quadrinhos ao PNBE entre 2006 e 2014, e a partir de nossa correção do total de obras adquiridas, também atualizamos os dados da pesquisadora, já que há uma diferença de seis livros, elencados na tabela a seguir.

Tabela 27 - Lista das editoras

	Editora/Selo	Seleção	2006	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
1	Globo	7 editais		1	2	1	3	1	1	2	11
2	Devir	5 editais	3	1	6	3				1	14
3	Cia. das Letras	5 editais	1		1		3	1	2		8
4	Companhia Editora Nacional	5 editais			2	1	1	2	1		7
5	Ática/Scipione	4 editais		2		1	2		5		10
6	Record	4 editais	1		2		3		1		7
7	Ediouro	4 editais			1	1	3		1		6
8	Conrad	3 editais	2			3	1				6
9	SM	3 editais			1	1			2		4
10	DCL	3 editais			1		1		2		4
11	Salamandra	3 editais	1				2		1		4
12	L&PM	3 editais					1	1	1		3
13	Peirópolis	3 editais	1	1					1		3
14	Panini	2 editais					3	1			4
15	Nemo	2 editais							2	2	4
16	Martins Fontes	2 editais	1						2		3

17	Geração Editorial	2 editais			1		1				2
18	Cortez	1 edital					2				2
19	HQM	1 edital					2				2
20	Abacatte	1 edital							1		1
21	Alaúde	1 edital								1	1
22	Balão Editorial	1 edital							1		1
23	Barba Negra	1 edital							1		1
24	Cedraz	1 edital		1							1
25	Cosac Naify	1 edital					1				1
26	Edições Jogo de Amarelinha	1 edital								1	1
27	Escala	1 edital							1		1
28	Frase & Efeito	1 edital					1				1
29	Jaboticaba	1 edital			1						
30	Mundo Mirim	1 edital								1	1
31	Musa	1 edital	1								1
32	Nova Fronteira	1 edital			1						1
33	Olho d'Água	1 edital			1						1
34	Prumo	1 edital							1		1
35	Saraiva	1 edital							1		1
36	Singular	1 edital							1		1
37	Via Lettera	1 edital			1						1
38	Ygarapé	1 edital							1		1
39	Zahar	1 edital		1							1
40	Marco Zero	1 edital							1		1
41	Zarabatana	1 edital						1			1
	TOTAL		11	7	21	11	30	7	31	8	126

Fonte: Borges (2016) e Dados desta pesquisa

Há ao todo 41 editoras, mas a maioria, 24, só conseguiu vender um título. Foram oito editais, nenhuma editora conseguiu participar de todos os anos, apenas uma, Globo, vendeu ao menos um título em sete anos. Já a editora que mais teve obras selecionadas, Devir, com 14 quadrinhos, apareceu em cinco anos, isso principalmente devido aos livros de Eisner, o segundo quadrinista que mais apareceu nas listas.

Praticamente todos os títulos da Editora Globo que aparecem na lista são de autoria de Ziraldo, com exceção do último edital, em que aparece uma adaptação de Monteiro Lobato. Essa concentração de títulos em poucas editoras se deve ao fato de, até a inserção dos quadrinhos no PNBE, ter um número pequeno de editoras voltadas a esse mercado, caso reforçado pela maioria ter conseguido vender apenas uma obra.

Não podemos afirmar categoricamente que determinados autores e/ou editoras foram privilegiadas nessas seleções, porém nos chama atenção alguns fatos. O processo de seleção por edital foi bem desigual. A maioria das editoras que conseguiram vender alguma HQ ao programa participaram apenas de um edital, enquanto que uma única editora participou de sete, de um total de oito.

Tabela 28 - Participação das editoras por edital

Editoras	Seleção por edital
24	1
4	2
6	3
3	4
3	5
1	7

Fonte: dados desta pesquisa

A editora que mais esteve presente nos editais é a Editora Globo, que não entrou apenas no primeiro ano. Caso curioso com a relação da escolha, em todos os editais, de obras do Ziraldo, que inclusive teve um título selecionado duas vezes, *25 anos do Menino Maluquinho*.

Yamaguti (2013) considera que as produções do quadrinista têm um trabalho pedagógico, e talvez por isso justifique a escolha. Esse cunho pedagógico, segundo Magnani (2001), está enraizado nas produções infantojuvenis por ter atrelada a subordinação da mediação do adulto, seja no ambiente familiar, seja no escolar, desde a escolha do que ler ao próprio ato da leitura, em que objetivam ensinar algo ao educando. O que se aplica aos livros selecionados de Ziraldo.

3.4. Problemas nas seleções dos quadrinhos

No nosso entender, a inserção dos quadrinhos no PNBE, assim como em outras políticas públicas, é importante para fomentar a leitura entre os estudantes, ressaltando que não deve ser considerado como material de apoio, e sim uma leitura independente, que pode levar a novos gêneros.

Todavia, essa inclusão apresenta algumas problemáticas. Uma delas, como já mostrado no tópico anterior, é o caso de ser confusa a divulgação dos dados pelo próprio FNDE, o que impede uma boa identificação dos quadrinhos que são de adaptações literárias, visto que o nome da obra divulgada é o original, não indicando que se trata de uma releitura.

Em relação aos selos, discussão feita no segundo capítulo tópico 3.2.1., a dificuldade é maior, porque impossibilita a constatação dos livros no mercado, já que nem sempre é reconhecível a editora, e para o programa é produzida uma capa específica.

Muitas editoras que não são do segmento dos quadrinhos passaram a publicar HQs visando ao PNBE. O que aconteceu é que muitas produções são adaptações literárias de obras de domínio público, embora os editais não aceitassem livros de domínio público escritos em português, como foi descrito em todos os editais a partir de 2006, mas seriam aceitas as adaptações que fossem direcionadas ao público infantil.

Assim, deveria ter um ajuste no texto e nos elementos editoriais (como exposto no edital do PNBE 2008), destinada aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, porém, ao analisarmos algumas dessas adaptações, detectamos algumas incongruências, a exemplo, temos *Os Lusíadas em Quadrinhos*, adaptação feita por Fido Nesti.

De acordo com Yamaguti (2013), a produção de Nesti manteve trechos da obra original de Luis Vaz de Camões, fazendo apenas a ilustração em quadrinhos, o que poderia gerar questionamentos se de fato seria uma adaptação. Para definir se é, Yamaguti (2013) se baseou em Böhm (2004), que define que adaptar é fazer escolhas para “adequar” ao gênero, ao suporte, a uma pessoa, a um objeto etc, visando às necessidades para cada pessoa e/ou situação. E nessa adequação são considerados três pontos: o objeto adaptado, o sujeito alvo da adaptação e o sujeito adaptador.

Por isso, a releitura de *Os Lusíadas* pode ser considerada uma adaptação, porque visava um novo público, foi feita por outra pessoa, e o material criado e o original são diferentes. Como já levantada a questão em 2013, ressaltamos a importância de considerar o suporte e a linguagem que será utilizada nessa nova produção, pois, a partir dessas questões, também gerará elementos que são próprios, neste caso, dos quadrinhos.

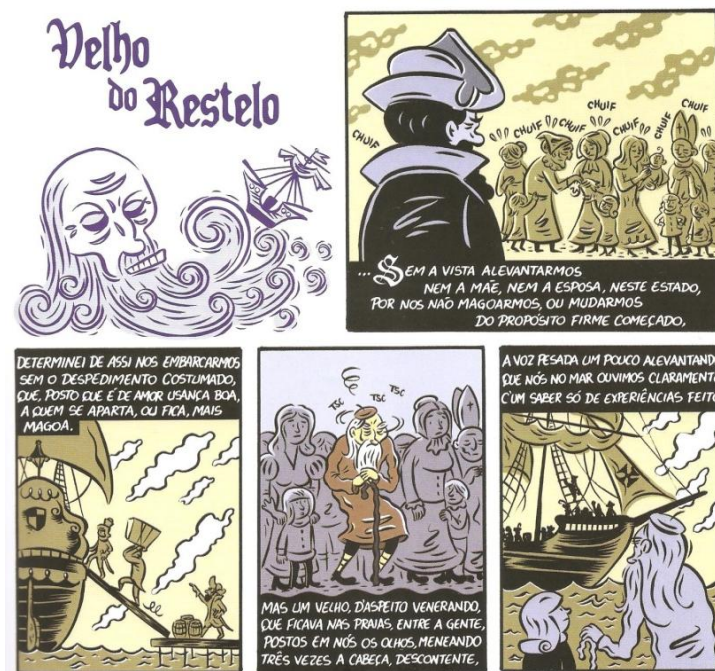
Yamaguti (2013) faz tal ponderação por entender que tal conceito é importante para analisar a obra de Nesti, porque há momentos em que o quadrinista cria, mas na maioria dos casos é mera ilustração da obra original. Como no exemplo a seguir, em que a imagem da adaptação nos apresenta o capítulo “Velho do Restelo”, que conta com seis páginas, sendo que a personagem, Velho do Restelo, aparece no Canto IV, estrofe 93 e encerra o canto. E a adaptação omite tudo que aparece antes da personagem.

Nestas e outras palavras que diziam,
De amor e de piedosa humanidade,
Os velhos e os meninos as seguiam,

Em que menos esforço põe a idade.
Os montes de mais perto respondiam,
Quase movidos de alta piedade;
A branca areia as lágrimas banhavam,
Que em multidão com elas se igualavam.

Nós outros, sem a vista alevantarmos
Nem a mãe, nem a esposa, neste estado,
Por nos não magoarmos, ou mudarmos
Do propósito firme começado,
Determinei de assim nos embarcarmos,
Sem o despedimento costumado,
Que, posto que é de amor usança boa,
A quem se aparta, ou fica, mais magoa.(CAMÕES, 1999, p. 126)

Figura 15- Primeira página do capítulo "Velho do Restelo"



Fonte: Nesti (2006, p. 15)

Mas a grande questão em relação a essa obra é o fato de ter sido direcionada aos alunos do Ensino Fundamental I, pois fica evidente que não houve um trabalho com o texto verbal, o que era uma exigência para as adaptações voltadas aos alunos desse nível, infringindo as regras do próprio edital. Também há de se considerar que, se a produção fosse para o Ensino Médio, já seria difícil de ser trabalhada, pois apresenta uma linguagem fora dos padrões do cotidiano da maioria dos estudantes.

O problema não é a obra em si, mas sim o fato de ter sido selecionada para alunos que não estariam preparados para ler o título, já que a adaptação não adequou o texto verbal, o que contradiz as orientações do próprio edital. Essa situação acontece com outras adaptações em quadrinhos.

Há uma confusão inicial na inscrição da obra para o nível em que foi obtida, porém há um agravante na seleção, pois o material passa por uma comissão para avaliar as obras, que julga como um bom exemplo a ser levado ao Ensino Fundamental I. Será que se pudesse ser comprada a publicação original, Os Lusíadas seriam destinados a esse nível? Possivelmente não, pois, talvez, ficaria claro que a linguagem não é adequada, preocupação que não houve nessa escolha.

Esse problema tende a acontecer com editoras que não publicavam quadrinhos, mostrando um possível interesse mercadológico, visando a economizar nessas produções, já que são obras de domínio público e os quadrinistas contratados só ilustravam as obras ao invés de realizar de fato uma adequação da linguagem do livro em que se toma como base. Ideia que podemos associar à fala de dois editores entrevistados na pesquisa de Borges (2016). Ela pediu que respondessem a seguinte pergunta: “Quais os resultados editoriais e mercadológicos esperados dos clássicos em quadrinhos na editora em que atua(ou)?” E obteve como resposta:

Editoriais: Construir uma linha editorial sólida para ampliação de um catálogo na área, capaz de atender ao mercado escolar, especialmente. Mercadológicos: provocar maiores adoções das adaptações em quadrinhos nas escolas atendidas e aumentar a venda para planos de compras governamentais. (op. cit, p. 225)

A segunda entrevistada deixou ainda mais claro o interesse na seleção governamental:

- do ponto de vista mercadológico, adaptar clássicos estrangeiros não requer o pagamento de direitos autorais a um tradutor, por exemplo, o que torna a produção da obra mais acessível;
- comercialmente, os clássicos se “autodivulgam”: todo mundo já ouviu falar na obra, ainda que seja uma adaptação;
- são leituras permanentes, para as quais sempre há público; - o formato HQ tem grande apelo com o público juvenil; - formação de acervo para inscrição em programas de governo, como o PNBE.

Obs.: Faz-se necessário esclarecer que o gênero HQ com adaptação de clássicos começou a ser editado no Brasil principalmente devido à inclusão explícita desse gênero no Programa Nacional Biblioteca na Escola (PBNE) 2006, em cujo edital se lê:

“4.1.1. Cada acervo será composto por 75 (setenta e cinco) títulos, contemplando textos de: 1 - poesia; 2 - conto, crônica, teatro, texto da tradição popular;

3 – romance; 4 - memória, diário, biografia; 5 - livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal artisticamente adaptadas ao público jovem.” (BORGES, 2016, p. 229)

Sem condenar todas as produções em quadrinhos que são adaptações, citamos o exemplo do livro *Contos em quadros*, da editora Musa. Antes de cada adaptação há uma apresentação, do autor e do conto, e, após os quadrinhos, traz o texto original.

A exemplo do que consideramos ser uma adequação, que, em nosso entender, não é só modificar todo o texto, mas saber o que deve ser mantido, evidenciamos a partir do seguinte trecho:

Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do largo da Ajuda, viu do lado oposto, um vulto de mulher; era a mulata fugida. Não dou aqui a comoção de Cândido Neves por não podê-lo fazer a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme. Descendo a mulher, desceu ele também; a poucos passos estava a farmácia onde obtivera a informação, que referi acima. Entrou o farmacêutico, pediu-lhe a fineza de guardar a criança por um instante; virei buscá-la sem falta.

- Mas...

Cândido Neves não lhe deu tempo de dizer nada; saiu rápido, atravessou a rua, até o ponto em que pudesse pegar a mulher sem dar alarma. No extremo da rua, quando ela ia a descer a de S; José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona.

- Arminda! Bradou, conforme a nomeava o anúncio.

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

- Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte, eu serei sua escrava, vou servi-lo pelo que quiser. Me solte, meu senhor moço!

- Siga! repetiu Cândido Neves.

- Me solte!

- Não quero demoras; siga!

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava à porta de uma loja, compreendia o que era naturalmente não acudir.

Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites, - coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites.

- Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? perguntou Cândido Neves. (ASSIS, p. 25-26, grifos nossos)

Ao ser quadrinizada, só foram mantidos os diálogos. Os trechos da narrativa foram substituídos por ilustração e, em alguns casos, criando as falas, como o caso do pedido da escrava no sexto quadrinho para que Cândido Neves a solte porque o seu senhor é mau; originalmente não era apresentada como construção do diálogo. Como podemos conferir na página da adaptação.

Figura 16 - Página da adaptação que ilustra as adequações



Fonte: Cavalcante (2002, p. 18)

De acordo com Yamaguti (2013), a definição de Magnani (2001), de que há nos títulos infantis com o pressuposto de mediação adulta, também se aplica ao livro “25 anos do Menino Maluquinho”. Primeiro por ser uma produção infantojuvenil e, segundo, porque na própria narrativa há a mediação da leitura entre as personagens, e a mulher apresenta ao garoto o personagem principal da história, o Menino Maluquinho.

Figura 17 - A personagem adulta explica como surgiu o Menino Maluquinho



Fonte: Alves Pinto (2006, p. 6)

O livro *25 anos do Menino Maluquinho* é um conjunto de 25 ilustrações de artistas convidados por Ziraldo para comemorar a criação de seu mais importante personagem. A história central é a de um garotocujo pai achava um livro do Menino Maluquinho em seu táxi. No entanto, diferente dos outros personagens de Ziraldo, em nenhum momento é dado nome aos membros dessa família.

Segundo Magnani (2001), ao construir obras de cunho pedagógico na literatura infantojuvenil, cria-se uma falsa realidade sobre o mundo infantil, pois a construção é feita com base nos desejos adultos, na mensagem que ele quer passar ao leitor infantil.

associando-se à persuasão retórica e à leitura moralizante e platônica da função educativa da literatura surge, com o novo gênero, o risco de o objeto de imitação (mimeses) ser um falso mundo da criança e do jovem. Falso, porque visto da ótica do adulto e por não levar em conta a complexidade do mundo e da vida, buscando torná-la infornulável. E sua pretensa intenção formativa está calcada muito mais na tentativa de convencer, informando sobre o real e o enformando num projeto de sociedade e de pessoa – traçados pelos ditames das leis adultas e por isso com a autoridade gerada pela confiança insuspeita -, do que na sincera e angustiante necessidade de deixar falar o real e a vida. (op. cit., p. 82)

A fim de ilustrar esse cunho pedagógico e essa falsa realidade infantil, Yamaguti (2013) cita a página que o personagem Lúcio (tido como estudioso) mostra-se aplicado, pois essa construção é vista de modo exagerado, porquedificilmente representa uma criança que naturalmente se interessa por ler sobre grandes nomes da ciência e pesquisar sobre Benjamin

Franklin (segundo e terceiro quadrinho). Assim como soa forçada a fala ao pedir para soltem pipa no campinho porque é longe da rede elétrica (último quadrinho)

Figura 18 - Ideal adulto, não o mundo infantil



Fonte: Alvez Pinto (2006. p. 48)

O fato de todos os anos ter livros selecionados de Ziraldo poderia ser justificado pelo fato de ser um nome importante para a literatura infantil e dos quadrinhos. Todavia, essa mesma tentativa de explicação poderia ser aplicada a outro grande nome dos quadrinhos, Mauricio de Sousa, porém isso não acontece, já que a inserção dos títulos de seu grupo não foi sequenciada. Apenas três obras aparecem na lista, duas em 2011, *Bidu 50 anos* e *MSP Maurício*, ambas produções comemorativas, e, em 2012, *Turma da Mônica: Romeu e Julieta*.

Essas incongruências são relacionadas à seleção, contradizendo os próprios editais, o modo de divulgação, que não deixa claro quais são as obras adquiridas e que não estabelece um padrão, e a maneira como os quadrinhos são considerados nos editais.

Desde a primeira seleção, em 2006, os quadrinhos são priorizados quando são produções de adaptações literárias, principalmente quando são direcionadas aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Quando o edital é para escolas que atendem ao Ensino Fundamental II e Médio, a indicação de adaptação literária é subtraída, no entanto, nos editais, PNBE 2011 e 2013, ao indicar aos editores quais obras podem ser inscritas coloca os quadrinhos como gêneros literários.

As obras poderão ser pré-inscritas nos seguintes **gêneros literários**:

- 3.5.1. poema;
- 3.5.2. conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular;
- 3.5.3. romance;
- 3.5.4. memória, diário, biografia, relatos de experiências;
- 3.5.5. obras clássicas da literatura universal;
- 3.5.6. livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos. (BRASIL, 2010, p. 2)

Em 2009, a indicação da seleção de gêneros literários, embora não apareça como nos editais do PNBE 2011 e 2013, surge no Anexo II, em critérios de seleção “os acervos serão compostos por obras de diferentes gêneros literários, de forma a proporcionar aos leitores o panorama da literatura brasileira e estrangeira” (BRASIL, 2008b, p. 13).

Essa visão pode limitar o trabalho dos quadrinhos no ambiente escolar, pois não permite explorar suas características e seus gêneros, compreendendo que histórias em quadrinhos, segundo Ramos (2009), é um hipergênero que abarca diferentes gêneros, dentre eles há os que se aproximam mais ou menos da literatura, como as autobiografias e as adaptações literárias, mas há os que fogem desse círculo, como as charges, que são datadas de acordo com o contexto histórico, e as tiras cômicas, publicadas em diferentes meios – jornal, livro, revistas e web.

E, diferente do que acreditamos (que nos editais do PNBE haja uma ampliação da definição de leitura), Fernandes (2017) defende que há uma ampliação do conceito de literatura, ancorada nos editais e em Cosson e Paiva (2014), ao considerarem que os livros de imagens e os de quadrinhos, junto com a inserção de textos considerados menores (ou não considerados), os de tradição oral, as biografias e os relatos de experiência, embora não sejam canônicos, formam um acervo bem representativo.

Tal entendimento mostra que os pesquisadores leem que os quadrinhos podem ser enquadrados como literatura. Os editais também não abarcam os diferentes suportes, já que se limitam a comprar livros, mas, ao associar com literatura gera-se um equívoco conceitual, pois, diferente dos textos literários, os quadrinhos podem não ter texto verbal, e circulam em outros suportes além do livro, mas obrigatoriamente terão texto visual, como bem define Mendonça (2010, p. 57):

De modo geral, na linguagem dos quadrinhos, em termos de sistemas semióticos, temos o não-verbal e o verbal, nessa ordem de importância, já que há HQ sem texto verbal, mas nunca sem imagens. Entre os recursos não-verbais que compõem tal linguagem, encontram-se os desenhos, os requadros (espécie de “moldura” para as cenas desenhadas), a sarjeta (o espaço em branco entre os requadros), os balões que abrigam as falas ou o discurso do narrador, o letreiramento (o tipo de fonte usada), a perspectiva e o plano ou enquadramento, etc.

Definir os gêneros é uma tarefa difícil, já que os gêneros, assim como a fala, estão em

constante uso e transmutação. Nesse sentido, há ainda um mundo a ser explorado, que 126 títulos e 13 gêneros não abarcam. É claro que já é um “começo” do que pode vir a ser melhor desenvolvido nas escolas e até mesmo nas universidades, que são caminhos (como formadoras de educadores) para que os quadrinhos cheguem à sala de aula. O que, se observado nas listas do PNBE do Professor, é minimamente indicado - só há um título que aborde a temática das HQs.

O que mostra que ainda falta um olhar para o trabalho do professor com o hipergênero. A exemplo, podemos citar a pesquisa de Zurdo (2017), ao problematizar que há poucos estudos sobre o olhar do professor sobre os quadrinhos, já que, geralmente, visam a aferir a leitura dos alunos, o que tende a ser visto como uma dificuldade no manejo com a linguagem.

Essa falta de orientação no próprio PNBE, e sobre a linguagem dos quadrinhos, como apontado por Zurdo (2017), indica que os educadores não são preparados para lidar com as obras em quadrinhos compradas pelo governo. Não podemos, porém, colocar os profissionais como culpados, tendo em vista que a formação e a informação sobre o programa não são fornecidas pelo próprio MEC. É possível, inclusive, discutirmos sobre a formação nas licenciaturas brasileiras. Não há pesquisa que evidencie como os quadrinhos são trabalhados na formação dos professores, mas, a exemplo, em nossa própria instituição não há uma disciplina que apresente a linguagem das HQs.

Sobre esse assunto, Presser, Braviano e Gonçalves (2015) realizaram uma pesquisa bibliográfica sobre ensino/aprendizagem de quadrinhos em nível superior. Os pesquisadores buscaram em plataformas informações de estudos sobre HQ envolvendo a formação na graduação. Eles identificaram poucos resultados, contudo não mencionam o número, e consideram que nada de relevante foi feito.

No último edital PNBE 2014, foram desenvolvidos dois guias de uso sobre alguns títulos e, ao final todas as obras foram mencionadas, indicando a capa, o título, o autor e ilustrador (caso houvesse), a editora e a categoria que o livro foi inserido. Tais materiais visavam justamente contribuir com essa formação que já havia sido apontada por Paiva (2012). A pesquisadora já mencionava que, embora o programa demonstrasse uma ótima iniciativa de distribuição, ainda faltava um trabalho com a formação dos educadores como mediadores de leitura.

CAPÍTULO 4

BIBLIOTECA ESCOLAR: FORMAÇÃO DO ACERVO DE HQ E DESENVOLVIMENTO DA LEITURA

O quarto capítulo de nossa dissertação passa a apresentar os dados relativos à nossa pesquisa de campo, assim já apresentando as análises dos dados identificados a partir do que fora exposto nos capítulos anteriores. Identificamos cada unidade escolar, apresentando a situação de cada espaço destinado à leitura, ilustrando com fotografias tiradas nas visitas, a entrevista com os responsáveis pelo local e dos professores.

Nossa metodologia de pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira foi em relação à identificação das produções em quadrinhos selecionadas pelo PNBE, verificando as listas publicadas sobre as obras adquiridas, em sites e blogs que tratam do tema de quadrinhos e em livros e artigos também sobre a temática, que foi exposto no capítulo anterior; a segunda etapa é a pesquisa de campo, realizada em Barueri - cidade localizada na região metropolitana de São Paulo -, que será exposta a partir deste capítulo.

A primeira etapa foi necessária para que pudéssemos identificar os títulos nas unidades escolares trabalhadas; a segunda etapa visava a responder à questão central deste projeto: houve a efetivação dos quadrinhos do PNBE nas escolas? Para tanto, o trabalho de campo foi dividido em três fases: 1) identificação de quadrinhos adquiridos pelo PNBE destinados ao Ensino Fundamental II na escola; 2) descrição dos espaços destinados à biblioteca escolar com entrevista dos responsáveis pela biblioteca; 3) entrevista com os professores de Língua Portuguesa.

O questionário, com cinco perguntas, para os responsáveis pelos espaços de leitura buscou verificar como é formado o acervo escolar e se há e como são as atividades que envolvem leitura no ambiente escolar, assim constatar se os livros do PNBE circulam pela escola. A última etapa pretendia averiguar como de fato tem sido o trabalho com o acervo do PNBE sobre os quadrinhos. E a entrevista com os educadores de Língua Portuguesa visava a conferir se os professores recebem formação sobre o programa e especificamente sobre os

quadrinhos. Assim, as perguntas versam sobre política pública, sobre quadrinhos e o trabalho em sala de aula com as HQs, focando nos dados do programa e não na formação e o trabalho em si do educador.

Neste capítulo, descrevemos como foram feitas as visitas, os critérios de seleção das escolas, o ambiente destinado à leitura, com registros fotográficos, a fim de melhor ilustrar a situação em que encontramos cada acervo, a identificação dos quadrinhos localizados e a análise da realidade descoberta em discussão ao que entendemos que seja acesso à leitura no ambiente escolar e que, em tese, é/deve ser mediado pelos profissionais que atuam na sala de aula e/ou na biblioteca escolar/sala de leitura.

4.1. Identificaçãodos espaços

Com o intuito de verificar o uso das obras em quadrinhos compradas pelo PNBE, aplicamos nossa pesquisa nas escolas de Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano) na rede pública municipal de Barueri. A escolha do nível foi devido ao número de livros de quadrinhos destinado pelo programa, pois foi o que mais recebeu HQs (58 livros). Já a cidade, a motivação foio número de escolas no município. Ao todo, com base em lista (em anexo) divulgada no site da própria Secretaria de Educação, são 58 escolas que atendem Ensino Fundamental (EF). Assim, a porcentagem é proporcionalmente mais significativa do que se a escolha fosse em Guarulhos (cidade em que está situada a EFLCH) ou em São Paulo.

Na lista que consta no site da Secretaria da Educação da Prefeitura de Barueri, referente ao ano de 2015, as escolas são divididas em EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental, EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil, EMEIEF – Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, EMM – Escola Municipal Maternal, Complexo (há essa diferença de nomenclatura pois, no mesmo local atendem a Fundamental e Educação Infantil) e as Organizações Sociais, que atendem à Educação Infantil; todas são maternais, com serviço terceirizado. Dentre o total de escolas do município - 101 escolas -, há 58 que atendem Ensino Fundamental, porém duas EMEIEF não trabalham com Ensino Fundamental II, por isso consideramos o número de 56 escolas em nossos dados.

A Secretaria de Educação Municipal não atende ao Ensino Médio (EM). Todo o ensino até o Ensino Fundamental II é municipalizado. E há um instituto que atende ao Ensino Médio, que é de administração pública, mas não entra como responsabilidade da mesma secretaria. Esse mesmo instituto tem a única escola pública em Alphaville (bairro nobre de Barueri e Santana de Parnaíba), que atende ao Ensino Fundamental, mas não é contabilizada

pela Secretaria de Educação por ser de responsabilidade da Fundação Instituto de Educação de Barueri-FIEB. A outra parte do Ensino Médio é de administração do governo do estado, contudo, em algumas unidades, há o uso do espaço compartilhado.

Depois de definido o município e o nível, determinamos o número de dez escolas para aplicação, o que representaria 17,85% do total de 56 escolas, se comparado a todas as unidades, representa 9,9%. Para tanto, elas deveriam ter no mínimo uma obra em quadrinhos enviada pelo PNBE em seu acervo e restringimos, ao menos inicialmente, a dois bairros para aplicação. Para desenvolver o projeto, pedimos autorização ao secretário da educação, Régis Luiz Lima de Souza, que nos deu aval (Apêndice A), contudo deixando a critério de cada diretor das unidades visitadas. O período de contato com as escolas começou em junho de 2016, se estendendo a dezembro de 2016.

Para chegar ao total de escolas, definimos os bairros para pesquisa. A princípio trabalharíamos apenas em dois, todavia, devido à falta de escolas com acervo, precisamos trabalhar em quatro bairros. No município, há 16 bairros, que estão divididos por subdistritos, geralmente nomeados por jardins, parques e vilas. Alguns bairros da cidade não contam com escolas de Ensino Fundamental II administradas pela Secretaria de Educação de Barueri, os casos de Alphaville, Jubran, Tamboré e Fazenda Militar.

Aplicamos nos bairros Aldeia, Boa Vista, Califórnia e Silveira. O primeiro bairro com uma escola, o segundo com três, o terceiro com seis e o último com 11 escolas, totalizando 21 escolas, com que tentamos estabelecer parceria, o que representa 37,5 % das que atendem ao Fundamental II.

Mapa 1—Divisão do município entre os 16 bairros



Fonte: <http://barueriportal.com.br/bairros-de-barueri/>

Das 21 escolas:

- Seis não têm biblioteca, sendo que uma estava em reforma; outra o prédio estava sendo reconstruído e por isso utilizavam o espaço de outra unidade;
- Em quatro não tivemos autorização para aplicar o questionário (o secretário da educação nos autorizou, mas deixou a critério de cada diretor para aplicação nas unidades) –, em uma escola fomos ao local, telefonamos e enviamos e-mail, mas não obtivemos retorno, noutra a diretora alegou não ter quadrinhos, a outra informou que era uma escola nova e, conseqüentemente, não teria um acervo que pudesse ser trabalhado e a quarta escola fomos autorizados, mas em conversa com a coordenadora foi dito que não havia uma biblioteca, mas que há um acervo alocado que os educadores podem utilizar em suas aulas. Como, nesse último caso, houve divergência nas informações e não verificamos o local contabilizamos como não autorizado;
- Em duas escolas não consta no acervo HQs destinadas ao Fundamental II – em uma escola encontramos duas adaptações destinadas ao Ensino Médio, pois é uma das escolas da rede de uso compartilhado.

Devido às não autorizações, não conseguimos chegar ao número determinado de dez escolas e, como os menores bairros não tinham biblioteca para que pudéssemos aplicar o questionário, optamos em fechar a pesquisa com nove escolas, o que representa 16,07% do total de 56 unidades, pois, se optássemos por aplicar em mais uma escola para chegar ao total, eliminaríamos a definição de aplicar em dois bairros. Assim, visitamos 21 escolas, aplicamos em nove, em seis não há biblioteca, em quatro não fomos autorizados e em duas não havia

acervo em quadrinhos com produções destinadas pelo PNBE para o Ensino Fundamental II. Sintetizando os dados, apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 29 - Número de escolas visitadas

Escolas	Número de escolas
Aplicadas os questionários	9
Sem biblioteca	6
Sem autorização	4
Sem HQs para EF II	2
Total	21

Fonte: Dados desta pesquisa

O primeiro bairro que pesquisamos foi o Boa Vista. Todavia, das três escolas que atendem ao Ensino Fundamental II, apenas uma conta com biblioteca. Tentamos contato para autorização pessoalmente, por telefone e e-mail; não obtivemos retorno.

O segundo bairro visitado foi o Califórnia. Identificadas seis escolas, quatro delas muito próximas, sendo que uma delas é Complexo e outra de Período Integral. Nesse bairro conseguimos aplicar em quatro escolas, uma, embora tenha sido autorizada através do documento, não pudemos verificar o acervo.

O terceiro bairro, Silveira, um dos mais populosos e com condições socioeconômicas baixas, tem 11 escolas. Devido à proximidade com cidades vizinhas, atende a alunos que residem em outros municípios. Das 11 escolas, aplicamos em cinco, três não têm biblioteca, em duas, não fomos autorizados a aplicar nem a verificar se há os quadrinhos, e em uma há duas obras em quadrinhos, mas que foram destinadas ao Ensino Médio³³.

O quarto bairro foi o Aldeia, um dos mais antigos da cidade. Por não ser tão populoso, tem apenas uma escola que atende ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio, por causa disso também é uma Unidade de Administração Compartilhada, mas não conta com biblioteca para uso do Fundamental. A coordenadora da unidade falou que a escola desenvolve projetos junto à biblioteca municipal, que é ao lado. Além da biblioteca também há uma escola de Educação Infantil, e, mesmo não tendo um espaço definido para leitura, nas salas de aula há um baú com livros.

Depois de identificadas as escolas, aplicamos um questionário aos professores de Língua Portuguesa e ao responsável pela biblioteca da escola (se houvesse) ou a alguém da gestão. Chegamos ao total de nove escolas que obtivemos autorização e que havia obras em

³³ Esta é uma escola compartilhada, no noturno a escola atende o Ensino Médio, porém a administração é do estado, mas alguns espaços não são de uso comum, em geral biblioteca, salas de informática e salas de uso da gestão da escola, que, em casos como esses, são duas – estadual e municipal.

quadrinhos. Os questionários visavam identificar a formação e o conhecimento dos educadores de Língua Portuguesa sobre o PNBE e quadrinhos. Com os profissionais que lidam com o espaço, objetivávamos tomar nota do que sabiam sobre o programa, o acervo da unidade e projetos desenvolvidos na escola dedicados à leitura.

Passamos a seguir a descrever o espaço das bibliotecas das escolas e seus acervos, de modo aleatório e identificadas de A a I para a preservação do nome das unidades escolares, a quantidade de professores e suas respostas, assim como a dos responsáveis pela biblioteca.

Em relação às perguntas, na descrição de cada escola serão apresentadas as respostas individuais, que são melhor exploradas no próximo capítulo, apresentadas em gráficos. O questionário apresentado às escolas foi dividido em três etapas(ver apêndice B, C e D):

- Informações sobre a escola, buscando identificar os turnos de atendimento, se há ou não um responsável pela biblioteca escolar, quais os níveis que atende e um relatório feito por nós sobre as condições encontradas;
- A segunda visava saber sobre a formação do acervo, se a escola compra, se tem uma verba específica, se recebeu algum livro do PNBE a partir de 2006 e sobre se há o desenvolvimento de algum projeto de leitura na escola;
- Já para os professores, dividimos as perguntas em conhecimento do PNBE, conhecimento sobre o universo das HQs e o trabalho com os quadrinhos (no formato livro) em sala de aula.

Embora as fotografias das escolas permitam uma análise do espaço e até mesmo do nosso olhar quanto pesquisadores sobre o espaço e a escolha de cada uma delas, nosso objetivo foi apenas de ilustrar para o nosso leitor a realidade que descrevemos.

Em ambos questionários, indagamos os educadores sobre o desenvolvimento de projetos de leitura desenvolvidos na escola e de forma coletiva e/ou individual, em todas as unidades foi citado o projeto “A hora do conto”

Essa atividade de mediação de leitura era uma das propostas do projeto da Secretaria da Educação com o objetivo de desenvolver práticas diferenciadas durante às aulas e em atividades extraclasse, tanto com agentes leitores da escola (não só os educadores) quanto da comunidade. Ao longo do ano escolar eram desenvolvidas algumas atividades e havia uma data específica no ano para a realização de um evento que toda a escola participava.

4.2.Conhecendo as unidades escolares

Escola A

A escola A atende a alunos do Fundamental ao Ensino Médio, num espaço compartilhado, por isso há duas bibliotecas. Visitamos apenas o acervo municipal., que é relativamente grande se comparado ao espaço que está alocado. Os títulos destinados ao Fundamental I têm inclusive um número suficiente para se trabalhar com uma turma com aproximadamente 30 alunos, como constatamos nas imagens a seguir.

Figura 19 - Estante com livros didáticos e paradidáticos da escola A



Fonte: Arquivo pessoal

O local da biblioteca é improvisado. A coordenadora relatou que, devido ao compartilhamento e à necessidade de aumentar o número de salas de aula, precisou utilizar este local, que fica ao lado da quadra de esportes. A sala é muito pequena; lembra mais um local para guardar os materiais de Educação Física (informação confirmada dias depois por uma professora entrevistada). Entretanto, embora não tenha presenciado a ida de nenhum aluno à biblioteca, havia na porta uma escala com as turmas dos dois turnos. Ao fundo da sala, havia duas caixas e mais duas carteiras funcionando como suporte para materiais de som, no meio da sala algumas carteiras e cadeiras de sala de aula, não havia qualquer tapete para que mais alunos possam sentar. As paredes também não são convidativas, são lisas e apenas acima de uma das prateleiras é que constam algumas atividades de alunos, como podemos verificar nas imagens:

Figura 20 – Visão geral da biblioteca da escola A



Fonte: arquivo pessoal

Observando o local, buscamos nas prateleiras os quadrinhos que pertencem ao programa. Conseguimos identificar quatro obras em quadrinhos, *O negrinho do pastoreio*, de André Diniz (2013), *Os brasileiros*, de André Toral (2011), destinada ao EM, e as adaptações *A escrava Isaura*, de Bernado Guimarães, quadrinizada por Eloar Guazzelli e Ivan Jaf (2013), e *A Odisseia*, de Homero, quadrinizada por Federico Villa Lobos e Jorge Gonzáles (2010) – esta foi destinada ao EJA.

Durante toda a visita ao local, a coordenadora se queixou da falta de investimento nas bibliotecas, em relação ao acervo, ao próprio espaço e à falta de profissional para cuidar da biblioteca, pois, quando há professor readaptado na escola, ela não pode impor que ele fique no local, além de poder ter alguma restrição que impossibilite o trabalho na biblioteca. E, em sua visão, se houvesse um responsável pelo espaço as visitas, organização, limpeza e empréstimos seriam oportunizados. No entanto, o principal viabilizador de funcionamento de uma biblioteca escolar é o próprio educador em sala de aula. Obviamente que garantir a infraestrutura é fundamental para desenvolver as atividades e para que se garanta uma organização, mas o principal incentivo na escola é com o professor na sala de aula.

Como não havia nenhum responsável diretamente pela biblioteca, conversamos com a coordenadora da escola. Sobre a primeira pergunta, que pedia para informar, se soubesse, como é constituído do acervo de livros da escola, ela informou que apenas por ações governamentais, mas que não sabia informar a data de envio do último PNBE. Da prefeitura, a última remessa havia sido em 2015. A diferença entre o envio municipal é que, como já

comentado, há exemplares o suficiente de um mesmo título para se trabalhar com uma turma de aproximadamente 30 alunos.

Questionada sobre o envio do PNBE a partir de 2006 para a escola, a gestora também não soube informar. As outras três perguntas eram sobre o trabalho dos educadores com o acervo, transparecendo a fala angustiada, com o desejo ter um responsável direto no local, pois embora houvesse um cronograma de visita à biblioteca atrás da porta, não havia qualquer atividade específica sendo desenvolvida. A única ação de leitura na escola havia sido o projeto da Secretaria da Educação, “A hora do conto”, que previa o desenvolvimento de atividades de leitura entre todas as disciplinas e alunos.

A fala da coordenadora foi reforçada quando entrevistamos os professores. Conversamos com três educadores. E todos disseram não ter conhecimento sobre a presença e uso dos livros do PNBE na escola, embora um deles tenha dito que conhecia o programa. Nenhum deles também recebeu qualquer formação sobre o programa ou sobre os quadrinhos.

Ao serem questionados sobre ler quadrinhos, todos afirmaram que sim. Dois deles disseram ser às vezes em livro, enquanto que a professora que respondeu sempre mencionou ler em revistas e internet. Ao perguntarmos sobre o gênero/suporte, os três responderam tiras de jornal; dois colocaram super-herói; e um colocou tiras na web, graphic novel e outros (*Marvel*). A última resposta é contestável por não considerar que as produções da *Marvel* são de super-herói. Quando solicitado para mencionar a última produção em quadrinhos que leu, dois responderam – um *Guerra Civil* e outro *Homem Aranha*.

As perguntas seguintes eram sobre o desenvolvimento de projetos de leitura, individuais e coletivos. Perguntamos então, se “você já participou ou participa de algum projeto de leitura integrado com outros professores da escola?” -, mas só uma professora respondeu que sim, e o nomeou como “Lendo e Relendo – leitura de paradidáticos”, dando a entender que na verdade foi um projeto individual, já que não foi mencionado por outros colegas, nem a coordenadora.

As quatro últimas perguntas eram sobre o trabalho com quadrinhos no formato livro em sala de aula. Dos três, apenas um professor disse ter utilizado, citou que usou Mafalda, mas não especificou o título e como foi o trabalho, não nos possibilitado creditar, haja vista que originalmente a produção seja o jornal, e no formato livro é a compilação das tiras, que foi selecionado para o Ensino Médio.

A última pergunta do questionário apontou a falta de informação já demonstradas nas primeiras perguntas, pois nenhum dos três educadores mencionaram trabalhar com obras em quadrinhos selecionadas pelo PNBE.

Escola B

Esta escola foi construída recentemente, atende apenas ao Fundamental, dividido em turnos: no matutino, o Fundamental II; no vespertino, o I. O prédio conta com sala de informática, auditório, a biblioteca é equipada com ar-condicionado, computador (usado para o controle de empréstimos)

O acervo não é tão grande, mas muito organizado e limpo. Diferente da primeira, há duas professoras readaptadas que cuidam do espaço. Foram elas as responsáveis pela organização e catalogação dos livros, o que tende a nos mostrar o funcionamento do espaço. Quando mencionamos que a pesquisa envolvia livros em quadrinhos, uma das professoras já havia confirmado que havia, que inclusive um estava emprestado com um aluno – “O negrinho do pastoreio”.

As atividades, por sua vez, não são frequentes no local em relação aos alunos do Ensino Fundamental II, inclusive, ao entrevistar os professores, um não sabia dizer se havia alguma obra em quadrinhos na unidade escolar, mesmo tendo recebido informação do acervo em uma reunião.

Embora muito organizada, limpa e ter empréstimo de livros, eles ficam em armário fechados, como podemos conferir nas próximas imagens.

Figura 21–Armário com os livros da Escola B



Fonte: Arquivo pessoal

Identificamos três produções em quadrinhos: *O negrinho do pastoreio*, de André Diniz, do PNBE de 2013, destinada ao Fundamental II, *Histórias da Carolina: a menina sonhadora que quer mudar o mundo*, de Ziraldo, selecionada em 2014, voltada ao Fundamental I, e, também de Ziraldo, *25 anos do menino Maluquinho*, do edital de 2008, que na capa não faz nenhuma indicação do nível para o qual foi comprado, mas o edital era para apenas para o Fundamental II.

Assim como a primeira escola, falamos com três educadores. As professoras que ficam na biblioteca informaram que todo o acervo é de políticas públicas governamentais, mas que o último ano que receberam foi em 2014.

Todos os livros estavam listados e uma cópia, segundo as educadoras, foi entregue a todos os professores da escola, mas que apenas uma professora, do 2º ano do Ensino Fundamental I, fazia uso efetivo, com idas frequentes ao espaço, onde ela fazia a leitura mediada e em seguida solicitava alguma atividade. Além do trabalho dessa professora, foram desenvolvidas outras atividades de diferentes professores, um projeto que envolvia leitura e empreendedorismo, além da rotina de empréstimos de livros.

Ao final do ano letivo, estava programado para ser realizado um show de talentos da escola, com apresentações que foram desenvolvidas no ano, sendo uma delas o projeto de leitura e escrita de poesia, no qual os alunos declamariam suas produções. As informações prestadas pelas educadoras responsáveis pela biblioteca foram reafirmadas pela coordenadora, que inclusive nos mostrou fotos de todas as atividades. Porém, pelas respostas dos professores de Língua Portuguesa, dá a entender que os projetos eram focados nos alunos de Fundamental I, já que os dados não se cruzaram.

Das três professoras, uma respondeu não conhecer nem o PNBE nem ter conhecimento sobre a presença do programa na escola. As duas que afirmaram ter informações dos livros disseram que souberam da presença do material a partir da coordenadora em reunião pedagógica. Uma educadora afirmou ter recebido curso de formação sobre o programa a partir do governo estadual, e uma de ter feito curso sobre a linguagem dos quadrinhos em instituição particular.

Quando questionados se seriam leitores de quadrinhos, todos colocaram que sim, um disse ler sempre e os demais às vezes. Sobre onde e como leem, os três responderam revista, dois internet, um mencionou, celular, jornal e coleções. Em relação aos gêneros/suportes, os três marcaram super-herói, dois, tiras na web e tiras de jornais, e um, gibi e mangá. Quando

solicitado para mencionar a última produção em quadrinhos que leu, dois responderam, e mencionaram gibis da Turma da Mônica e Turma da Mônica Jovem.

A pergunta seguinte era sobre os projetos coletivos de leitura, as três colocaram o projeto municipal “A hora do conto”, e uma educadora citou um projeto pessoal de leitura mediada, em que ela fazia a leitura aos alunos. Questionadas sobre o uso de algum quadrinho em formato livro na sala de aula, duas disseram já terem feito, mas, ao responderem quais foram os títulos identificamos a falta de informação sobre os formatos dos quadrinhos, pois eram todos casos de revistas – Mickey Mouse, Tio Patinhas e gibis variados.

As duas últimas perguntas visavam verificar o trabalho com os quadrinhos em sala de aula, duas educadoras disseram já ter indicado algum livro de HQ para os alunos, mas apenas uma especificou, citando a obra *Bruxinha*, que consistia em ler as imagens, verbalizar as histórias e depois escrever.

Escola C

A escola C atende apenas ao Ensino Fundamental. Assim como a maioria das escolas da rede, tem no turno matutino o Fundamental II e o I no vespertino. O espaço dedicado à biblioteca é relativamente grande, mas não estava organizado e limpo, tendo inclusive materiais que não fazem parte do acervo, como caixas, bateria e objetos que pareciam pertencer a cenários para alguma apresentação.

Figura 22–Imagens que mostram o local como um depósito



Fonte: arquivo pessoal

Não havia nenhuma pessoa responsável pelo espaço, nem catalogação e organização dos livros, como visto nas imagens a seguir, em que podemos conferir diferentes espaços com

livros no local. Foi necessário olhar cada prateleira e canto da sala para localizarmos os quadrinhos, pois os livros estavam espalhados. Quando realizamos a visita, fomos acompanhados por uma inspetora. Então, só obtivemos informações sobre a utilização do espaço quando conversamos com a coordenadora e os próprios professores que entrevistamos.

Figura 23 - Local com alguns gibis da biblioteca



Fonte: Arquivo pessoal

Identificamos duas obras em quadrinhos, mas apenas uma delas foi destinada ao Fundamental II, *A ilha do tesouro*, do selo Farol da editora DCL, com adaptação de Andrew Harrar, ilustração de Richard Kohlrus e tradução de Cassius Medauar; a outra é uma obra de Ziraldo, *Almanaque Maluquinho – pra que dinheiro?*, comprada pelo PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, destinada ao 3º ano do Ensino Fundamental I.

Uma das professoras entrevistadas demonstrou conhecimento do programa e sobre quadrinhos; disse usar quadrinhos no formato livro, porém de seu acervo pessoal, pois não há na biblioteca. E até mesmo a situação do espaço demonstrou não ser um local frequentando.

Na escola C, não havia um responsável direto pela biblioteca escolar, por isso conversamos com a coordenadora. Devido à rotatividade na gestão das escolas, a gestora também não detinha muitas informações sobre o acervo. Citou que ele era composto por ações governamentais, mas não sabia se já haviam recebido algo através do PNBE a partir de 2006. Também por causa das condições do espaço, não havia nenhuma atividade sendo desenvolvida no local ou de forma coletiva pelos educadores, além do projeto municipal “A hora do conto”, que fazia parte do calendário escolar.

O questionário voltado aos professores foi respondido por três educadores. A primeira pergunta e a segunda, sobre ter conhecimento do PNBE e de sua presença na escola, apenas

um professor disse saber, citando que utiliza os livros em suas aulas. Questionados sobre terem feito algum curso sobre o programa, nenhum fez, mas sobre os quadrinhos um disse sim. Todos eles se consideram leitores de quadrinhos, dois deles leem às vezes e um sempre. Perguntados sobre onde e como leem, dois colocaram internet, um marcou revista, celular e livro. Em relação ao gênero/suporte, os três marcaram tiras na web, dois, tiras de jornal e um colocou adaptações literárias, sendo o único a mencionar sua última leitura, *Dom Casmurro em HQ*.

Sobre os projetos coletivos de leitura, dois professores marcaram já terem participado de alguma atividade, entretanto, ao especificar, um citou um projeto pessoal e o outro o projeto “A hora do conto”. Quando questionados sobre o uso de quadrinhos no formato livro em sala de aula apenas um educador mencionou utilizar, justamente o que diz ler adaptações literárias em quadrinhos. Em sala, o educador disponibilizava os próprios livros para os alunos lerem como deleite ou para a realização de algum trabalho, para trocarem informações, para fazer rodas de conversa. Um dos trabalhos foi a produção de uma adaptação após a leitura de *O pequeno príncipe*.

Escola D

A escola D atende apenas ao Fundamental II e funciona em período integral. O local conta com dois ambientes dedicados à leitura, a biblioteca e a sala de leitura. A biblioteca é dividida com um balcão que a professora readaptada tem acesso aos livros e um computador em que administra os empréstimos. Há também mesas e cadeiras para uso dos alunos, como podemos observar nas imagens a seguir.

Figura 24 - Visão da biblioteca a partir da porta e as prateleiras com livros



Fonte: Arquivo pessoal

Na sala de leitura, há uma mesa para colocar alguns livros adquiridos com verba da própria escola e tapete e puffs para os alunos ficarem à vontade. Além das obras que estão nesta sala, eles podem pegar livros na biblioteca, mas a sala não fica aberta, só é utilizada junto a algum funcionário.

Figura 25 - Sala de leitura



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 26 - Mesa com livros da sala de leitura



Fonte: Arquivo pessoal

Quando realizamos a primeira visita, só conversamos com a coordenadora, e ela falou muito sobre um projeto de uma professora e queria muito que conhecêssemos. De fato, a professora realizou atividades com quadrinhos, pois faz parte do plano pedagógico do sexto ano, turma em que ela atuava, mas a educadora desconhecia sobre as produções em quadrinhos no formato livro.

Na segunda visita, fomos autorizados pelo diretor a desenvolver o projeto e pudemos conhecer a unidade escolar. Apenas na terceira visita é que conhecemos a professora responsável pela biblioteca. Quando conversamos com ela, mal sabia onde estavam os quadrinhos, demonstrando trabalhar há pouco tempo no local.

O acervo da escola não é grande, ainda assim identificamos seis obras em quadrinhos adquiridas pelo PNBE: *Contos em quadros* (2006), organizado por Djalma Cavalcante, adaptado por Célia Lima e ilustrado por José Rodrigues; *Moby Dick* (2011), adaptado por Lance Staheberg, com ilustração de Lalit Kumar Singh e tradução de Marcelo Andreani de Almeida; *Sete histórias de pescaria do seu Vivinho: cordel em quadrinhos* (2013), de Fábio Sombra e João Marcos; *Yuka: pescador de ilusões* (2013), de Marcelo Yuka, com ilustração de Wesley Rodrigues; *Dom Casmurro* (2013), da editora Ática, adaptado por Ivan Jaf e ilustrado por Rodrigo Rosa; *O aniversário de Asterix e Obelix: o livro de ouro* (2011), de René Goscinny e Albert Uderzo, que também fez a ilustração, com tradução de Claudio Varga, todas enviadas para o Fundamental II. Além desses quadrinhos, havia: *Nova York: a vida na grande cidade*, de Will Eisner; *Quinoterapia*, de Quino; *Níquel Náusea: vá pentear macacos*,

de Fernando Gonsales; e *Dom Quixote em quadrinhos*, adaptado por Caco Galhardo, enviados através de programa do governo do estado em parceria com o governo federal, o PNLD.

Em primeiro contato, conversamos com a coordenadora da escola e, por fim, com a professora responsável pelo local, que, assim como nas outras unidades, era uma docente readaptada. Diferente de todas as outras escolas, além do acervo ser constituído por ações governamentais, a gestão adquiriu obras a partir de verba que recebem para aquisição de materiais. Não mencionaram qual foi o último ano que receberam, mas sabiam que receberam títulos do PNBE depois de 2006.

Em relação aos projetos realizados na biblioteca escolar, não foi mencionado nenhum específico, apenas foram citadas as atividades realizadas no local (como leitura deleite e pesquisas) e os empréstimos. Não foi dito nenhum projeto sobre leitura realizado na escola; já influenciada, a coordenadora falou sobre um projeto de leitura e produção de quadrinhos.

O questionário dos educadores foi respondido por dois professores. Um disse não conhecer o PNBE nem de sua presença na escola. Já a outra professora, não só afirmou que sabia como dominava o funcionamento do programa, mas não explicou como teve conhecimento na escola. Ambos não tiveram nenhum curso de formação nem sobre o PNBE nem sobre os quadrinhos, e disseram ser leitores de quadrinhos, um lê às vezes e o outro sempre. Na questão sobre onde e como leem, um marcou revista e jornal e outro livro e gibi. Em relação ao gênero/suporte, os dois marcaram tiras de jornal e outro colocou gibi. Só um deles mencionou a última produção que leu, *Turma da Mônica Jovem*.

Em relação aos projetos de leitura coletiva, os dois disseram ter participado, mas eram projetos pessoais. Um de leitura e produção de quadrinhos e outro de leitura e escrita de gêneros variados. Um disse já ter trabalhado com livros em quadrinhos em sala de aula, em que depois da leitura de uma obra, os alunos deveriam produzir os próprios quadrinhos.

Escola E

Esta escola foi a que identificamos o maior acervo de quadrinhos. Os livros estavam catalogados, mas a atual professora readaptada estava verificando todos os códigos, fazendo uma nova catalogação. Por isso, embora as produções em quadrinhos estivessem todas em uma única prateleira, buscamos em todas as outras para ver se havia alguma fora do lugar, já que havia muitas obras em cima das mesas, como é possível notar na próxima imagem.

Figura 27 - Mesas com os livros a serem guardados



Fonte: Arquivo pessoal

O espaço é o maior dentre os visitados, havia estantes em todas as paredes da sala, apenas na que tem janela não ficam objetos que, caso entre chuva, danifique o material, mas, devido à nova catalogação, não estava aberto aos alunos, apenas com agendamento do professor ou com o dia da visita programado.

Figura 28 - Prateleiras em alguns lados da sala



Fonte: Arquivo pessoal

Todas as etiquetas de identificação tinham o mesmo modelo, com exceção a de quadrinhos, que era no formato de um balão de fala. Na semana em que realizamos a visita, as escolas receberam os novos livros didáticos. Por isso, como podemos observar na próxima figura, havia muitas obras no chão. Em outro canto, havia materiais usados nas aulas de leitura feitas na biblioteca com os alunos do Fundamental I. A professora responsável pela

sala explicou que os tapetes para fazer contação só eram abertos quando havia visita de alguma sala.

Figura 29—Canto da sala com os livros do PNLD



Fonte: Arquivo pessoal

Ao todo, identificamos 25 obras compradas pelo PNBE, apenas uma destinada ao Ensino Médio, *Triste fim de Policarpo Quaresma em Quadrinhos*, adaptação feita por Edgar Barreto e Flávio Braga, de 2011, e uma destinada ao Fundamental I, *Leonardo*, de Nelson Cruz, de 2010. As outras 23 foram todas direcionadas ao Fundamental II e, por isso separamos, por ano:

- 2006 -*Contos em quadros*, organizado por Djalma Cavalcante, adaptado por Célia Lima e ilustrado por José Rodrigues, e *Na prisão*, de Kazuichi Hanawa, com tradução de Drik Sada;
- 2009 -*Beijo no asfalto: graphic novel*, de Arnaldo Branco e Gabriel Góes, *A volta da Graúna*, de Henfil, e *Triste fim de Policarpo Quaresma em quadrinhos*, adaptado por Lailson de Holanda Cavalcanti, da editora IBEP;
- 2011 -*Palmares: a luta pela liberdade*, Eduardo Vetillo, *O aniversário de Asterix e Obelix: o livro de ouro*, de René Goscinny e Albert Uderzo, que também fez a ilustração, com tradução de Claudio Varga, *Moby Dick*, adaptado por Lance Staheberg, com ilustração de Lalit Kumar Singh e tradução de Marcelo Andreani de Almeida, *Causos de assombramento*, de Mauricio Pereira, *Memórias de um sargento de milícias*, adaptado por Ivan Jaf e ilustrado por Rodrigo Rosa, *A busca*, de Eric Neuvel, Ruud van der Rol e Lies Schippers, com tradução de Augusto Pacheco Calil, e *O pagador de promessas em graphic novel*, adaptado por Eloar Guazzelli;

- 2013 - *Yuka: pescador de ilusões*, de Marcelo Yuka, com ilustração de Wesley Rodrigues, *O quinze*, adaptação de Shiko, *A ilha do tesouro*, do selo Farol da editora DCL, com adaptação de Andrew Harrar, ilustração de Richard Kohlrus e tradução de Cassius Medauar, *Sete histórias de pescaria do seu Vivinho: cordel em quadrinhos*, de Fábio Sombra e João Marcos, *Orixás: do Orum ao Ayê*, de Alex Mir, Caio Majado e Omar Viñole, *O fantasma de Canterville*, adaptação de Sean Michael Wilson, ilustração de Steve Bryant, com tradução de Nina Basílio, *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, quadrinizada por Eloar Guazzelli e Ivan Jaf, *O negrinho do pastoreio*, de André Diniz, *Os passarinhos e outros bichos*, de Estevão Ribeiro, *Médico à força*, adaptado por Enrique Lorenzo, com tradução de Ronald Polito, e *Dom Casmurro*, da editora Ática, adaptado por Ivan Jaf e ilustrado por Rodrigo Rosa.

Conversamos com uma professora readaptada que fica no local, mas que estava há pouco tempo como responsável, apenas quatro meses. Ela disse ter tido problemas depois que foi reconfigurado o espaço. Sabia da formação do acervo pelos selos que têm nos livros, mas não sabia informar quando foi o último envio de obras a partir das políticas públicas implementadas.

Sobre as leituras feitas na biblioteca, a professora citou usarem, na maioria dos casos, paradidáticos que têm exemplar o suficiente para todos na sala, em alguns casos chegam a xerocar alguns títulos, mas na maior parte são leituras deleite e mediada, pois só há atendimento em um período, que é quando a educadora está na escola, atendendo as turmas de Ensino Fundamental I. Assim como as outras escolas, um dos projetos realizados foi “A hora do conto”, e mencionou o caso de uma professora que recebeu um prêmio municipal, o “Giz de Ouro”³⁴.

Três professores foram entrevistados, e apenas um disse conhecer o PNBE, mas nenhum sabia sobre a existência na escola, assim nenhum recebeu formação sobre o programa. Um deles fez um curso de formação de quadrinhos em uma instituição particular. Todos eles são leitores, um marcou ler às vezes e os demais sempre. Os três selecionaram revista, dois, internet e um também assinalou celular e livro como opções de onde e como leem. Em relação ao gênero/suporte, os três selecionaram tiras de jornal, um assinalou super-herói, tiras na web, graphic novel e como outro foi mencionado infantis-tradicionais. Como

³⁴ Anualmente, a Secretaria de Educação realiza um evento para premiar ações educacionais de destaque dos educadores, que fazem a inscrição dos projetos desenvolvidos no ano letivo.

última leitura, um professor citou as produções de Mauricio de Sousa e o outro “Batman: a piada mortal”, de Alan Moore e Brian Bolland.

Sobre o trabalho de leitura, apenas um professor marcou ter feito atividade em grupo de leitura, dizendo que são feitas leituras de paradidáticos na biblioteca. Ao questionar sobre o uso de algum quadrinho no formato livro em sala de aula, dois disseram ter feito. Um, na verdade, leu obras de Luis Fernando Veríssimo e solicitou que produzissem os próprios quadrinhos. Do segundo, não eram livros, pois usou gibis do Chico Bento e Turma da Mônica.

Escola F

Na primeira visita à escola, em junho de 2016, a diretora ficou muito feliz com nossa pesquisa, só pediu para que voltássemos depois do período de recesso, pois nesse tempo iriam reorganizar o acervo porque um dos pais dos alunos se propôs a colaborar, já que é um bibliotecário aposentado. Assim, voltamos no segundo semestre de 2016. Ao contrário do que havia sido informado pela diretora, havia uma professora readaptada responsável pelo local que reclamou que não sabia mais onde estavam os livros.

Assim como em todas as escolas que visitamos em que há um responsável pela biblioteca (em todas as unidades são professoras readaptadas) e o local está organizado ou no mínimo em processo de catalogação, este é mais um caso, diferente de quando não há algum profissional que cuide do espaço. Quando explicamos que precisava de livros em quadrinhos, a professora separou todos os que eu precisava.

Identificamos ao todo seis obras em quadrinhos, uma de 2011, *O pagador de promessas – em graphic novel*, adaptado por Eloar Guazzelli, destinada ao Fundamental II, e, as demais, de 2013, duas foram destinadas ao Ensino Médio (trata-se de uma escola compartilhada), *O Ateneu*, adaptação de Marcello Quintanilha, e *Leonardinho: memórias do primeiro malandro brasileiro*, adaptada por Vicente Castro, e as outras, *Orixás: do Orum ao Ayê*, de Alex Mir, Caio Majado e Omar Viñole, *Yuka: pecador de ilusões*, de Marcelo Yuka, com ilustração de Wesley Rodrigues, e *Sete histórias de pescaria do seu Vivinho: cordel em quadrinhos*, de Fábio Sombra e João Marcos, direcionadas ao Fundamental II.

As estantes estavam dispostas de duas formas, de um lado os livros destinados ao Fundamental I, todos com as capas expostas. Ao meio, mesas com banco, bem ao lado da porta um computador, que a professora utiliza para fazer o controle de empréstimo. E, do

outro lado, os livros destinados ao Fundamental II, com alguns com a capa aparente, como pode ser conferido nas próximas imagens.

Figura 30 – Um dos lados com obras apenas para o EF I



Fonte: Arquivo pessoal

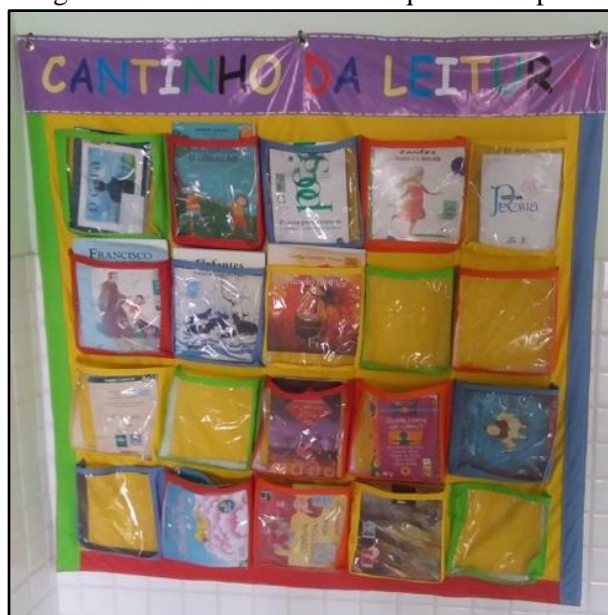
Figura 31 –Lado destinado ao EF II



Fonte: Arquivo pessoal

No pátio, há livros expostos, o chamado Cantinho da Leitura. Em geral, este material é utilizado para expor livros destinados ao Fundamental I, nível que, em geral, o trabalho com a leitura tem sido mais desenvolvido pelos professores na rede municipal; Em todas escolas visitadas, mesmo as que não contavam com biblioteca, havia algum livro para trabalhar com esses alunos, seja com o varal, como na imagem a seguir, ou baú e/ou caixas distribuídas em salas de aula ou mesmo no pátio da escola.

Figura 32 - Cantinho da leitura que fica no pátio



Fonte: Arquivo pessoal

Esta escola também contava com uma professora readaptada na biblioteca, que estava no espaço desde 2014, por isso sabia dizer que a escola tinha recebido obras do PNBE depois de 2006, mas que, desde que estava no local, não havia recebido nenhum livro. A professora disse que no espaço alguns professores levam os alunos para fazerem leitura ou alguma atividade, ou levam os livros para a sala de aula; também era usado na hora do intervalo para os alunos realizarem pesquisas, e havia o empréstimo de livros para levarem para casa. Sobre os projetos de leitura, a professora citou casos de professoras de Ensino Fundamental I, que inclusive, por quatro anos seguidos foram destaques no prêmio “Giz de Ouro”.

Conseguimos entrevistar dois professores dessa unidade. Um informou ter conhecimento tanto do programa como de sua presença na escola, mas que as obras seriam mais utilizadas com turmas do Fundamental I. Essa mesma professora mencionou ter recebido curso de formação sobre o PNBE tanto pelo estado como pela prefeitura (o que nos causou estranhamento, pois foi a única a mencionar tal formação). Nenhum dos dois teve curso sobre quadrinhos. E um deles disse não ler quadrinhos, mas, ao ser questionado sobre o uso de

quadrinhos no formato livro em sala de aula, disse usar diversas com foco no uso da linguagem (faz parte do conteúdo do 6^{os} anos).

Às perguntas seguintes apenas uma educadora respondeu. A professora disse ler com frequência, em revistas, internet e livros, lendo tiras de jornal e gibis, citando a última produção de leitura a *Turma da Mônica Jovem*. Em relação aos projetos coletivos de leitura, mencionou “A hora do conto”. Sobre o uso de quadrinhos no formato livro, disse ter utilizado, mas em outros anos e, por isso, não lembrava qual utilizou.

Escola G

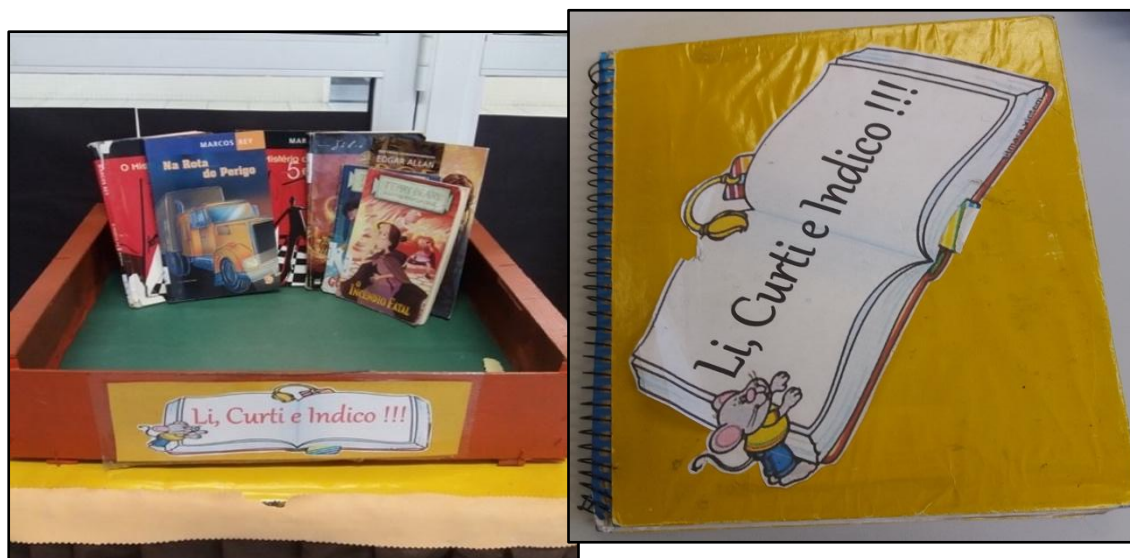
Esta escola possui o maior acervo dentre todas as que visitamos, mas não o de quadrinhos, como foi identificado na escola E. A única em que há uma professora readaptada em cada turno; não à toa foi a única escola em que há também projetos próprios de incentivo à leitura. Como o “Li, curti e indico”. O aluno, ao devolver o livro, preenche uma ficha e diz se o indicaa outros estudantes. A professora responsável, a que cuida do turno da manhã, do Fundamental II, verifica se é uma indicação e o coloca na caixa que fica logo na entrada da biblioteca.

Figura 33 - Ficha para os alunos preencherem

Leitor: Ano
 Título:
 Autor: Gênero:
 Editora: Devolução p/a :/...../16
 Avaliação do título: ☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Não gostei
 Você indica a leitura do título? ☐ Sim ☐ Não

Fonte: Dados desta pesquisa

Figura 34 - Caixa e caderno das fichas do Li, Curti e Indico



Fonte: Arquivo pessoal

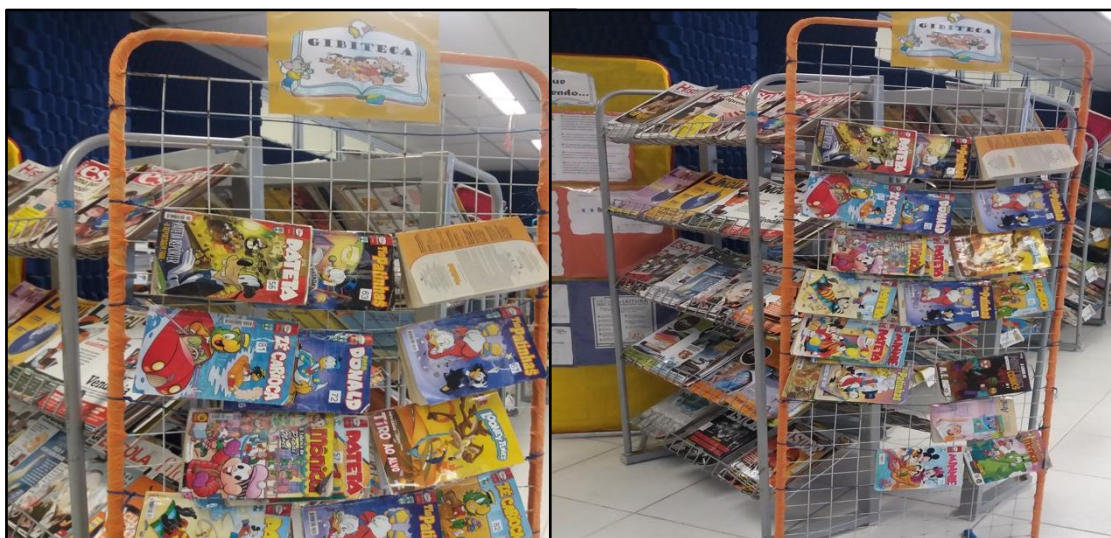
Logo ao lado, fica uma lista com o nome dos alunos destaques da biblioteca, assim como as turmas, aqueles que no trimestre mais leram livros, um painel com algumas atividades realizadas no espaço, uma prateleira com as revistas e outras com os gibis.

Figura 35 - Cantinho com os destaques e exposição de trabalhos



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 36 – Espaço dedicado aos gibis



Fonte: Arquivo pessoal

Também próximo à porta, havia outras caixas com mais uma estratégia de leitura, mas esta voltada à sala de aula com turmas do Ensino Fundamental I. A proposta era que cada educador levasse uma caixa com livros para sala de aula. O projeto era nomeado como Biblioteca Móvel.

Figura 37 - Projeto Biblioteca Móvel



Fonte: Arquivo pessoal

Além das estratégias mencionadas, as responsáveis pela biblioteca também usavam a tática de guardar alguns livros que são novos ou com aspecto de novo e ir renovando uma prateleira em que ficam os “lançamentos” (que na verdade não o são, mas é uma forma de chamar a atenção dos alunos).

Figura 38 - Armário e estande com os “lançamentos”



Fonte: Arquivo pessoal

Os espaços a seguir são os utilizados para expor os quadrinhos no formato livro. Os de formato livro ficam em uma prateleira junto a outros gêneros, como mostra a próxima figura.

Figura 39 - Prateleira com os quadrinhos



Fonte: Arquivo pessoal

Na prateleira com os livros, identificamos algumas das obras do PNBE:

- comprados no edital de 2011, separados em Fundamental II, *As aventuras de Huckleberry Finn*, de Tom Ratliff, *O aniversário de Asterix e Obelix: o livro de ouro*,

de René Goscinny e Albert Uderzo, que também fez a ilustração, com tradução de Claudio Varga, e *O pagador de promessas*, adaptado por Eloar Guazzelli, e o Ensino Médio, com os livros: *Os brasileiros*, de André Toral, e *O Guarani*, adaptação feita por Walter Vetillo, da Editora Cortez.

- 2013 foi o ano com maior número de quadrinhos selecionados pelo programa, e na época a escola era compartilhada com o estado, por isso há obras do Ensino Médio, *Domínio público 2: literatura em quadrinhos*, vários autores, *Leonardinho: memórias do primeiro malandro brasileiro*, adaptado por Vicente Castro, *Contos de Tcekhov*, com adaptação de Ronaldo Antonelli e ilustração de Francisco Vilachã, *O Ateneu*, adaptado por Marcelo Quintanilha, *O eternauta*, de Hector Oesterheld e Francisco Solano Lopes, com tradução de Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina, *Otelo*, adaptação de Jozz e Akira Sanaki, e *Nietzsche: em quadrinhos*, de Michel Onfray e ilustração de Maximilien Le Roy, tradução de Alcida Brant, e Fundamental II, *Os passarinhos e outros bichos*, de Estevão Ribeiro, *A turma do Pererê: coisas do coração*, de Ziraldo, *Médico à força*, adaptado por Enrique Lorenzo, com tradução de Ronald Polito, e *Sete histórias de pescaria do seu Vivinho: cordel em quadrinhos*, de Fábio Sombra e João Marcos.

Além dessas, ainda de 2013, mas no armário trancado, usado para guardar os supostos livros de lançamento, também havia: *A ilha do tesouro*, editora Salamandra, com adaptação de David Chauvel, Fred Simon e Jean-Luc-Simon e tradução de Luciano Vieira Machado, *O fantasma de Canterville*, adaptação de Sean Michael Wilson, ilustração de Steve Bryant e *Sonho de uma noite de verão*, adaptado por Lillo Parra e Wanderson de Souza. Além dos livros distribuídos através de política pública, consta no acervo uma doação, uma adaptação feita por Hugo Pratt da editora LPM de *A ilha do tesouro*.

Além da biblioteca em si, os alunos contam ao final do corredor, próximo à biblioteca, com um cantinho da leitura, com tapete e puffs. E, como em outras escolas, com um expositor de livros.

Figura 40 - Espaço literário no final do corredor



Fonte: Arquivo pessoal

Sobre a formação do acervo, entrevistamos uma professora readaptada que é responsável pelo espaço. A constituição era feita por políticas públicas governamentais, mas não sabia quando foi a última remessa, apenas afirmou ter recebido obras depois de 2006. E as atividades realizadas na biblioteca eram de leitura deleite e empréstimos de livros.

Todos os três professores entrevistados disseram ter conhecimento sobre o PNBE, já sobre a presença na escola apenas uma disse saber, porém não especificou como obteve a informação. Um educador mencionou ter feito um curso no Itaú Cultural sobre quadrinhos.

Em relação à leitura dos quadrinhos, os três disseram ser leitores, um afirmou ler sempre e os outros às vezes. Para assinalarem onde e como leem, os três colocaram jornal, revista e internet, dois marcaram livro e um selecionou celular. Como opções de gênero/suportes foi marcado por três tiras de jornal, dois, tiras na webs e um super-herói. Ao citarem a última produção de quadrinhos, dois responderam, um revistas da Turma da Mônica e o outro tiras sobre aposentadoria e problemas de saúde.

Em relação ao desenvolvimento de projetos coletivos de leitura, dois educadores disseram já ter participado, um citou um projeto que é da escola que semanalmente os alunos vão à biblioteca para leitura deleite, há inclusive um cronograma para cada turma; e um mencionou o projeto Recontando Histórias. Esses dois professores foram os únicos a responderem às outras questões de forma positiva sobre o trabalho com quadrinhos em sala de

aula no formato livro, porém, ao citarem como foi desenvolvido o trabalho, não se tratava de casos de livros.

Esse ano os alunos do 9º ano assistiram uma entrevista com Laerte Coutinho. Faz parte do currículo do 6º ano, porém nas demais séries já trabalhei tiras do Laerte.

Uma professora muito maluquinha (Ziraldo) – Leitura compartilhada

Os três disseram já ter indicado quadrinhos como leitura, mas nenhum especificou qual título, assim como não usaram obras em quadrinhos do programa.

Escola H

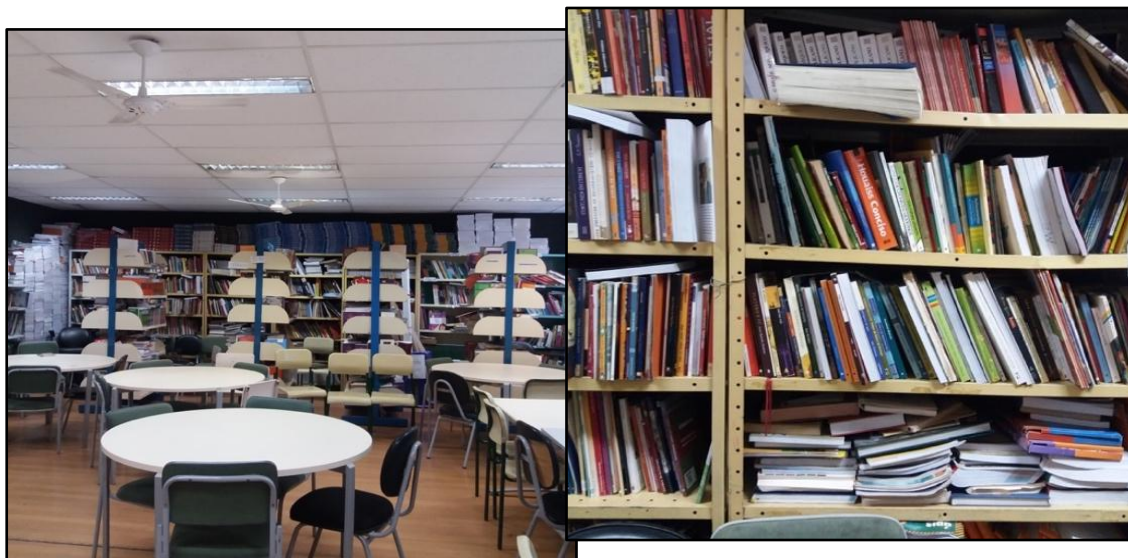
A escola H é compartilhada com o estado. Por isso, há dois espaços, o acervo dos alunos do Ensino Fundamental fica arquivado na sala da coordenadora, como exposto na figura 51, a biblioteca da escola é de administração estadual, por essa razão o acervo é todo voltado ao Ensino Médio, embora seja permitido o uso dos alunos da rede municipal não há separação das obras.

Figura 41 - Visão do acervo



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 42 - Visão geral da biblioteca e organização das prateleiras



Fonte: Arquivo pessoal

No acervo municipal, identificamos duas obras em quadrinhos, ambas de adaptação literária, como não há um responsável direto na biblioteca e até mesmo o acervo que fica na coordenação, tivemos que olhar todas as prateleiras em busca dos livros. *Dom Casmurro*, da editora Ática, adaptado por Ivan Jaf e ilustrado por Rodrigo Rosa, comprado em 2013, destinado ao Fundamental II, e *Memórias de um sargento de milícias*, adquirido em 2010, destinado à EJA. Na biblioteca, achamos duas obras, *Toda Mafalda*, de Quino, aquisição através de programa do governo do estado, e *10 anos com Mafalda*, também do quadrinista Quino, essa através do PNBE 2013, direcionada ao Ensino Médio.

Conversamos muito com a diretora e com a coordenadora da escola. Ao explicar nosso projeto do mestrado, elas achavam que não haveria obras em quadrinho no acervo, pois não lembravam de ter visto alguma, mas foram categóricas e as únicas a afirmar que desde 2014 a escola não recebia nenhum livro do PNBE.

As gestoras informaram que o acervo era constituído por ações públicas, recursos próprios e doações, inclusive com compras de gibis da Turma da Mônica. Os projetos de leitura desenvolvidos na escola foram os programados pela Secretaria de Educação, “A hora do conto”, e Secretaria da Cultura, Dia da leitura. Os espaços, por serem compartilhados com o estado, eram utilizados para reforço, e, como não havia uma pessoa responsável diretamente não havia empréstimo.

Já a entrevista com os professores foi um tanto complicada, pois é uma escola com poucas turmas de Fundamental II. Então havia apenas dois docentes de língua portuguesa e, devido à licença por motivos de saúde, só consegui entrevistar um³⁵.

Ele afirmou que sabia sobre o PNBE e a presença na escola, que tomou conhecimento pela coordenadora da escola e com visitas à biblioteca. Um dos poucos professores a afirmar que teve formação sobre o programa, todavia foi feito em instituição particular. No entanto, não fez nenhum curso de formação sobre os quadrinhos.

Em relação à leitura de quadrinhos, afirmou ler sempre, na internet. Contudo, depois, para assinalar o gênero/suporte, não selecionou tiras na web e apenas marcou tiras de jornal. Solicitado para citar a última produção de HQ que leu, respondeu “Little Nemo in Slumberland” – “O Pequeno Nemo na terra dos sonhos” (1905 a 1925). Sobre o desenvolvimento de projetos de leitura, disse não participar de nenhum na escola, mas que já utilizou quadrinhos em outra unidade, com base em sua última leitura. Os alunos lerem algumas tiras e depois deveriam criar as próprias histórias.

Escola I

Embora não seja uma escola compartilhada, conta com dois espaços dedicados à leitura, um para os alunos do Fundamental I e outro para o Fundamental II. O primeiro é todo lúdico, com tapete, lugar para guardar os sapatos, cheio de fantoches e fantasias.

Figura 43 - Fantoches separados em caixas e as fantasias

³⁵ O professor em questão não é efetivo na rede, é contratado. Professores nessa situação fazem um contrato de 1 a 2 anos junto à Secretaria de Educação de Barueri para substituir eventuais ausências prolongadas, casos de licença maternidade, licença prêmio ou trabalho como gestor, por exemplo.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 44 - Espaço dedicado aos livros da sala de leitura



Fonte: Arquivo pessoal

As imagens a seguir são da biblioteca da escola, espaço dedicado ao Fundamental II, e que, ao mesmo tempo, é utilizado para reforço escolar dos alunos do Fundamental I e em alguns dias local para a realização de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

Como não há um profissional responsável diretamente pelo espaço, tivemos que buscar os quadrinhos em todas as prateleiras, porém, mesmo não estando catalogados, estavam muito bem organizados, uma estante só com os livros didáticos, uma prateleira só com revistas, que são utilizados na hora do intervalo, dispostos em caixas que ficam em um tapete no meio do pátio na hora do intervalo.

Figura 45 - Visão das prateleiras junto às mesas do reforço e materiais do PNAIC³⁶



Fonte: Arquivo pessoal

Por fim, a última imagem dessa escola mostra os gibis que são utilizados na hora do intervalo. Um inspetor fica responsável por pegar as caixas com as revistas e os tapetes para colocar no meio do pátio, mas não há qualquer trabalho de leitura mediada, e a busca é individual.

Figura 46 - Caixa com os gibis usada no intervalo



Fonte: Arquivo pessoal

No acervo, localizamos as seguintes obras: *Mitos Gregos: o voo de Ícaro e outras lendas*, de Marcia Willians, adquirida em 2008 e destinada ao Fundamental I, para o mesmo nível há a obra *Os pequenos guardiões: na barriga do monstro*, de David Petersen, do edital de 2010. As demais foram direcionadas ao Fundamental II, todas de 2013, *Sete histórias de*

³⁶ Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa, programa do governo federal que visa alfabetizar todas as crianças até o terceiro ano do Ensino Fundamental I.

pescaria do seu Vivinho: cordel em quadrinhos, de Fábio Sombra e João Marcos, *A escrava Isaura*, de Bernado Guimarães, quadrinizada por Eloar Guazzelli e Ivan Jaf, e *Yuka: pescador de ilusões*, de Marcelo Yuka, com ilustração de Wesley Rodrigues.

Como não havia uma pessoa responsável pela biblioteca, conversamos com a diretora da escola sobre a constituição do acervo e os projetos de leitura na escola. Segundo a gestora, a formação da biblioteca da escola era feita a partir de doações e projetos governamentais, mas não sabia quando foi a última vez que recebeu algum livro, nem sobre o PNBE. Já os projetos de leitura que eram desenvolvidos, estavam, em sua maioria, voltados aos educandos do Fundamental I, haja vista o local que era direcionado só para esses alunos. Também foram feitas atividades para o projeto “A hora do conto”.

Por ser uma escola pequena, apenas dois professores responderam ao questionário. Ambos disseram ter conhecimento do programa, mas apenas um disse saber da existência livros do PNBE na escola. No entanto, nenhum recebeu qualquer formação sobre o PNBE ou quadrinhos. Quando questionados se seriam leitores, um deles respondeu que sim e o outro que não. O que disse que sim afirmou ler sempre no formato livro, mas, ao responder sobre o gênero/suporte mencionou super-herói e gibi, inclusive sua última leitura foi Chico Bento.

Em relação ao desenvolvimento de projetos nas escolas a professora disse participar do projeto “A hora do conto”, e individualmente, toda sexta-feira, fazia aula de leitura na biblioteca quando não era usada para reforço. Disse já ter usado quadrinhos no formato livro, mas ao afirmar se usou alguma obra em quadrinhos do PNBE, marcou que não. Es quando solicitado para especificar o trabalho, na verdade não usou livro, mas, sim, as revistas da Turma da Mônica.

CAPÍTULO 5

TRABALHANDO COM OS QUADRINHOS NA ESCOLA: ESPAÇO, ACERVO E USO

Neste capítulo, apresentaremos a análise dos dados, comparando as informações de uma unidade a outra e a compilação das informações coletadas. Ao todo, entrevistamos 22 educadores de Língua Portuguesa, três gestores (nos casos em que não havia um responsável direto pela biblioteca) e seis professores readaptados, que trabalhavam especificamente na biblioteca.

A definição da disciplina se deu por serem considerados os principais mediadores de leitura na escola, papel que não é negado aos demais funcionários, mas que, dado o teor da disciplina, recai sobre esses profissionais. O intuito de aplicar o questionário aos educadores era fechar esse ciclo de investigação do uso das obras no ambiente escolar. Por isso, as questões versavam sobre o PNBE, quadrinhos e o trabalho com leitura, em especial com quadrinhos.

Nessa fase, tivemos o maior embate na pesquisa de campo. A questão era o tempo e o horário para aplicação. A maior parte das escolas municipais atende no turno da manhã o Ensino Fundamental II e à tarde o Fundamental I.

O questionário (ver apêndice D) apresentava 18 questões, algumas abertas e, em alguns casos, uma resposta dependia da outra. Por isso, apresentaremos, a seguir, a tabulação dos dados, a exposição de algumas respostas dissertativas e a análise de tais informações, que tendem a mostrar a falta de in(formação) dos professores sobre o PNBE e os quadrinhos.

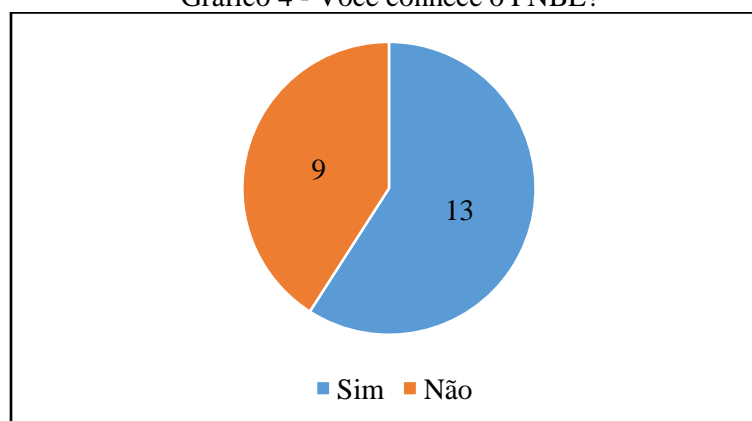
Esses dados nos permitem abordar a temática da multimodalidade na escola e demonstram como os quadrinhos podem ser mais uma ferramenta nesse trabalho. Assim como podem evidenciar e justificar o porquê da inserção dos quadrinhos no programa.

5.1. Dados da entrevista dos professores

O questionário direcionado aos professores foi respondido por 22 educadores, ressaltando que não foram todos entrevistados, pois, em algumas escolas, o docente não trabalhava no dia, um estava de licença médica, outro já havia ido embora, mas em nenhum caso dos presentes houve recusa. O número de educadores entre uma escola e outra variou muito, já que depende da quantidade de alunos matriculados na Educação Básica II para os profissionais de ensino poderem completar a carga horária de trabalho. Assim, em algumas escolas, chegamos a entrevistar cinco professores, em outras, dois e até mesmo um.

Passamos, então, à descrição das perguntas (ver apêndice D) e às análises dos dados obtidos. A primeira questão objetivava detectar os educadores que conheciam o PNBE. Dos 22, 13 (59%) marcaram conhecer o programa e nove (41%), desconhecer.

Gráfico 4 - Você conhece o PNBE?

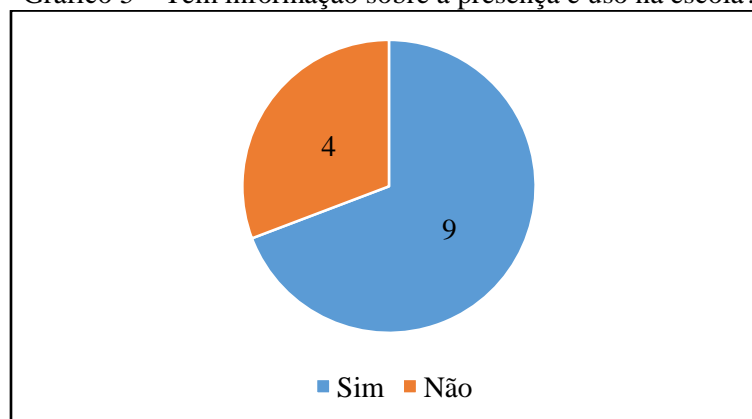


Fonte: Dados desta pesquisa

Embora a maioria tenha afirmado conhecer o programa, o dado, para o tempo de execução da política pública, dos que afirmaram não conhecer é alto. E o fato de assinalarem que conhecem não aponta a eficácia do PNBE.

A segunda questão indagava sobre o conhecimento da presença do programa na escola e só era respondida em caso afirmativo da primeira. Por conta disso, 13 professores responderam. Desses, quatro (31%) disseram não ter conhecimento e os outros nove (69%) afirmaram que tinham.

Gráfico 5 – Tem informação sobre a presença e uso na escola?



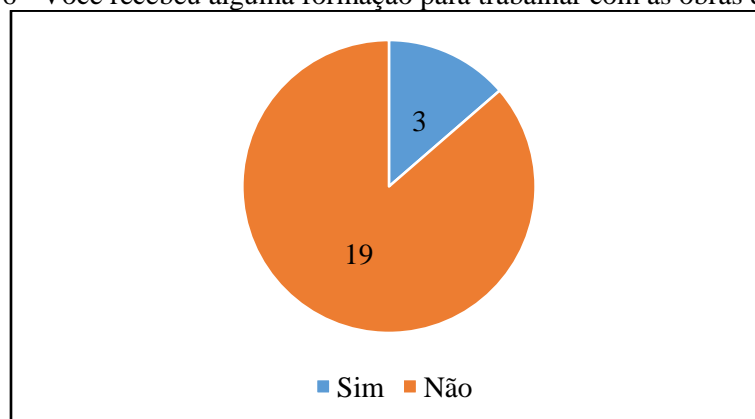
Fonte: Dados desta pesquisa

Os educadores evidenciaram, apesar de marcarem que sabiam sobre a presença do PNBE na escola, que a prática de leitura é pouco desenvolvida na biblioteca escolar, já que não têm conhecimento do acervo, pois, caso frequentassem o local, saberiam da existência dos livros do programa na unidade.

Na terceira questão, em que deveriam especificar como obtiveram conhecimento do programa, foi possível distinguir os que de fato tinham ciência do programa. Um dos professores que respondeu à primeira pergunta não se manifestou nesta terceira. Outro informou que o trabalho era voltado ao Fundamental I. Em um caso, o docente confundiu os programas, porque afirmou que os livros eram distribuídos aos alunos e alguns, utilizados a critério do professor.

A quarta pergunta era sobre capacitação para trabalhar com as obras do programa. – Você recebeu algum tipo de capacitação para trabalhar com as obras selecionadas pelo PNBE? Dos 22, três (14%) professores responderam que sim e 19 (86%) que não.

Gráfico 6 - Você recebeu alguma formação para trabalhar com as obras do PNBE?



Fonte: Dados desta pesquisa

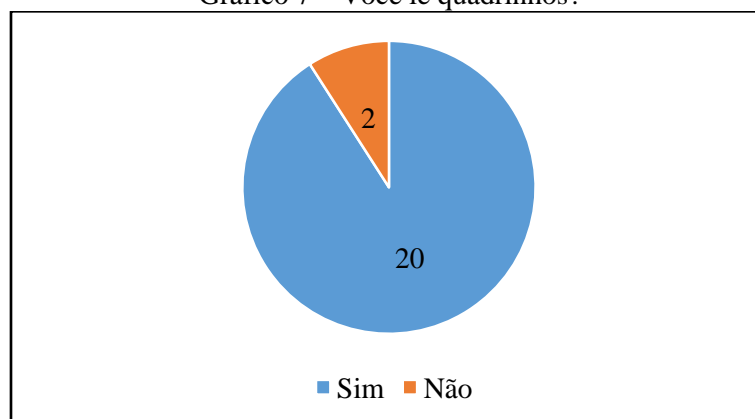
Como esperávamos, a formação sobre o programa e a utilização do acervo não são desenvolvidos, o que evidencia uma falha ao não possibilitar o conhecimento para de fato gerar o desenvolvimento de mediações de leitura.

A próxima indagação era apenas no caso positivo da anterior – caso sim, por quem foi fornecido o curso? Dois dos três, que afirmaram terem recebido formação na quarta pergunta, disseram que o governo do estado é que possibilitou a formação e um através de instituição particular, porém não especificou qual. O curioso da resposta dos dois educadores que fizeram o curso pelo governo do estado é o fato de não ter sido citado pelos outros.

A partir da sexta questão, direcionamos aos quadrinhos. Questionamos se já haviam feito algum curso de formação sobre a linguagem dos quadrinhos. Dos 22 educadores, apenas uma professora respondeu que sim, informando que foi através do governo do estado que realizou. A sétima pergunta pedia justamente, em caso positivo da anterior, para que fosse mencionado quem havia fornecido o curso.

Na oitava, o objetivo era ver quantos se dizem leitores de quadrinhos. Dois (9%) disseram não ler e os outros 20 (91%) afirmaram ter o hábito.

Gráfico 7 – Você lê quadrinhos?

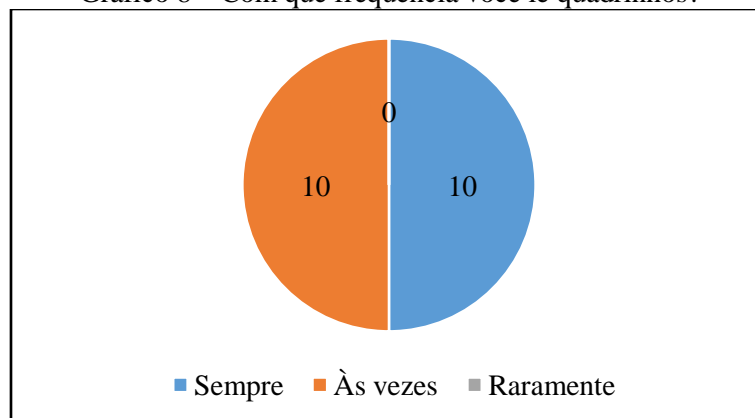


Fonte: Dados desta pesquisa

No entanto, são leitores que não têm um amplo repertório dos gêneros das HQs dado relacionado as outras perguntas.

A questão seguinte perguntava a frequência dessas leituras. Dos 20 que responderam ser leitores, nenhum marcou a opção raramente, ficando dividido entre sempre e às vezes.

Gráfico 8 – Com que frequência você lê quadrinhos?



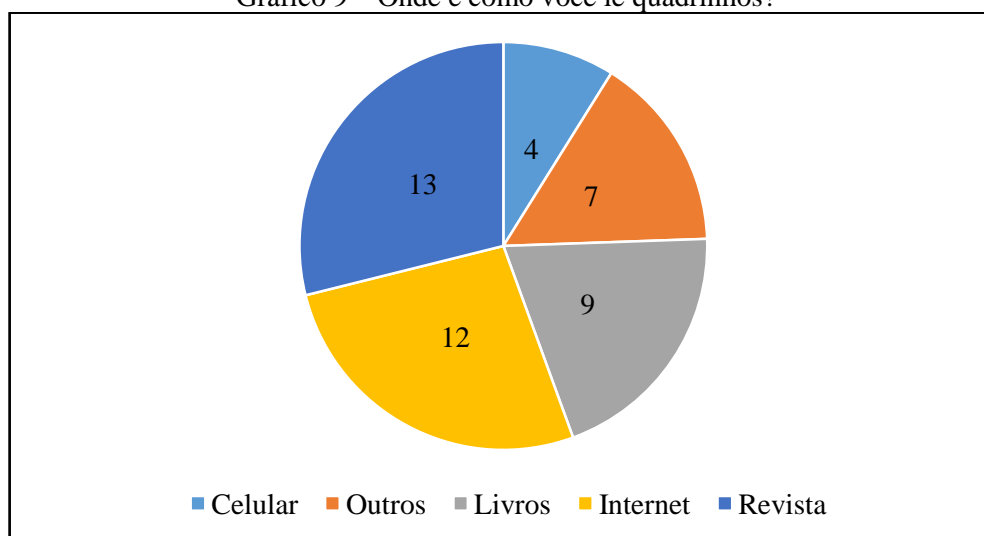
Fonte: Dados desta pesquisa

Na questão nove, os 20 professores deveriam informar o suporte de leitura. A pergunta era: onde e como você lê quadrinhos? Com as seguintes opções: revista, internet, celular livros e outros, mas era possível marcar mais de uma opção.

- revista – 13 (29%);
- internet – 12 (27%);
- livros – 9 (20%);
- celular – 4 (9%);
- outros – 9 (15%).

E, em outros, obtivemos as seguintes respostas: jornal, marcado por cinco pessoas; uma assinalou gibi, que, na verdade, entra como revista, mas não foi marcado por esta pessoa; outra colocou coleções, que pode entrar tanto em revista quanto livro.

Gráfico 9 – Onde e como você lê quadrinhos?



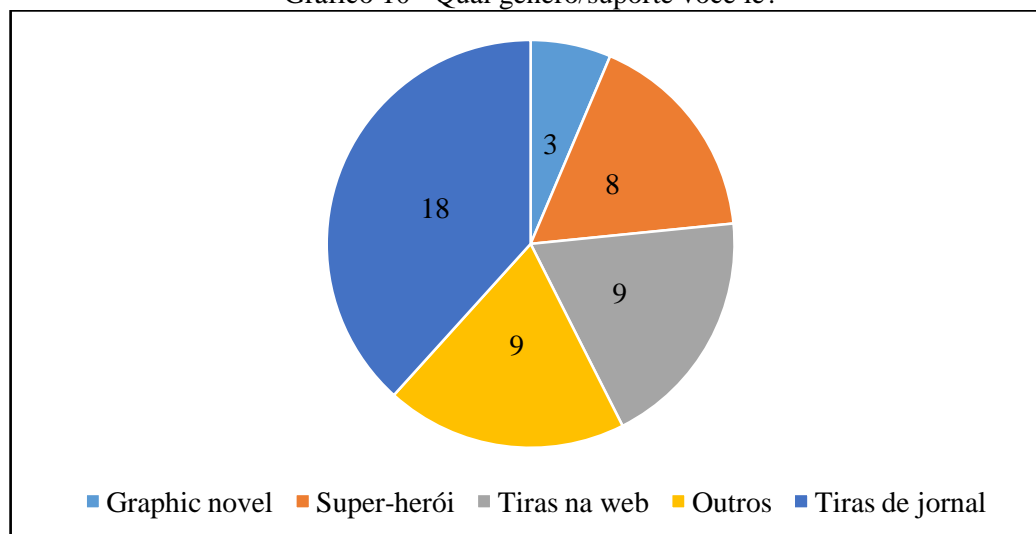
Fonte: Dados desta pesquisa

Na décima primeira questão, perguntamos sobre os gêneros e/ou suporte que leem. Aqui também era possível assinalar mais de uma opção. As indicações foram:

- graphic novel – 3 (7%);
- super-herói – 8 (17%);
- tiras na web – 9 (19%);
- outros – 9 (19%);
- tiras de jornal – 18 (38%).

Dos que indicaram “outros”, cinco colocaram como gibi, um Marvel, um mangá e outro marcou, mas não especificou. As respostas mostram que há uma confusão no entendimento dos tipos de suportes e das características dos quadrinhos em si, já que Marvel é uma editora norte-americana, atualmente, pertencente a Walt Disney, com produções ligadas aos quadrinhos e também ao cinema.

Gráfico 10 - Qual gênero/suporte você lê?



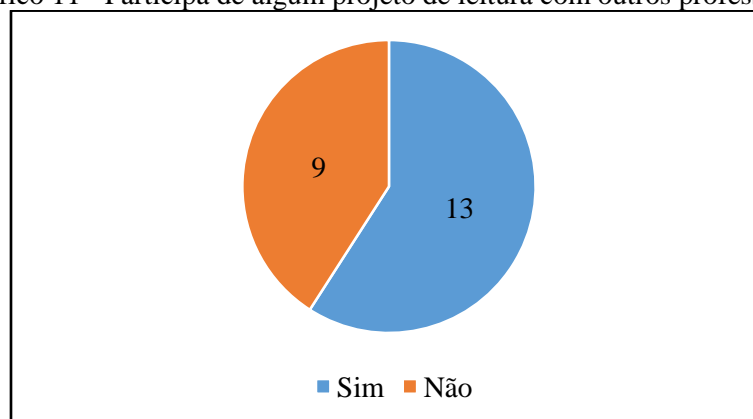
Fonte: Dados desta pesquisa

A questão seguinte era dissertativa, e pedia para, caso soubesse, citar a última produção que leu. Dos 20 que responderam ler quadrinhos, 14 se manifestaram. Destes, sete responderam que foi algum gibi da *Turma da Mônica* ou *Chico Bento*, ambos de Mauricio de Sousa. Três professores citaram alguma produção relacionada aos títulos de super-heróis, porém apenas um especificou qual, *Batman: a Piada Mortal* (história norte-americana escrita por Alan Moore e desenhada por Brian Bolland e bastante conhecida entre leitores de super-heróis).

Um citou *O Pequeno Nemo na Terra dos Sonhos (1900 a 1925)* (referência à série *Little Nemo in Slumberland*, criação do norte-americano Winsor McKay). Uma professora marcou: “tiras sobre aposentadoria e problemas de saúde”. E dois educadores indicaram literatura em quadrinhos, porém apenas uma mencionou o nome da obra, *Dom Casmurro* (sabe-se da existência de quatro versões quadrinizadas do romance de Machado de Assis, uma delas selecionada pelo PNBE, como comentado anteriormente).

As perguntas seguintes envolvem a questão da leitura e o trabalho com quadrinhos. Questionamos, no item 13, se o professor participa ou participou de algum projeto de leitura integrado com outros docentes na escola. Dos 22, 13 disseram participar. O mais curioso é que apenas em uma escola a resposta foi igual a todos os professores, além de demonstrar um desencontro com a fala dos responsáveis das bibliotecas, pois em todas as escolas os responsáveis pelo espaço citaram o projeto “A hora do conto”, logo todos os educadores também deveriam apontar a mesma resposta.

Gráfico 11 - Participa de algum projeto de leitura com outros professores?

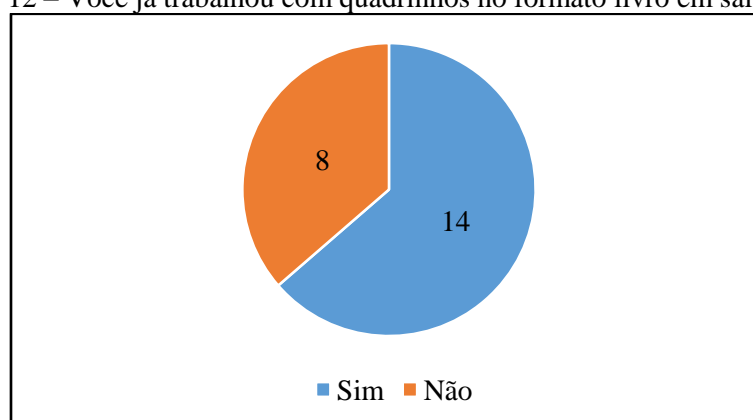


Fonte: Dados desta pesquisa

Caso tivessem participado, era solicitado para citar o projeto. Seis educadores mencionaram o projeto da Secretaria da Educação “A hora do conto”, em que há um dia destinado à leitura e apresentações que envolvem leitura. Um dos projetos citados é o da visita semanal à biblioteca escolar, mencionado por duas professoras. Outro é para o desenvolvimento da leitura e da escrita para mudanças de gêneros textuais. Dois anotaram atividades de leitura deleite. Dois citaram projetos que eram desenvolvidos em sala de aula, mas não ficou claro se eram individuais – um de leitura deleite e outro de leitura de quadrinhos. Contudo, fica claro, em todas as unidades, que não há um projeto de leitura que consiga envolver sala de aula e biblioteca escolar com todas as disciplinas.

No item 15, indagamos se o educador já havia trabalhado com algum quadrinho no formato livro e a pergunta seguinte, em caso afirmativo da anterior, deveria citar com qual obra, e se possível comentar como foi. Do total de 22, 14 (64%) afirmaram já ter usado.

Gráfico 12 – Você já trabalhou com quadrinhos no formato livro em sala de aula?



Fonte: Dados desta pesquisa

Esses números nos fazem questionar as respostas dadas na décima questão, porque nove citaram ser leitores de quadrinhos no formato livro, e que, dado as informações na

pergunta quinze, deveriam ser maiores, pois se usam livros no formato livro em sala de aula, pressupõe-se que também leem o material que utilizam.

Entretanto, na questão seguinte, os que responderam sim à pergunta 14 deveriam especificar qual a obra e se possível relatar o trabalho, o que deixa evidente a confusão em reconhecer os quadrinhos nesse suporte, pois quatro citaram o trabalho com gibis. Outros quatro usaram obras distintas (não no formato de quadrinhos) e, alguns exemplos, apenas trechos de algumas HQs para que os alunos produzissem a própria história. Um dos entrevistados afirmou que já utilizou diversas, focando no uso da linguagem. Outro, para trabalhar com charges, mencionou ter utilizado Laerte, com as produções em jornais e assistiram a um vídeo em que o quadrinista foi entrevistado.

Uma apenas citou que usou Mafalda, mas em que suporte estava este material e como foi utilizado não foi citado. Apenas três citaram o nome da obra, *Uma professora muito maluquinha*, que não é obra em quadrinhos, *Dom Casmurro em quadrinhos* e o *Pequeno Nemo na terra dos sonhos*, sendo que apenas no último caso foi citado como foi desenvolvido no projeto, mas eram trechos, como exemplo, e não o livro, e que também envolvia a produção de uma história em quadrinhos.

Esta resposta mostrou a principal falha no desenvolvimento no projeto do governo federal, pois não há trabalho efetivo com os títulos comprados. Não é uma obrigação do educador usar os livros do PNBE, mas os professores demonstraram não dominar os gêneros das HQs.

A penúltima questão averiguava se o professor já indicou alguma história em quadrinhos como leitura. Dos 22, 17 (77%) afirmaram que sim. O que nos surpreendeu, dada a fala inicial de mencionarem desconhecer a proposta do governo em comprar quadrinhos. A única educadora a citar uma HQ em formato livro foi a que informou ter trabalhado com *Dom Casmurro*, não especificando como desenvolveu a atividade e as informações editoriais, não nos permitindo afirmar se o título era do programa. Outro fator que nos impossibilitou foi o fato do livro ser do acervo pessoal da professora.

Gráfico 13 - Você já indicou algum quadrinho como leitura?



Fonte: Dados desta pesquisa

Por fim, questionamos se o educador já havia utilizado alguma obra recebida pelo PNBE, especificamente com quadrinhos. Neste caso, somente três professores responderam que sim, que reforçam a contradição com as respostas anteriores.

“Os livros do PNBE ficam disponíveis para a leitura. Depois de lerem, os alunos produzem trabalhos, trocam informações, rodas de conversa, entre outros.”

“Faz parte do conteúdo do 6º ano, porém nas demais séries já trabalhei tiras do Laerte. Durante o 3º trimestre leram diversas obras como: O médico e o monstro, Desafio no Pantanal, Uma vida em segredo, Tônico e outros. Fizeram a análise e apresentação de seminários.”

“Utilizei o livro da “Bruxinha” (obra de Eva Funari). Utilizei histórias que continham imagens, sem palavras para que os alunos verbalizassem as histórias e em seguida escreviam.”

Dos que responderam que não, um justificou que não trabalha porque não sabia que tinha quadrinhos no programa, outra de que esses livros não chegaram à escola, deixando clara a falta de informação sobre o PNBE. Essa falta de conhecimento sobre o programa é detectada também em relação aos quadrinhos. Eles mostram a falta de formação, não sobre sua linguagem em si, que não era o objetivo de nossa pesquisa, mas o de conhecimento do mundo das HQs para saber diferenciar os gibis (revista) das produções no formato livro, que são as adquiridas pelo governo federal.

O fato de não dominarem os formatos e os gêneros que os quadrinhos possibilitam não impede o desenvolvimento de aulas que envolvam a linguagem. O que também não colocamos em questão nesta pesquisa. Entretanto, isso tende a dificultar o desenvolvimento do incentivo à leitura dos livros comprados pelo PNBE, porque não há um acervo que o

professor possa levar para a sala e usar o mesmo título com todos os alunos. O máximo que daria para ser feito é a leitura deleite, caso o estudante tenha o hábito de pegar livros emprestados na biblioteca da escola, ou em aulas de leitura mediada o professor ler/indicar a leitura.

Todavia, para que isso ocorra, o educador precisa antes de mais nada saber que há quadrinhos no formato livro, que eles estão disponíveis na escola, e principalmente saber quais são os títulos que podem ser trabalhados. O agravante é que, para que as atividades dos professores sejam efetivas, a biblioteca/sala de leitura deve existir em uso real.

O que, como vimos no capítulo anterior e neste, não tem sido bem desenvolvido, e não só nas bibliotecas escolares de Barueri. Essa realidade aponta que é necessário pensar em ações que possibilitem o trabalho da leitura e que, se encarados os quadrinhos como leitura incentivadora, permitam que os educadores também sejam leitores dessas obras.

O fato de, supostamente, as crianças e adolescentes se interessarem por HQs não significa que lerão as obras que estão na escola. Tudo dependerá de como eles têm acesso a esses títulos, sendo que uma das formas de estimular esses leitores é fazer com que os profissionais indiquem ou trabalhem em suas aulas. Logo, também precisam ler/conhecer para auxiliar os estudantes.

5.2. Quem cuida da biblioteca?

Ao estabelecermos as parcerias com as escolas, passamos a conhecer os espaços destinados à leitura, catalogando as obras identificadas. O segundo passo era entrevistar o responsável pelo local, e, caso não tivesse, o gestor. Saber sobre o espaço e sobre o trabalho de quem cuida do local é fundamental para compreender a efetivação do uso da biblioteca e, com isso, a circulação dos livros.

Ao falarmos com os responsáveis pelas bibliotecas, alguns demonstraram não conhecer o programa e a maioria dos entrevistados (gestores, professores de língua portuguesa e até os responsáveis pela biblioteca) não sabiam que havia quadrinhos no programa. Assim, a fala mais comum ao pedir autorização para fazer a pesquisa foi: *eu acho que não tem, mas se você quiser verificar fique à vontade*. E, quando falávamos que havíamos encontrado, inclusive, mais de uma obra: *nossa, não sabia que tinha quadrinhos, sabia dos gibis, mas esses não*.

A falta de conhecimento sobre o acervo era justificada por muitos com a relação à troca de gestão: *estou há pouco tempo nessa escola* ou *virei coordenadora faz pouco tempo*. Em apenas uma escola a diretora falou que não recebia acervo do PNBE desde 2014, o que era previsível, tendo em vista o ano da última distribuição.

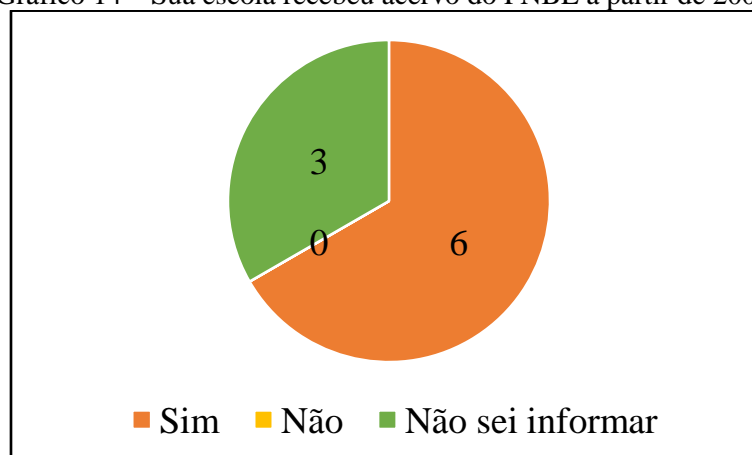
O questionário para os responsáveis pela biblioteca (ver apêndice C) era de apenas cinco questões, buscando verificar sobre o conhecimento do programa, do acervo e de projetos que envolvem leitura desenvolvidos na escola. Com exceção da segunda questão, todas as outras eram dissertativas.

A primeira questão era descritiva. Pedíamos para falar sobre a forma de aquisição: conte-nos o que você sabe sobre a aquisição de livros para a biblioteca. Por exemplo: a escolha possui recurso próprio para a compra? Quem se encarrega da tarefa de escolher e/ou comprar os livros que compõem o acervo da biblioteca? Que critérios de escolha são utilizados? Gostaria de acrescentar alguma informação sobre esse processo de constituição do acervo?

Em todos os casos, informaram sobre os programas governamentais, federais e municipais, contudo, em apenas uma escola, a responsável foi enfática falar sobre o PNBE. Outra professora readaptada, responsável pelo local, justificou que passou a cuidar do espaço a partir de 2014 e, como não recebeu nenhum livro desde então, não sabia qual era o procedimento de compra. Só a escola de período integral citou recursos próprios, mas a coordenadora ressaltou que a unidade, justamente por ser integral, recebia mais verba que as demais escolas.

A segunda pergunta era sobre o recebimento de algum acervo do PNBE a partir de 2006. Definimos essa data por ser o momento em que os quadrinhos passaram a integrar a lista, foco desta pesquisa, e, caso não tivesse algum livro de HQs na escola, não poderíamos aplicar o questionário na unidade. De nove responsáveis, três disseram não ter conhecimento e os demais afirmaram que sim. Um dos responsáveis que respondeu não ter conhecimento. Quando foi explicado o projeto, disse que nem sabia o que era o PNBE, mesmo tendo quase 20 anos de experiência como educador.

Gráfico 14 – Sua escola recebeu acervo do PNBE a partir de 2006?



Fonte: Dados desta pesquisa

O terceiro questionamento era para saber se havia algum trabalho realizado pelos professores e/ou profissionais que atuam na biblioteca com os livros do PNBE, e, caso existisse, para especificar como havia sido feito o trabalho.

Neste caso, nas escolas em que há professores readaptados como responsáveis, todos informaram os projetos desenvolvidos nas bibliotecas como leitura no local, contação de história e empréstimo de livros. Na escola E, a professora responsável também disse ser comum a cópia de livros quando há algum trabalho a ser desenvolvido com todos os alunos de uma turma e um mesmo título, pois este trabalho não é possível com os livros do PNBE, já que não há envio em grande escala de um mesmo título para uma escola, ou quando não há no acervo. Na escola A, a coordenadora reclamou por não ter conseguido desenvolver nenhum projeto na escola além do que é realizado em todas as escolas da rede, que é o projeto “A hora do conto”.

Diante disso, embora o acervo fosse relativamente bom, se comparado o tamanho do local, era nítido que era pouco explorado. As justificativas foram a falta de um responsável e o tamanho da sala, pois não suporta um número grande de alunos – é a sala de materiais da disciplina de Educação Física – e nenhum controle de empréstimo. Como em todas as escolas com biblioteca, havia uma escala para os educadores usarem o espaço, principalmente com turmas de Ensino Fundamental I.

A quarta questão versava sobre as atividades desenvolvidas na biblioteca da escola e quem as desenvolvia. Apenas uma informou não ter nenhum trabalho. Uma falou que há um horário específico para cada turma ir uma vez na semana com a professora de Língua Portuguesa, mas que nem todos iam, e só sabia dos projetos dos professores que são do Fundamental I. Também na escola A, foi mencionado que há um cronograma de visitas, mas

que não tem sido feito pelos professores, já que o espaço não suportava muitos alunos e não tinha ninguém que controlava empréstimos dos livros. As outras seis escolas falaram de leituras feitas pelos professores na biblioteca (em geral, professores do Fundamental I) e empréstimo de livros. Em dois casos, também foi citado que a biblioteca também é usada para reforço escolar, relacionado ao PNAIC.

No último item, pedíamos para citar uma experiência significativa que tenha acontecido na escola e em especial na biblioteca. Em quatro escolas, só foi mencionado o projeto da rede, “A hora do conto”. Duas escolas citaram projetos de professoras que participaram do Giz de Ouro³⁷, uma inclusive é destaque há quatro anos. E outra citou um projeto de leitura e escrita de poesia, que ao final conta com uma declamação num Show de Talentos junto com outras apresentações.

Buscamos no trabalho de campo averiguar como os responsáveis pelas bibliotecas atuam, por consideramos peça fundamental no desenvolvimento do gosto pela leitura e que poderia contribuir para a efetivação do PNBE.

Procuramos, em Roca (2012), definir biblioteca escolar e sua importância na constituição do gosto pela leitura, assim como o papel que deve ter o funcionário do espaço, visando não só organizar a biblioteca como também viabilizar a utilização do acervo no local e fora dele.

De acordo com a pesquisadora, a biblioteca escolar é mais um recurso que ajuda no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, porém

o que justifica a existência da biblioteca escolar não é a biblioteca em si como estrutura organizacional estável, mas seu uso como recurso educacional facilitador ao desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem e de práticas de leitura, e, consequentemente, sua conceituação como agente pedagógico que apoia, de forma estável, o desenvolvimento do projeto curricular da escola. (ROCA, 2012, p. 24)

A autora considera que modelos de organização não devem ser estabelecidos para serem seguidos, pois a escola deve ser orientada pelo seu plano pedagógico, desta forma, cada uma terá a sua, mas é importante estabelecer uma organização para orientar e facilitar o trabalho educacional na biblioteca. Assim, é possível promover ações que envolvam a biblioteca, já que garantir a sua utilidade é uma das principais ações.

³⁷ Concurso realizado pela Secretaria da Educação de Barueri para premiar os 12 melhores projetos desenvolvidos no ano corrente. No começo do ano é feita a inscrição com o envio do projeto, e ao final deve-se enviar um relatório sobre o desenvolvimento, apresentando vídeos e fotos das atividades. O prêmio é em dinheiro, ficando com o maior prêmio o primeiro colocado.

Embora, ao conversarmos com gestores e professores responsáveis pelas bibliotecas, em sua maioria, eles afirmam e citam que há atividades de leitura nas bibliotecas, porém fica claro, dentro desse conceito de Roca (2012), que não há uso efetivo. Ou seja, faltam atividades pedagógicas que envolvam leitura em várias tarefas, que poderiam ser, além do empréstimo do livro para casa, a leitura deleite em sala de aula ou na própria biblioteca, mediação de leitura em diferentes espaços da escola e até mesmo de outros agentes que não sejam os professores³⁸,

Nesse sentido, das nove escolas visitadas, três não atendem o que se espera de uma biblioteca escolar por não ter ninguém que cuide diretamente dela, funcionando apenas como um depósito de materiais. É o caso das escolas A, C e H, a última, por ser compartilhada tinha uma biblioteca, de administração do estado, com acervo para o Ensino Médio, enquanto que o acervo para o Ensino Fundamental estava na sala da coordenadora. A imagem a seguir ilustra bem a situação, pois mostra a biblioteca da escola C com caixas.

Figura 47 - Depósito de materiais, não uma biblioteca - Escola C



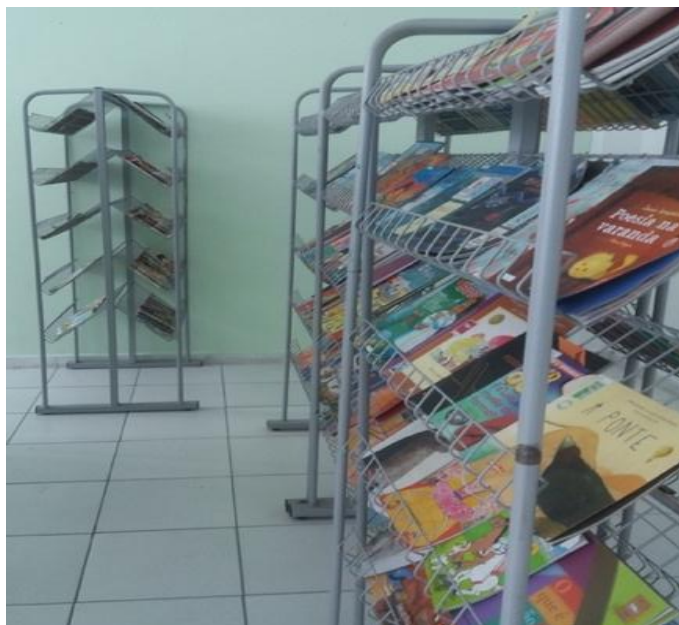
Fonte: Arquivo pessoal

E, nos outros seis casos, há situações que não condizem com o trabalho de incentivar a leitura, caso da escola B, em que as professoras guardam todos os livros em armários. O local é muito organizado e limpo, todo o material está catalogado, porém a escolha visual do aluno só pode ser feita se abrir os armários, o que não é ideal. Diferente da escola F, em que a

³⁸ Essa atividade de mediação de leitura era uma das propostas do projeto da Secretaria da Educação A Hora do Conto, que todas as escolas participaram.

maioria das capas ficavam à vista do estudante, como podemos notar nas duas próximas imagens:

Figura 48 - Prateleiras com as capas dos livros voltadas ao leitor - Escola F



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 49 - Prateleira dos livros para o EF II - Escola F



Fonte: Arquivo pessoal

Há diversas ações que poderiam ser feitas para envolver alunos e comunidade na manutenção e utilização do espaço. Um dos exemplos citados pela pesquisadora é fazer com que a biblioteca funcione no horário letivo e fora dele, possibilitando, dessa forma, o empréstimo de livros a toda a comunidade. Esse trabalho pode ser motivacional no ambiente familiar, criando assim o hábito de leitura, permeando uma prática familiar e que poderá

influenciar novas gerações. Pensando que a escola deve envolver a comunidade, e que ela se aproprie do espaço, assim esse incentivo não partiria só dos professores, e não fomentaria a leitura só dos alunos.

Sem leitura, não há biblioteca e, ao mesmo tempo, esta sustenta o valor que tem a atividade leitora como prática social e como experiência de vida pessoal, que abre as portas para o conhecimento e para a compreensão do mundo, tanto em sua dimensão histórica e científica quanto no aspecto humano. (ROCA, 2012, p. 31)

Essa prática, como já discutimos no primeiro capítulo, é fundamental, até porque, ao criar uma biblioteca, não basta o material, deve haver o incentivo para que, como define Kalman (2004), haja acesso ao livro, e que não seja apenas uma disponibilidade de material. Conceito reforçado por Roca (2012), ao considerar que sem material não há biblioteca, porém que o fato de ter algo não justifica a sua implementação em uma escola, visto que ela exige muito mais.

Em quase todas as escolas em que há um responsável direto pela biblioteca escolar, há empréstimo de livro, assim como o controle, a catalogação, das obras. Essa situação não foi detectada na escola E que, segundo a professora responsável, não estava sendo aberta aos alunos porque ela estava reorganizando o acervo a pedido do diretor. O problema, de acordo com ela, é que não tem nenhum conhecimento sobre como fazer a catalogação, pois é formada em Matemática, seguia o que já havia sido feito por outros funcionários e a indicação da editora na contracapa. Essa questão não é essencial para o trabalho na biblioteca, a exemplo as professoras responsáveis pela biblioteca da escola B, que catalogaram todas as obras, porém aponta uma falha de não preparar esses profissionais para tal função.

A escola G, por sua vez, além do controle em pasta, divulga trimestralmente as turmas que mais leem livros, buscando uma forma de incentivar a ida dos alunos ao local. Essa busca, no entanto, para Roca (2012), deve começar na sala de aula, porque o professor, a partir de uma necessidade, instiga a procura dos alunos pelo espaço, e essa ação, na visão da autora, faz com que o espaço não seja meramente frequentado pelos educandos, mas, sim, que tenha um uso significativo. No entanto, as práticas de leitura, nessa escola, são bem difundidas, não há apenas os projetos dos professores de sala de aula, mas também os próprios das educadoras que ficam na biblioteca escolar.

Figura 50 - Escala de utilização da biblioteca - Escola G

Biblioteca Escolar									
Aula	Segunda	Aula	Terça	Aula	Quarta	Aula	Quinta	Aula	Sexta
1ª		1ª	6A	1ª	5C	1ª	5A	1ª	9C
2ª	8A	2ª	6B	2ª	7B	2ª	5D	2ª	9A
3ª	8B	3ª	6C	3ª	7C	3ª	5B	3ª	
4ª	8C	4ª	6D	4ª	7D	4ª		4ª	7A
5ª	7E	5ª	5E	5ª		5ª		5ª	9B

1º Intervalo: 09:40 às 10:10 5º / 6º anos
 2º Intervalo: 10:30 às 11:00 7º / 8º / 9º anos

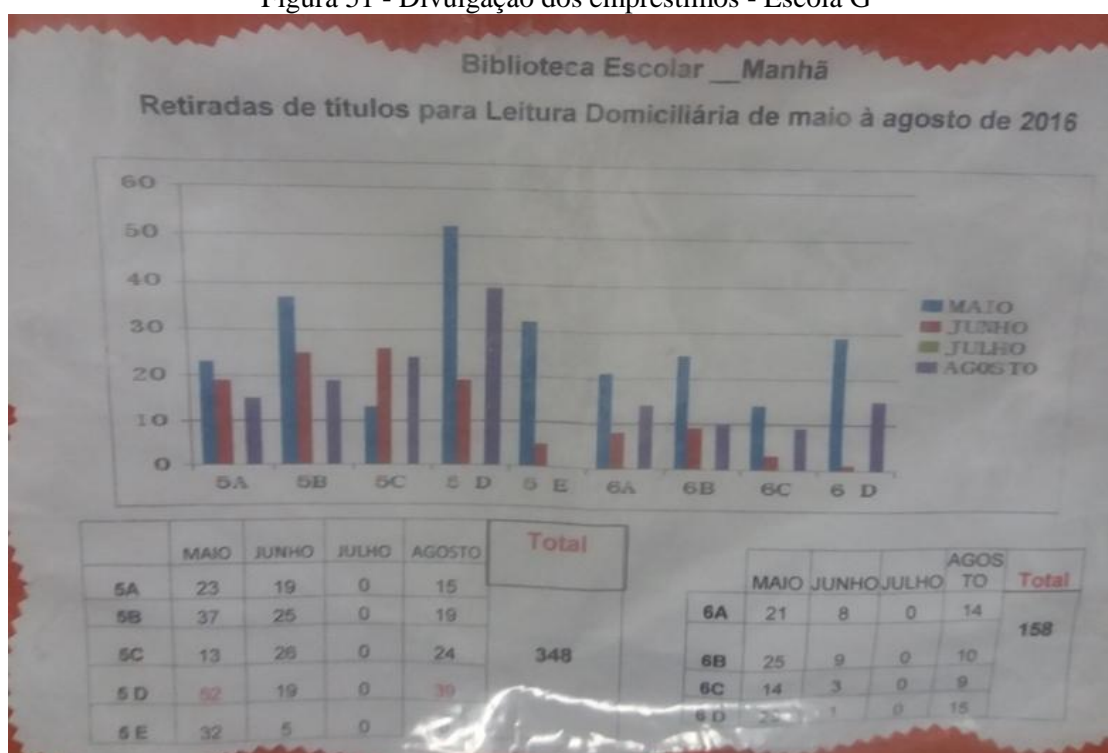
1ª e 3ª semana do mês: Visita monitorada pelo professor para leitura, retirada e devoluções de títulos
 2ª e 4ª semana do mês: Aula de Leitura dirigida pelo professor da turma.

Fonte: Arquivo pessoal

Além da escala de uso da biblioteca, prática comum em todas as que têm profissionais responsáveis, há um direcionamento no trabalho a ser desenvolvido no espaço. Como podemos notar na imagem anterior, na primeira e na terceira semanas de cada mês, a ida é para empréstimo, a segunda e a quarta semanas são para leitura mediada.

Para incentivar os alunos a buscarem novos livros, as profissionais da biblioteca fazem uma competição entre as turmas que mais leram livros que ao final do ano letivo é premiada. Assim, elas vão divulgando ao final de cada período a turma, e em cada mês o aluno destaque.

Figura 51 - Divulgação dos empréstimos - Escola G



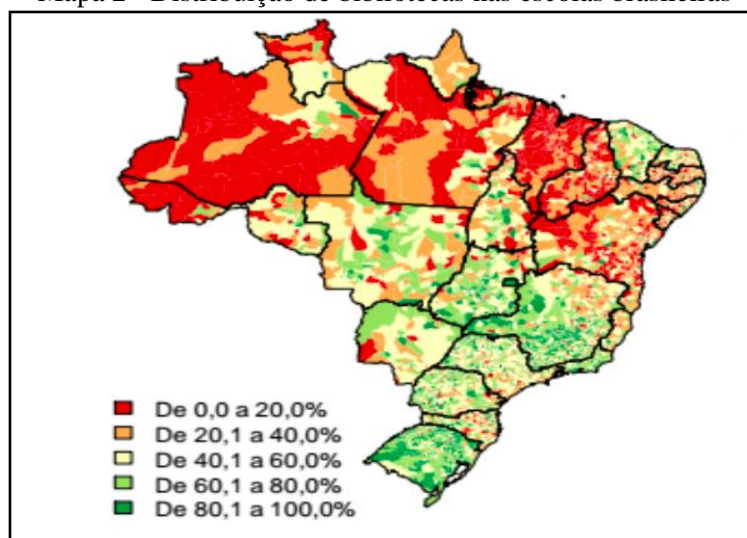
Fonte: Arquivo pessoal

Ao discutirmos o que seria acesso ao livro e à leitura, que é diferente de disponibilidade, buscávamos, no primeiro capítulo, mostrar o que leva a serem criadas políticas públicas de incentivo à leitura, apontando a importância do PNBE na constituição do acervo escolar. No entanto, ao realizar a pesquisa de campo, a realidade mostrada nas escolas pesquisadas – e até em outras unidades de outros municípios e estados, como já pontuado por Paiva (2012), Montuani (2012), Cirino (2015), e investigações do próprio MEC, como Brasil (2006; 2008a) –, as bibliotecas escolares mostram-se como meros espaços para alocar livros.

Encontrar escolas que não possuem bibliotecas já mostra um dado agravante, mas que infelizmente não é uma situação apenas das escolas municipais de Barueri. De acordo com levantamento do Censo Escolar 2016, apenas aproximadamente 71.256 escolas de Ensino Fundamental têm biblioteca/sala de leitura, de um total de 132.700, o que representa 53,7%. Essa realidade é melhor se analisadas as escolas do Ensino Médio, que, de 28.300 unidades, 88,3% contam com o espaço.

No entanto, não bastasse essa dificuldade em ter um local para leitura, a distribuição é bem desigual se comparada às regiões brasileiras, concentrando-se principalmente nas mais desenvolvidas economicamente.

Mapa 2 - Distribuição de bibliotecas nas escolas brasileiras



Fonte: Censo Escolar 2016 (p. 3)

Essa disparidade também aparece quando comparamos áreas urbanas e rurais.

Tabela 30 - Acesso à biblioteca nas escolas brasileiras

	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II	Ensino Médio
Quantas têm biblioteca/sala de leitura	49,2%	73,8%	88,3%

Acesso dos alunos área urbana	79,1%	85,9%	91,2%
Acesso dos alunos área rural	35,4%	54,1%	66,8%

Fonte: Censo Escolar 2016

Deste modo, os dados coletados nas escolas pesquisadas só reforçam as informações divulgadas do Censo Escolar 2016, evidenciando que falta, num primeiro momento, a constituição do espaço em si. E, a partir das discussões teóricas sobre acesso, disponibilidade e biblioteca escolar, e o trabalho dos profissionais que cuidam das bibliotecas no município, mostra-se que ainda falta um trabalho de mediação de leitura, entendendo que o local não é um depósito e que deve estar ancorado no plano pedagógico, buscando implantar ações que de fato tenha a prática leitora na unidade escolar e também no ambiente familiar.

5.3. Constituição do acervo bibliotecário de HQ

Ao nos depararmos com escolas que não tinham biblioteca e que alegavam não ter recebido obras em quadrinhos, realizamos uma pesquisa no site do FNDE em que consta a distribuição dos acervos para as escolas.

Assim verificamos ano por ano quais escolas da rede municipal de ensino de Barueri receberam algum acervo, depois quantos acervos. Não há a identificação dos títulos que compõem cada um, por isso, não é possível constatar quais livros deveriam estar em cada unidade, mas listamos cada obra encontrada.

Ao todo foram 41 títulos, prevalecendo a maior porcentagem obras de 2013, com 20 títulos, seguido de 2010, com dez. Nos outros anos, a distribuição foi bem desigual. De 2006, só constam duas HQs, número que se repete em 2008. Em 2009, encontramos três obras, todas em uma única escola. E, de 2012 e 2014, apenas uma HQ de cada edital, como podemos conferir na tabela a seguir:

Tabela 31 - Quadrinhos nas escolas

Título	Escolas	Ano de seleção
Contos em quadros	D, E	2006
Na prisão	E	2006
25 anos do Menino Maluquinho	B	2008
Mitos gregos	I	2008
A volta da Graúna	E	2009
Beijo no asfalto	E	2009

Triste fim de Policarpo Quaresma	E	2009
Leonardo	E	2010
Os pequenos guardiões: na barriga do monstro	I	2010
A busca	E	2011
As aventuras de Huckberry	G	2011
Causos de assombramento	E	2011
Memórias de um sargento de milícias	E, H	2011
Moby Dick	D, E	2011
O aniversário de Asterix e Obelix	D, E, G	2011
O guarani	G	2011
O pagador de promessas	E, F, G	2011
Os brasileiros	A, G	2011
Palmares: a luta pela liberdade	E	2011
O ateneu	F, G	2012
A escrava Isaura	A, E, I	2013
A ilha do tesouro	C, E, G	2013
A Odisseia	A	2013
A turma do Pererê	G	2013
Contos de Tckhov	G	2013
Dom Casmuro	D, E, H	2013
Domínio público 2	G	2013
Leonardinho: memórias do primeiro malandro brasileiro	F, G	2013
Médico à força	E, G	2013
Nietzsche em HQ	G	2013
O eternauta	G	2013
O fantasma de Caterville	E, G	2013
O negrinho do pastoreio	A, B, E	2013
O quinze	E	2013
Orixá23xs do Orum ao Ayê	E, F	2013
Os passarinhos	E, G	2013
Otelo	G	2013
Sete histórias de pescaria	D, E, F, G, I	2013
Yuka: pescador de ilusões	D, E, F, I	2013
Histórias da Carolina	B	2014

Fonte: Dados desta pesquisa

Na lista divulgada pelo FNDE, encontramos dez escolas dentre as 21 que visitamos. Nas escolas em que aplicamos os questionários, quatro receberam acervo referente ao PNBE 2006:

Tabela 32 - Acervos recebidos do PNBE 2006

Escola	Quantidade de acervos
Escola E	3 acervos
Escola F	3 acervos
Escola G	3 acervos
Escola H	3 acervos

Fonte: Dados desta pesquisa

As outras seis escolas também receberam, cada uma, três acervos. Em todas as unidades, os títulos foram enviados para o Ensino Fundamental II. Embora tenhamos identificado quatro escolas neste ano, encontramos apenas dois títulos referentes a este ano e somente em duas escolas, sendo que uma delas não consta na lista do FNDE. É claro que o fato de não termos encontrado alguns títulos pode representar vários problemas. Um é o de eventualmente não ter achado os títulos nas escolas visitadas, mas também o de não ter um controle efetivo do acervo possibilitando que peguem livros e não devolvam, por não ter mais o espaço ter que realocar as obras. Essa situação é recorrente nos anos seguintes. Só identificados que todas as 21 escolas receberam livros no último no edital de 2014.

Referente ao edital de 2008, identificamos 12 escolas dentre as 21 visitadas. Das que aplicamos o questionário localizamos as seguintes:

Tabela 33 - Acervos recebidos do PNBE 2008

Escola	Quantidade de acervos
Escola A	5 acervos
Escola B	5 acervos
Escola C	5 acervos
Escola E	1 acervo
Escola F	1 acervo
Escola I	4 acervos

Fonte: Dados desta pesquisa

Todas as escolas listadas na tabela receberam acervo destinado ao Ensino Fundamental I, mas só identificamos nas escolas B e I dois títulos referente a esse ano.

Na divulgação de distribuição do PNBE 2009, consta a divisão em três acervos A, B e C e, para todas as escolas identificadas, Caixa tipo 2 – Literatura para todos. Os acervos foram enviados em duas caixas. Desta forma, as escolas que receberam sete caixas tiveram acesso aos três acervos e à caixa nomeada de Caixa tipo 2.

Tabela 34 - Acervos recebidos do PNBE 2009

Escola	Quantidade de acervos
Escola E	7 caixas
Escola F	5 caixas
Escola G	7 caixas
Escola H	7 caixas

Fonte: Dados desta pesquisa

Embora a distribuição das caixas seja parecida nas escolas, só encontramos três títulos referentes ao PNBE 2009 e apenas na escola E, apontando para os problemas de catalogação dos títulos, que poderiam ajudar na localização dos títulos nas bibliotecas, assim como colabora para que não se perca nenhum livro.

Na distribuição de 2010, todas as escolas em que aplicamos os questionários receberam acervo, porém, ao verificar como foi feita essa distribuição, consta que acervo do PNBE 2008 foi entregue junto, por isso nem todas as escolas receberam o do PNBE 2010. Mas, em todas as escolas identificadas, 19 das 21 visitadas, foram identificados acervos do PNBE 2010 do Professor, em alguns casos, inclusive, o acervo era só referente a esse edital. Dada a situação da distribuição, lançamos a quantidade de caixas que cada escola recebeu.

Tabela 35 - Acervos recebidos do PNBE 2010

Escola	Quantidade de acervos
Escola A	10 caixas
Escola B	17 caixas
Escola C	15 caixas
Escola D	5 caixas
Escola E	14 caixas
Escola F	8 caixas
Escola G	6 caixas
Escola H	5 caixas
Escola I	10 caixas

Fonte: Dados desta pesquisa

As escolas D, H e G receberam acervos do PNBE 2008 e do PNBE 2010 do Professor, e a escola F só ganhou acervo do PNBE 2010 do Professor. O que pode explicar o fato de só termos localizado dois títulos do PNBE 2010 em duas escolas: E e I.

Quando houve a distribuição de 2011, os acervos, mais uma vez, foram divididos em A, B e C, assim as escolas que receberam 6 caixas ganharam os três acervos.

Tabela 36 - Acervos recebidos do PNBE 2011

Escola	Quantidade de acervos
Escola D	4 caixas
Escola E	6 caixas
Escola F	6 caixas

Escola G	6 caixas
Escola H	4 caixas

Fonte: Dados desta pesquisa

Ao listar as obras identificadas nas escolas, encontramos ao menos um livro de cada uma listada na tabela 33, mas encontramos um livro na escola A, porém esta escola, pela divulgação do FNDE, não recebeu acervos. A distribuição dos livros foi dividida entre o projeto Trilhas, PNBE MEC Daisy e o próprio PNBE 2012.

Tabela 37 - Acervos recebidos do PNBE 2012

Escola	Quantidade de acervos
Escola A	5 caixas
Escola B	12 caixas
Escola C	12 caixas
Escola E	10 caixas
Escola F	5 caixas
Escola I	10 caixas

Fonte: Dados desta pesquisa

Embora a compra de periódicos tenha começado em 2010, apenas em 2013 começaram a ser distribuídos. Nesse ano, além dos periódicos e os livros destinados aos alunos, houve a edição do PNBE Professor, por isso o número de caixas também foi elevado, sendo, junto com 2014, o ano que todas escolas pesquisadas receberam acervo do programa.

Tabela 38 - Acervos recebidos do PNBE 2013

Escola	Quantidade de acervos
Escola A	10 caixas
Escola B	11 caixas
Escola C	12 caixas
Escola D	6 caixas
Escola E	18 caixas
Escola F	17 caixas
Escola G	17 caixas
Escola H	7 caixas
Escola I	5 caixas

Fonte: Dados desta pesquisa

A quantidade de acervos recebidos também reflete o número de livros que identificados nas escolas, ao todo foram vinte títulos do PNBE 2013, distribuídos entre todas as escolas pesquisadas. Única vez que detectamos tal realidade.

Ao pesquisarmos no site do FNDE, a distribuição dos livros do edital de 2014 nas escolas pesquisadas, notamos que apenas uma não recebeu acervo, já que para a unidade D só foram enviados periódicos. A média, com exceção da escola E, que recebeu oito caixas, foi de

quatro caixas, porém, durante a pesquisa de campo, somente na escola B identificamos uma HQ.

Tabela 39 - Acervos recebidos do PNBE 2014

Escola	Quantidade de acervos
Escola A	4 caixas
Escola B	5 caixas
Escola C	5 caixas
Escola D	Apenas periódico
Escola E	8 caixas
Escola F	4 caixas
Escola G	4 caixas
Escola H	4 caixas
Escola I	4 caixas

Fonte: Dados desta pesquisa

Essa realidade, em todas as escolas, mostra uma dúvida com fatores externos que não conseguimos responder, se todas receberam ao menos um acervo onde estão esses livros? Claro que há inúmeras possibilidades do que pode ter havido com esses títulos, mas evidencia uma falha na utilização desses títulos, já que identificamos o envio de livros para todas as escolas visitas, e não só as pesquisadas. Falta fiscalização e incentivo para a implementação do programa, que torne efetivo a utilização, que mostre que o PNBE não funcionou apenas como distribuir de livros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Depois de alguns anos incluindo a história em quadrinhos no PNBE já dá para avaliar o seu uso na educação? O saldo é positivo?

MEC: As histórias em quadrinhos têm a mesma importância das outras obras. O objetivo é que os alunos e professores tenham acesso a obras literárias de qualidade, capazes de proporcionar a ampliação dos referenciais dos leitores. A estética dos quadrinhos facilita a aproximação com os leitores, mas não menospreza a competência leitora. Quer dizer, para ler quadrinhos é preciso ser tão bom leitor quanto para ler qualquer outro tipo de texto, não é uma leitura menor. Pela aceitação dos alunos relatada por professores e pelas secretarias municipais de educação, **o saldo é extremamente positivo**. (Disponível em: <http://rquadrinhos.blogspot.com.br> - grifos nossos)

Começar as considerações finais com uma citação pode soar estranho, mas ela evidencia a visão do MEC sobre o trabalho com os quadrinhos no PNBE, colocando como uma ação extremamente positiva. O que esta pesquisa coloca em xeque é a efetivação dos quadrinhos nas escolas, pois os dados coletados mostram que não há, em diferentes frentes (seja na própria instalação, na forma de divulgação, no conhecimento dos profissionais que atuam na escola – dentro e fora da sala de aula – e no uso em si dos livros), a efetivação dos quadrinhos nas escolas. Esta constatação é ratificada, principalmente, na fala dos educadores entrevistados, “têm quadrinhos na escola?”

Além da falta de conhecimento sobre esses livros na escola, o trabalho com os quadrinhos, para muitos, está restrito aos que constam nos livros didáticos, apostilas, avaliações externas ou, no máximo, com as revistas em quadrinhos e/ou as tiras publicadas na web. A exemplo, temos as respostas dos professores que disseram utilizar quadrinhos no formato livro e depois, ao especificarem, apenas uma professora apontou um exemplo que era nesse formato.

Essas informações nos fazem questionar a importância da inserção dos quadrinhos no PNBE, pois consideramos que, embora se trate de um programa que os vê como um incentivador à leitura literária, os quadrinhos têm um papel importante ao incentivar o gosto pela leitura, mas por si. Não consideramos as HQs um suporte e não estando relacionado diretamente à literatura, porque, como Ramos (2009) aponta, os quadrinhos possuem uma linguagem autônoma, com características próprias, que podem, sim, aproximá-los à literatura, mas não os considerar literatura.

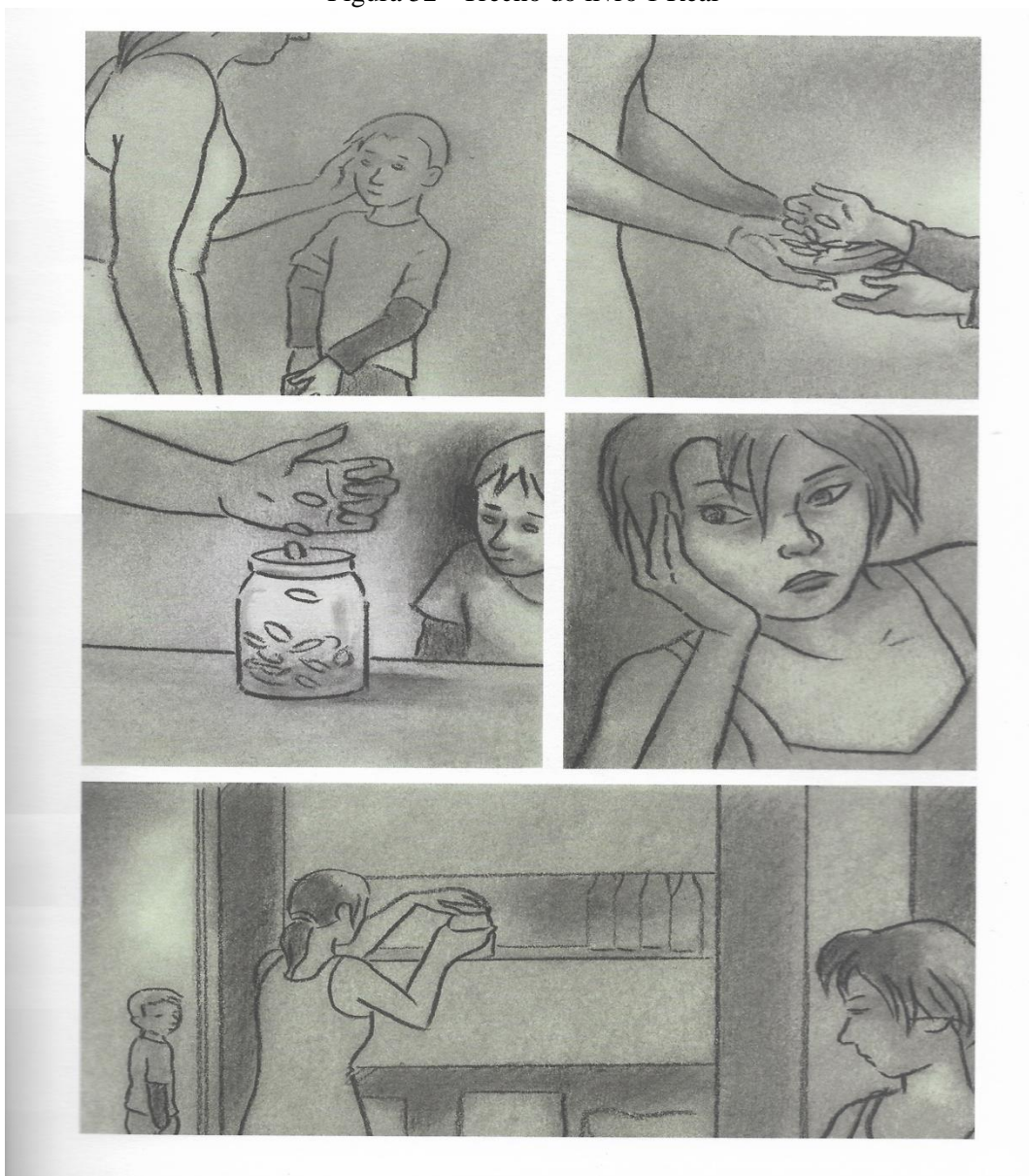
Assim como Vergueiro e Ramos (2009), entendemos que a visão que há nos editais sobre os quadrinhos deve ser ampliada, pois, embora tenha uma concepção de que há, a partir do PNBE, a ampliação da definição de literatura, partimos do princípio de que as HQs têm características próprias que as fazem distanciar da literatura. Por isso, o que se amplia nos editais do programa não é a concepção de literatura, mas, sim, de leitura. E essa nova percepção retoma uma visão de que leitura não é só o texto verbal, é o ler em grupo, como nos primórdios do desenvolvimento da leitura, o não dominar das letras – assim é ler as imagens.

Para tanto, além de Vergueiro e Ramos (2009), Vergueiro (2010a; 2010b) e Ramos (2009), buscamos em Rojo (2012) e Dionísio (2014) compreender como os quadrinhos ampliam o conceito de leitura apresentado nos editais do PNBE. O que vai contra às publicações dos editais e produções dos educadores envolvidos na seleção dos títulos, porque o programa se propõe a incentivar o gosto pela leitura literária, como o excerto a seguir, em que Fernandes (2017, p. 238), apoiada em Cosson (2012), considera que o PNBE amplia o conceito de Literatura.

O resultado mais significativo deste estudo é evidenciar que o processo de seleção do PNBE consegue ampliar o conceito de literatura. Ao lado do livro de imagem e das histórias em quadrinhos, a ampliação do conceito de literatura no edital também pode ser percebida com a inclusão de textos que são considerados menores (ou não considerados) pela crítica elitista, como as adaptações, os textos da tradição oral (lendas, mitos, adivinhas, parlendas etc.), as biografias e os relatos de experiências, não se circunscrevendo às obras canônicas, mas constituindo acervos bem representativos (Cosson, 2012, p. 311-313)

Em nosso entender, não podemos falar de ampliar a Literatura, mas sim a Leitura, a partir dos elementos extralinguísticos que são típicos dos quadrinhos e das produções de imagens. Algumas criações de quadrinhos acabam se aproximando mais da literatura, caso dos romances gráficos, mas há livros que na verdade são coletâneas de tiras, que inicialmente foram produzidas para jornais. Além dos casos de obras selecionadas com charges e cartuns, como a produção de Henfil, *A volta da Graúna*. Nesse mesmo sentido, podemos citar os casos das produções em que não há texto verbal, como *I Real*.

Figura 52 - Trecho do livro 1 Real



Fonte: Delicado (2014, p. s/n)

Esses exemplos mostram que há o entendimento que há a leitura de imagens, associadas ou não ao texto verbal, que se aplica às produções que envolvem imagens, como as HQs e a literatura infantil. Essas se diferenciam pelo fato de os quadrinhos, em geral, apresentarem uma estrutura padrão, que inclusive dá nome ao hipergênero, os quadros que dividem uma cena e outra, assim como o fato de não estarem associado somente ao público infantil.

Embora o PNBE buscasse e se propusesse a promover a leitura, há uma ineficiência do programa ao se propor como incentivador à leitura. As evidências encontradas em nossa pesquisa demonstra que a política pública funcionou apenas como distribuidora de livros,

favorecendo apenas as editoras. É inegável o valor do livro na escola, mas não basta ter o objeto. Faltam políticas públicas educacionais que trabalhem concretamente a formação do mediador de leitura e consequentemente a formação de leitores.

Se comparado o trabalho com os quadrinhos a outras linguagens que compõem o acervo do PNBE, há ainda o agravante de os professores de Língua Portuguesa não dominarem o mundo das HQs, que não precisa ser vasto, mas que no mínimo saibam que existe produção no formato livro, e não só as tiras nos jornais, nos livros didáticos e vestibulares ou os gibis da Turma da Mônica.

Sendo assim, é necessário, além da implantação de políticas fomentadoras de mediação de leitura, (in) formar os profissionais que atuam com os livros nas escolas sobre os materiais que chegam às unidades, já que, embora alguns professores soubessem sobre o PNBE, nenhum educador sabia de fato da existência dos quadrinhos nas escolas. Desta forma, mostrar qual o uso desses livros não foi possível, pois, se há esse desconhecimento, não há um uso efetivo.

Para viabilizar a circulação dos títulos comprados nas escolas, é necessário, além de informativos sobre quais são esses quadrinhos, garantir que os educadores saibam sobre HQs no formato livro e também sobre o programa, o que mostra que atualmente a política pública não garantiu de fato o acesso ao livro, como bem discute Kalman (2004), ao considerar que acesso e disponibilidade são distintos.

Contudo, a falta de informação sobre o acervo e a falta de formação sobre o programa não demonstram que a inclusão das HQs seja injustificada, na verdade apontam um grande incentivo ao mercado de quadrinhos e ampliam o conceito de leitura até então trabalho nas escolas. A análise das práticas com tais livros ainda precisa ser apontada, não há estudos que evidenciem como de fato os quadrinhos nesse programa ajudarão no processo formativo desses leitores.

Também ainda é necessário verificar os desdobramentos do programa no mercado editorial de quadrinhos, isso porque, por exemplo, fez crescer o número de publicações de adaptações literárias, já que seria um atrativo para as editoras justamente com a busca da seleção para o PNBE.

Além desses problemas relacionados aos títulos em quadrinhos, foi sintomático notar a falta de infraestrutura nas bibliotecas escolares. Garantir um local adequado é o primeiro passo para possibilitar atividades de leitura, de forma que a prática leitora seja corriqueira

entre todos os alunos e até mesmo professores. Associada à estrutura, está a questão de ter profissionais que viabilizem atividades efetivas de leitura, caso contrário o espaço é só mais um local na escola. Não à toa, o desenvolvimento de atividades nos espaços dedicados à leitura só é efetivo, com base nas definições de Roca (2012) e Moraes, Vasconcelos e Amorim (2014), em uma unidade escolar, Escola G, por envolver atividades que são próprias da biblioteca, outras que envolvem biblioteca e sala de aula, e não apenas o corriqueiro empréstimo de livros.

Ao observarmos a trajetória de desenvolvimento da leitura no Brasil, vemos que é um preparo recente, que precisa ser mais valorizada, incentivada e possibilitada. A história da leitura no mundo, e no Brasil, indica que a falta de poder aquisitivo e formação educacional faz com que o número de leitores seja baixo, para tentar sanar o problema as políticas públicas são implantadas, como foi o caso do PNBE. Quando não há mais compra dos livros e nem investimento na implementação das bibliotecas escolares, o governo evidencia a falta de interesse em ampliar o conhecimento dos alunos das escolas públicas.

Apenas no último ano de desenvolvimento do programa, 2014, é que algo foi enviado às escolas. O Guia do PNBE apresentava os títulos selecionados e artigos sobre as possibilidades de trabalho com os alunos na escola. Material tanto para a Educação Infantil quanto Ensino Fundamental I e EJA. A produção visava minimizar as dificuldades encontradas, como já havia apontado Paiva (2012), ao considerar que faltava um olhar para os educadores, em formá-los como mediadores de leitura do programa.

Frisamos ser importante os professores saberem quais são os títulos para que possam indicar a leitura aos alunos, já que não há exemplares o suficiente para que se possa solicitar uma leitura a todos, tendo em vista que só há um livro por título. Associado à questão do número de obras está o fato do programa diversificar as obras, buscando selecionar livros com lançamentos recentes e que podem não ser de conhecimento coletivo, como os casos que encontramos em relação aos de livros de quadrinhos.

Outra problemática identificada foi o fato de, embora no site do PNBE conste que todas as escolas visitas tenham recebido acervo, identificarmos escolas sem biblioteca, e até mesmo as que alegaram não ter quadrinhos, pois, para a montagem dos kits, enviam títulos de gêneros diferentes. Obviamente seria necessário observar quais seriam os títulos para verificarmos se haveria quadrinhos, pois há fatores diversos que podem interferir na presença do livro na escola.

O fim do programa ficou evidenciado com a publicação, em março de 2018, do edital de seleção de obras literárias no PNLD, que textualmente não há modificações nas orientações presentes no PNBE. Cabe a partir de agora observar como será desenvolvido o trabalho de leitura, buscando desenvolver, de fato, ações incentivadoras de leitura.

REFERÊNCIAS

- ALVES PINTO, Ziraldo. *25 anos do menino Maluquinho*. São Paulo, Globo, 2006.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva. 2005.
- ASSIS, Machado de. Pai Contra Mãe. In: CAVALCANTE, Djalma; LIMA, Celia. *Contos em quadros*. São Paulo: Musa, 2002. p. 20-27
- BARBIER, Frédéric. *História do Livro*. São Paulo: Paulistana, 2008.
- BARTHES, Roland; COMPAGNON, Antonie. Leitura. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 11 (Oral/Escreito); Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, p. 184-206.
- BITAZI, Fernanda Isabel. *Clássico literário e adaptação em quadrinhos: uma possibilidade para a formação estético-discursiva do jovem leitor*. São Paulo, 2015. 315 f. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- BÖHM, Gabriela. Peter Pan para crianças brasileiras: a adaptação de Monteiro Lobato para a obra de James Barrie. In: CECCANTINI, João Luis (org.). *Leitura e literatura infanto-juvenil*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004. p.58-71.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. vol. 3. São Paulo: Globo, 1999.
- BORGES, Renata Farhat de Azevedo. *Os clássicos em quadrinhos e seus editores no Brasil: o ímpeto na produção de adaptações literárias no século XXI*. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BOURDIE, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural – debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 229-253.
- BRASIL (2002). Tribunal de Contas da União. *Avaliação do TCU sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola*. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de governo, 2002. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br>. Acesso em: 09 de abril de 2016.
- BRASIL (2004). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE/2005*. Brasília. Disponível em: <https://goo.gl/sOM2Gc>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- BRASIL (2006). TCU. *Relatório de Monitoramento: Programa Nacional da Biblioteca Escolar*. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006. Disponível em: <https://acessoseguro.tcu.gov..> Acesso em: 09 abr. 2016.

BRASIL (2007). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola* - PNBE 2008. Brasília. Disponível em: Disponível em: <https://goo.gl/ol5IG2>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL (2008a). Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras*. Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração: Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso em: 09 abr. 2016.

BRASIL (2008b). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola* - PNBE 2009. Brasília. Disponível em: Disponível em: <https://goo.gl/Rpn5Km>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL (2009a). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola* - PNBE 2010. Brasília. Disponível em: Disponível em: <https://goo.gl/uUOjP4>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL (2009b). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola* - PNBE 2011. Brasília. Disponível em: Disponível em: <https://goo.gl/GnrFEF>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL (2010a). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola* - PNBE 2012. Brasília. Disponível em: Disponível em: <https://goo.gl/hvVIcN>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL (2010b). Lei Federal 12.244. Universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, maio de 2010.

BRASIL (2011). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola* - PNBE 2013. Brasília. Disponível em: Disponível em: <https://goo.gl/egtuJ3>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL (2012). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola* - PNBE 2014. Brasília. Disponível em: Disponível em: <https://goo.gl/jZvgw2>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Critérios de distribuição do PNBE 2013 e PNBE 2014*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Valores de Aquisição do PNBE Temático 2013*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Critérios de Atendimento do PNBE Periódicos 2014 e 2013*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Valores de Aquisição do PNBE 2014*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Valores de Aquisição do PNBE Periódicos 2013*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Valores de Aquisição do PNBE 2013*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Valores de Aquisição do PNBE do Professor 2013*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE 2012 – Títulos, valores e tiragem*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE Periódicos 2012 – valores de aquisição*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE 2011 – Títulos, valores e tiragem*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE Periódicos 2011 – periódicos distribuídos*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE 2010 – Títulos, valores e tiragem*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRASIL [201-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE do Professor 2010 – Títulos, valores e tiragem*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRASIL [200-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE 2009 – Obras adquiridas, ensino fundamental*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em 23 set. 2016.

BRASIL [200-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE 2009 – Obras adquiridas, ensino médio*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em 23 set. 2016.

BRASIL [200-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE 2008 – Obras adquiridas, ensino médio*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 23 set. 2016.

BRASIL [200-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE 2008 – Obras adquiridas, ensino fundamental*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 23 set. 2016.

BRASIL [200-] Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *PNBE 2008 – Obras adquiridas, educação infantil*. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2016.

BUFFON, Eliana Cristina. *Leitura de histórias em quadrinhos do PNBE 2012: a Turma do Pererê*. Dissertação de mestrado em Educação. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

CAMÕES, Luis Vaz de. *Os Lusíadas*. São Paulo. Editora Klick, 1999.

CAVALCANTE, Djalma (org.); LIMA, Celia (adapt.); SILVA, José Rodrigues (ilustr.). “Pai contra mãe”. In: CAVALCANTE, Djalma (org.); LIMA, Celia (adapt.); SILVA, José Rodrigues (ilustr.). *Contos em quadros*. São Paulo: Musa, 2002, p. 6-19.

CHARTIER, Annie-Marie. *Enseñar a ler y escribir: uma aproximación histórica*. Trad. Diana Luz Sánchez. México: Fondo de Cultura Econômica, 2004.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 77-105

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CHINEN, Nobu. *Aprenda e faça arte sequencial: linguagem HQ: conceitos básicos*. São Paulo: Criativo, 2011.

CIRINO, Darciane Barros Leão. *Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE: apropriação dos acervos para a formação de leitores no município de Ipameri-Goias*. Goiás, Catalão: 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.

COOK-GUMPERZ, Jeenny. Alfabetização e escolarização: uma equação imutável? In: COOK-GUMPERZ, Jenny (org.). *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 29-54.

COSSON, Rildo. O processo de leitura. In: COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014a.

COSSON, Rildo. Letramento Literário. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (orgs). *Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014b.

COSSON, Rildo. Avaliação pedagógica de obras literárias. In: *Educação*, Porto Alegre, 2012, v. 35, n. 3, p. 308-318, set./dez.

COSSON, Rildo; PAIVA, Aparecida. O PNBE, a literatura e o endereçamento escolar. In: *Remate de Males*. Campinas, 2014, p. 477-499, jul./dez.

DARTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 203-242.

DARTON, Robert. Primeiros passos para uma história da leitura. In: *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 146-172.

D'ÁVILA, Antonio. Jornais e revistas. In: *Literatura Infanto-Juvenil: de acordo com o programa das escolas normais*. São Paulo, Editora do Brasil, 1969.

DELICADO, Federico. *I Real*. São Paulo: Pulo do Gato, 2014.

DIONISIO, Angela Paiva. *Multimodalidades e Leituras: funcionamento cognitivo, recursos semióticos, convenções visuais*. Recife: Pipa Comunicações, 2014.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial: princípios e práticas do lendário cartunista*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. A seleção de obras literárias para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – 2006-2014. *Estudo de Literatura Brasileira Contemporânea*. 2017. N. 51 p. 221-244. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. *Leitura, literatura infanto-juvenil e educação*. Londrina: Eduel, 2007.

GERALDI, João Wanderley. Leitura e mediação. In: BARBOSA, Juliana Bertucci e BARBOSA, Marinalva Vieira. *Leitura e mediação: reflexões sobre a formação do professor*. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 25-48.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GONÇALO JÚNIOR. *A Guerra dos Gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HATTNER, Alvaro Luiz. Quem mexeu no meu texto? Observações sobre literatura e sua adaptação para outros suportes textuais. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. n° 16, 2010, p. 145-155.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler?. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, 35-74.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2009. Brasília: MEC, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2016. Brasília: MEC, 2017.

JOUBE, Vincent. *A leitura*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

KALMAN, Judith. El estudio de la comunidad como um espacio para ler y escribir. In: *Revista Brasileira de Educação*. Núm. 26, maio-ago, 2004, p. 5-28.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LIMA, Francisca das Chagas Nobre de. *O Programa Nacional Biblioteca da Escola e as vozes dos professores de língua portuguesa do Ensino Médio*. Natal, 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

LYONS, Martyn. A história da leitura de Gutenberg a Bill Gates. In: LYONS, Martyn e LEAHY, Cyana. (orgs) *A palavra impressa*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999, p. 7-22.

MAGALHÃES, Milena. Do direito à literatura. In: BARBOSA, Juliana Bertucci e BARBOSA, Marinalva Vieira. *Leitura e mediação: reflexões sobre a formação do professor*. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 49-72.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. A literatura Infanto-juvenil. In: MAGNANI, maria do Rosário Mortatti. *Leitura, Literatura e Escola: sobre a formação do gosto*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 69-90.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini: A Imprensa Ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910*. São Paulo: Devir, 2011.

MENDONÇA, Márcia. *Ciência em quadrinhos: imagem e texto em cartilhas educativas*. Recife: Programas de Pós-Graduação em Letras, UFPE: Bagaço, 2010.

MENDONÇA, Maria Eunice Barbosa Vidal. É preciso ensinar a ler. In: BARBOSA, Juliana Bertucci; BARBOSA, Marinalva Vieira. *Leitura e mediação: reflexões sobre a formação do professor*. Campinas, Mercado das Letras, 2013, p. 197-211.

MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTUANI, Daniela Freitas Brito. Acervos de literatura chegam na escola? In: PAIVA, Aparecida (org). *Literatura fora da caixa: O PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 77-110.

MORAES, Fabiano; VALADARES, Eduardo; AMORIM, Marcela Mendonça. *Alfabetizar letrando na biblioteca escolar*. São Paulo: Cortez, 2014.

NESTI, Fido. *Os Lusíadas em quadrinhos*. São Paulo: Peirópolis, 2006.

PAIVA, Aparecida. Políticas públicas de leitura: pesquisas em rede. In: PAIVA, Aparecida (org). *Literatura fora da caixa: O PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 13-33.

PRESSER, Alexandra Teixeira de Rosso; BRAVIANO, Gilson; GONÇALVES, Marília Matos. Histórias em quadrinhos em nível superior como ferramenta de ensino/aprendizagem: um levantamento bibliográfico. *Razón y palabra*. n. 88, p. 150-159, 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br>. Acesso em: 14 nov. 2017.

RAMOS, Paulo e SILVA, Yara Dias da. As implicações do texto multimodal na leitura: o caso das histórias em quadrinhos. *Diadorim*, v. 18, p. 270-285, 2016.

RAMOS, Paulo. *Tiras no ensino*. São Paulo: Parábola, 2017.

RAMOS, Paulo. *Revolução do gibi: a nova cara dos quadrinhos no Brasil*. São Paulo: Devir, 2012.

RAMOS, Paulo. *Faces do humor: uma aproximação entre piadas e tiras*. Campinas, Zarabatana Books, 2011.

RAMOS, Paulo. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2009.

RAMOS, Paulo. *Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor*. São Paulo: 2007. 424 f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL (2016). São Paulo: Instituto Pró-Livro.

ROCA, Glória Durban. *Biblioteca escolar hoje: recurso estratégico para a escola*. Artmed (edição digital), 2012.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramento: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane e MOURA, Eduardo. (orgs). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012. p. 11-31.

ROJO, Roxane. Textos Multimodais. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (orgs). *Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.

RUAS, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUAS, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (Orgs.). *O estudo da política*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. *Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis. 2011. v. 16, n. 2, p. 489-517, jul/dez.

SILVA, Yara Dias da. *A tira cômica no livro didático de Língua Portuguesa e no Caderno de Apoio da Prefeitura de São Paulo*. 2016. 220 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2015.

SOARES, Magda. Leitura e democracia cultural. In: SANTOS, Maria; PAIVA, Aparecida. *Democratizando a leitura: pesquisas e práticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das HQs no ensino. In: RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro. *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2010a. p. 7-29.

VERGUEIRO, Waldomiro. A linguagem dos quadrinhos: uma "alfabetização" necessária. In: RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro. *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2010b. p. 31-64.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. Os quadrinhos (oficialmente) na escola: dos PCN ao PNBE. In: VERGUEIRO, Waldomiro e RAMOS, Paulo. *Quadrinhos na educação: da rejeição à prática*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-42.

VINTER, Ravena Brazil. *(Não) leituras de obras literárias em contexto escolar: um estudo de caso a partir da versão integral e adaptações de "O cortiço", de Aluísio Azevedo*. Vitória, 2017. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Espírito Santo.

YAMAGUTI, Vanessa. Os quadrinhos no PNBE: uma análise de caso das obras destinadas ao ensino fundamental I. *Anais das 2^{as} Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos*. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. 20 a 23 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/anais>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

YAMAGUTI, Vanessa. As adaptações literárias em quadrinhos selecionadas pelo PNBE: soluções e problemas na sala de aula. *Olh@res*, v2, n. 1, p. 441-459, 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

ZILBERMAN, Regina. Leituras brasileiras para crianças e jovens: entre o leitor, a escola e o mercado. Gragoatá. V2. 2016, p. 221-238. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/login>. Acesso em: 20 de dez. 2017.

ZURDO, Francielle de Queiroz. *Quadrinhos na sala de aula: o olhar do professor*. Guarulhos, 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Guarulhos, 2017.

BIBLIOGRAFIA

ABOUE, Marguerite; OUBRERIE, Clément (ilustr.). Julia da Rosa Simões (trad.). *Aya de Yopougon*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

ADACHI, Mitsuru. Adriana Kazue Sada (trad.) *Aventuras de menino*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

AGUIAR, Wellington. *Dom Casmurro*. São Paulo: Devir, 2012.

ALVES PINTO, Ziraldo. *A Turma do Pererê: as gentilezas*. São Paulo: Salamandra, 2006.

ALVES PINTO, Ziraldo. *25 anos do menino Maluquinho*. São Paulo, Globo, 2006.

ALVES PINTO, Ziraldo. *Grande Junim: histórias do maior baixinho da turma do Menino Maluquinho*. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

ALVES PINTO, Ziraldo. *Maluquinho por arte: histórias em que a turma pinta e borda*. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

ALVES PINTO, Ziraldo. *Histórias da Carolina: a menina sonhadora que quer mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

ALVES PINTO, Ziraldo. *A turma do Pererê: 365 dias na mata do Fundão*. São Paulo: Globo, 2009.

ALVES PINTO, Ziraldo. *A turma do Pererê: coisas do coração*. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

ALVES PINTO, Ziraldo. *A turma do Pererê: as manias do Tininim*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

ALVES PINTO, Ziraldo. *Maluquinho por futebol: as histórias mais malucas sobre a maior paixão do Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

ALVES PINTO, Ziraldo. *Diário da Julieta: as histórias mais secretas da Menina Maluquinha*. Rio de Janeiro: Globo, 2013.

ANTONELLI, Ronaldo; VILACHÃ, Francisco (ilust.) *Contos de Tchekvov*. São Paulo: Escala, 2009.

ASSIS, Erico. *Graphic Chillers: o médico e o monstro*. São Paulo: Primo, 2012.

BARRETO, Edgar; BRAGA, Flávio. *Triste fim de Policarpo Quaresma em Quadrinhos*. São Paulo: Desiderata, 2010.

BEYRUTH, Danilo. *Bando de dois*. Campinas: Zarabatana Books, 2010.

BEYRUTH, Danilo. *Necronauta: o soldado assombrado e outras histórias*. Campinas: Zarabatana Books, 2015.

BORGES, Taisa. *Frankenstein em quadrinhos*. São Paulo: Peirópolis, 2012.

BRANCO, Arnaldo; GÓES, Gabriel (ilustr.). *O beijo no asfalto: graphic novel*. Rio de Janeiro: PocketOuro, 2010.

CAVALCANTE, Djalma (org.); LIMA, Celia (adapt.); SILVA, José Rodrigues (ilustr.). *Contos em quadros*. São Paulo: Musa, 2002.

CAVALCANTI, Lailson de Holanda. *Triste fim de Policarpo Quaresma: em quadrinhos*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2008.

CAVALCANTI, Lailson de Holanda. *Memórias de um sargento de milícias: em quadrinhos*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2008.

CEDRAZ, Antonio. *A turma do Xaxado*. Vol. 2. Salvador: Cedraz, 2010

CRUZ, Nelson. *Leonardo*. São Paulo: Scipione, 2006.

DEFILIPPIS, Nunzio; WEIR, Christina. *O curioso caso de Benjamin Button*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

DELICADO, Federico. *1 Real*. São Paulo: Pulo do Gato, 2014.

DINIZ, André. *Quilombo Orum Aiê*. São Paulo: Galera Record, 2010.

DINIZ, André. *O negrinho do pastoreio*. São Paulo: Ygarapé, 2012.

EISNER, Will. *O nome do jogo*. São Paulo: Devir, 2003.

EISNER, Will. *Pau pra toda obra*. São Paulo: Devir, 2005.

EISNER, Will. *Pequenos Milagres*. São Paulo: Devir, 2006.

EISNER, Will. *A força da vida*. São Paulo: Devir, 2007.

EISNER, Will. *O sonhador*. São Paulo: Devir, 2007.

EISNER, Will. *Um contrato com Deus: e outras histórias de cortiço*. São Paulo: Devir, 2007.

GARLHADO, Caco. *Dom Quixote em Quadrinhos*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

GÊ, Luiz; JAF, Ivan. *O Guarani*. São Paulo: Ática, 2010.

GONICK, Larry. *A história do mundo em quadrinhos: a ascensão do mundo árabe e a história da África*. Recife: Jaboticaba, 2004.

- GONSALES, Fernando. *Níquel Náusea: nem tudo que balança cai*. São Paulo: Devir, 2003.
- GONSALES, Fernando. *Níquel Náusea: tédio no chiqueiro*. São Paulo: Devir, 2006.
- GOSCINNY, René; UDERZO, Albert (ilust.) *Asterix e a volta às aulas*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GOSCINNY, René; UDERZO, Albert (ilust.) *O aniversário de Asterix e Obelix: o livro de ouro*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GOSCINNY, René; UDERZO, Albert (ilust.) *Asterix e Cleópatra*. Rio de Janeiro: Record: 2015.
- GOSCINNY, René; UDERZO, Albert (ilust.) *Asterix nos jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Record: 2015.
- GUZZELLI, Eloar. *O pagador de promessas*. São Paulo: Agir, 2009.
- HANAWA, Kazuichi. *Na prisão*. São Paulo: Conrad, 2005.
- HARRAR, Andrew; KOHLRUS, Richard. Cassius Medauar (trad.) *A ilha do tesouro*. São Paulo: Farol, 2010.
- HENFIL. *A volta da Graúna*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- HENFIL. *A volta do Fradim: uma antologia histórica*. São Paulo: Geração Editorial, 1998.
- HEUVEL, Eric; ROL, Ruud Van der; SCHIPPERS, Lies. Augusto Pacheco Calil (trad.) *A busca*. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2009.
- JAF, Ivan; GUZZELLI, Eloar. *A escrava Isaura*. São Paulo: Ática, 2010.
- JAF, Ivan. ROSA, Rodrigo. *Dom Casmurro*. São Paulo: Ática, 2016.
- JAF, Ivan. ROSA, Rodrigo. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 2010.
- JAF, Ivan; ROSA, Rodrigo. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 2009.
- JOZZ, Sanoki; SANAKI, Akira. *Otelo*. São Paulo: Nemo, 2011.
- KUPER, Peter. *A metamorfose*. São Paulo: Conrad, 2004.
- KUPER, Peter. *Desista! E outras histórias de Franz Kafka*. São Paulo: Conrad, 2008.
- LAERTE, Coutinho. *Deus segundo Laerte*. São Paulo: Olho d'Água, 2002.
- LAERTE, Coutinho. *Suriá: a garota do circo!* São Paulo: Devir, 2000.
- LEMOINE, Christophe. *Robson Crusoe*. São Paulo: Salamandra, 2011.
- LINHARES, Thais. *Rapunzel*. São Paulo, Mundo Mirim, 2015.
- LORENZO, Enrique. Ronald Polito (trad.) *Médico à força*. São Paulo: SM, 2011.

- MACDONALD, Fiona. *Drácula*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 2010.
- MACDONALD, Fiona. *Frankenstein*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2010.
- MAJADO, Caio. *Orixás: do orum ao Ayê*. São Paulo: Marco Zero, 2011.
- MALAM, Jhon. *Oliver Twist*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 2008.
- MARCOS, João; WILL. *20.000 léguas submarinas em quadrinhos*. São Paulo: Nemo, 2012.
- MARTINS, Isabel Minhós; KONO, Yara. *A manta: uma história em quadrinhos*. São Paulo: Alaúde, 2011.
- MASCARO, Christiano; LIN, João; HÉLIO, Mário (Orgs.). *Domínio público: literatura em quadrinhos*. Recife: ed. dos organizadores, 2006.
- MASCARO, Christiano; LIN, João; HÉLIO, Mário (Orgs.). *Domínio público: literatura em quadrinhos*. Recife: ed. dos organizadores, 2006. v. II.
- MCDONNELL, Patrick. *Mutts: os vira-latas*. São Paulo: Devir, 2009.
- MILLER, Frank; ROMITA JUNIOR. John. *Demolidor: o homem sem medo*. Panini, 2009.
- MOON, Fabio; BÁ, Gabriel. *10 pãezinhos: Meu coração não sei por que*. São Paulo: Via Lettera, 2001.
- MOON, Fabio; BÁ, Gabriel. *O Alienista de Machado de Assis*. São Paulo: Agir, 2007.
- NAIFEH, Ted. *Courtney Crumrin e as criaturas da noite*. São Paulo: Devir, 2007.
- NESTI, Fido. *Os Lusíadas em Quadrinhos*. São Paulo: Peirópolis, 2006.
- OESTERHELD, Hector; LOPES, Francisco Solano. Rubia Prates Goldoni; Sérgio Molina. *O eternauta*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- ONFRAY, Michel; LE ROY, Maximilien. Alcida Brant (trad.) *Nietzsche: em quadrinhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- ORTEGA, Denize. *Os doze trabalhos de Hércules*. Rio de Janeiro: Globo, 2009.
- PARRA, Lillo; SOUZA, Wanderson. *Sonho de uma noite de verão*. São Paulo: Nemo, 2011.
- PAX, Walter; CASTRO, Vicente. *Leonardinho: memórias do primeiro malandro brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PEDROSA, Cyril. *Três sombras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PEREIRA, Mauricio. *Causos de assombramento em quadrinhos*. São Paulo: Jujuba - Frase e Efeito, 2009.
- PETERSEN, David. Tatiana Öri-Kovács (trad.) *Os pequenos guardiões: na barriga do monstro*. São Paulo: Conrad, 2008.

- QUINO. *Toda Mafalda: da primeira à última tira*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010
- QUINO. *10 anos com Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- QUINTANILHA, Marcelo. *O Ateneu*. São Paulo: Ática, 2013.
- RALENTI, Albertine. *Na colônia penal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- RAMOS NETO, Nestablo. *Zoo*. São Paulo: HQM, 2009.
- RATLIFF, Tom. *As aventuras de Huckberry Finn*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.
- RIBEIRO, Estevão. *Os passarinhos e outros bichos*. São José do Rio Preto: Balão Editorial, 2011.
- RIOS, Rosana. *O Guarani*. São Paulo: Scipione, 2012.
- ROUANET, Maria Helena; ANJOS, Tais dos. *A terceira margem do rio em graphic novel*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2015.
- SFAR, Joann. *O pequeno príncipe em quadrinhos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.
- SAKAI, Stan. *Usagi Yogui*. Daisho. São Paulo: Devir, 2008.
- SATRAPI, Marjane. Paulo Werneck (trad.) *Persépolis*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SCHULZ, Charles. *Penauts Completo: 1950 a 1952*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; SPACCA. *D. João Carioca: corte portuguesa chega ao Brasil (1808-1821)*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SEMPE, Jean-Jacques. Mario Sergio Conti (trad.) *Marcelino Pedregulho*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- SFAR, Joann. *Pequeno vampiro vai à escola*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- SHIKO. *O quinze*. São Paulo: Ática, 2012.
- SIMON, Chauvel. *A ilha do tesouro*. São Paulo: Salamandra, 2012.
- SMITH, Jeff. Érico Assis (trad.) *O ratinho se veste*. São Paulo: Cia das Letrinhas, 2010.
- SOMBRA, Fábio; MARCOS, João. *Sete histórias de pescaria do seu Vivinho: cordel em quadrinhos*. São Paulo: Abacatte, 2011.
- SOUSA, Mauricio. *MSP 50: Maurício de Sousa por 50 artistas*. São Paulo: Panini, 2011.
- SOUSA, Mauricio. *Bidu: 50 anos*. São Paulo: Panini, 2009.
- SOUSA, Mauricio. *Turma da Mônica: Romeu e Julieta*. São Paulo: Panini, 2009.
- SPACCA. *Santô e os pais da avião*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

- SRBEK, Wellington; COLIN, Flavio (ilust). *Estórias Gerais*. São Paulo: Nemo, 2012.
- STAHEBERG, Lance; SINGH, Lalit Kumar (ilust.) Marcelo Andreani de Almeida. *Moby Dick*. São Paulo: Farol, 2010.
- STANLEY, John; TRIPP, Irving. *Luluzinha vai às compras*. São Paulo: Devir, 2006.
- TAN, Shaun. *A Chegada*. São Paulo: SM, 2011.
- TETZNER, Lisa; BINDER Hannes (ilustr.) *Irmãos Pretos*. São Paulo: SM, 2006.
- THOMPSON, Carig. Érico Assis (trad.) *Retalhos*. São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2009.
- TORAL, André. *Os brasileiros*. São Paulo: Conrad, 2009.
- VERON, Laurent. *Boule e Bill: semente de Cocker*. São Paulo: Nemo, 2012.
- VETILLO, Eduardo. *Palmares: a luta pela liberdade*. São Paulo: Cortez, 2010.
- VETILLO, Eduardo. *O Guarani*. São Paulo: Cortez, 2010.
- VIECELI, Emma. *Hamlet*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- VILLALOBOS, Federico; GONZÁLEZ, Jorge (ilust.) *A Odisseia*. São Paulo: SM, 2011.
- WILLIANS, Marcia. Luciano Vieira Machado (trad.) *Mitos gregos: o voo de Ícaro e outras lendas*. São Paulo: Ática, 2005.
- WILLIANS, Marcia. Luciano Vieira Machado (trad.) *O rei Arthur e os cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Ática, 2005.
- WILSON, Séan Michael. *O fantasma de Canterville*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2012.
- YUKA, Marcelo; RODRIGUES, Wesley. *Yuka: pescador de ilusões*. São Paulo: Leya, 2013.

Apêndice A – Autorização do secretário da educação

Autorização

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
LINHA DE PESQUISA: LINGUAGEM EM NOVOS CONTEXTOS

Eu, **Vanessa Yamaguti do Nascimento**, solicito ao secretário de Educação do município de Barueri, **Régis Luiz Lima de Souza**, autorização para desenvolver pesquisa de mestrado nas unidades de educação básica do município que atendam Ensino Fundamental II. A pesquisa envolverá entrevista aos professores de Língua Portuguesa e aos gestores e fotografia e relato sobre a biblioteca escolar.



Vanessa Yamaguti do Nascimento

Barueri, 08 de dezembro de 2016

Autorizado!

*Atentar-se ao interesse
dos professores e gestores p/
participar da referida pesquisa.*



Régis Luiz Lima de Souza
Secretário Municipal de Educação

Enquete Escolar

Dados da Escola

Nome _____ da _____ escola:

Endereço: _____

Telefone: _____

A escola atende:

☐ Educação Infantil ☐ Ensino Fundamental I ☐ Ensino Fundamental II☐ Ensino Médio ☐ Educação de Jovens e Adultos

Dados da Biblioteca

1) Em quais turnos atende:

☐ Manhã ☐ Tarde ☐ Noite

2) Há responsáveis pelo espaço? (atendimento ao público)

☐ Sim ☐ Não

3) Caso sim, quem seria? Qual o cargo que ocupa na escola?

Relatório sobre o espaço da Biblioteca feito pela pesquisadora

Apêndice C – Questionário para os bibliotecários

Dados de composição e uso do acervo (diretor ou responsável pela biblioteca)

Nome: _____

Cargo: _____

1) Conte-nos o que você sabe sobre a aquisição de livros para a biblioteca. Por exemplo: a escola possui recurso próprio para a compra? Quem se encarrega da tarefa e escolher e/ou comprar os livros que compõem o acervo da biblioteca? Que critérios de escolha são utilizados? Gostaria de acrescentar alguma informação sobre esse processo de constituição do acervo?

2) Sua escola recebeu algum acervo do PNBE a partir de 2006?

() Sim () Não () Não tenho conhecimento

3) Existe algum trabalho realizado pelos professores e/ou profissionais que atuam na biblioteca com os livros recebidos pelo PNBE? Caso sim, especifique.

4) Quais as principais atividades desenvolvidas com os alunos na biblioteca escolar? Quem as desenvolve?

5) Você poderia relatar alguma experiência significativa de leitura que tenha ocorrido na escola? (em especial, na biblioteca)

Apêndice D – Questionário para os professores

Dados do professor entrevistado

Nome: _____

1) Você conhece o Programa Nacional Biblioteca na Escola?

() Sim () Não

2) Caso sim, tem alguma informação sobre sua presença e uso na escola?

() Sim () Não

3) Especifique como tomou conhecimento e como são utilizados:

4) Você recebeu algum tipo de capacitação para trabalhar com as obras selecionadas pelo PNBE?

() Sim () Não

5) Caso sim, por quem foi fornecido?

() Governo Municipal () Governo Estadual () Governo Federal
() Instituição Particular () Instituições Educacionais Públicas () ONGs

6) Você já fez algum curso sobre a linguagem dos quadrinhos?

() Sim () Não

7) Caso sim, por quem foi fornecido?

() Governo Municipal () Governo Estadual () Governo Federal
() ONGs () Instituição Particular
() Instituições Educacionais Públicas () Outro

8) Você lê quadrinhos?

() Sim () Não

9) Se sim, com que frequência?

() Sempre () Às vezes () Raramente

10) Onde e como lê esses quadrinhos?

- ☐ Revista ☐ Internet ☐ Celular
☐ Livros ☐ Outros _____

11) Se você é leitor de quadrinhos, quais gêneros/suporte você lê? (pode marcar mais de uma opção).

- ☐ Super-herói ☐ Graphic Novel ☐ Tiras de jornal
☐ Tiras na web ☐ Outros _____

12) Saberá citar a última produção que leu?

13) Você já participou ou participa de algum projeto de leitura integrado com outros professores da escola?

- ☐ Sim ☐ Não

14) Se sim, cite qual.

15) Você já trabalhou com algum quadrinho no formato livro em sala de aula?

- ☐ Sim ☐ Não

16) Caso sim, com qual obra? E se possível, comente como foi desenvolvido.

17) Você já indicou alguma história em quadrinhos como leitura?

- ☐ Sim ☐ Não

18) Você realiza ou já realizou algum trabalho com os livros recebidos pelo PNBE? E especificamente com os quadrinhos? Caso sim, como foi?

- ☐ Sim ☐ Não

Apêndice E – Autorização para as escolas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
LINHA DE PESQUISA: LINGUAGEM EM NOVOS CONTEXTOS
NÍVEL: MESTRADO

Eu, Vanessa Yamaguti do Nascimento, mestranda na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob o número de matrícula 54700, orientada pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo Ramos, desenvolvo projeto de pesquisa junto ao Programa de Mestrado em Letras, que tem o objetivo verificar o uso ou não dos quadrinhos adquiridos pela política pública de incentivo à leitura, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), com o título A efetivação dos quadrinhos no PNBE (2006-2014): da caixa ao leitor. Para tanto, é necessário observar o uso dessas obras na escola e a formação dos professores sobre quadrinhos e assim questionar as ações governamentais.

Tais ações e questionamentos são importantes para entendermos o funcionamento nas escolas e para tentarmos justificar o porquê da inserção dessas obras em quadrinhos no programa, que aparenta funcionar apenas como um programa de compra de livros e não de fato um incentivador de leitura.

Para a realização deste projeto, necessito de escolas parceiras e colaboradoras para que a pesquisa seja, de fato, validada. Toda a pesquisa é avaliada pelo Comitê de ética da UNIFESP, visando o sigilo/cautela com os dados dos participantes, portanto os dados pessoais e até mesmo o nome da escola não serão divulgados.

A aplicação da proposta se dá em entrevista com os professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II e o(s) responsável(eis) pela biblioteca escolar, a verificação dos títulos de quadrinhos fornecidos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola e relatório sobre o espaço bibliotecário, que também será fotografado.

A participação da escola será de suma importância para nossa pesquisa e contribuirá para o campo dos estudos sobre os quadrinhos e o Programa Nacional Biblioteca da Escola. Da mesma forma, a participação de cada professor. Ressaltamos que não visamos questionar a formação dos professores, mas sim, apontar uma possível ineficiência do próprio programa ao não fornecer informações o suficiente para seu trabalho.

Todas as informações sobre o desenvolvimento do projeto podem ser acompanhadas junto à pesquisadora através do e-mail: vaneyamaguti@gmail.com, e averiguada a veracidade dos dados aqui expostos com a própria instituição a partir do telefone de contato: (11) 5576-4848 (Ramal 6118), ou e-mail: posletrasunifesp@gmail.com.

Atenciosamente,

Vanessa Yamaguti do Nascimento

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ramos

Eu, _____, diretor (a) da EMEF _____, acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo "A efetivação dos quadrinhos no PNBE (2006-2014): da caixa ao leitor". Discuti com a pesquisadora Vanessa Yamaguti do Nascimento sobre a minha decisão em autorizar a aplicação do questionário na escola, assim como conhecer e fotografar os espaços dedicados à leitura desta unidade, situada à _____. Ressaltando que a participação dos educadores e qualquer outro profissional fica a critério individual. Também foi esclarecido que a participação da escola na pesquisa não gerará nenhum ônus e bônus, sendo totalmente voluntária a participação de todos os envolvidos, e que não haverá a identificação do nome da escola e dos profissionais.

Barueri, ____ de _____ de 2016.

Apêndice F – Autorização para os professores

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
LINHA DE PESQUISA: LINGUAGEM EM NOVOS CONTEXTOS
NÍVEL: MESTRADO

Eu, Vanessa Yamaguti do Nascimento, mestrandando na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob o número de matrícula 54700, orientada pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo Ramos, desenvolvo projeto de pesquisa junto ao Programa de Mestrado em Letras, que tem o objetivo verificar o uso ou não dos quadrinhos adquiridos pela política pública de incentivo à leitura, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), com o título A efetivação dos quadrinhos no PNBE (2006-2014): da caixa ao leitor. Para tanto, é necessário observar o uso dessas obras na escola e a formação dos professores sobre quadrinhos e assim questionar as ações governamentais.

Tais ações e questionamentos são importantes para entendermos o funcionamento nas escolas e para tentarmos justificar o porquê da inserção dessas obras em quadrinhos no programa, que aparenta funcionar apenas como um programa de compra de livros e não de fato um incentivador de leitura.

Para a realização deste projeto, necessito de escolas parceiras e colaboradoras para que a pesquisa seja, de fato, validada. Toda a pesquisa é avaliada pelo Comitê de ética da UNIFESP, visando o sigilo/cautela com os dados dos participantes, portanto os dados pessoais e até mesmo o nome da escola não serão divulgados.

A aplicação da proposta se dá em entrevista com os professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II e o(s) responsável(eis) pela biblioteca escolar, a verificação dos títulos de quadrinhos fornecidos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola e relatório sobre o espaço bibliotecário, que também será fotografado.

A participação da escola será de suma importância para nossa pesquisa e contribuirá para o campo dos estudos sobre os quadrinhos e o Programa Nacional Biblioteca da Escola. Da mesma forma, a participação de cada professor. Ressaltamos que não visamos questionar a formação dos professores, mas sim, apontar uma possível ineficiência do próprio programa ao não fornecer informações o suficiente para seu trabalho.

Todas as informações sobre o desenvolvimento do projeto podem ser acompanhadas junto à pesquisadora através do e-mail: vaneyamaguti@gmail.com, e averiguada a veracidade dos dados aqui expostos com a própria instituição a partir do telefone de contato: (11) 5576-4848 (Ramal 6118), ou e-mail: posletrasunifesp@gmail.com.

Atenciosamente,

Vanessa Yamaguti do Nascimento

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ramos

Eu, _____, acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo "A efetivação dos quadrinhos no PNBE (2006-2014): da caixa ao leitor". Discuti com a pesquisadora Vanessa Yamaguti do Nascimento sobre a minha decisão em participar nessa entrevista, ficando claro quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade. Também está claro que minha participação é isenta de despesas e voluntária. Assim, aceito participar deste projeto, mas fica a meu critério, a qualquer momento, interromper minha participação.

Barueri, ____ de _____ de 2016.

ANEXO – Lista das escolas de Barueri em 2015

Escolas da Rede Municipal de Ensino – 2015

Escola	Endereço	Bairro	CEP	Telefones	
EMEF Agenor Lino de Matos - Dep.	R. Treze de Maio-59	Vila Universal	06407-130	4198-3834	
EMEF Alcino Francisco de Souza - Prof.	Av. Pres. Washington Luiz - 444	Jardim Silveira	06434-000	4194-6915	4194-6876
EMEF Alexandrino da Silveira Bueno-Prof.	Av. Brig. Manoel R. Jordão-836	Jardim Silveira	06433-010	4194-0003	4194-1330
EMEF Amador Aguiar	R. Martins Fontes-412	Parque Imperial	06462-080	4193-6781	4193-6573
EMEF Aristides da Costa e Silva-Prof.	Av. Henrique Gonçalves Baptista-1097	Jardim Belval	06420-130	4198-1208	4163-2831
EMEF Armando Cavazza	R. São Paulo-706	Engenho Novo	06415-070	4168-4296	4161-6045
EMEF Benedito Adherbal Farbo	Av. Brig. Manoel R. Jordão-1127	Jardim Silveira	06437-090	4194-0002	
EMEF Bruno Tolaini	Estrada das Pitas-699	Parque Viana	06449-300	4194-1325	4194-6103
EMEF Caio Prado Júnior-Dep.	R. Oscar Bressane,85	Vila Morelato	06408-060	4198-7571	4198-7755
EMEF Dalva Fogaça - Prof.	Av. Brig. Manoel R. Jordão-1127	Jardim Silveira	06433-010	4194-0002	
EMEF Deiró Felício de Andrade-Rev	R. Piratininga-103	Jardim Paulista	06447-175	4194-3602	4162-0015
EMEF Egidio Costa - Prof.	R. Ponte de Pedras-60	Jardim Califórnia	06409-010	4163-6064	4163-5761
EMEF Eizaburo Nomura - Prof	Av Marginal Esquerda, 1177	Jardim Paulista	06447-100	4201-6786	4201-6263
EMEF Elidio Mantovani-Padre	R. Cristiane-25	Pque dos Camargos	06436-010	4194-0078	4201-8223
EMEF Elizabeth Parminondi Romero	Rua Iepê, 11	Jardim Graziela	06418-020	4168-1072	4168-1670
EMEF Elvira Lefevre S. Nemer - Profª	Av. Henriqueta Mendes Guerra-1168	Vila São João	06401-904	4163-4925	4163-4924
EMEF Estevan Placêncio	R. Paraná-206	Nova Aldeinha	06440-160	4195-3150	4688-0674
EMEF Ezio Berzaghi	Av. Henrique Gonçalves Baptista-1101	Jardim Belval	06420-130	4199-0864	4199-0851
EMEF Fioravante Barletta	Via Taboão-742	Jardim Silveira	06434-210	4194-0701	4201-7344
EMEF Francisco Zacarioto	R. Ipanema-420	Jardim Maria Helena	06445-100	4194-1334	4201-3367
EMEF Gilberto Florêncio-Prof.	Rua Mar Vermelho, 1101	Vila Morelato	06408-160	4163-1338	4163-1345
EMEF Ivani Maria Paes - Prof.	Rua Ivani Maria Paes, 21	Jd dos Camargos	06410-070	4198-0258	4163-4109
EMEF João Carvalho de Lima	R. Mauro José da Silva Jangada-325	Jardim Mutinga	06463-150	4191-5736	4688-2064
EMEF João de Almeida Lemos	R. Vitorino Calegare-259	Jardim Paraíso	06412-270	4198-8992	4163-1142
EMEF Jorge Augusto de Camargo-Prof.	R. Cafelândia-924	Vila Engenho Novo	06416-150	4161-3088	4161-6642
EMEF José D. da Silveira - Prof.	Rua São Vicente de Paula nº100	Jardim Mutinga	06463-050	4191-2577	4689-1443
EMEF José Leandro de Barros Pimentel	R. Paiaguas-62	Jardim Silveira	06434-200	4194-0202	4201-2461
EMEF José Vital Alves Freire	R. Gov. Adhemar P de Barros-117	Jardim Itaquiti	06422-020	4198-4955	4198-4097
EMEF Julio Gomes Camisão	R. Pe. Cicero Romão Batista-221	Parque Imperial	06462-010	4191-3077	4688-2078
EMEF Lênio Vieira de Moraes - Prof.	Via Tabajara-45	Jardim Santa Mônica	06434-250	4162-0036	4194-0586
EMEF Levy Gonçalves de Oliveira	R. Renilde de Almeida-400	Parque Imperial	06462-425	4191-2262	4688-2361

EMEF	Luiz de Oliveira Andrade - Pe	R. Maria Helena - 191	Vila Engenho Novo	06415-150	4168-3217	4168-3605
EMEF	Margarida Maria Maciel	R. Adonilson Alves Ferreira-205	Vale do Sol	06437-160	4201-5597	4201-5573
EMEF	Maria Elisa B. C. Chaluppe-Profª	R. Sergio Berringer-125	Vila São Luiz (Centro)	06411-260	4198-7900	4163-7248
EMEF	Mario Joaquim E de Andrade	Estrada dos Pinheiros-193	Jardim Paulista	06449-000	4194-0009	4201-3211
EMEF	Marlene Pereira Santiago - Profª	R. Tomé de Souza - 259	Parque Imperial	06462-040	4191-2225	4191-2071
EMEF	Naly Benedicta B. C. Mancini-Profª	R. Princesa Isabel-145	Jardim Belval	06420-450	4198-5999	4163-4719
EMEF	Nestor de Camargo -Prof.	R. Abelardo Luz, 86	Jardim Mutinga	06463-260	4191-8994	4191-8973
EMEF	Onofra da Silva	Estrada dos Pinheiros, 1.450	Jardim Paulista	06449-000	4201-1781	4194-6688
EMEF	Osvaldo Batista Pereira	R. Nelly Masieiro Fernandes-110	Recanto Phrynea	06437-035	4194-6588	4194-6375
EMEF	Raposo Tavares	R. Silveira, 15	Vila Boa Vista	06411-220	4198-1478	4163-1605
EMEF	Renato Rosa	Estrada das Pitas-799	Parque Viana	06449-300	4194-1289	4194-1310
EMEF	Rita de Cássia Camargo Rocha-Profª	Rua Toritama, 32	Jardim Mutinga	06463-060	4688-0009	4688-2034
EMEF	Rita de Jesus	R. Duarte da Costa - 143	Parque Imperial	06462-120	4208-5561	4208-5562
EMEF	Roberto Luiz de Araujo Brandão	Av. Anibal Correia - 2363	Parque Viana	06447-010	4194-0430	4201-2562
EMEF	Sandro Luiz Braga	R. Nina - 300	Vila Engenho Novo	06415-120	4161-2256	4161-5413
EMEF	Sidney Santucci - Prof	Av São Fernando, 565	Jardim Julio	06447-280	4162-4280	4162-4733
EMEF	Suzete da Costa e Silva Mariano	Av. Giovani Attilio Tolaine-115	Jardim Maria Helena	06445-000	4247-2383	4194-4667
EMEF	Taro Mizutori - Prof.	R. Tailândia, 20	Vila São Luiz (Valparaíso)	06413-820	4161-6499	4168-3238
COMPL.	Carlos Osmarinho de Lima - Prof.	Das Margaridas, 182	Jardim Florida	06407-240	EMEF 4163-4047 EMEI 4163-4033	EMM 4163-4082
COMPL.	Maria Meduneckas - Prof.	Av. Pres. Washington Luiz - 600	Jardim Silveira	06434-000	EMEF 4194-6099 EMEI 4194-1274	EMM 4201-1890
EMMEI	Maria José de Barros - Prof.	Rua Santa Ursula, 179	Vila São Jorge	06401-220	4199-0912	4163 - 5358
EMMEI	Maria de Menezes Bezerra	R. Petrolina, 710	Jd. São Vicente - Mutinga	06463-200	4191-3212	4191-6781
EMEIEF	Alfredo do Carmo	R. Marta, 20	Vila Nova	06405-900	4163-6957	4163-6941
EMEIEF	Dorival Faria - EMEI	R. Tailândia - 120	Vila São Luiz (Valparaíso)	06413-820	4161-4462	
EMEIEF	Dorival Faria - EMEF	R. Mar Morto, 138	Jardim Reginalice	06412-020	4168-2037	
EMEIEF	Eneias Raimundo da Silva - Prof.	Est. Dr. Cicero Borges Moraes, 2371	Bairro dos Altos	06407-000	4198-7855	4706-1056
EMEIEF	João Tiburcio Silva Filho	R. Cambuci 189	Chácaras Marco	06419-180	4168-5707	4168-5238
EMEIEF	José Emidio de Aguiar	R. Augusta - 198	Jardim Maria Tereza	06411-280	4163-2031	4163-2126
EMEIEF	Wandeir Ribeiro	R. Tailândia - 120	Vila São Luiz (Valparaíso)	06413-820	4168-3887	4168-1288

EMEIEF	Yojiro Takaoka - Eng.	Av. Queimada-505	Res. Morada dos Lagos	06429-215	4192-1369	4192-3107
EMEI	Anna Irene Mazaro de Freitas	Estrada dos Pinheiros - 198	Jardim Paulista	06449-000	4194-1328	4194-5764
EMEI	Benedito Venâncio	R. Mar Negro - 164	Jardim Regina Alice	06412-110	4198-7877	4706-1052
EMEI	Cecília da Silva Carvalho	R. Doutor Parise, 120	Jd. California	06406-170	4161-4866	4168-3801
EMEI	Décio Trujillo	Estrada Velha de Itapevi - 3860	Vila Militar	06444-000	4194-1272	4194-5381
EMEI	Elaine Calsolari Profª	R. Niterói - 113	Jardim Maria Helena	06445-090	4194-1327	4194-1580
EMEI	Eminoldo Harger	R. Padre Cicero Romão Batista - 75	Parque Imperial	06462-010	4191-3572	4688-1195
EMEI	João Batista Pazinato Jr	R. Pará - 131	Nova Aldeinha	06440-130	4191-3529	4688-1222
EMEI	João Evangelista de Oliveira	R. Dom Feliciano - 240	Jardim Mutinga	06463-230	4191-5865	4688-1219
EMEI	João Fernandes	R. Glória - 670	Parque dos Camargos	06436-140	4194-1273	4201-7796
EMEI	Lucineia de Oliveira	R. Doutor Parise, 120	Jd. California	06406-170	4199-0905	4199-0927
EMEI	Renaldo Cruz - Padre	R. Goiânia - 187	Jardim do Libano	06448-130	4162-4413	4162-4417
EMEI	Ricardo Peagno	R. Av. Pref. João Vilalobo Quero-1379	Jardim Belval	06422-122	4198-0786	4706-1051
EMEI	Rogélio Lopez Recarey	R. Istambul - 47	Vale do Sol	06437-150	4194-1323	4194-5636
EMEI	Roque Soares Souza	R. Renilde de Almeida - 355	Parque Imperial	06462-425	4193-2512	4688-1215
EMEI	Takechi Takau	R. Tiête - 1026	Vila São Silvestre	06417-100	4161-4499	
EMEI	Thomaz Victoria Rodrigues	R. Marelisa - 155	Jardim Audir	06433-080	4194-1610	4194-5659
EMM	Aparecida Conceição Soares Akyama	Av. Henrique Gonçalves Baptista-1776	Jardim Belval	06420-130	4163-6542	4163-6527
EMM	Aracy Martins de Lima	Av. Henrique Gonçalves Baptista, 453	Jardim Belval	06420-130	4198-6034	4706-1054
EMM	Egle Aparecida Rodrigues Campos	Estrada do Exercito Brasileiro, 920	Jardim Audir	06435-000	4247-2449	4247-2450
EMM	Eliane Castanon Pereira	Rua Brasilândia, 96	Chácara Marcos	06419-060	4168-2085	4168-2059
EMM	Gilda da Silva - Irmã	Rua Campos Sales, 1648	Vila Boa Vista	06411-150	4198-6300	
EMM	Guilherme Alves Siqueira-Capitão	R. Dempachi Nakayama - 302	Jardim Esperança	06413-010	4161-4833	4168-3797
EMM	Jardim Santa Monica	Estrada Velha de Itapevi nº 3216	Parque dos Camargos	06444-000	4194-5842	
EMM	Joaquim Soares	Av. da Aldeia, 905	Jardim Iracema	06440-000	4195-0717	4199-0632
EMM	José Martinho C. Pereira	R. José Maria Lisboa - 10	Parque Imperial	06462-180	4191-3689	4688-1275
EMM	Lázara Augusta Cardia Sabatine	R. José Martinho, 365	Parque Imperial	06462-230	4193-6800	4193-6805
EMM	Leonardo Augusto M. dos Santos	R. Vitorino Calegare - 159	Jardim Paraíso	06412-270	4198-8939	4163-2127
EMM	Luzia das Graças Barbosa Pereira - Prof	R. Doutor Parise, 180	Jardim California	06406-170	4199-0901	4199-0895
EMM	Maria Andreolina V Nastureles	R. Adonilson Alves Ferreira-190	Recanto Phrynéa	06437-160	4194-6173	4194-5995
EMM	Maria Dolores Zendron Penteado	AV Capitão Francisco César nº 891	Engenho Novo	06415-970	4161-4320	4161-4330
EMM	Maria José Damasceno Santos	Rua Campos Sales, 1648	Vila Boa Vista	06411-150	4199-0721	4199-0651
EMM	Maria Rosa Ferreira	R. Petrolina - 85	Jardim Mutinga	06463-200	4193-2790	4193-2842

EMM	Mário Bezerra	R. das Flores - 93	Parque Viana	06449-110	4194-1143	4194-1662
EMM	Marisa Odaine de Oliveira Molina	Rua Buri, 03	Jardim Paulista	06447-060	4162-1970	4162-2112
EMM	Marly Teixeira de Almeida	Av. Marginal Direita - 45	Jardim Paulista	06447-170	4194-2055	4201-7795
EMM	Matilde Abreu de Moraes	Rua Marabá nº 416	Vila Barros	06410-300	4198-7676	4198-7744
EMM	Roberto Griti Medeiros	R. Niterói - 195	Jardim Maria Helena	06445-090	4194-7340	4201-7794
EMM	Valdineia de Fátima Cassoli	Rua Duque de Caxias, 150	Vila Engenho Novo	06415-080	4706-1671	
EMM	Vitoria Regiani Assenza de Moura	Rua Loterio Vieira, 71	Aldeia de Barueri	06440-220	4163-7262	4163-6926
EMM	Zilá Marques de Castro	R.Renilde de Almeida S/N	Parque Imperial	06462-425	4193-2519	4193-1961
O.S.	Nadir Adolfina Pereira	Rua Aberlado Luz, 800	Jardim Mutinga	06463-260	4552-2014	